



CONINTER 4

Congresso Internacional
Interdisciplinar em Sociais
e Humanidades

Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 8 a 11 de
dezembro de 2015, ISSN 2316-266X, n.4,
Volume 4

MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONTEXTO ECONÔMICO, SOCIAL E POLÍTICO NA AMÉRICA LATINA

Coordenadores:

Fernando José Martins (Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

Gaudêncio Frigotto (Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da
Universidade Estadual do Rio de Janeiro) Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

O 4º Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), evento da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (ANINTER-SH), teve como tema

“FRONTEIRAS E INTEGRAÇÃO – ESTUDOS INTERDISCIPLINARES NA AMÉRICA LATINA”

Local: Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE), **Município de Foz do Iguaçu (PR)**, entre os dias 08 e 11 de dezembro de 2015.

Comissão Executiva

Alba Simon (UFF)
Fernando José Martins (UNIOESTE)
Fabio André Hahn (UNESPAR)
Renan Araújo (UNESPAR)
Samuel Klauck (UNIOESTE)
Wilson Madeira Filho (ANINTER)

Comissão Científica

Dione da Rocha Bandeira (Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Simonne Teixeira (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes (Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville); Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas); Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional da Universidade de Brasília); Leonardo Barci Castriota (Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais); Fernando José Martins (Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná); Gaudêncio Frigotto (Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade Estadual do Rio de Janeiro); Eduardo Manuel Val (Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Enzo Bello (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Elisa Maria Andrade Brisola (Pós-graduação em Desenvolvimento Humano, Políticas Sociais e Formação da Universidade de Taubaté); Gilvan Luiz Hansen (Pós-graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense); Napoleão Miranda (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Vera Teixeira Kauss (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Ana Maria Motta Ribeiro (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Márcia Barros Ferreira Rodrigues (Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo); Alba Simon (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Annelise Fernandez (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Luzinete Simões Minella (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina); Felipe Bruno Martins Fernandes (Programa de pós-graduação de Estudos Interdisciplinares em mulheres gênero e feminismo); Tânia Mara Pedroso Müller (Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca); Luiz Fernandes de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em Educação, "Contextos Contemporâneos e Demandas Populares" da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro); Adriana Ribeiro Rice Geisler (Programa de Pós-graduação em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas da Fundação Oswaldo Cruz); Eder Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Carlos

Henrique Medeiros de Souza (Programa de Pós-graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Cleonice Puggian (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Haydéa Maria Marino de Sant'Anna Reis (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da universidade do Grande Rio); Edicléa Mascarenhas Fernandes (Programa de Pós-Graduação em Diversidade e da Universidade Federal Fluminense); Francisco Ramos de Farias (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Leandro Garcia Pinho (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Maria Thereza Azevedo (Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Mato Grosso); Gláucia Maria Costa Trinchão (Programa de Pós-graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana); Marcus Fabiano Gonçalves (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Dostoiowski Mariatt de Oliveira Champangnatte Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); José Carlos de Oliveira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Wilson Madeira Filho (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Ana Keila Mosca Pinezi (Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do ABC); Dario Paulo Barrera Rivera (Universidade Metodista de São Paulo); Diana de Souza Pinto (Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro); Jacqueline Pinheiro (Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio); Lívia Alessandra Fialho da Costa (Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea, da Universidade Católica do Salvador); Fernando Gama de Miranda Netto (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Geraldo M. Timóteo (Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense); Luciene Rodrigues (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade de Montes Claros); Pedro Heitor Barros Geraldo (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito - UFF); Lenin Pires (Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense); Delton Meirelles (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense); Fernanda Duarte (Pós-Graduação em Direito da Universidade Estácio de Sá); Paulo Renato Silva (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Gerson Ledezma Meneses (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Giane Lessa (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Johnny Octavio Obando Morán (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA); Senilde Alcantara Guanaes (Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA).

Comissão de Apoio

Marcelino Conti da Silva (UFF)
Sherazade Tammela Madeira (UFF)
Simone Brilhante de Mattos (UFF)
Patrícia Valente Canela (UFF)

Diagramação

Erick Brum (UNESA) e Marcelo Tammela Madeira (Anhanguera)

Revisão e Sistematização

Tauã Lima Verdán Rangel (UFF) e Wagner de Oliveira Rodrigues (UESC)

Apresentação e Sumário

Wilson Madeira Filho (ANINTER)

APRESENTAÇÃO

Os condicionantes do contexto econômico, social e político dos movimentos sociais na América Latina foram o principal objeto de investigação nesse Volume. Os artigos apresentados e debatidos no Grupo de Trabalho abordaram teorias e práticas dos movimentos sociais da América Latina, assim como falaram sobre o caráter educativo dos movimentos sociais, sobre integração e fronteiras e sobre identidade coletiva contidas nas práticas dos movimentos sociais.

Desse modo, temas como a educação no campo e a greve nas universidades, por exemplo, revelam pontos de contato. De um lado, as Escolas de Assentamento/Acampamento do MST no Paraná produziram, no ano de 2013, uma proposta pedagógica alternativa, baseada nos Complexos de Estudos dos pensadores russos. Essa proposta extrapola a simples interação entre disciplinas, pois potencializa a auto-organização dos educandos, reorganiza os tempos educativos escolares. O trabalho é desenvolvido pelo princípio educativo, os conteúdos relacionam a escola com a vida, a partir da prática e vivência no espaço do educando, o qual compreende, promove e participa dos processos da luta camponesa.

Essa Pedagogia da Alternância, por sua vez, permite auxiliar a analisar a busca por melhores condições laborais na área da educação. Neste sentido, a partir da greve dos professores do Estado do Paraná, questiona-se não apenas as condições salariais, mas a constante busca de benefícios e melhorias na qualidade da educação pública. Esta greve representou um momento em que as aspirações e as necessidades destes trabalhadores se evidenciaram como forma de pressão ao governo do Estado que, por outro lado, utilizou-se das mídias para difundir informações contraditórias sobre o funcionalismo, alegando que o movimento social seria um "complô" político dos partidos de oposição.

Vale dizer, tantos os docentes públicos quanto os assentados rurais surgem como exemplos da relação existente entre as classes opressoras e oprimidas no sistema capitalista. A forma e condição de organização e de resistência dos mesmos é o instrumento para combater, de fato, a insistente criminalização dos movimentos sociais.

Wilson Madeira Filho
Presidente da ANINTER

SUMÁRIO

ANALISE DA EDUCAÇÃO ALÉM DA TEORIA, COMPREENSÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DOS COMPLEXOS DE ESTUDOS - SOLDA, Maristela; CUEVAS, Liz Carolina Yegros; MARTINS, Fernando Josép. 1-14

CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS - SANTOS, Olirio Rives dosp. 15-26

A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE: TRAJETÓRIA, PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO - MULLER, Crisna Maria; BESING, Márciap. 27-44

FEMINISMO NEGRO EM MARCHA: O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ E A MARCHA DAS MULHERES – 2015 - LEMOS, Rosalia de Oliveirap. 45-58

A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - MARTINS, Fernando José ; JAQUEIRA, Manoelap. 59-68

O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL: BREVES CONSIDERAÇÕES - SANTOS, Sueli de Farias; MARTINS, Fernando Josép. 69-86

CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A MIGRAÇÃO PARAGUAIA EM DIREÇÃO A FOZ DO IGUAÇU/PR, REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA - MAIA, Marcelo da Silva; FERRARI, Maristelap. 87-97

MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONFLITOS E CONSENSOS NOS GOVERNOS PETISTAS - JESUS, Júlio César Lopes de; MELO LOPES, Flávia Augusta Santos de p. 98-111

GREVE: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2014 - BOTTEGA, Elisson Rene; POLTRONIERI, Francielli Rubia; MUNIZ, Cláudia Maria Serino Lacerda; MARTINS, Fernando Josép. 112-124

VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DA CRIAÇÃO DAS DEAM's À LEI MARIA DA PENHA - OLIVEIRA, Rosane Cristina dep. 125-140

OS FAXINAIS DO PARANÁ: UMA REVISÃO TEÓRICA E UM ESTUDO SOBRE SUA MOBILIZAÇÃO SOCIAL - SOLIS CAMPOS, Roger Alexis; GONZAGA, Carlos Alberto Marçalp. 141-152

A TRAJETÓRIA DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA - DANIEL, Vanessa C. Zorek; OLIVEIRA, Renata Peixotop. 153-170

APP-SINDICATO (BRASIL) E UNE SN (PARAGUAI): UM COMPARATIVO DA ESTRUTURA DOS SINDICATOS EM EDUCAÇÃO - KASPER, Sandra Regina Severop. 171-189

OCUPAÇÕES URBANAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O DIREITO À MORADIA EM QUESTÃO - FALBO, Ricardo Nery; FALCÃO, Moniquep. 190-208

ESPAÇO NÃO BRANCO DA JAHYBA: INTERPRETAÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS - DAYRELL, Carlos Alberto; LOPES, Frederico Antonio Mineirop. 209-221

A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA - MARTINS, Fernando José; JAQUEIRA, Manoela Marli ...p. 222-232

POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA: CONTRADIÇÕES DA PARCERIA ENTRE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E ESTADO - NASCIMENTO, Cícera Maria; CUNHA, Kátia Silvap. 233-246

O CICLOATIVISMO BRASILEIRO E O FORUM MUNDIAL DA BICICLETA - BARCELLOS, Fernando H. G.p. 247-264

MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA AMÉRICA LATINA: ENFRENTAMENTOS E ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS ÀS IMPOSIÇÕES NEOLIBERAIS - FARIAS, Maisa dos Santos; LAGE, Allene Carvalhop. 265-279



ANALISE DA EDUCAÇÃO ALÉM DA TEORIA, COMPREENSÃO DA REALIDADE ATRAVÉS DOS COMPLEXOS DE ESTUDOS

SOLDA, Maristela

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Mestrado e
Doutorado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE)*

Email: maristelasolda@hotmail.com

CUEVAS, Liz Carolina Yegros

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Mestrado e
Doutorado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE)*

Email: liz.yeg@gmail.com

MARTINS, Fernando José

Professor do programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Sociedade, Cultura e Fronteira da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná UNIOESTE.

E-mail: fernandopedagogia2000@yahoo.com.br

Resumo: As Escolas de Assentamento/Acampamento do MST no Paraná produziram, no ano de 2013, uma proposta pedagógica alternativa, baseada nos Complexos de Estudos dos pensadores russos. A qual extrapola a simples interação entre disciplinas, potencializa a auto-organização dos educandos, reorganiza os tempos educativos escolares. O trabalho é desenvolvido pelo princípio educativo, os conteúdos relacionam a escola com a vida, a partir da prática e vivência no espaço do educando, o qual compreende, promove e participa dos processos da luta camponesa. Este texto visa entender como a proposta pedagógica Complexos de Estudos cumpre a função de interação entre os saberes e como ela organiza as metodologias pelas quais as diversas ciências consigam se interagir. Analisa-se a prática pedagógica como uma possibilidade de trabalhar os conteúdos de forma sistematizada, a partir de construções interdisciplinares.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Educação e Proposta Pedagógica.

Abstract: Schools Settlement MST camp in Paraná, produced in 2013, an alternative educational proposal, based on studies of Russian thinkers Complexes. Which goes beyond the simple interaction between disciplines, enhances the self-organization of students, and rearranges the school educational time. The work is developed by the educational principle, the contents relate to school with life, from practice and experience within the student, which comprises, promotes and participates in the processes of the peasant struggle. This text aims to understand how the pedagogical proposal Studies complexes, fulfills the function of interaction between knowledge and how it organizes the methodologies by which the various sciences are able to interact. It analyzes the pedagogical practice as a chance to work the contents in a systematic way, from interdisciplinary buildings.

Keywords: Social Movements, Education and Pedagogic Proposal.

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende contribuir com o debate da Educação do Campo que nasce da luta camponesa por terra, assumindo como um dos princípios a educação, através da busca por um processo de escolarização formal, e a formação de um intelectual coletivo, processo formativo ligado a um conjunto de atividades culturais e ideologias da luta de classes.

Para tal, desenvolveremos reflexões sobre a proposta pedagógica Complexos de Estudos, sua organização pedagógica e a sua importância no processo histórico de como a luta pela educação se apresenta no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Compreender como ocorre a implementação da proposta no Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida, Cascavel - PR.

Essas discussões teóricas tornam-se necessária, quando buscamos romper com a forma tradicional de escola, e trabalhamos com uma proposta para a emancipação humana onde os sujeitos inseridos têm a tarefa de tornar realidade novas formas de organizar o espaço e no âmbito maior a sociedade. Para isso é fortalecido a ideia de todos se apropriarem do conhecimento teórico em sua totalidade.

Desta forma, torna-se necessário a reflexão sobre como se dá o conhecimento pela e através da realidade, e a forma como as disciplinas escolares necessitam entrar em diálogo para que o educando consiga ter uma visão do conhecimento escolar como um todo, e não de partes. Na busca de formar lutadores e construtores de novas relações sociais, este artigo têm como objeto de estudo refletir a compreensão da realidade através da proposta pedagógica Complexos de Estudos.

Para isso, faz-se necessário desvelar como se dá a inserção da escola na prática social entendendo a conexão dos conhecimentos científicos e aspectos formativos de cada disciplina com pontos de ancoragem no entorno da escola, elaborando relações entre a teoria e a prática. Também é indispensável compreendermos, a partir dos conceitos, como foi organizada a proposta pedagógica Complexos de Estudos, e como as porções da realidade cumprem a função de uma possibilidade de interação entre as disciplinas e a vida.

Este artigo está organizado em três seções, a primeira apresenta a opção metodológica que orientou a produção desse estudo. A segunda expõe a fundamentação teórica da proposta pedagógica Complexos de Estudos e como são produzidos os inventários da realidade, bem como o entendimento da Porção da Realidade como um indicativo de interdisciplinaridade nos conteúdos escolares. Por fim, apresentamos os resultados e as considerações finais.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para a elaboração deste texto, foram utilizadas análises qualitativas e descritiva, tratando dos temas interdisciplinaridade e da proposta pedagógica Complexos de Estudos. Esta pesquisa é bibliográfica e documental, analisando o Plano de Estudos (proposta pedagógica) e o Plano de Ensino do 9º ano do ensino fundamental, construído pelos educadores do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida.

Entendemos que a pesquisa bibliográfica é aquela que busca de alguma forma a problematização a partir de referências publicadas, onde se analisa, argumenta e discute as contribuições científicas. Configurando uma técnica que fornece ao pesquisador a bagagem teórica para a produção de trabalhos.

Como orientadores da pesquisa, usamos os seguintes autores que fazem reflexões sobre o ensino, a escola, e a proposta pedagógica. Shulguin (2013) destaca elementos da categoria dos Complexos apresentando o vínculo da escola com a vida, a realidade se tornará o local de experimento dos saberes escolares. O autor aponta para o desafio de romper com a forma escolar tradicional ou hegemônica e problematiza a questão dos conteúdos na contraposição à lógica capitalista, além de discutir o trabalho como princípio educativo.

Pistrak (2000) ressalta a necessidade de organizar as disciplinas das séries em complexos, na medida em que este é o único sistema que garanta uma compreensão da realidade atual de acordo com o método. Apresenta como grande desafio da comunidade escolar pôr em prática metodologias que superem as limitações da escola.

Kosik (1986) define as categorias do método uma das fundamentais do processo de produção dialético do conhecimento, e ressalta que a totalidade é onde se estabelece relações para se entender o objeto e suas contradições. O concreto é interpretado como uma totalidade internamente dividida das várias formas de existência do objeto, uma combinação única do que é característico apenas do objeto dado.

Freitas (2011) traz reflexões acerca da construção da proposta pedagógica Complexos de Estudos e também dos processos interdisciplinares nela contidos, ele aponta que a busca pela superação da fragmentação, de olhar para a realidade como uma totalidade, é formada por diferentes dimensões que se contrapõe.

Frigotto (2008) detalha o caráter necessário do trabalho interdisciplinar, a produção do conhecimento que lhe é inerente a sua prática social, evidencia que as necessidades criadas pelo homem exigem de novos conhecimentos e, desta forma, produz significados.

Martins (2004) discute a diferença do trabalho na sociedade socialista e na capitalista, e aponta a base que está suplantada e escola tradicional e a possibilidade da ampliação da autonomia intelectual dos sujeitos à apropriação do conhecimento o trabalho como ponto central no processo de produção de conhecimento científico. Entre outros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A Proposta Pedagógica Complexos de Estudos e a luta do MST por educação

A proposta pedagógica baseada nos Complexos de Estudos dos pensadores Russos, Krupskaja, Makarenko, Pistrak, Shulgin, visa romper com a forma escolar clássica, pois extrapola a simples interação entre disciplinas, potencializa a auto-organização dos educandos, e o trabalho na escola, bem como reorganiza os tempos educativos escolares.

O complexo é um conjunto de relações que movimenta a forma escolar que pretende-se construir, na direção de realizar, não sem limites, nessa sociedade, a formação omnilateral, e conhecer a realidade. Em outras palavras,

a unidade do complexo reúne, sempre, em uma mesma propositura, o trabalho material como método geral (ora como ligação com o trabalho produtivo, ora com a prática social mais ampla – mas sempre como trabalho socialmente útil), as bases das ciências e das artes, os processos de desenvolvimento da auto-organização inseridos em seus objetivos formativos, bem como os métodos específicos de domínio das disciplinas envolvidas no complexo, as quais fazem uso de inúmeras fontes educativas do meio onde vive o estudante. (MST, 2013 p. 31)

O trabalho é assumido como categoria central, com valor pedagógico realizado dentro e fora da escola, de acordo com a idade, ele é desenvolvido como um princípio educativo, relacionando a escola com a vida. Trabalha-se os conteúdos escolares historicamente constituídos a partir da prática ou vivência no espaço do educando, participando dos processos da luta diária, na busca pela transformação da sociedade.

O complexo, tendo (a) o trabalho como método geral, promove sua ligação com o (b) domínio das bases das ciências e das artes, (c) com a formação da auto-direção e organização da vida individual e coletiva, e com os (d) métodos de ensino específicos das disciplinas, tendo como foco uma determinada porção da realidade atual (e), escolhida para acolher os estudos e pesquisas. Tal aspecto da realidade, da atualidade, irá receber uma denominação, que identifica o complexo, mas não se reduz a um tema ou eixo temático. (FREITAS, 2013, p. 166-167)

Entende-se que, nesta proposta, o Trabalho e Educação caminham juntos em sua concepção e os conteúdos vêm da prática social, ou da realidade, pois, a escola capitalista reproduz o trabalho em sua forma alienada. É nas relações sociais, no processo de

humanização, que os sujeitos tomam consciência do seu papel na sociedade. Assim nos Complexos de Estudos.

A noção de complexo de estudo é uma tentativa de superar o conteúdo verbalista da escola clássica, a partir do olhar do materialismo histórico-dialético, rompendo com a visão dicotômica entre teoria e prática (o que se obtém a partir da centralidade do trabalho socialmente útil no complexo). Ele não é um método de ensino, em si, embora demande, em associação a ele, o ensino a partir do trabalho: o método geral do ensino pelo trabalho. (FREITAS, 2011, p. 165).

Esse eixo tem o trabalho como ponto central no processo de produção de conhecimento científico, possibilita a ampliação da autonomia intelectual dos sujeitos, a apropriação deste conhecimento promovendo a modificação do ser humano e de suas ações no mundo reorganizando os espaços ocupados pelo homem e suas relações sociais. Porém, ao analisar as estruturas postas pela sociedade capitalista, as determinações estão distantes do que almejamos,

Em termos de aparência, o aparelho escolar estatal procura se distanciar dessa vinculação entre processos educativos e processos sociais, mantendo a suposta neutralidade da escola, da ciência e do conhecimento. Porém, em sua essência, o sistema escolar, sob o capitalismo, é condicionado de maneira incisiva por interesses que vão além dos escolares e contrapõem-se a um projeto educativo emancipador. (MARTINS, 2004 p. 38)

O trabalho é uma maneira da criança crescer envolvida em um movimento de luta, compreendo a realidade em que está inserida e a organização da sociedade humana, ele é o fundamento da vida, é uma maneira de ensinar os estudantes a viver a atualidade, como Mészáros (2005, p.68) aponta: “apenas dentro da perspectiva de ir além do capital, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade”.

Martins (2004) aponta que a escola tradicional está suplantada numa base onde:

O trabalho, o processo de trabalho, a socialização das atividades humanas são os constituintes da organização societal, seja na sociedade socialista, com o trabalho emancipado, seja na sociedade capitalista, em que o trabalho é subsumido pelo capital. É necessário assinalar tais elementos, tanto para compreensão da centralidade do trabalho (uma vez que tal compreensão corrobora o método aqui utilizado) quanto para apontar a observação de Marx acerca do alcance da categoria trabalho “comum a todas as suas formas sociais”. É, pois, no desdobramento do trabalho na sociedade capitalista que reside a base material para as reflexões acerca do processo escolar nessa sociedade. (MARTINS, 2004, p.40)

Nesse sentido, a escola do movimento difere-se das demais, por ser uma experiência da qual aprendemos como organizar as atividades a partir dos anseios e necessidades das comunidades que ela pertence. De acordo com Shulgin (2013) “A escola torna parte do

exterior [...] a autogestão deixa de ser organizada puramente na escola, mas começa a educar as crianças também com outros trabalhos”. Durante o processo a escola resgata a autoestima, ativez e, principalmente a dignidade humana de seus educando como também da comunidade, tendo o direito de estudar e se sentir parte dela, sendo sujeito no processo educativo,

Para Pistrak e também para Shulgin, o trabalho socialmente útil é o elo, a conexão segura, entre teoria e prática, dada sua materialidade. A interdisciplinaridade é garantida pela materialidade da prática em suas múltiplas conexões, e não via teoria, como exercício abstrato. Neste sentido, o complexo é uma construção teórica da didática socialista como um espaço onde se prática, pela via do trabalho socialmente útil. (FREITAS 2011, p.165)

A proposta reelaborada nas Escolas Itinerantes considera os fundamentos presentes na escola soviética, porém, é ponderado o contexto das relações capitalistas atuais do Brasil, que se diferem das relações na Rússia revolucionária.

Não é um método de ensino, segundo Pistrak (2000), mas possibilita o elo entre teoria e prática, por meio do trabalho socialmente útil na escola. Os complexos fazem essa mediação de forma que a teoria complementa a prática e vice-versa. Eles permitem elaborar planos de estudo que envolvem natureza, trabalho e sociedade. Pistrak (2000 p.134) ressalta a “necessidade de organizar as disciplinas do programa em complexos, na medida em que este é o único sistema que garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético”. Para o autor,

O conteúdo da escola é preliminarmente o conteúdo da vida, do meio natural e social, sistematizado na forma de conceitos, categorias e procedimentos pelas ciências. No entanto tal conteúdo não está desprovido de lutas e contradições. Se o conteúdo expresso nas bases das ciências é o conteúdo da vida em um outro nível de elaboração, seu domínio pela juventude não pode se dar fora da vida, fora do meio sem considerar suas contradições. E a vida não é o mesmo lugar em todo lugar. Não há como usar uma metodologia para padronizar e “empacotar” as contradições, as lutas e leva-las para “dentro da escola” com o objetivo de conscientizar o aluno fora da vida. Há uma pedagogia no meio (Shulgin, 1924) que é intransferível intimamente ligada aos processos contraditórios em curso, em cada local de formação. (SHULGIN, apud Freitas, 2011, p. 159)

Desta forma, as áreas do conhecimento se organizam e articulam conteúdos com a intenção de complementar uma formação geral, que tem a pretensão ir além de produzir dados, dominar classificações ou identificar símbolos. Busca formar lutadores e construtores para a vida, sujeitos que vejam a realidade para além do fenomênico (KOSIK, 2010). O que significa saber se informar, se comunicar, argumentar, compreender e agir, enfrentar

problemas de qualquer natureza, participar socialmente, ser capaz de elaborar críticas ou propostas e especialmente, adquirir uma atitude de permanente busca do conhecimento.

2.2 Os Inventários

O inventário é construído pela escola, com a finalidade de coletar dados do espaço, para que todos possam conhecer o entorno da escola, pois os educadores que estão pensando a proposta, necessitam do diagnóstico para organizarem a coluna da vida¹. A realização da coleta tem-se um roteiro previamente construído pelo setor de educação, porém a escola tem autonomia para (re) construí-lo de acordo com suas possibilidades.

O inventário consiste em diagnóstico preciso e detalhado da realidade na qual estão situadas as escolas e sua construção, por isso formula-lo foi uma das tarefas necessárias à elaboração da proposta dos complexos. Isso possibilitou conhecer o entorno da escola, e também os sujeitos que sempre forma parte dela, mas que historicamente a escola capitalista ignorou. (HAMMEL et al, 2015, p.74)

Como o inventário não pode ser feito apenas uma vez, visto que a natureza se transforma com a ação dos homens, e os espaços se remodelam a todo momento, o Colégio Aprendendo com a Terra e com a Vida já passou por esse processo de reelaborar o inventário no final do ano letivo de 2013. Realizado pelos educandos do 9º ano do Ensino Fundamental em conjunto com os de Ensino Médio e seus respectivos educadores.

Para isso, as turmas se deslocaram pelos espaços dos acampamentos e assentamento para dialogar com as comunidades o roteiro elaborado pelo coletivo de educadores, Freitas (2011) aponta a necessidade de reelaborar os inventários, assim, descrevendo:

Como a vida não é mesma em todo lugar, os inventários precisam ser reelaborados por cada escola, inserindo a vida local nos complexos gerais. Tal produção, refeita com professores e alunos quanto ao nível da escola, é um processo cumulativo e que deve ficar arquivado no interior desta, como fonte para todas as disciplinas e trabalhos. Nesse sentido, não necessita ser reproduzida inteiramente a cada ano, devendo apenas ser periodicamente atualizada. Cada escola se converte, assim, em uma pequena instituição que pesquisa e produz conhecimento de caráter etnográfico sobre seu entorno, sua realidade atual, apropriando-se, portanto, de sua materialidade, da vida, da prática social. (FREITAS 2011, p.168)

A partir da pesquisa junto aos espaços do entorno da escola, na tabulação dos resultados foram elencados os elementos da prática social. Estes inventários sistematizados

¹ Coluna da vida representa a síntese dos elementos encontrados na realidade e expressa a relação entre a natureza e o ser humano na produção da vida (HAMMEL. A. C., et al, 2015, p.76)

serviram de aporte para a organização do Planejamento de Ensino. Em outras palavras, âncora para estabelecer ligação entre os Conteúdos Científicos Escolares com o aporte nas Porções da Realidade, o saber sistematizado, com a prática da realidade local o do entorno.

2.3 Porções da Realidade

A partir da análise dos dados dos inventários, chegou-se aos aspectos da realidade mais relevantes que eram: as lutas, as formas participativas de gestão e organização no acampamento/assentamento, formas de gestão e organização na escola e formas de trabalho, aglutinou-se esses elementos associados a um conjunto de objetos e conteúdos e passou-se a chamar de Porção da Realidade ou Complexos, neste texto usaremos a determinação Porção da Realidade.

A metodologia, de partir do trabalho humano por meio de uma porção da realidade/complexo, traz maior sentido para a vida dos estudantes, pois torna-se possível explorar a unidade do diverso que está impregnada nesta porção, partindo do todo para as partes, e, assim relacionar com os conhecimentos escolares. Isso cria uma rica alternativa de integração da teoria com a prática que na escola tradicional encontra-se dissociada na relação pedagógica. Em outras palavras,

Compreende-se por porções da realidade, recortes da realidade repletos de sentido para a vida dos estudantes, expressos como relevantes para inter-relacionar com os conteúdos instrucionais, apresentando-se como alternativa por articular o conteúdo escolar à prática social. As porções da realidade são expressões da prática social que permitem estudar e compreender como as múltiplas determinações, atingem determinada prática social. Desta forma, exige que se aglutinem diversas disciplinas acerca de uma mesma porção da realidade, para buscar compreender a unidade do diverso, a totalidade das relações expressas em determinada porção. As porções da realidade definidas para serem estudadas, atreladas aos conteúdos instrucionais, são definidas a partir de um inventário da realidade, realizados por sujeitos das escolas e membros do setor de educação dos acampamentos, a partir de observações, entrevistas e diálogo com a comunidade acampada. A operacionalização desta nova forma de organizar o planejamento de ensino, tem demonstrado novos desafios ao conjunto dos educadores das escolas. (LEITE, 2014, p. 265-266)

Entende-se, assim, que os aspectos da realidade são repletos de significados para o espaço onde a escola está inserida, para os educando que se tornam parte destes elementos, e para os educadores que tem possibilidade de articular os conteúdos das disciplinas a prática

social na busca da compreensão da totalidade das relações, através das mediações possíveis entre escola e vida.

Cada escola tem uma realidade que é própria e ou característica dos sujeitos que ali estão inseridos, esses elementos tanto interno como externo (no entorno do acampamento / assentamento) influenciam a prática pedagógica da escola, inclusive o próprio coletivo de educadores pode influenciar no andamento da proposta, quando apresenta dificuldade em compreender os elementos pedagógicos presentes nos espaços, e consegue ver apenas a vulnerabilidade social em que as pessoas se encontram. Para Camini (2009)

Fica explícito que estas crianças têm um conteúdo social latente para levar a escola, em função da relação estreita entre seu cotidiano e a escola. O limite, porém, reside na condição real e na capacidade do educador em problematizar e transformar esta realidade em conteúdos escolares, fazendo relação com o processo mais complexo do conhecimento historicamente acumulado, gerando novos conhecimentos. (CAMINI, 2009, p. 220)

Desvelar essa prática requer conhecimento e um sério processo de planejamento coletivo, contemplando elementos que oportunizam a compreensão de determinada realidade através de uma Porção. Avaliar o seu desenvolvimento é o segundo momento mais importante, pois problemas antes não detectados podem ser superados.

3 RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1 Planejamento de Ensino

A conexão que se exigem para os complexos tem que ser pesquisada na vida concreta dos sujeitos do espaço com uma materialidade específica e prática real, não podendo ser imitação da prática ou prática artificial. Entende-se, após a análise do Plano de Estudos, que está conexão se dará por meio das Porções da Realidade.

Dessa forma parafraseando Frigotto (2008), aprende-se a ligar organicamente os elementos teóricos da educação ao conhecimento dos processos de produção, aprofundando os pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos dos olhares interdisciplinares, entendendo que o trabalho interdisciplinar não se efetiva se não formos capazes de transcender a fragmentação e o plano fenomênico.

Este estudo optou pela via da interdisciplinaridade “pela prática”, pela ligação dos conhecimentos e aspectos formativos de cada disciplina com pontos de ancoragem no entorno da escola, criando relações entre a teoria e a prática circundante. Não se trata de uma reflexão sobre uma prática, mas a inserção da escola na prática social. (MST, 2013, p. 10)

Um complexo se constituirá pela relação entre categoria da prática - entendida como atividade real de base material - que pode ser buscada a qualquer momento na escola e ou no acampamento/assentamento, e por categorias teóricas - referente a objetivos e os conteúdos. Porém, ao confrontá-las com as disciplinas num jogo dialético haverá entre ambas, o que queremos com os complexos: a apropriação teórica e a capacitação prática. Assim, teremos a significação que o trabalho dá aos conceitos, categorias e procedimentos na formação do estudante.

Esta forma de organizar a escola mudará o seu foco, não será mais exclusivamente as disciplinas e o conteúdo que moverão o ensino, mas sim o complexo (conjunto das relações que abarcam os conteúdos, o trabalho, a auto-organização) e dentro dele a porção da realidade, para tal vamos agora nos deter em analisar especificamente uma porção da realidade: a Luta pela Reforma Agrária, componente de um dos complexos do 9º ano do segundo semestre, do Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida.

Fazer essa ligação exige do educador a organização de metodologias específicas inclusive metodologias dentro da área do conhecimento, elas movimentam o complexo relacionando os conteúdos escolares com a realidade que o educando conhece, planejamento do trabalho precisa ser coletivo para garantir a articulação, assim a totalidade vai oportunizar compreensão da porção.

Faremos isso, a partir do planejamento de ensino, buscando compreender se os educadores conseguem desenvolver o ensino por complexos, os limites e possibilidades que emergem desta organização. Destacando, principalmente a conexão entre os elementos presentes no complexo e a realidade a partir do inventário e a relação interdisciplinar entre os conteúdos.

Ao estudar este planejamento e especificamente as metodologias construídas pelos educadores, observa-se que se tem muita dificuldade de apropriação da teoria dos complexos como um processo de totalidade, porém é explícito a tentativa de acerto, a busca constante por elementos que auxiliem na apropriação dos conteúdos, nota-se inúmeros recursos que subsidiam a prática pedagógica.

É nítido as dificuldades encontradas na escola: falta de energia elétrica nas salas de aula, não tem sinal de internet, a depreciação e a falta dos materiais didáticos, como por exemplo, ter que sair da escola para ir a um laboratório de informática, conforme descrito no Plano de Ensino (2014): “Os educando podem fazer uma pesquisa na internet do Colégio Eleodoro Ébano Pereira e uma visita ao sindicato dos professores de Cascavel (H)”

O educador de Educação Física, embora os conteúdos não se conectem de imediato com a porção da realidade, ele trabalha a teoria e utiliza-os como subsídios para as místicas² organizadas pelos educandos:

Trabalhar em aulas teóricas e práticas a ginástica, jogos gímnicos, ginastica geral, trazendo aspectos históricos, onde cada um foi criado, utilizar pequenos vídeos que demonstrem movimentos que cada um traz. A partir daí reconstruir ou até construir movimentos que possam contribuir na formação do educando e na construção de místicas. (Educação Física) (Plano de ensino 2014)

E os educadores conhecedores da realidade, já apontam nos documentos recursos pedagógicos que superam as dificuldades, e auxiliam na transmissão e na apropriação do conhecimento pelos educandos.

Essas metodologias demonstram que os educadores conseguem com muita dificuldade, fazer a conexão com a realidade, e buscam nas condições reais dos sujeitos a materialidade que necessitam para a prática em sala de aula. A educadora de matemática trabalha o conteúdo juros, e busca a questão dos juros na aquisição de produtos para o plantio da safra. No conteúdo de probabilidade ela trabalha com as ideias de rotação de culturas.

Discutir algumas políticas de empréstimo para a agricultura familiar, e a partir de uma situação real envolvendo um empréstimo com sua respectiva taxa de juros, orientar os alunos para que eles desenvolvam uma estratégia própria buscando determinar o total de juros pago neste empréstimo. Solicitar que os alunos apresentem as diferentes formas de resolução utilizadas, e a partir delas, buscar o que essas resoluções tem em comum generalizando-os até que se chegue a forma geral e a fórmula de determinação de juros simples. Trabalhar os significados matemáticos de acréscimo, desconto e porcentagem. Discutir o valor de juro pago no empréstimo simulado anteriormente e introduzir os juros compostos. Na sequência apresentar a fórmula utilizada para a determinação de juros compostos. Para aprofundar os conhecimentos trabalhados, apresentar diversas situações cotidianas de compra, venda e empréstimos, assim como a construção de problemas por parte dos alunos e sua respectiva resolução. (Plano de Ensino 2014)

Porém, em algumas metodologias nota-se que essa tentativa de conectar fica de forma forçada como, por exemplo, a disciplina de língua espanhola. A educadora propõe que os educandos traduzam músicas do movimento para o espanhol para identificar falsos cognatos. Porém, ela não identifica as músicas utilizadas. E ao trabalhar a música da Pitty, que

² Sobre Mística ver: BOGO, Ademar. Valores de uma prática militante. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

apresenta uma série de elementos de contraposição ao capitalismo e a conjuntura a qual nossa sociedade se encontra. A educadora descreve trabalhar o tema da música, mas não aponta que elementos serão discutidos. E faz destaque para a gramática com a conjugação verbal. Não há uma sistematização dos conteúdos desta disciplina com a porção da realidade: Luta pela Reforma Agrária.

Trabalhar a tradução de músicas do movimento e a compreensão do conteúdo; Dividir os alunos em dois grupos para que cada grupo traduza uma parte da música; trabalhar os falsos cognatos. Trazer textos com temas relacionados a porção da realidade e, a partir dos textos e das músicas, trabalhar o tempo verbal futuro perfeito e imperfeito; Trabalhar a música da Pitty “admirável chip novo”, solicitar para que os alunos identifiquem os verbos no imperativo e em seguida conjuguem esses verbos em espanhol. Trabalhar o tema da música. (Plano de Ensino 2014)

Houve tentativa de uso do inventário da realidade na disciplina de matemática e de ciências, mas ele não foi explorado nas outras disciplinas como história, geografia, língua espanhola e língua portuguesa.

A disciplina de Língua Portuguesa explora o gênero textual Carta ao Leitor, mas faz de forma forçada a conexão com a realidade, não apresentando elementos da vivência do educando, e quando vai para a produção, não há uma pesquisa anterior da necessidade da comunidade em escrever.

Fazer uma contextualização do gênero Carta, Carta do leitor e ao leitor, identificando suas características básicas. Identificar em jornais e revistas Sem Terra a Carta ao Leitor e Carta do Leitor, fazendo a leitura e interpretação das mesmas. Realizar a produção de carta do leitor enfatizando a adequação ao gênero, a intencionalidade do texto e elementos composicionais do gênero (Língua Portuguesa).

Trabalhar com os educandos a letra da música A CANÇÃO DE PROTESTO, intelectuais e artistas brasileiros reagiram ao golpe de 64, por meio de teatro, cinema e música. Filme – Getúlio. A importância da participação popular e os movimentos sociais, tendo como exemplo as Diretas Já que contou com a participação popular. Para derrubar um governo que não correspondia mais os anseios do povo. O educando deverá entender a globalização como um fenômeno recente ou antigo e seus efeitos, relacionando o consumismo exacerbado dos jovens do mundo inteiro que consomem os mesmos refrigerantes, roupas, celulares, redes sociais etc., Como os jovens do movimento sem-terra se comportam diante dessas novas ferramentas do séc. XXI. Documentário – os caras pintadas, em prol dos direitos do povo brasileiro, a força da população quando vai para as ruas Como os movimentos sociais contribuem para essa prática social no contexto atual.? E o MST, como contribui nas lutas sociais do país. (História) (Plano de Ensino de 2014)

Quanto ao planejamento ser interdisciplinar, algumas metodologias fazem a tentativa como, por exemplo, a matemática vai para além dos cálculos, discutindo as políticas públicas de financiamentos e empréstimos para a agricultura familiar.

Todavia, os educadores, de forma geral, necessitam de mais aprofundamento da proposta como um todo, principalmente no que tange a formação continuada, e formação por disciplina, para que se apropriem cada vez mais da teoria, uma vez que é a única forma de elevar a sua compreensão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola do movimento encontra-se no interior de uma contradição social, e em contraposição a forma escolar tradicional, assim, estamos diante de fracassos, avanços, problemas, conflitos. Estas contradições sociais são iminentes na escola, devemos ter a sabedoria de discutir, refletir e pensar quais técnicas usar. Queremos cuidar da vida e do ensino, assim, o conhecimento escolar, torna-se a arma mais eficiente no processo de luta em busca de uma transformação social.

Nesta proposta pedagógica, o trabalho e a ação educativa caminham juntos em sua concepção, pois os conteúdos sistematizados fazem conexões com a prática social ou realidade. Liga-se organicamente os elementos teóricos da educação aos conhecimentos dos processos de produção. Assim, o Complexo é um conjunto de relações que movimento e dá características a forma escolar, propicia a formação do homem omnilateral, faz com que o sujeito compreenda seu papel na sociedade.

A noção de complexo de estudo é uma tentativa de superar o conteúdo verbalista da escola clássica, a partir do olhar do materialismo histórico-dialético, rompendo com a visão dicotômica entre teoria e prática. Ele não é um método de ensino, em si, embora demande, em associação a ele, o ensino a partir do trabalho: o método geral do ensino pelo trabalho. (FREITAS, 2011, p. 165).

A educação tem seus limites, quando articula a compreensão das contradições do sistema de produção atual e, nesse processo, desafia-se a superar as relações decorrentes desse modo de produção. Destaca-se ainda, o papel do educador responsável por desenvolver os meios/metodologias a fim de que os educandos possam apropriar-se dos conhecimentos científicos sistematizado, possibilitando a aprendizagem do instrumental básico das Ciências, das Artes e das Linguagens.

A construção dos complexos contribui para a realização das práticas educativas e

possibilita o investimento de diversas ordens: teórico-metodológica, ético-política, técnico-instrumental e, sobretudo, sócio ocupacional, porém, ocorre que esta complexidade não está na materialidade da escola, mas sim no seu entorno e o grande desafio é encontrar mediações possíveis com a condição existente, onde os educandos são incentivados/motivados a produzir algo que esteja conectado com a sua realidade. A que se trazer à tona os processos de democratização do ensino os quais a sociedade capitalista substituiu por massificação do ensino.

REFERENCIAS

CAMINI, Isabela. (2009) *Escola Itinerante: na fronteira de uma nova escola*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular.

FREITAS, Luiz Carlos de. (2011) A Escola Única do Trabalho. IN: CALDART. S. Roseli, (Org.) *Caminhos para a transformação da Escola: reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo*. 1ª Edição – São Paulo: Expressão Popular.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (2008) A Interdisciplinaridade Como Necessidade e Como Problema Nas Ciências Sociais. In. *Ideação*. Foz do Iguaçu/PR, v.10, n.1, p. 41-62

HAMMEL, Ana C. (et al). (2015) Complexos de Estudo – do Inventário ao Plano de Estudos. IN: SAPELLI. M. L. S., FREITAS. L.C., CALDART. R. S.,(Orgs) *Caminhos para a Transformação da Escola: organização do trabalho pedagógico nas escola do campo: ensaio sobre complexos de estudo*. 1ª edição – São Paulo: Expressão Popular.

KOSIK, Karel. (2010) *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LEITE, Valter. Escola Itinerante do MST Paraná: Uma Análise sobre a Relação Trabalho e Educação. In: *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v.22, n.2, p.254-277, jul./dez.2014 <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/5041/3691> acesso em 03/08/2015

MARTINS, Fernando José. (2004) *Gestão democrática e a ocupação da escola: o MST e a educação*. Porto Alegre: EST.

MÉSZÁROS, István. (2005) *A Educação para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo.

MST. *Plano de Estudos*. Cascavel: Edunioeste, 2013

PISTRAK, M. M. (2000) *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. (2014) *Colégio Estadual do Campo Aprendendo com a Terra e com a Vida. Planos de Ensino 9º ano do Ensino Fundamental*. Assentamento Valmir Mota de Oliveira: Cascavel.

SHULGIN, Viktor Nikolae Vich. (2013) *Rumo ao politecnismo*. Tradução Alexey Lazarev e Luiz Carlos de Freitas. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular.



CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

SANTOS, Olirio Rives dos
Aluno especial do curso de Mestrado da Unioeste, Campus de Foz do Iguaçu)
oliriorives@brturbo.com.br

RESUMO

Através da bibliografia e das matrizes epistemológicas utilizadas, o presente trabalho demonstra a relação existente entre as classes opressoras e oprimidas no sistema capitalista, além da sistemática e histórica opressão e acumulação de riquezas das classes dominantes em desfavor dos trabalhadores, a forma e condição de organização e de resistência dos mesmos e que a condição de “classe para si” dos integrantes dos Movimentos Sociais é o instrumento para combater, de fato, a insistente Criminalização dos Movimentos Sociais, o que ocorre com o avanço da condição de “classe em si”, para a condição de “classe para si”. Avanço que somente acontece ao longo do processo de lutas e com o debate político aprofundado no seio dos movimentos, pois assim se dá em razão da compreensão da unidade de interesses e bandeiras, bem como da identificação do mesmo inimigo ou adversário, ocasião, a partir da qual, os integrantes das classes então exploradas adquirem as condições independentes para elaboração de projeto de existência social adequado a seus interesses de classe e fundados nos valores humanos, sociais, econômicos e psicológicos.

Palavras-chaves: classe, criminalização, movimentos.

ABSTRACT

Through the literature and the epistemological sources used, the present study shows the relationship between the oppressors and the oppressed classes in the capitalist system, as well the systematic and historical oppression and accumulation of the ruling classes in worker's detriment, the shape, the condition of organization and their own resistance, and that the “class for itself” of the members of social movements is the instrument to fight against the persistent Social Movements Criminalization, which occurs with the advancement of the “class in itself” condition, to the “class for itself” condition. Advancement that only happens in the process of combat and the in-depth political debate within the movements, which occurs due to the understanding of the interests unit and flags, as well identifying the same enemy or opponent, occasion in which the class members until then oppressed, acquire their own conditions to develop social existence project suitable for their class interests based in human values, as well as social, economic and psychological.

Key words: class, criminalization, social movements.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho que tem como título a Criminalização dos Movimentos Sociais e por objetivo a demonstração de que é o avanço dos trabalhadores integrantes dos Movimentos Sociais da condição de “classe em si”, para “classe para si”, que constituirá o instrumento forte e eficaz o suficiente para combater e enfrentar a criminalização



referida no título se utilizará da bibliografia e das matrizes epistemológicas trabalhadas ao longo do texto e elencadas nas referências bibliográficas para a referida pretensão.

Ancorado nos escritos de Kals Marx e Frederico Engels, principalmente, o texto demonstra o objetivo histórico do Estado capitalista sempre voltado para a proteção da propriedade privada e defesa dos interesses da classe economicamente dominante, ao mesmo tempo que torna transparente, considerando a âncora fornecida pelos autores citados, assim como àquela posta a disposição pelos pensadores marxistas da atualidade, como continuam atualizadas as pretensões das classes exploradoras em desfavor dos trabalhadores, ocasião em que demonstramos a caminhada e o esforço das classes operárias consubstanciadas nos Movimentos Sociais, em buscas constantes e permanentes dos instrumentos de enfrentamento da classe opressora e, da mesma forma, transparece a partir dos textos que os trabalhadores preponderaram em várias ocasiões, em que pese a indiscutível hegemonia do Estado e da classe abastada.

Verifica-se, ainda, ao longo do texto, que juntamente com o processo de luta para assim atingir a condição de “classe para si”, atualmente os trabalhadores integrantes dos Movimentos Sociais podem contar com interessantíssimos instrumentos de apoio, como é o caso dos meios e procedimentos fornecidos pela nova história e aqueles apresentados pela interdisciplinaridade, ferramentas que poderão significar o horizonte que os Movimentos Sociais sempre almejavam e, por hora, não é possível o aprofundamento dos estudos sobre os referidos temas, considerando a natureza e os limites impostos pelo presente trabalho.

Por fim, concluímos o texto com a demonstração, que é colhida da leitura, reflexão e análise do material mencionado nas referencias bibliográficas, que indiscutivelmente, a condição de “classe para si”, é a ferramenta capaz de combater a Criminalização dos Movimentos Sociais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A bibliografia e matrizes epistemológicas a seguir elencadas, conforme os termos acima colocados, demonstram ou dão condição para correta compreensão de como se deu ao longo do tempo o processo de exploração da classe dominante sobre a classe trabalhadora, assim como as ferramentas passíveis de construção pela classe oprimida e explorada com vistas ao enfrentamento e defesa dos seus interesses, valores e hábitos de vida,



instrumentos fundamentais para os propósitos desse trabalho, que visa, fundamentalmente, demonstrar o porquê da Criminalização dos Movimentos Sociais pelas elites econômicas e, dentre as ferramentas referidas, qual é o principal instrumento que deverá ser construído pelos trabalhadores para combatê-lo de forma eficaz, já que o principal adversário atualmente é o Estado moderno que atua em defesa dos interesses da classe economicamente dominante.

Frederico Engels, ao escrever o livro a Formação da Família, da Propriedade Privada e do Estado, não deixa dúvida quanto a realidade da exploração dos trabalhadores pelos detentores do capital, assim como quanto à função do Estado como protetor e defensor da propriedade privada, função para a qual foi criado há séculos e que exerce com primazia e eficiência até os dias de hoje, em cujo contexto se percebe o predomínio de uma classe abastada sobre aqueles que detêm, unicamente, a força de trabalho para ganhar o pão e assim sobreviver, de acordo com o texto da página 193 da obra de Engels.

“Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo de classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito dele, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravo para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representante é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado.”

Já em Ideologia Alemã, Engels e Marx, de forma cristalina e com a costureira didática, demonstram como ocorre a formação da consciência e alienação dos trabalhadores, o que se dá, concretamente, a par da “produção das condições materiais de existência”, nos termos ditos por Emir Sader em A Nova Topeira, que significa que a classe trabalhadora é alienada no decorrer do processo de produção e, por consequência, avança e se perpetua a dominação e a exploração, onde o combate a ser travado é dificultado, considerando apenas a frágil condição de “classe em si”, a teor do disposto na obra mencionada, página 19, de acordo com o que segue.

“A leitura de A ideologia alemã foi um dos acontecimentos mais marcantes da minha vida, pois levou-me à compreensão de como, concretamente, a produção das condições materiais de existência gera as formas de consciência e de alienação no homem; de como objetividade e subjetividade são duas expressões projetadas desse homem que, ao transformar o mundo, transforma a si mesmo. Algo parecido sucedia com uma parte de minha geração, que encontrava no marxismo as chaves para uma leitura da realidade e os germens de um projeto para a sua transformação. Desse modo, tudo que aprendi depois,



com Lukács, Gramsci, Sartre e tantos outros, era um desdobramento dessa leitura primordial.”

Marx por sua vez, em *O Dezoito Brumário* e em *A Miséria da Filosofia*, conforme lembrado por Montano e Duriguetto em *Estado, Classe e Movimento Social*, demonstra que os trabalhadores camponeses, ao viver o seu oposto modo de vida, interesses e cultura, aos de outras classes, constituem uma “classe em si”, assim como, na luta, essa massa se une e forma uma “classe para si”, levando-os ao enfrentamento da opressão, conforme se percebe pelo texto da obra citada, página 97, vejamos:

“A ‘classe em si’ é constituída pela população cuja condição social corresponde com determinado lugar e papel no processo produtivo, e que, independentemente de sua consciência e/ou organização para a luta na defesa de seus interesses, caracteriza uma unidade de interesses comuns em oposição aos de outras. Não representa necessariamente um momento ‘imaturo’ da formação das classes, mas uma dimensão da sua constituição e da análise social. ‘classe em si’ remete à mera existência de uma classe. Conforme Marx apontou n’O Dezoito Brumário, ao tratar da classe camponesa: ‘na medida em que milhões de famílias [...] vivem em condições econômicas que [...] opõem seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe [em si]’ (ver Marx e Engels, 1977a, p.277)”.

*“A ‘classe para si’ caracteriza outra dimensão possível da constituição e da análise da classe. Conforma uma classe para si aquela que, consciente de seus interesses e inimigos, se organiza para a luta na defesa destes. Pode-se verificar um momento histórico em que Marx observou a passagem da ‘classe em si’ para a ‘classe para si’ no contexto em que, entre 1830 e 1848, a classe trabalhadora se torna sujeito autônomo, consciente de seus interesses e do seu antagonismo ao capital, e organizado para as lutas de classes. Como Marx caracteriza em *A Miséria da filosofia*, ‘as condições econômicas, inicialmente, transformam a massa [do povo] [...] em trabalhadores [conformando uma classe em si]. A dominação do capital sobre esses trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em si em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta [...] essa massa se une e forma uma classe para si’ (1985, cap. 2, p. 159, § 5).”*

Como se vê pelo passo a passo de todo o exposto e levando em consideração o estabelecido nesse modelo de sociedade, precisamos considerar, de acordo com Peter Burke, em *A Escrita da história – Novas Perspectivas*, página 12, que a realidade posta foi culturalmente construída e com o fim de marginalizar para explorar e acumular.

“A base filosófica da nova história é a idéia de que a realidade é social ou culturalmente constituída”. “Nossas mentes não refletem diretamente a realidade. Só percebemos o mundo através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, um entrelaçamento que varia de uma cultura para outra. Nessa situação, nossa percepção dos conflitos é certamente mais realçada por uma apresentação de pontos de vistas opostos do que por uma tentativa, como a de Acton, de articular um consenso.”



Por isso o novo horizonte vislumbrado pelos trabalhadores precisa desconstituir a realidade que está colocada e por isso a ascensão da consciência se faz fundamental, sendo que, para tanto, atualmente podemos contar com os valiosos meios postos a nossa disposição pela interdisciplinaridade, a teor dos textos escritos pelos teóricos que estudam a matéria, ensinamentos que também têm sido colocados em prática pelos projetos de pesquisas e graças aos esforços dispendiados no meio acadêmico.

Com vista a demonstrar o espírito de vanguarda contido nos princípios da interdisciplinaridade, segue a transcrição do pequeno texto do livro *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação* de Augusta Thereza Alvarenga e Outros, página 156/157, conforme segue.

“A formação de ‘espíritos esclarecidos’. Pode-se, em primeiro lugar, ter como objetivo contribuir para a formação de espíritos esclarecidos que saibam adotar uma visão global da realidade contemporânea. Espíritos que tenham recuo em relação aos saberes compartimentados produzidos pelas disciplinas e que estejam, por isso, em condições para enfrentar conceitualmente os novos desafios intelectuais que nossas sociedades encontram. Evocamos, no Capítulo 2, os transtornos aos quais encontram-se submetidos agora, sob efeitos conjuntos das evoluções da ciência, da técnica e da sociedade, os quadros de pensamento que constituem o alicerce sobre o qual a cultura ocidental tem construído e estabelecido sua hegemonia planetária durante os séculos passados.”

É preciso compreender que o processo de opressão e exploração se perpetua desde o surgimento desse modelo de sociedade e de Estado que vivenciamos, nos precisos termos demonstrados pela ciência marxista, cujos meios de produção estabelecidos vão alienando o homem trabalhador sistematicamente e de forma cíclica, a teor da interpretação trazida por Emir Sader, sempre com o fim precípua de manter a opressão e a exploração dos trabalhadores com a conseqüente acumulação da produção nas mãos dos detentores dos instrumentos de produção, o que com o passar dos ciclos, torna-se uma realidade social e culturalmente constituída, a teor do magistralmente colocado pelo historiador Peter Burke, no livro retrorreferido, o que faz com o que o trabalhador, necessitado, alienado e envolto apenas da compreensão das condições de “classe em si”, veja os acontecimentos como normais e imutáveis e sem capacidade de demonstrar qualquer reação eficaz ao contexto construído pela classe dominante em conjunto com o Estado capitalista.

No entanto, como se percebe através da sucessão dos ciclos históricos, em que pese os massacres praticados pelas investidas das elites econômicas, inclusive na história recente onde se vê o derramamento de sangue dos trabalhadores rurais sem terra, dos



integrantes dos movimentos dos professores, dos operários, o aniquilamento dos indígenas, etc., os trabalhadores resistem bravamente e, com muita frequência, conseguem impor importantes derrotas às classes dominantes e, inclusive, fazendo prevalecer as suas agendas, acontecimentos muito bem ilustrados por Eduardo Galeano, em sua obra *As Veias Abertas da América Latina* e Emir Sader em seu *A Nova Toupeira*.

Porém, mesmo diante das heroicas lutas dos trabalhadores, é inegável a hegemonia das classes dominantes e seu Estado capitalista, cuja correlação de forças somente é possível mudar a partir da posse de novas munições em mãos dos oprimidos, e essa munição é a compreensão e avanço da consciência para a condição de “classe para si”, meio forte e eficaz que sempre acompanhou os trabalhadores em suas vitórias e sem ele a derrota é inafastável.

Com vistas a este objetivo, os autores marxistas retromencionados, se reportando a Marx, demonstram os estágios da “classe em si” e “classe para si”, como se dá esse avanço nas classes trabalhadoras e suas respectivas consequências quanto incapacidade, no primeiro caso, e capacidade no segundo, no que tange ao enfrentamento da opressão e da exploração das classes detentoras da mão de obra, instrumento fundamental e de indiscutível envergadura, que sem dúvida, tem conduzido o mundo oprimido no rumo do progresso, libertação e emancipação, assim como nos esclarece de todo esse contexto, ao mesmo tempo possibilita alcançar os resultados que os trabalhadores almejam atingir em suas caminhadas, em especial no momento atual, quando é possível contar com outros instrumentos teóricos valiosos, como é o caso das idéias de vanguarda relacionadas aos princípios da nova história e os métodos da interdisciplinaridade.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados aqui alcançados são frutos da análise dos textos constantes das referências bibliográficas, sendo que os mesmos, sem dúvidas, ocorrem em razão da configuração da sociedade capitalista, formada por classes, em síntese por aqueles que exploram a força de trabalho e pelos explorados nos termos salientados na fundamentação teórica, os primeiros detentores da riqueza produzida e acumulada, os segundos produtores dessa riqueza e detentores unicamente da força de trabalho.

Diante disso, é indiscutível a necessidade de compreensão do conceito de classes sociais e, conforme Theotônio dos Santos, o conceito de classe social não é de agora, é



antigo, e o vemos na bíblia, em São Tomas de Aquino, em Aristóteles, no Egito antigo, sempre evidenciando a diferença entre ricos e pobres, enquanto na Política a formação da sociedade se dá entre pobres, classe média e ricos, e aí então, estão as classes sociais. Sempre a classe abastada econômica e politicamente preponderando sobre a classe menos favorecida, oprimindo, explorando, acumulando e criminalizando. É a sociedade de classe, é o sistema capitalista que criminaliza para oprimir, explorar e acumular nos termos já salientados.

Dado a relevância do assunto, transcreveremos o conceito de classe social nos termos postos por Theotônio dos Santos, no livro *Conceito de Classes Sociais*, página 7, vejamos:

“O conceito de classe social não foi uma criação do marxismo. Desde a antiguidade grega, por exemplo (podemos mesmo encontrar documentos egípcios em que se fala da existência de classes na sociedade), Aristóteles divide a sociedade em escravos e homens livres. Além disso, na política, divide os cidadãos em pobres, classe media e ricos. Nesta mesma obra, Aristóteles estabelece relações entre formas de governo e predomínio de certas classes sociais. Também entre os patriarcas da Igreja, segundo Ossowsky, era bastante viva a consciência de uma sociedade escravista que existia junto com a idéia da igualdade social. Os atos dos Apóstolos e o Novo Testamento estão cheios de referências às classes sociais, sempre observadas do ponto de vista da relação, pobres e ricos ou das relações escravistas.”

Assim, de acordo com Santos e os demais teóricos suprarreferidos, a sociedade no sistema capitalista é formada por classes sociais e a tensão e luta de classe nesse sistema é permanente, explorados contra exploradores e vice-versa, sempre, por óbvio, considerando a lei do mais forte e, aí, deve ser considerada principalmente a diferença de força econômica e política, vencendo o explorador, aquele que acumula a riqueza produzida pelo explorado, detentor de poucas possibilidades de preponderância.

No entanto, mesmo diante dessas poucas possibilidades das classes oprimidas e exploradas, a classe dominante, com vistas a manter a exploração, criminaliza e, em especial, criminaliza os Movimentos Sociais, caminhada que tem feito de forma galopante, pois vê nos movimentos sociais uma ameaça, uma concreta possibilidade de reação e até libertação, por isso, os massacres contra os integrantes dos Movimentos Sem Terra, dos Movimentos Indígenas, dos Movimentos Operários, do Movimento Sindical, etc, pois na luta têm avançado da condição de “classe em si”, para a condição de “classe para si”, quando passarão a reunir os meios de enfrentamento e, dessa forma, poderão impor a agenda dos movimentos, dos explorados frente ao capital e ao Estado, o que se faz vastamente demonstrado pelos teóricos dos Movimentos Sociais e, com vista a demonstrar esta realidade,



transcreveremos o texto da autoria de Maria da Glória Gohn, citando Castells no livro Teorias dos Movimentos Sociais, página 193, vejamos:

“Os movimentos sociais são fundamentais para uma gestão democrática da cidade, porque são os verdadeiros diagnosticadores das necessidades coletivas, as reformas não ocorrem sem pressões. Sem movimentos, não há condições para uma reforma urbana democrática, porque não há como detectar as reais necessidades. Essa reforma requer instrumentos políticos e técnicos. Portanto, os movimentos seriam os agentes formuladores das mudanças a serem implementadas pelo Estado, por meio de instrumentos institucionalizadores. (Castells, palestra proferida na Secretaria Geral do Planejamento, São Paulo, Brasil).”

22

Assim, sendo conhecido o conceito de classe social, bem como a significância da organização das classes trabalhadoras e oprimidas para as classes dominantes e, em especial, qual é o instrumento de enfrentamento dos oprimidos em face dos opressores, se faz necessário compreendermos o conceito de “classe em si” e “classe para si”, pois de acordo com Marx e os demais autores referidos que o seguem, “classe em si”, é mera referência de uma classe, apenas determinando o lugar e papel no processo produtivo, sem condição de defesa como conjunto, portanto, sem possibilidades de enfrentamento do explorador, é o verdadeiro “cada um por si”, enquanto a “classe para si”, caracteriza outra dimensão, cada integrante defende o todo e o todo defende cada um dos seus integrantes, pois consciente dos seus interesses e inimigos e nela está o instrumento para o combate à criminalização dos Movimentos Sociais, por isso o esforço do capitalismo e da sociedade burguesa para desconstituí-los, pois desconstituindo os Movimentos Sociais, por óbvio, desconstitui a organização dos trabalhadores e, assim, qualquer possibilidade de ascensão da consciência de “classe para si”.

Vejamos o que diz Theotônio dos Santos sobre o assunto em seu livro Conceito de Classes Sociais, páginas 30 e 31:

“Uma classe se define primeiramente pelas relações ou modos de relações que condicionam as possibilidades de ação recíprocas ente os homens, dado um determinado modo de produção. Neste sentido, o conceito de consciência de classe é um conceito puro, quer dizer, abstrato, teórico, não referenciável diretamente a uma ou a algumas consciências empíricas. Neste nível, como vimos, podemos definir a consciência de uma classe como a representação consciente possível de seus interesses num dado modo de produção. Os indivíduos que compõem ou ‘personificam’ estas categorias abstratas, quer dizer, que realizam na prática estas relações, não dispõem em geral dos meios teóricos para representá-la em sua consciência. Representam-nas de modo caótico, assistemático e fragmentário, misturado com as idéias dominantes em sua sociedade ou naquela em que foram educados. A sistematização dessas impressões de um sistema de relações reais na cabeça dos indivíduos forma a



psicologia da classe. Na medida em que esta psicologia de classe não Expressa realidade destas relações num setor significativo dos indivíduos que compõem uma classe, pode-se conceituar estes agregados humanos como uma classe em si.

Contudo, serão uma classe para si numa situação social em que tomem consciência destas relações sob a forma de uma ideologia política que defina claramente as condições reais de sua existência e a contradição entre elas e seus interesses como classe social, bem como lhe proponha os meios de superar esta situação. Neste momento passa a se constituir uma classe para si, quer dizer, uma classe capaz de elaborar um projeto de existência social adequado a seus interesses de classe.”

Aí está, portanto, de acordo com o pensamento de Kals Marx e Theotônio dos Santos, o procedimento e a influência dos valores que levam os trabalhadores oprimidos à ascensão para a condição de “classe para si” e, por consequência, a contar com as condições para defesa concreta de “*um projeto de existência social adequado aos seus interesses de classe*”, que significa enfrentamento aos interesses dos opressores e, portanto, o combate à Criminalização dos Movimentos Sociais, onde se vê que nos ensinamentos de Santos estão postos que nesse processo de compreensão e conscientização, juntamente com a luta, estão inseridos valores da psicologia, sociologia, economia, etc, que merecem reflexão a respeito e que não será possível realizar nesse momento em razão da natureza e limitação desse trabalho.

Na mesma linha do texto acima, também se encontra o teórico marxista Paulo Freire e em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, pagina 28, após os seus longos períodos de pesquisa e observação, apresenta a conclusão a seguir transcrita, demonstrando o comportamento dos trabalhadores, em especial dos camponeses, totalmente despidos das condições de “classe para si” e, portanto, sem nenhuma possibilidade de resistência e reação.

“Enquanto se encontra nítida sua ambiguidade, os oprimidos dificilmente lutam, nem se quer confiam em si mesmos. Têm uma crença difusa, mágica, na invulnerabilidade do opressor. No seu poder de que sempre dá testemunho. Nos campos, sobretudo, se observa a força mágica do poder do opressor. É preciso que comecem a ver exemplos de vulnerabilidades do opressor para que, em si, vá, operando-se convicção oposta à anterior. Enquanto isso não se verifica, continuarão abatidos, medrosos, esmagados.

Dessa forma, diante de todo o exposto, se faz demonstrado as difíceis condições dos trabalhadores que vivenciam a desorganização e, portanto, a mera condição de



“classe em si”, restando-lhes apenas o instrumento de luta consubstanciado na “classe para si” e assim marchar contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e, por consequência, estabelecer o combate à opressão, exploração e a apropriação do produto do seu trabalho pelo opressor capitalista, fazendo se estabelecer um novo tempo, onde os outrora oprimidos enxerguem a linha do horizonte com os próprios olhos e percebam a reação do mundo com os seus próprios sentimentos, deixando à classe opressora, inclusive, a possibilidade da conscientização, se constituindo e materializando o meio de combate à criminalização dos trabalhadores organizados nos Movimentos Sociais.

CONCLUSÃO

Após a leitura e estudo de todo o material teórico elencado nas referências bibliográficas, bem como após a devida reflexão, concluímos o presente trabalho com a convicção de que é o avanço dos trabalhadores para a condição de “classe para si”, migrando da condição de “classe em si”, que se estabelecerá o instrumento invencível de combate à Criminalização dos Movimentos Sociais, pois como demonstrado, é com a igualdade entre os seus integrantes e unificação das suas bandeiras, que os Movimentos Sociais terão condição de enfrentar os interesses das elites econômicas constituídos historicamente e voltados, unicamente, para a opressão, exploração e acumulação da riqueza socialmente produzida, pois, envoltos no manto da “classe para si”, conscientes da necessidade de defesa dos seus valores, interesses, hábitos e crenças como um todo, em oposição aos interesses e ideologias da classe economicamente dominante, que farão preponderar as suas agendas agora unificadas, o que ocorrerá pela força da maioria e a consciência da defesa dos mesmos objetivos e, assim, será construída a luta e a vitória dos Movimentos Sociais e, por consequência, dos trabalhadores, contra a criminalização conforme já dito, tudo em razão do fortalecimento e avanço da consciência dos seus coletivos por parte dos seus integrantes.

Ao teor do demonstrado, vê-se que no processo de avanço dos trabalhadores da condição de “classe em si”, para “classe para si”, o que se dá na luta, fatores e valores relacionados à sociologia, economia e psicologia têm influência marcante nessa caminhada, que, porém, não é possível aprofundar a reflexão aqui em razão da natureza e limites do presente trabalho, porém se faz fundamental o cumprimento dessa tarefa, pois observamos que daí é possível deduzir elementos importantes para efeito de convicção e, portanto, significam instrumentos de formação dos trabalhadores em processo de luta, assim



como ocorre com os procedimentos da interdisciplinaridade e os recursos da nova história, ferramentas de transcendental importância e que precisam ser consideradas e colocadas à disposição dos coletivos dos Movimentos Sociais dados a sua enorme relevância e significância no que tange a possibilidade de estabelecimento de um novo tempo.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Augusta Thereza et al. (2011) *Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da Interdisciplinaridade*. In PHILLIPPI, JR, Alindo. NETO, Antônio J. Silva. (orgs.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: MANOLE.

ALVAREZ, Sonia; DIGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (2000) *Cultura e política nos Movimentos Sociais Latino- americanos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

BARTH, Fredrik. (2000) “A análise da cultura nas sociedades complexas”; “Os grupos étnicos e suas fronteiras”. In *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.

BOURDIE, Pierre. (2008) *A economia das trocas linguísticas*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP.

BURKE, Peter. (1992) *A escrita da história – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP.

CASANOVA, Pablo Gonzáles. (2006) *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. São Paulo: Boitempo.

CARDOSO, Ciro Flamarion. (1997) VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.

CERTEAU, Michel de. (2000) *A Cultura no Plural*. São Paulo: Papiрус.

ENGELS, Friedrich. (2002) *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Centauro Editora.

FREIRE, Paulo. (1968) *A Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

GALEANO, Eduardo. (2002) *As Veias Abertas da América Latina*. 41 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

GOHN, Maria da Glória. (1997) *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.

HOLLOWAY, John. *Clase e Lucha*. (2004) *Buenos Aires: Harramienta*, 2004.

KOSIK, Karel. (1995) *Dialética do concreto*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LENIN. (2010) *O Estado e a Revolução*. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular.



MARX, Kals. (1985) *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global.

MONTANO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lucia. (2000) *Estado, Classe e Movimento Social*. São Paulo, Editora Cortez.

RAYNAUT, Claude. ZANONI, Magda. (2011) *Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior*. In: PHILLIPPI, JR, Arlindo. NETO, Antonio J. Silva (orgs.). *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação*. Barueri, SP: MANOLE.

SADER, Emir. (2009) *A Nova Topeira*. São Paulo, BOITEMPO.

SANTOS, Theotônio dos. (1983) *Conceitos de Classes Sociais*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes.

SCHERER-WARREN, Ilse. (2011) *Para uma abordagem pós-colonial e emancipatória dos movimentos sociais*. In: SCHERER-WAREN, Ilse. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. (orgs.). *Movimentos sociais e participação*. Florianópolis: Ed. UFSC.

SEOANE, José (compilador). (2004) *Movimientos sociales y conflictos en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.



A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE: TRAJETÓRIA, PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO.

MULLER, Crisna Maria

*Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR– UEPG,
pesquisadora do Núcleo Temático de Pesquisa em Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais
(UEPG). Bolsista da CAPES.
crisnamm@yahoo.com.br*

BESING, Márcia

*Especialista em Direitos Fundamentais da Família, Criança e Adolescente pela Universidade do
Oeste de Santa Catarina/SC - UNOESC. Atua como assistente social junto ao CREAS do Município de
Maravilha/SC.
marciabesing@yahoo.com.br*

27

RESUMO

O presente artigo objetiva aprofundar o processo de inserção das mulheres nos movimentos sociais, a criação de seus movimentos sociais específicos e o crescente empoderamento feminino que decorre esta atuação. Para tanto será dada ênfase ao Movimento das Mulheres Camponesas e ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, que tiveram seu início no oeste do Estado de Santa Catarina, e que representam significativos espaços de protagonismo feminino que conduzem ao fortalecimento da sua cidadania e progressiva superação da ideologia que naturalizou a desigualdade de gênero. A abordagem da temática foi desenvolvida com aplicação do método de abordagem indutivo e do procedimento da pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Mulher. Empoderamento.

ABSTRACT

This article aims to deepen the process of integration of women in the social movements, to create their specific social movements and the growing female empowerment that stems from this action. To this end emphasis will be given to the Movement of Peasant Women and the Movement of Working Women Urban, who got their start in the western state of Santa Catarina, which represent significant female role spaces leading to the strengthening of citizenship and gradual overcoming of ideology that naturalized gender inequality. The approach of the theme was developed with application of inductive approach method and the literature procedure.

Keywords: Social Movements. Woman. Empowerment.

INTRODUÇÃO

No campo das Ciências Sociais, relevante a presença dos movimentos sociais enquanto mecanismos de resistência e organização popular que lutam pelo pleno exercício de direitos, implementação de políticas públicas e denúncia de violações. Neste contexto e tendo presente a histórica opressão sofrida pelas mulheres, a pesquisa pretende aprofundar o



processo de inserção das mulheres nos movimentos sociais, a criação de seus movimentos sociais específicos e o progressivo empoderamento feminino que decorre esta atuação.

Para atingir o objetivo proposto se fará uso do método de abordagem indutivo e do procedimento da pesquisa bibliográfica, com levantamento teórico em livros e periódicos que tratam da temática proposta.

Este estudo buscará sistematizar, inicialmente, a compreensão de Movimento Social e da inserção das mulheres no espaço de luta tanto no campo e na cidade. Para tanto passar-se-á à abordagem do Movimento das Mulheres Camponesas e Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, ambos que surgiram no oeste do Estado de Santa Catarina. Por fim, adentrará no processo de empoderamento que se instala a partir do protagonismo da mulher nos movimentos sociais, que a amadurece e conscientiza para a conquista da cidadania.

1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS: TRAJETÓRIA DO SEU DESENVOLVIMENTO E DA INSERÇÃO DA MULHER NO ESPAÇO DE LUTA.

Desde os primeiros tempos da formação da sociedade brasileira, pelos colonizadores europeus, as lutas sociais no campo estiveram presentes. Contudo, no período militar, entre os anos 1964 a 1985¹, com a repressão implícita ou explícita, as lutas foram escondidas ou até caladas e não permitiram a formação de novos movimentos sociais no campo. Paoli e Telles (2000) salientam que os movimentos sociais ressurgiram nos anos de 1980 quando houve um fortalecimento por parte dos sindicatos, ganhando forma na reivindicação de direitos às aspirações por uma sociedade mais justa e igualitária, projetando-se no cenário público e deixando suas marcas em conquistas importantes na Constituição de 1988.

Sendo assim, os movimentos sociais encontram-se contextualizados em meio às transformações ocorridas com a expansão dos mercados, na economia e que foram marcados pela crise estrutural da economia mundial. Foi então, como enfatiza Lorenzoni (2006), necessário que os movimentos sociais criassem mecanismos de resistência e organização popular para opor-se à violência imposta pelo capitalismo no campo, exemplificada pelo incentivo ao agronegócio, constante lançamento de propostas que destroem a cultura camponesa, mudam os hábitos alimentares, divulgam vantagens do uso de produtos industrializados entre outros aspectos, em detrimento da manutenção da pequena propriedade

¹ O Golpe de Estado inaugurou, na noite do dia 31 de março de 1964, o longo período chamado “anos de chumbo” que se estendeu até a entrega da faixa presidencial a José Sarney, em 15 de março de 1985. (Brasil, 2007).



agrícola familiar Neste contexto, a condição é lutar, encontrando-se aí a importância da organização dos movimentos sociais.

Segundo Gohn (2005), a partir dos anos 1990, a visibilidade política dos movimentos sociais diminui. De 1990 a 1995, os movimentos sociais populares urbanos reduziram, de certa forma, o poder de pressão direta conquistados na década anterior. Isto ocorreu devido a vários fatos, dentre eles o fato do Brasil estar saindo de uma fase de conquistas de direitos constitucionais novos que ainda deveriam ser regulamentadas; o retorno das eleições diretas; o aprofundamento ou implantação de políticas neoliberais pelo governo federal, gerando desemprego e conseqüentemente aumentando a violência e pobreza no campo e na cidade.

De outro norte, este período foi aproveitado pelos movimentos para se organizarem, internamente e externamente, rearticulando seu papel na sociedade. Portanto, a crise não significou seu desaparecimento ou enfraquecimento de sujeitos sociopolíticos importantes, no entanto, o cenário gerado exigiu articulações, trabalhos em redes, construções de agendas conjuntas de congressos, manifestações públicas e outros (GOHN, 2005).

Gohn (2005) ainda destaca que na segunda metade dos anos 1990, foram acrescentados novos ingredientes a conjuntura nacional, como: as crises de economia interna, que exigiram repensar os planos e estratégias de ação; redução de entidades de apoio; novas regras de cooperação internacional que exigiram uma re-orientação das ações, dificultando assim a articulação junto à população. A participação da população em atividades realizadas pelos movimentos foi menor devido ao desemprego, à violência urbana e dentre outros motivos. Ainda, muitos movimentos uniram-se à Organizações Não governamentais – ONG's que os apoiavam ou então criaram novas Organizações.

Assim, percebe-se que na década de 1990, os movimentos sociais revisam, reorientam ou mudam suas lutas devido ao contexto econômico, político e social no qual estão inseridos. Os movimentos sociais de massa não se encontram mais como nos anos 1980, passam a luta agora por cidadania, por um projeto democrático e emancipatório, na qual a população tenha “vez e voz” nas decisões que lhes afetam ou que venham a atingir-lhes futuramente. Para que isto se efetive, emerge a importância da formação interna dos militantes dos movimentos sociais, especialmente dos dirigentes. Esta prática formativa que os integrantes dos movimentos sociais possuem se desenvolve através de critérios pedagógicos próprios, bem



como inspirados na educação popular, especialmente no educador Paulo Freire², incansável lutador pela transformação da sociedade.

Nesse contexto, os movimentos sociais, em geral, lutam contra o modelo capitalista, patriarcal e neoliberal que tem como base um sistema econômico concentrador de renda, desigual e excludente. Lorenzoni (2006) ressalta que movimento social é uma ação coletiva no âmbito das relações sociais e com caráter contestador que visa a transformação e/ou preservação de uma ordem estabelecida na sociedade. Com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva para Presidente da República³, criou-se forte expectativa e uma grande esperança para os militantes dos movimentos sociais. No entanto, a aliança dos políticos responsáveis pela Nação com os detentores do poder, com o capital estrangeiro, não rompeu com o modelo de subordinações, dominação e exploração e por isto os movimentos retomaram suas lutas com intensidade, pois haviam enfraquecido consideravelmente no início do governo Lula.

Importante destacar que no Brasil os movimentos sociais sofreram constantemente ataques da mídia e do Estado conservador que distorceram ações realizadas pelas organizações, bem como criminalizaram lideranças submetendo-as a distintas formas de violência. Geralmente os mais atacados são os movimentos que lutam pela ampliação, efetivação e reconhecimento dos direitos humanos:

[...] as forças conservadoras estão se utilizando de instrumentos legais do Estado para reprimir as lutas sociais, ao mesmo tempo em que a mídia fortalece uma ideologia de que toda luta representa uma ameaça a valores da sociedade, como tranquilidade, paz e segurança, o que contribui para que a própria população entenda como criminosa aquela luta social. O fenômeno da criminalização é recente na tradição da luta política no mundo; o que havia era repressão pura e simples. Mas recentemente, além de haver a repressão, passa a se desenvolver a ideologia de que lutar por direitos é crime. É o que está acontecendo com as mulheres: lutar pelo direito ao aborto passa a ser considerado crime. Acusam-nos de fazer apologia ao crime, quando na verdade estamos lutando para mudar uma lei. (CAMURÇA apud CRIMINALIZAÇÃO, 2009, p. 01).

Entende-se que a criminalização é um impedimento na elaboração de políticas públicas, bem como para sua efetivação. Ela também fragiliza os movimentos em suas lutas pela igualdade, pois visa à destruição dos integrantes através de ameaça e coação, impondo o medo. Entretanto, os movimentos sociais continuam sua luta pela transformação da sociedade,

² Paulo Régis Neves Freire nasceu em 19 de setembro de 1921 em Recife/Pernambuco. Morreu na cidade de São Paulo, de infarto, em 02 de maio de 1997. É autor de diversos livros, dentre eles: Educação como prática da liberdade; Pedagogia do oprimido; Pedagogia da esperança; Pedagogia da autonomia; Pedagogia da indignação; Educação e mudança; Alfabetização e conscientização. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/paulofreire/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

³ Foi o trigésimo quinto presidente do Brasil, cargo que exerceu de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011.



pois objetivam um mundo onde as pessoas tenham igualdade de direitos e onde a justiça social aconteça.

Por fim, acerca dos movimentos sociais há diversos conceitos e reflexões. Inicialmente aponta-se Gohn (1995, p. 44) para quem:

[...] os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

31

Os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva e são forças centrais da sociedade. Representam o “conjunto de ações coletivas dirigidas tanto à reivindicação de melhores condições de trabalho e vida, de caráter contestatório, quanto inspirado pela construção de uma nova sociabilidade humana [...]”. (SIQUEIRA, 2002, p. 6).

Para Alvarez *et al.* (2000) os movimentos sociais se baseiam e dependem de redes de vida cotidiana, mas constroem também novos vínculos com outros movimentos, vínculos interpessoais, inter-organizacionais e político-culturais que expandem o alcance cultural e político dos movimentos para além dos pátios familiares e das comunidades locais.

Segundo Paoli e Telles (2000, p. 108) houve um crescimento dos movimentos sociais:

[...] os movimentos sociais se ampliaram e diversificaram, trazendo para o debate público um amplo leque de temas e questões que traduzem uma litigiosidade sempre renovada, recobrando as mais diversas dimensões da vida social: questões relativas às discriminações de gênero, raça e etnia, ecologia e meio ambiente, violência e direitos humanos, passaram a compor, no decorrer da década, uma agenda política de debates, projetando na esfera política concepções de equidade e justiça nas dimensões societárias e culturais que afetam identidades, existências e formas de vida.

Neste breve resgate do surgimento dos movimentos sociais no Brasil e do seu desenvolvimento, imprescindível anotar a inserção efetiva da mulher na luta dos movimentos sociais, deixando sua marca na história, como veremos com mais propriedade no próximo tópico. A participação das mulheres nos movimentos sociais é de grande relevância para a classe feminina e para a sociedade. Através dessas lutas conjuntas, grandes avanços foram



conquistados para a sociedade em geral e, especificamente para as mulheres, na questão de direitos e ampliação de espaços de trabalho. Neste contexto, abordaremos o Movimento das Mulheres Camponesas e o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas

1.2 O Movimento das Mulheres Camponesas e Movimento De Mulheres Trabalhadoras Urbanas no Brasil

A mulher conseguiu conquistar importantes espaços nos movimentos sociais, buscando a igualdade, liderando e conquistando sua posição na sociedade. Nesse sentido, destacam-se aspectos relacionados ao surgimento e crescimento do Movimento de Mulheres Camponesas, este que nasceu no oeste catarinense e expandiu-se em nível de Santa Catarina e Brasil.

Parafraseando Scherer-Warren (1996), a partir do final da década de 1970⁴, os movimentos sociais no campo tiveram um período favorável ao seu desenvolvimento. Obtiveram apoio de amplos segmentos da sociedade civil, que participaram desta contestação, e passaram a ser legitimados, pois contestavam o Estado autoritário e excludente. No entanto, a partir da transição democrática, a fraca representatividade destes movimentos junto ao Estado dificultou as possibilidades e avanços. Foi neste período que surge o Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA “que reivindica, sobretudo, o direito à sindicalização e à previdência social, vindo também a reforçar uma nova corrente do sindicalismo no campo”. (SCHERER-WARREN, 1996, p.98). O MMA surge para opor-se ao sindicalismo que se autodenominava de ‘sindicato combativo’ por articular-se aos movimentos sociais, mas era predominantemente assistencialista. (SCHERER-WARREN, 1996).

Segundo Gaspareto *et al.* (2005), no início dos anos 1980, algumas mulheres agricultoras participavam de atividades pastorais⁵, atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base - CEBs⁶, participavam em campanhas de oposição sindical mesmo sem terem direitos de ocupar postos de direção. Nos encontros, elas debatiam sobre sua condição enquanto mulher e enquanto trabalhadora rural. Inicialmente as reuniões eram motivadas a partir de textos

⁴ Nessa década, como também nos inícios da década de 1980, os movimentos sociais, “tiveram sua relevância na constituição de novos atores sociais e na redefinição dos espaços de cidadania (social e política)”. (SCHERER-WARREN, 1996, p. 121).

⁵ Estas atividades eram de responsabilidade da Igreja Católica. Esta como Instituição ou, mais especificamente, parte de seus adeptos, sempre apoiaram e continuam apoiando a formação do movimento.

⁶ As CEBs começaram a surgir na década de 1960 junto com a Teologia da Libertação e proliferaram-se nas áreas rurais e nas favelas. As CEBs foram organizadas pela Igreja católica.



bíblicos sobre as mulheres e discussões acerca da conjuntura, reflexões estas foram decisivas para o surgimento do MMA.

Assim, na década anterior, as CEBs e grupos de mulheres organizados pela CPT⁷ levaram as mulheres, a partir da experiência formativa, a questionar a injustiça social. Como as principais estruturas organizacionais na área rural eram os sindicatos, o movimento reivindicou a incorporação de mulheres nestes espaços. Isto possibilitou o avanço da mulher na força de trabalho agrícola, diminuindo a discriminação que enfrentavam. Esse processo se deu no contexto de abertura democrática e também na consolidação do movimento feminista no Brasil.

Portanto, as mulheres agricultoras em Santa Catarina começaram sua organização coletiva no início dos anos 1980, mais especificamente no ano de 1983 na comunidade de Nova Itaberaba, interior de Chapecó, sendo conhecido inicialmente como Organização das Mulheres Agricultoras – OMA, passando em seguida a se denominar de Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA/SC. No final da década (1989), este se articulou com os movimentos de mulheres dos estados do sul do Brasil formando assim a Articulação de Instâncias de Movimento de Trabalhadoras Rurais do Sul do Brasil - AIMTR – Sul. (MMC, 2007).

Até o ano de 2004 o nome da organização das mulheres do campo era diversificado em cada Estado, sendo que no Primeiro Congresso Nacional ocorrido naquele ano, com a participação de aproximadamente 3 (três) mil mulheres de 23 Estados brasileiros, o movimento consolidou-se como o Movimento de Mulheres Camponesas - MMC do Brasil. Atualmente, o movimento está organizado em 22 Estados brasileiros e tem como missão a libertação da mulher que se concretiza na organização, nas lutas, na formação e no trabalho concreto e cotidiano. Luta também por uma nova sociedade, baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e destes com a natureza. (MMC, 2014).

Importante ressaltar que mulher camponesa é toda mulher que produz alimento para garantir a subsistência familiar, ou seja, a pequena agricultora, a quebradeira de coco, a pescadora artesanal, as meeiras, arrendatárias, extrativistas, posseiras, bóias-frias, ribeirinhas, parceiras, diaristas, sem terra, assalariadas rurais, indígenas, acampadas e assentadas. (MMC – BRASIL, 2007). Assim, somando e unificando essas experiências, bem como a participação política da mulher, legitima-se no País o Movimento de Mulheres Camponesas. Ele justifica-se a partir da certeza que a “libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da

⁷ O Conselho Pastoral da Terra (CPT) foi organizado pelo Conselho Nacional de Bispos Católicos em 1975.



organização da luta”. (MMC, 2015, p. 01). Assim, na trajetória de organização e luta das mulheres, construiu-se uma mística feminina, feminista e libertadora, manifestada no comprometimento com o Projeto Popular.

A história de luta, organização e resistência do MMC foi pela libertação da mulher da cultura patriarcal que lhe foi imposta, pela construção de novas relações de gênero, pela transformação da sociedade, fazendo o enfrentamento ao modelo capitalista e patriarcal, resultado das sociedades centradas no predomínio do machismo e na acumulação de riqueza e poder. As integrantes do movimento estão conscientes que é somente através da organização, da formação e da luta que conseguem garantir os direitos, avançando assim nos processos de transformação das estruturas injustas da sociedade. (MMC, 2007).

No que se refere às conquistas da luta das mulheres trabalhadoras rurais, bem como seus movimentos e organizações no Brasil, que se transformaram em política pública, a mais importante certamente foi o reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural. Com este reconhecimento profissional na Constituição Federal de 1988, as mulheres camponesas passaram a ter os direitos previdenciários, como a aposentadoria. Cabe registrar que antes de 1988, era somente o homem se aposentava com meio salário mínimo e a mulher só se aposentava depois da morte de seu marido. Atualmente mulheres e homens que comprovem sua profissão de trabalhadores (as) rurais se aposentam com um salário mínimo como Segurados Especiais da Previdência Social. Além disso, o auxílio e o Salário Maternidade são conquistas importantes do ponto de vista de políticas públicas para as mulheres. Ademais, o direito à documentação pessoal e profissional às mulheres trabalhadoras rurais, bandeira de seus movimentos autônomos, vem sendo viabilizado através do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural. (DARON, 2012).

Algumas mulheres que começaram a participar do movimento, se expressam assim: “antes eramos ‘cruas’, ‘cegas’ e ‘não enxergavam’”. (RENK, 2001, p. 228). Percebe-se, portanto, que os encontros promovidos pelo Movimento de Mulheres faz com que haja mudança de mentalidade, conscientizando as integrantes da condição de submissão a que foram submetidas no decorrer dos anos e que possuem os mesmos direitos que seus companheiros, sendo trabalhadoras e não ajudantes do marido nos trabalhos na roça.

Entender as relações de dominação patriarcal é fundamental para não permanecer nesta opressão. Na visão de Lorenzoni (2006), tais relações atribuem à mulher um lugar menor na família e na sociedade. É um sistema patriarcal que cria, justifica e legitima a opressão e exploração das mulheres. Assim, a agricultura familiar reproduz tal exploração e opressão ao se organizar a partir desse sistema patriarcal. Salienta ainda, que a agricultura

**A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE:
TRAJETÓRIA, PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO.** MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia.



brasileira estava associada ao capital internacional e, a partir da década de 1990, passou a ser subordinada aos grandes monopólios transnacionais perdurando até os dias atuais. Teve-se, como consequência, a retirada da garantia da alimentação básica para a população, papel que a pequena agricultura realizava. A partir de então, década de 1990, a luta pela terra, pela política agrícola e reforma agrária se transforma numa luta contra o modelo econômico, contra as grandes empresas transnacionais.

Atualmente estamos vivendo uma grande crise de valores. O capitalismo patriarcal prega a prática de valores dominantes e burgueses, como: individualismo, consumismo, egoísmo, injustiça, desigualdades, competição entre as pessoas. O MMC está consciente que as relações sociais devem se basear no cultivo de valores e princípios que a humanidade construiu ao longo dos tempos como: o valor da vida, da justiça social, da solidariedade, da igualdade. Estes devem nortear as práticas individuais e coletivas das organizações, movimentos, regimes políticos, entre outros (MMC, 2014).

Contrapondo-se ao capitalismo patriarcal, o MMC em sua prática assume valores que condizem com a vida num todo, preocupando-se também com a natureza. Esses valores são: respeito às diferenças, ética, disciplina, responsabilidade individual e coletiva de continuar na luta, solidariedade, construção de novas relações, companheirismo, amor à luta, valorização da mulher, preservação e conservação da natureza, resgate da cultura camponesa através das sementes crioulas, a capacidade de indignação diante de injustiças, valorização da família como forma de fortalecimento do movimento entre outros valores (MMC, 2014).

No entanto, apesar de toda luta construída, de modo geral, a mulher camponesa vive no anonimato e na invisibilidade. Em todos os contextos e dimensões da sociedade, ela é muito pouco lembrada. Esta idéia pode ser percebida na afirmação a seguir:

Sua peculiaridade de vida, [...], de cultura e de classe trabalhadora [...], suas necessidades no cotidiano, seus problemas, muito raramente são citados. Quando aparecem na mídia, é por consequência de suas próprias organizações e de suas lutas, que acabam chamando a atenção pública. (LORENZONI, 2006, p. 06).

O Movimento de Mulheres Camponesas não caminha isolado, pois está articulado com outros movimentos, organizações, entidades que juntos lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. Neste sentido, Carneiro (2003) ressalta que o Movimento de Mulheres está articulado com a Via Campesina, movimentos, organizações, entidades de ambientalistas,



redes de debate e práticas agroecológicas, sindicatos, redes de trabalhadores urbanos, Igrejas e organizações religiosas, ONG's entre outros de caráter nacional e internacional.

Portanto, a existência do Movimento das Mulheres Camponesas se faz por um somatório de ações que reúne espaços de decisão, lutas, relações, processos formativos e organizacionais. Há uma articulação grande para construir um projeto de agricultura camponesa e agroecológica, com as lutas feministas objetivando a libertação das mulheres, bem como a construção de um projeto de sociedade justa e solidária.

Nesse viés, o MMC luta contra o agronegócio⁸ que com suas expressões, como o monocultivo, trouxe sérios problemas para a cultura camponesa. O mesmo vem ocorrendo com o hidronegócio, setor que está dominando o território brasileiro, controlando a energia. É mais uma forma que o capitalismo encontrou para explorar os recursos naturais, concentrando-os nas mãos de poucos.

Salienta-se, portanto, que a luta do movimento é contra todas as formas de violências cometidas contra os seres humanos e com o meio ambiente, defendendo a vida como um todo. Acredita-se que há outras formas de produzir e se relacionar com a natureza, baseado na vivência de novos valores para continuar garantindo a autonomia, a resistência e o avanço do campesinato. Por isso, o movimento entende que é necessário avançar na construção e implementação do Projeto Popular de Agricultura Camponesa, fundamentado nos princípios da agroecologia e que garanta a soberania alimentar. Dando resposta a essa questão, pela passagem do Dia Internacional da Mulher do ano de 2007, o MMC lançou a Campanha pela Produção de Alimentos Saudáveis com o lema: Produzir Alimentos Saudáveis, Cuidar da Vida e da Natureza⁹.

No tocante ao Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas – MMTU cabe anotar que é um movimento social e por este motivo recebe visibilidade no bloco dos movimentos sociais e está profundamente entrelaçado com o Movimento das Mulheres Camponesas.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas no Brasil é recente e surgiu a partir da discussão da aposentadoria das donas de casa, no ano de 2004, quando algumas mulheres do Município de São Miguel do Oeste/SC se somaram a mais de 3 (três) mil mulheres em Brasília, lutando pelo reconhecimento da atividade de dona de casa como profissão regulamentada frente à previdência social (MMTU, 2014).

⁸ É uma das formas de modernização e invasão do capital no campo. Com o agronegócio, grandes empresas multinacionais e latifundiários vêm tomando conta do campo brasileiro, explorando os recursos naturais, inviabilizando a agricultura camponesa.

⁹ O lançamento desta campanha se deu em todas as capitais dos estados brasileiros nos dias 07 e 08 de Março de 2007.



A partir desse encontro, essas mulheres começaram a se reunir e a convidar outras para participar, criando os grupos de base em cada bairro da cidade de São Miguel do Oeste. Houve iniciativas de implementação de grupos do MMTU em outros Municípios, como Dionísio Cerqueira/SC e Guaraciaba/SC, no entanto esses grupos prosperaram por algum período e se extinguíram novamente (MMTU, 2014).

Atualmente o movimento se concentra no Município de São Miguel do Oeste/SC, com aproximadamente 40 integrantes que se encontra, alternadamente, um vez por mês com seu grupo de bairro e no outro mês todos os grupos se reúnem em um só encontro, realizando formações e estudos sobre temáticas diversas (MMTU, 2014).

O MMTU mantém proximidade com a luta de outros movimentos e instituições, como o MMC, Movimentos dos Pequenos Agricultores, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimentos dos Sem Terra, pastorais, Grito dos Excluídos, assumindo causas como a luta pela Universidade Pública Federal e Popular, pela Delegacia da Mulher, pela conscientização da alimentação saudável e construção de Hortas Urbanas Coletivas (MMTU, 2014).

É de suma importância a união das mulheres urbanas com as camponesas, articulando-se em nível municipal, estadual, nacional e até mesmo internacional, para o enfrentamento dos problemas vividos. Unir forças para reivindicar a operacionalização e construção de um projeto popular alternativo para o país, uma vez que, no atual momento, a classe trabalhadora não se mostra inteiramente organizada e sensível à luta da garantia de direitos da coletividade.

2. O MOVIMENTO DE MULHERES: EMPODERAMENTO PARA A CIDADANIA.

O Movimento de Mulheres apresenta-se como um instrumento importante na conquista da cidadania (CHRISTO, 1998). A idéia de cidadania é aquela que toma o indivíduo como sujeito de direitos e ao exercê-los, delimita as funções do Estado. A construção de cidadania deve ser vista como um processo de amadurecimento, pois implica refletir sobre valores que foram postos ao longo da história que impedem a emancipação dos indivíduos e da sociedade como um todo. Portanto, cidadania pressupõe a participação de indivíduos na elaboração de direitos, na instituição das leis que regem as relações sociais, bem como no cumprimento das mesmas.

Ainda, referindo-se a cidadania, Ávila (2002) salienta que a luta por cidadania significa a reafirmação de um Estado que se compromete com o bem-estar do povo. No Brasil e na América Latina, nas décadas de 1980 e 1990, a cidadania teve importância como referência para os projetos de transformação social. Também, reportando-se ao tema **A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE: TRAJETÓRIA, PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO.** MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia.



cidadania, Friedmann (1996) menciona que ela é um conjunto de direitos e obrigações que envolvem todos os membros de uma comunidade política, desconsiderando idade, nível de educação, gênero, religião ou outros critérios que possam restringir a pertença responsável e excluir cidadãos de seus deveres cívicos e direitos políticos. Assim, a medida que as pessoas descobrem novos horizontes, adquirem coragem e se tornam cientes de seus direitos, aprendem o verdadeiro exercício responsável de cidadania.

Nesse sentido, salienta-se que os movimentos de mulheres envolvem-se diretamente no processo de construção de cidadania, assumindo uma visão crítica acerca das contradições e limitações nas transformações históricas, no entanto, é um processo lento, árduo e complexo. Reportando-se ao tema, Rodrigues (2001) salienta que a noção de cidadania alude à conquista de direitos bem como sua manutenção e aprofundamento dos direitos conquistados historicamente, pois a conquista de direitos exige acompanhamento e proteção.

Outra expressão fortemente presente nas discussões e reivindicações das mulheres é o empoderamento. Conforme Friedmann (1996), a expressão *empowerment*¹⁰ tornou-se uma palavra de ordem, especialmente entre as escritoras feministas, sendo também usado por outros autores. Para alguns, significa uma “mobilização social em torno das maiores preocupações das mulheres, tais como divórcio, direitos de propriedade, custo de vida, paz, ambiente. [...] Para outros é uma mudança de mentalidade das mulheres. [...] ou ainda, o acesso às bases do poder social”. (FRIEDMANN, 1996, p. 125).

Observa-se o uso do termo *empoderamento* nos mais diversos sentidos. Deere e León (2002) expressam que nos diferentes usos da palavra está implícita a questão da obtenção do poder pelas pessoas sobre suas vidas, definindo assim o próprio planejamento. Ainda salientam que o empoderamento acontece quando há uma mudança na tradicional dominação do homem sobre a mulher. Assim, quando a mulher se empodera, ela desafia as relações familiares patriarcais e provoca mudanças em suas próprias experiências e também na de seus companheiros e familiares. O processo de empoderamento não é linear, depende de cada indivíduo ou grupo, de suas histórias, contextos no qual estão inseridos e de sua posição de subordinação nos mais diversos níveis. Portanto, parte-se da premissa de que para ocorrer o empoderamento da mulher, faz-se necessário ter espaços democráticos e participativos, bem como a organização das mulheres.

¹⁰ Conforme consta na Nota de Tradução da obra de Friedmann (1996), a expressão *empowerment* não foi traduzido pelo autor devido à dificuldade de encontrar expressão com igual força em português. Também a rápida difusão e vulgarização do termo em inglês contribuíram para que a expressão fosse mantida. “Entende-se por *empowerment* todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. (FRIEDMANN, 1996, p.viii).



A origem do termo empoderamento, segundo Costa (2009), surgiu nos Estados Unidos na década de 1970 quando os movimentos civis, através da bandeira do poder negro, buscaram sua valorização em vista de cidadania plena. O termo é citado como sendo um mecanismo pelo qual pessoas ou grupos controlam sua vida, seus atos, tomando consciência da habilidade e competência que possuem para produzir, criar e gerir. Nesta mesma década, o movimento de mulheres passou a utilizar-se do termo, representando um desafio às relações patriarcais existentes, exigindo mudanças nas dominações tradicionais dos homens sobre as mulheres. Lisboa (2008) confirma este pensamento quando expressa que as mulheres situam o empoderamento no campo das relações de gênero e nas lutas contra a subordinação das mulheres.

Na perspectiva feminista, empoderamento é:

[...] um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres; é precondição para obter a igualdade entre homens e mulheres; representa um desafio às relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Implica a alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero; significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações. [...] é condição para a equidade de gênero. (LISBOA, 2008, p. 2).

Faz-se mister ressaltar que para haver um efetivo empoderamento das mulheres é necessário a transformação de atuais estruturas políticas, sociais, culturais que não permitem a plena inserção da mulher nos espaços tradicionalmente ocupados pelo sexo oposto.

Lisboa (2008) afirma que o empoderamento é o primeiro passo na conquista da cidadania. Faz-se pertinente que haja facilitadores no processo de empoderamento das mulheres, fazendo-as despertar para uma mudança em relação a sua consciência, aos direitos e capacidades. A autora ressalta também que o processo de empoderamento é relacionado aos processos de participação, pois estes possibilitam o empoderamento.

Para Friedmann (1996), redes e organizações tendem a reforçar o processo de *empowerment* social, político e psicológico das mulheres. Para ele, esta lição pode ser extraída dos movimentos sociais da América Latina onde, através da mobilização social, conseguiu-se gerar mudanças adaptativas e políticas. Portanto, a ênfase deve estar sempre na aprendizagem da ação coletiva. Palma (1988) *apud* Friedmann (1996) salienta que as organizações comunitárias são lugares onde as pessoas aprendem a defender uma posição, a



ouvir, a decidir em conjunto, a traçar objetivos, dividir o trabalho a ser realizado, enfim, é um lugar de aprendizagem da práxis de uma democracia real.

No entender de Friedmann (1996) o *empowerment* social, quando orientado para mulheres, poderá conduzir a libertação das lides domésticas escravizantes e contribuir para um maior sentimento de autoconfiança, vencendo assim o medo de agir fora das normas impostas pelo Estado ou do culturalmente sancionado. Este pensamento se percebe claramente na organização das mulheres, pois estas transcendem os espaços domésticos e as normas construídas historicamente, ainda que com certo sacrifício.

Lisboa (2008) confirma este pensamento quando expressa que as mulheres situam o empoderamento no campo das relações de gênero e nas lutas contra a subordinação das mulheres.

Atualmente, no Brasil, o Movimento de Mulheres é uma realidade em quase todo o país, posto que diversos grupos ou organizações femininas tem por objetivo a superação da discriminação sexual e a implementação de políticas públicas que contemplem suas necessidades. As mulheres enfrentam condições desfavoráveis à emancipação feminina, que somente pode ser revertido com a participação e reflexão acerca da “importância da ação feminina organizada como instrumento de criação de formas democráticas de relacionamento entre os indivíduos, no mundo do trabalho, na família, nas instituições educacionais”. (CHRISTO, 1998, p. 07).

O Movimento de Mulheres contribui para a evolução das relações sociais através da luta organizada e criativa. Esta luta é de suma importância, pois cria vínculos coletivos, superando assim o individualismo e construindo uma sociedade mais coletiva:

A participação organizada [...] apresenta-se como importante instrumento de fortalecimento das regras democráticas e de construção de uma sociedade mais solidária. Na medida em que o compromisso com o bem-estar coletivo passa a ser conciliado com as demandas individuais, surgem formas de organização coletiva que têm por substrato o diálogo e a preocupação em implementar melhorias de vida que transpõem os espaços privados. (CHRISTO, 1998, p. 06).

Faz-se pertinente ressaltar que para ocorrer realmente a libertação da mulher, é imprescindível uma profunda mudança na sociedade, ou seja, das estruturas todas das quais elas fazem parte. Saffioti (2004) salienta que apesar dos avanços femininos nas diversas áreas profissionais, a base material do patriarcado não foi destruída.

Assim, de nada adiantaria ampliar o campo de atuação das mulheres, se não se exigisse transformações radicais para a preservação das diferenças e eliminação das desigualdades.

**A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE:
TRAJETÓRIA, PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO.** MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia.



Portanto, sempre que houver relações de dominação-exploração, há conflitos, lutas, resistência que se expressam de diversas formas: vingança, sabotagem, luta de classes, entre outros, contra o que os movimentos sociais, especificamente, os de mulheres lutam.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Para o desenvolvimento da pesquisa acerca da luta das mulheres nos movimentos sociais do campo e na cidade, sua trajetória, protagonismo e empoderamento, lançou-se mão do método de abordagem indutivo e do procedimento da pesquisa bibliográfica, com levantamento teórico em livros e periódicos que tratam da temática proposta.

Do estudo realizado, constatou-se que atualmente, no Brasil, o Movimento de Mulheres é uma realidade em quase todo o país e tem por objetivo a superação da discriminação de gênero e a implementação de políticas públicas que contemplem suas necessidades e direitos.

Assim, no tocante à história de luta da mulher e seu protagonismo no Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas, verificou-se que conseguiram tornar público suas inquietações diante da discriminação e opressão a que foram historicamente submetidas, além do reconhecimento de sua cidadania.

Registra-se que as mulheres, por sua luta e mobilizações nos movimentos sociais, angariaram conquistas importantes, que se transformaram em política pública, como é o caso do reconhecimento da profissão de agricultora ou de trabalhadora rural, o que concedeu a elas direitos previdenciários, como a aposentadoria, o direito a auxílios de seguradas especiais, o Salário Maternidade. Além do mais, as mulheres conquistaram o direito a ter documentação pessoal e profissional, bem como foi aprovada a Lei Maria da Penha¹¹, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e busca formas de eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Ademais, constatou-se que as lutas empreendidas pelas mulheres são por saúde pública de qualidade, valorização e reconhecimento do saber popular, acesso à educação pública. Buscam também conscientizar os líderes governamentais e toda a população acerca das violências cometidas contra o meio ambiente, especialmente com a corrida desmedida do agronegócio, o monocultivo e a exploração dos recursos naturais ainda existentes. Propõem o

¹¹ Lei Federal 11.340/06.



avanço na construção e implementação de um projeto popular de agricultura camponesa que esteja fundamentado nos princípios da agroecologia e que garanta a soberania alimentar.

Para ter consciência da submissão histórica que lhes foi imposta, o primeiro passo, é o empoderamento da mulher, que a leva à conquista da cidadania. Para tanto, relevante a presença de facilitadores, tanto organizações quanto indivíduos, no processo de empoderamento, fazendo-as despertar para uma mudança em relação a sua consciência, aos seus direitos e capacidades, ampliando sua inserção nos processos de participação.

Por fim, averiguou-se que as mulheres ao tomarem consciência da submissão presente nas estruturas estatais, sociais e familiares caminham para sua emancipação, onde desfrutam, da mesma forma que o homem, dos espaços sociais, políticos, culturais, entretanto, esta é uma luta cotidianamente. Cabe anotar, que a consciência das pessoas construída historicamente, repassada de geração em geração, não é desfeita de um momento para outro. Desta forma, mesmo com o surgimento de leis, faz-se imprescindível criar condições para que realmente aconteçam mudanças na estrutura capitalista e patriarcal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento de Mulheres Camponesas e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Urbanas contribuem para a evolução de relações sociais, implementação de direitos e para a efetivação de políticas públicas através da luta organizada e intensas mobilizações. A participação nos movimentos populares empodera as pessoas, aqui de forma primordial as mulheres, possibilitando outra visão de mundo, com questionamento à naturalização da submissão feminina nas relações de poder, fazendo-as perceber também que há ainda um longo caminho a percorrer até a superação plena das desigualdades existentes na sociedade de classes.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. O Cultural E O Político Nos Movimentos Sociais Latino-Americanos. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos**: Novas Leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 538p.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina e UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC. Ed. 34, 2002. p. 121-142.

A LUTA DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E NA CIDADE: TRAJETÓRIA, PROTAGONISMO E EMPODERAMENTO.MULLER, Crisna Maria; BESING, Márcia.



BRASIL República. **Ditadura Militar**. 21 nov. 2007. Disponível em:<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=941>>. Acesso em: 08 jun. 2015.

CHRISTO, Renata Costa de. **O Papel do Movimento de Mulheres no Processo de Construção da Cidadania**: Uma questão de Micropolítica. Monografia. Out. 1998. Disponível em: <www.geocities.com/Athens/Sparta/4021/micropolitica.html - 31k>. Acesso em: 15 jun. 2015.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres**. Disponível em:<http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2015.

CRIMINALIZAÇÃO dos Movimentos Sociais: obstáculo para efetivação de direitos. **JORNAL Fêmea 160**. Edições de 2009. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/jornalfemea/detalhes.asp?IDJornalFemea=1538>>. Acesso em: 18 set. 2009.

DARON, Vanderléia Laodete Pulga. **Entrevista**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos. 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4319&secao=387>. Acesso em 25 jul 2015.

DEERE, Carmen Diana e LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da Mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Trad. ABREU, Letícia Vasconcellos; ANTINOLFI, Paula Azambuja Rossato; GEHRING, Sônia Terezinha. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 501 p.

FRIEDMANN, John. **EMPOWERMENT**: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo. Tradução de Carlos Silva Pereira. Revisão técnica de Ana I. Madeira e Rita Pimenta. Oeiras: CELTA, 1996. 195p.

GASPARETO, Sirlei A. K. et al. **CAMPONESA** - MMC /SC. Ano I. Revista I. Dez. 2005. 16p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **O Protagonismo da Sociedade Civil**: Movimentos Sociais, ONG's e Redes Solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. Coleção Questões da nossa época. v.123. 120 p.

LISBOA, Teresa Kleba. **O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, violência e poder. Florianópolis. 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST11/Teresa_Kleba_Lisboa_11.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MMC/Brasil. **Movimento de Mulheres Camponesas** – Disponível em: <www.mmcbrazil.com.br/noticias/260307_forum_previdencia.htm - 24k>. Acesso em: 16 jul. 2015.



_____. **Mulheres Agricultoras festejam 20 anos de luta.** Entrevista concedida ao Jornal Expresso d' Oeste. Publicado em: 22 de Agosto de 2004. Disponível em: <http://www.adjorisc.com.br/jornais/expressodoeste/noticias/index.phtml?id_conteudo=2333>. Acesso em: 27 jun. 2015.

MMC. **Relatório do I Encontro Nacional do Movimento das Mulheres Camponesas.** Passo Fundo/RS. Passografic, 2014.

MMTU. **Folder de comemoração dos 10 anos do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas,** 2014.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos Sociais Conflitos e Negociações no Brasil Contemporâneo. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: Novas Leituras.** Belo Horizonte: UFMG, 2000. 538p

RENK, Arlene. Mulheres Camponesas: experiência de geração. In: MORGA, Antônio. Org. **História das Mulheres de Santa Catarina.** Editora: Argos e Letras Contemporâneas. 2001. p. 218-249

RODRIGUES, Almira. **Construindo a perspectiva de gênero na legislação e nas políticas públicas.** 2001. CFEMEA. Cadernos 12: Estudos de Gênero, Goiânia (2003). Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.asp?IDArtigo=1>. Acesso em: 18 maio 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. 151p.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. 143p.

SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. GT3 - Movimentos sociais e Educação **O Papel dos Movimentos Sociais na Construção de outra Sociabilidade.** Aceito na 25ª Reunião Anual em Caxambu – 29 set. a 2 out. 2002. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/sandramariamarinhosiqueirat03.rtf>. Acesso em: 29 maio. 2015.

SUA PESQUISA.COM. **Paulo Freire.** Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/paulofreire/>>. Acesso em: 13 jun. 2015.



FEMINISMO NEGRO EM MARCHA: O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ E A MARCHA DAS MULHERES – 2015

LEMOS, Rosalia de Oliveira

Professora do IFRJ – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Estudante de Doutorado do Programa Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade

Federal Fluminense

rosalialemos@gmail.com

rosalia.lemos@ifrj.edu.br

45

RESUMO

Nesse artigo estabeleço reflexão do pensamento de Lélia Gonzalez - focando na Democracia Racial -, e a Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 2015. O Manifesto faz análise da situação da mulher negra na sociedade brasileira apresentando reivindicações, reafirmação e mudanças de políticas de saúde, educação, trabalho, dentre outros, para o Bem Viver das mulheres negras. Construo meu pensamento refletindo sobre a visão de Lélia acerca da Democracia Racial, em seguida discuto o Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 2015 sob a luz do pensamento de Lélia nos seguintes textos: A Mulher Negra na Sociedade Brasileira (1982); Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira (1984) e na entrevista feita pelo Informativo SEAF, A Democracia Racial: Uma Militância, por fim, apresento um breve ponto final. O método adotado para construção do artigo foi a Análise Documental.

PALAVRAS-CHAVES:

Palavras-chave: Marcha das Mulheres Negras 2015. Feminismo Negro. Democracia Racial.

ABSTRACT (TEXTO EM TIMES NEW ROMAN, LETRA 11, ESPAÇAMENTO SIMPLES, JUSTIFICADO)

In this article I establish reflection of the thought of Lélia Gonzalez - focused on Racial Democracy - and the March 2015 Black Women Against Racism and Violence and the Good Life - 2015. The Manifesto makes analysis of the situation of black women in Brazilian society presenting claims reaffirming and changes in health policy, education, work, among others, to the Good Life of black women. Build my thought reflecting on Lelia's view of the Racial Democracy then discuss the March Manifesto of Negro Women in 2015 against Racism and Violence and the Good Living - 2015 in the light of the thought of Lelia in the following texts: The Woman black in Brazilian Society (1982); Racism and Sexism in Brazilian Culture (1984) and interview by News SEAF, The Racial Democracy: A Militancy, finally, we present a brief period. The method adopted for construction of the article was the Document Analysis.

Keywords: March of Women 2015. Black Feminism Negro. Racial Democracy.



1. O PENSAMENTO DE LÉLIA SE ATUALIZA COM O PASSAR DOS ANOS

O pensamento de *Lélia Gonzalez* tem sido debatido e revisitado nos espaços acadêmicos, pela militância negra e não negra inspirando a produção de monografias, dissertações, teses, artigos, seminários, pesquisas, *blogs* e muitas outras formas de difusão do pensamento da socióloga-antropóloga.

A ação política de Lélia Gonzalez de fazer da democracia racial uma militância na sua militância no movimento feminista, de mulheres negras e no movimento negro, indiscutivelmente possibilitou que sua visão sobre as relações raciais no Brasil, sob a ótica do feminismo negro, se transformasse em uma referência atemporal.

As análises formuladas há trinta e seis anos atrás, atuam como parâmetros para análise social da vida das mulheres negras brasileiras nos dias atuais, a exemplo das motivações para a realização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 2015, no dia 18 de novembro de 2015, em Brasília.

A construção desse artigo está referenciada no pensamento de *Lélia Gonzalez* sobre democracia racial, através de análise documental, presentes nos seguintes textos: *A Mulher Negra na Sociedade Brasileira* (1982), *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984) e na entrevista dada ao Informativo SEAF *A Democracia Racial: Uma Militância*, republicada em UAPÊ Revista de Cultura N° 2 – “Em Cantos do Brasil”, de 1985.

Construo meu pensamento refletindo a visão de Lélia sobre Democracia Racial, em seguida discuto o *Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 2015*, a partir de análise dos objetivos para sua realização. Estabeleço a comparação entre o pensamento de *Lélia Gonzalez* sobre a *Mulher Negra na Sociedade Brasileira* (1982) com os propósitos da Marcha. Por fim, apresento um breve ponto final, uma vez que sua obra possibilita diversas abordagens acadêmicas.

2. A DEMOCRACIA RACIAL, NÃO MAIS COMO UM MITO¹!

“Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo: negros, brancos e nós todos juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial nesse país, vai ser muito difícil no Brasil, chegar ao ponto de efetivamente ser uma democracia racial”. (GONZALEZ, 1985, p. 01).

¹ Recorro à MOURA (1988) como referência para discutir o mito da Democracia Racial.



A construção da Democracia Racial perpassa não só os textos de Lélia como sua intensa militância, aliás, o título do texto que escolhi desta epígrafe já diz tudo: *A Democracia Racial: uma Militância*. Seu sonho era a democracia e a igualdade, atentando para a necessidade de o Brasil fomentar uma, *nacionalidade brasileira: nacionalidade que implicará na incorporação efetivamente da cultura negra* (GONZALEZ, 1985, p. 01). E, para tal ela centrará seu pensamento na mulher negra.

Ao abordar a questão da mulher negra na sociedade brasileira, *Lélia Gonzalez* constrói as categorias de *mulata, na doméstica e na mãe preta*. Discute essas categorias fundamentada na militância no Feminismo e no Movimento Negro. Segundo Gonzalez (1984, p. 228) é no momento do rito do Carnaval que o mito da Democracia Racial se atualiza com toda sua força simbólica. Penso ainda, ser o Carnaval, o momento no qual parece que todos estão em uma interdependência momentânea, para não deixar o samba atravessar. Incide sobre a mulher negra neste contexto a violência simbólica, no entanto em seu cotidiano além desta modalidade de violência, acompanha a física, a psicológica ou a institucional. De acordo com Gonzalez (1984, p. 228), quando a mulher negra está no cotidiano, é a doméstica e não a mulata – endeusada no Carnaval.

Segundo *Lélia Gonzalez* (1984), o *Mito da Democracia Racial* oculta algo, para além do que tentam crer milhões de brasileiros e brasileiras, que é a falácia da harmonia entre as raças. A naturalização do racismo tem sido uma regra até os dias atuais:

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por que? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois 226 não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (GONZALEZ, 1984, p. 224,226).

Não se deve esquecer que as relações raciais pautadas em nossa sociedade, incidem em diferentes dimensões na vida da mulher negra, pois agregado ao gênero, tem-se a interseção com a raça e em virtude de que, a maior parcela pobre do país ser negra, existe a interseccionalidade com a questão social e econômica. Para Gonzalez (1984):

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido,



veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224)

O lugar a que a autora se refere sofreram pressões constantes. Corroborando Moura (1988, p. 53), em uma sociedade rigidamente dividida e hierarquizada, em senhores e escravos, do ponto de vista do escravo há uma organização de movimentos para desordenarem a estrutura. Estes movimentos constituem-se em uma única forma de readquirirem a sua condição humana, do ponto de vista político, social e existencial.

Em diferentes momentos, foram registrados episódios em busca da igualdade, confirmando que a mesma, sempre foi uma meta a ser perseguida. Os conflitos e tensões formaram focos de resistências em busca de um mundo melhor para homens negros e mulheres negras.

Como exemplo, pode-se citar o papel das mulheres negras na Irmandades. No caso da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, da Baixa dos Sapateiros no decorrer dos Anos Setecentos, onde a maioria das (os) adeptas (os) era feminina. Lá, algumas mulheres negras ocupavam os cargos de juízas ou mordomas, mesmo se estivessem escravizadas, fossem libertas ou livres. (DOS SANTOS, 2011, p. 22). Exerciam papel de grande relevância, pois faziam a ponte entre o mundo dos brancos e o dos pretos por terem mais mobilidade que os homens nas cidades, facilitando a compra de suas alforrias e de seus filhos.

Outra Irmandade extrema importância, a da Nossa Senhora da Boa Morte, situada no Recôncavo Bahia, em Cachoeira, que era – ainda é -, composta exclusivamente por mulheres, conhecidas como “negras do partido alto” – ascendentes socialmente – tendo sua atuação denominada de “*corpus afroreligiosus*”, pois utilizavam a esfera de poder a seus favores. (BAHIA, 2010, p. 50).

Outra atuação relevante perseguida pela Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte foi a devoção associada a um pedido pelo fim da escravidão. Tal atitude demonstra, mais uma vez, o papel de liderança das mulheres africanas, naquela estrutura social, que mesmo diante do cerceamento da liberdade com a escravidão, participavam ativamente do movimento abolicionista, em busca da construção de uma sociedade igualitária.

E a igualdade pressupõe o exercício pleno da cidadania. De acordo com Carvalho (2012, p. 09) o conceito de cidadania inclui diferentes dimensões, a liberdade, participação e igualdade para todos, através do desdobramento em direitos civis, políticos e sociais. O autor define que



direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. E, são eles que asseguram relações civilizadas entre as pessoas e a própria garantia de existência da sociedade civil (surgida com o desenvolvimento do capitalismo), tendo como eixo central, a liberdade individual.

Ao analisar os indicadores sociais comparando-os entre brancos e negros no acesso às políticas públicas, ou mesmo os números no que tange ao empoderamento intelectual e financeiro, percebe-se que diversos direitos não são estendidos aos negros, para Silva e Silva (2014), ao analisar a defasagem educacional:

Com efeito, estas desigualdades no campo educacional acabam por ter reflexos em outras esferas da vida social, como é o caso do mundo do trabalho. Os negros permanecem, nesta área, sobrerrepresentados entre os desempregados e, entre as posições mais desprotegidas e mais precárias. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo equalizando a questão da escolaridade, via de regra, a população negra segue em desvantagem. (SILVA E SILVA, 2014, p. 04)

As desvantagens no rendimento médio, se comparados com os anos de escolaridade ver-se que, com mais de 12 anos de estudo, os homens negros percebem 66% em relação aos homens brancos com a mesma escolaridade. Quando é analisada a situação das mulheres negras, as desigualdades se aprofundam. Com o mesmo nível educacional, seus rendimentos estão na ordem de apenas 40% do rendimento dos homens brancos (Silva e Silva, 2014, p. 05).

E mais, cargos que conservam prestígio social e rendimento altos são ocupados em sua maioria por brancos, como é o exemplo do setor público:

Entre os ocupados no setor público, a condição de funcionário público e militar é mais frequente para a população branca – acima de 60% destes, entre homens e mulheres, goza desse estatuto. Na população negra, a participação fica na casa dos 58% para ambos os sexos. No entanto, analisando-se apenas os ocupados no setor público, somente 7,5% das mulheres negras nesta condição estão no nível federal. Por sua vez, um quarto dos homens brancos deste setor estão alocados no nível federal, que apresenta, via de regra, melhor nível de remuneração. (IPEA, 2014, p. 07).

Alijadas dos cargos valorizados socialmente e com melhor remuneração, as mulheres negras acabam por ocupar trabalhos de menor prestígio social, tais como o de trabalhadora doméstica, que se tem o conhecimento do quão dura é a jornada e o cumprimento de reivindicações históricas desta categoria profissional. Seus direitos trabalhistas só recentemente foram regulamentados, através da PEC das Domésticas, Emenda Constitucional [promulgada em 03 de abril de 2013](#) garantindo dezesseis direitos para a categoria. No entanto, sete dos benefícios



permaneceram em discussão e disputa na Câmara e Senado Federal por dois anos, como foi o caso da indenização em demissões sem justa causa, da conta no FGTS, do salário-família, do adicional noturno, do auxílio-creche, do seguro-desemprego e do seguro contra acidente de trabalho².

Para Gonzalez (1984, p. 230), quando se fala em domésticas, nota-se o *engendramento* de suas funções com a mucama dos tempos escravocratas (FREYRE, 2006), uma vez que as duas exerciam – e exercem -, obrigações similares nas diferentes residências das classes dominantes. A autora considera que a doméstica é o lado oposto à exaltação da mulata no Carnaval, ainda que seja a mesma pessoa, está associando à essa dúbia e dupla imagem feita para todas as mulheres negras, quando são vistas como empregadas domésticas independente da profissão que exercem:

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. Daí, ela ser o lado oposto da exaltação; porque está no cotidiano. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego é uma categoria “branca”, unicamente atribuível a brancas” ou “clarinhas”). Os porteiros dos edifícios obrigam-nos a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no carnaval ou nos oba-oba [...]2 só pode ser doméstica, logo, entrada de serviço. E, pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente prá outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá prá fingir que a outra função da mucama tenha sido esquecida. Está aí. (GONZALEZ, 1984, p. 230).

A análise sobre o mito da Democracia Racial, em Gonzalez (1984) invade não só as relações trabalhistas das mulheres negras, como também a visão de intelectuais - como Caio Prado Júnior - que negam ao povo negro o pertencimento à humanidade (GONZALEZ, 1984, p. 235).

O que ocorre com o Carnaval, para Gonzalez (1984), o que ocorre com o Carnaval e com o Mito da Democracia Racial vai além de seus entroncamentos com as mulheres negras, mas também influi na percepção dos homens negros pobres, das comunidades de baixo poder aquisitivo, quando nos diz:

Não é por acaso que nesse momento, a gente sai das colunas policiais e é promovida a capa de revista, a principal focalizada pela tevê, pelo cinema e

² Disponível em:

<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2015/05/veja-como-ficam-os-direitos-dos-trabalhadores-domesticos.html>



por aí afora. De repente, a gente deixa de ser marginal prá se transformar no símbolo da alegria, da descontração, do encanto especial do povo dessa terra chamada Brasil. É nesse momento que Oropa, França e Bahia são muito mais Bahia do que outra coisa. É nesse momento que a negrada vai prá rua viver o seu gozo e fazer a sua gozação. (GONZALEZ, 1984, p. 239).

Essa realidade que demarca o “lugar do negro” tem se estruturado e reestruturado ao longo dos anos. Fato corroborado na Nota Técnica: Vidas Perdidas e Racismo no Brasil (IPEA, 2013, p. 08), quando consideradas todas as violências letais – isto é: homicídios, suicídios e acidentes –, os homens negros são os que apresentam a maior perda de expectativa de vida, tendo 3,5 anos de vida, contra 2,57 dos homens de outra cor/raça. Se considerados apenas os homicídios, enquanto o homem negro, ao nascer, perde 1,73 ano de vida, o homem não negro perde 0,81 devido a essa causa de mortalidade, que se constitui no principal componente do diferencial de perdas totais. Entre as mulheres, a perda de expectativa de vida devido a todas as mortes violentas é bem menor: 0,65 para as negras e 0,74 para não negras. É interessante notar que, quando se compara mulheres negras e não negras, há uma inversão nas perdas totais, que ocorre em face de uma maior vitimização de mulheres não negras por acidentes.

Retomando às categorias de mulher negra em *Lélia*, a mãe preta, caracteriza a percepção da mulher negra vista como gente por Caio Prado Júnior, quando a associa à “figura boa da ama de leite” e critica de forma contundente a obra deste autor:

Por essas e outras também, que dá vontade de rir quando a gente continua lendo o livro do “seu” Caio Prado Junior (1976, p. 343). Aquele trecho, que a gente reproduziu aqui, termina com uma nota de rodapé, onde ele reforça todas as babaquices que diz da gente, citando um autor francês em francês (só que a gente traduz):

(2) “O milagre do amor humano é que, sobre um instinto tão simples, o desejo, ele constrói os edifícios de sentimentos os mais complexos e delicados”. (André Maurois) É este milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil-colônia. (Grifos nossos). (GONZALEZ, 1984, p. 234).

A autora pontua, que é essa mulher negra que terá para si, a maior atribuição na sociedade neurótica: que é exercer o papel de mãe. Assim, enquanto mucama ela é mulher e enquanto “bá” é a mãe. A mulher branca, segundo o pensamento de Gonzalez (1984, p. 235) é a outra, se restringindo à procriação, desprovida do exercício da sua função materna.

É através dela que o “obscuro objeto do desejo” (o filme do Buñuel), em português, acaba se transformando na “negra vontade de comer carne” na boca da moçada branca que fala português. O que a gente quer dizer é que ela não é esse exemplo extraordinário de amor e dedicação totais como querem os brancos e nem tampouco essa entreguista, essa traidora da raça como quem alguns negros muito apressados em seu julgamento. Ela, simplesmente, é a



mãe. É isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe prá dormir, que acorda de noite prá cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; então “bá”, é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve prá parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a “mãe preta” é a mãe.

E como consequência dessa função, é a mãe preta que exercerá o papel de transmissão cultural:

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizendo que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito prá criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa prá gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. (GONZALEZ, 1984, p. 235).

No entanto, Gonzalez (1984) parece se contradizer quando denuncia a falta de incorporação cultural da cultura negra pela sociedade brasileira como um todo. Infelizmente, até os dias atuais, esse aspecto não foi visitado nas análises das relações raciais no Brasil. O que aconteceu com o poder da mãe preta na transmissão cultural africana aos “donos do poder”? Será que o poder dominante falou mais alto? Essas crianças esqueceram os ensinamentos e foram cooptadas? Não entenderam o *pretuguês*³, pois o português foi de fato o dominador? Quando e como o elo se rompeu? Ou foi coisa “para inglês ver”? Bem, isso fica com os futuros estudos sobre a questão.

Penso que a mãe preta exerceu um papel importante sim, porém, ela era considerada um objeto que poderia proporcionar a vida aos descendentes das classes dominantes, por ter um seio cheio de leite, que favorecia a vida dos recém-nascidos. Poderia ser considerada também a “teta”, ou seja, um recipiente com o líquido da vida e, talvez por esse motivo seus ensinamentos, cultura, seu *“pretuguês”* não foram incorporados por esses, que se serviam não de um leite materno, mas sim do leite escravo, logo sem significado e importância social.

³ Para a autora, *pretuguês* é a linguagem falada pelos negros e negras no período da escravidão e que se mantém até aos dias atuais. De acordo com a autora: “É engraçado como eles gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l, nada mais é que a marca linguística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal, quem é o ignorante? Ao mesmo tempo, acham o maior barato a fala dita brasileira, que corta os erres dos infinitivos



Para Lélia Gonzalez, a ação da mãe preta foi muito poderosa, e isso justificaria a ausência nos dias atuais de babás negras. Considera que a mulher negra já havia dado sua rasteira na sociedade racista: “por ao a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada”. (GONZALEZ, 1984, p. 236).

Fato esse, que não corroboro, uma vez que a profissão babá com o passar dos anos foi mais valorizada, com isso houve a incorporação de mulheres brancas neste mercado, assim como ocorreu o mesmo fenômeno nos papéis de empregadas domésticas nas teledramaturgias, uma vez que ao passar a ter fala e destaque nas telinhas, a cara que deve ter visibilidade é a branca e não a negra. Onde há mais poder, mais branco é o recinto!

Estar em sintonia com o pensamento negro de Lélia Gonzalez é entrar num jogo de palavras que homogeneíza a linguagem popular com a erudição acadêmica e, para entender seus questionamentos sobre o Brasil neurótico, vale transcrever essa longa passagem:

É por essa via que dá prá entender uma série de falas contra o negro e que são como modos de ocultação, de não assunção da própria castração. Por que será que dizem que preto correndo é ladrão? Ladrão de que? Talvez de uma onipotência fálica. Por que será que dizem que preto quando não caga na entrada, caga na saída? Por que será que um dos instrumentos de tortura utilizados pela polícia da Baixada é chamado de “mulata assanhada” (cabo de vassoura que introduzem no ânus dos presos?). Por que será que tudo aquilo que o incomoda é chamado de coisa de preto? Por que será que ao ler o Aurélio, no verbete negro, a gente encontra uma polissemia marcada pelo pejorativo e pelo negativo? Por que será que “seu” Bispo⁴ fica tão apavorado com a ameaça da africanização do Brasil? Por que será que ele chama isso de regressão? Por que vivem dizendo prá gente se por no lugar da gente? Que lugar é esse? Por que será que o racismo brasileiro tem vergonha de si mesmo? Por que será que se tem “o preconceito de não ter preconceito” e ao mesmo tempo se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados? (GONZALEZ, 1984, p. 237, 238).

Ao denunciar o racismo na sociedade brasileira, as ações sobre a população negra em decorrência do racismo que é uma *construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial* (GONZALEZ, 1982, p. 94) ela nos oferece um rico repertório de pontos de reflexão e autocrítica, que incentiva algumas pessoas a saírem de

verbais, que condensa você em cê, o está em tá e por aí afora. Não sacam que tão falando *pretuguês*”. Gonzalez (1984, p.238)

⁴ No texto Lélia faz referência ao Bispo da Bahia: “Quando se lê as declarações de um Dom Avelar Brandão, Arcebispo da Bahia, dizendo que a africanização da cultura brasileira é um modo de regressão, dá prá desconfiar. Porque afinal de contas o que tá feito, tá feito. E o Bispo dançou aí. Acordou tarde porque o Brasil já está e é africanizado. (GONZALEZ, 1984, p. 236).



sua zona de conforto, e repensarem suas ações e práticas que impedem o estabelecimento de uma nova ordem nas relações entre os diferentes indivíduos no Brasil.

E a Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 20-15 se caracterizou em um momento privilegiado para que o Brasil refletisse as relações de gênero e raça, ao longo de sua história.

3. A MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 CONTRA O RACISMO E A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER – 2015 E O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ

54

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 20-15 tem seu processo embrionário, após o ano de 1992, quando ocorreu o “I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-caribenhas”, realizado em San Domingo, na República Dominicana, com presença de representação de mulheres negras de 70 países e instituiu o dia 25 de julho, como Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe.

Este dia procura dar visibilidade às demandas políticas e lutas da população negra na América Latina e Caribe, dando ênfase às desigualdades de gênero, raça e de classe, em sociedades que têm em comum as opressões do racismo, do sexismo e as desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais.

É importante registrar, que segundo os dados demográficos de 2011, cerca de 80 milhões de mulheres negras vivem nos territórios da América Latina e no Caribe que, historicamente, têm sido marcadas pelas discriminações, desigualdades, exploração e opressão, desde o longo período do escravismo e, sua manutenção até os dias atuais, fruto do sistema capitalista, mantendo expressivas desigualdades econômicas, raciais e de gênero.

A Marcha foi centrada na importância de valorizar a memória de lutas de mulheres negras, visando fortalecê-las na atualidade, com o resgate histórico, partilhando conhecimentos e inspiração em direção a uma sociedade mais igualitária e democrática. Resulta do processo de luta por visibilidade, resgate, defesa de políticas e afirmação das mulheres negras em toda América Latino-Caribenha, em especial no território brasileiro. Procura, ainda, dizer um não à violência simbólica, física, psicológica, patrimonial e estrutural em nossos cotidianos (Bourdieu, 2007).

A organização da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver foi realizada por um Comitê Nacional em todos os estados brasileiros, através Comitês Impulsores Estaduais e, em diversos municípios.



Os objetivos⁵ foram definidos pelo Comitê Impulsor Nacional, que estão resumidos na tabela a seguir:

pelo fim do feminicídio de mulheres negras e pela visibilidade e garantia de nossas vidas;
pela investigação de todos os casos de violência doméstica e assassinatos de mulheres negras, com a penalização dos culpados;
pelo fim do racismo e sexismo produzidos nos veículos de comunicação promovendo a violência simbólica e física contra as mulheres negras;
pelo fim dos critérios e práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho;
pelo fim das revistas vexatórias em presídios e as agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções;
pela garantia de atendimento e acesso à saúde de qualidade às mulheres negras e pela penalização de discriminação racial e sexual nos atendimentos dos serviços públicos;
pela titulação e garantia das terras quilombolas, especialmente em nome das mulheres negras, pois é de onde tiramos o nosso sustento e mantemo-nos ligadas à ancestralidade;
pelo fim do desrespeito religioso e pela garantia da reprodução cultural de nossas práticas ancestrais de matriz africana;

TABELA 01 - MANIFESTO DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015 RUMO A BRASÍLIA – 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

No Rio de Janeiro, a organização da Marcha no teve início em 05 de julho de 2014, quando foi realizada uma Plenária no município do Rio de Janeiro, com a participação de diferentes mulheres do estado. Foi constituída uma Coordenação Estadual, ampliada até a realização da III Plenária em Resende (setembro/2014), posteriormente denominada Comitê Impulsor. Foram constituídas algumas comissões de trabalho, estruturadas e ampliadas, ao longo do tempo.

Os objetivos da Marcha das Mulheres Negras – 2015 se coadunaram com o pensamento de Lélia Gonzalez, uma vez que apontava para a grande dificuldade em se chegar a uma Nação regida por uma Democracia Racial. Pode-se observar que a luta por um país que não apresente o quadro tão desfavorável ao povo negro continua na *ordem do dia*. País esse, no qual o lema não seja a desigualdades, mas sim a igualdade com o devido respeito às diferenças. Tais desigualdades são visíveis quando se presenciaram atitudes racistas no cotidiano real e virtual de negros e negras por todo o território nacional; quando são ligados os aparelhos de TV nos quais existe a sub-representação de “caras pretas” ou na reserva de papéis de baixa importância político-social além de ausência de histórias negras encenadas por seus respectivos atores e atrizes negras; quando se observa a cor de quem ocupa cargos de poder, ou ao visitar um

⁵ Manifesto da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver. Disponível em http://www.mulheresdocabo.org.br/wpimagens/2014/08/manifesto_negras_site.pdf



presídio... Essa realidade não é virtual, está corroborada pelas análises dos indicadores sociais amplamente divulgados por órgãos competentes, como o IBGE e IPEA.

A consolidação real da Democracia Racial pressupõe igualdade de direitos e deveres, independentemente da origem racial ou social, no entanto verifica-se que isso não se materializa e as contribuições de Lélia Gonzalez reafirmam a necessidade de fazer da luta por Democracia Racial, uma militância seja nas organizações não governamentais, na academia, nas empresas e em todas as partes da sociedade.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 2015 foi mais um passo para denunciar o racismo, o sexismo e outras formas de opressão vividas pelas mulheres negras e indicar para que a Nação Brasileira a necessidade de elaboração de políticas que garantam o Bem Viver para todas.

O pensamento de Lélia Gonzalez me auxilia a fazer um breve ponto final neste artigo: *para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular.* (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Essa Lélia continua falando e pensando, através de nossas ações e de nossas militâncias nos dias atuais.

4. UM BREVE PONTO FINAL...

Em 1994, ano da morte de Lélia Gonzalez, no mês de dezembro, foi realizado um seminário na Universidade Federal Fluminense em sua homenagem. Acredito que ainda muitas homenagens tem surgido, difundindo seu pensamento em diversos espaços em nossa sociedade, a exemplo do o Tributo em sua homenagem, realizado em 24 de fevereiro de 2015, no Centro Cultural Banco do Brasil, demarcando o Lançamento do Projeto “Memória Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história”, liderado pela REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano.

Ao observar o Brasil de hoje, percebe-se que o discurso de Lélia Gonzalez é atual, seja no que se refere à denúncia do Mito da Democracia Racial, seja na relação dos partidos com a população negra, ou nas relações equivocadas entre negros e negras. Lélia invade a realidade social, econômica e política brasileiras, por meio de uma linguagem direta. Ela não mandou recado, falou na lata!

Mesmo com suas denúncias, a realidade não atingiu o patamar satisfatório. Luta-se por tratamento humano e não aqueles que assimilam negros e negras à macacos, que através das



bananas jogadas em campos de futebol ou em canos de descarga de carros tentam frear o crescimento do povo negro, em especial das mulheres negras.

A Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver – 2015 demarcou o protagonismo histórico, quando mulheres de todo território brasileiro lutam por repactuar políticas públicas que possibilitem um mundo melhor, baseado em novos paradigmas econômicos, de consumo e de sociabilidade.

O processo de organização da marcha contribuiu para aprofundar a percepção de sociedade segundo a epistemologia feminista negra, no qual a mulher negra tem sido parte central de diversas confluências de opressão, que inibem e interferem em seu crescimento social, político, humano, econômico e cultural.

Deve ser registrado, que o processo de organização possibilitou a criação e recriação de laços entre diferentes mulheres; auxiliou para o resgate de cumplicidades pontuais, em busca de um mundo melhor; estabeleceu trocas de percepções de quem são e porquê lutamos mulheres negras, sejam elas urbanas, quilombolas ou rurais; potencializou a luta diária contra o racismo, além de ter ampliado espaços de reflexão individual, em espaços coletivos, sobre as políticas públicas essenciais para alcançar o estágio de se viver em uma Democracia Racial.

Os temas de Lélia Gonzalez dedicados em sua militância continuam iluminando a vida acadêmica de diversos pesquisadores e pesquisadoras negras. E se estivesse fisicamente entre nós - hoje aos seus 81 anos - tenho a certeza que estaria com um microfone gritando não mais para anunciar que *o lixo vai falar, e numa boa* (GONZALEZ, 1984, p. 224), mas sim, que **A MULHER NEGRA VAI FALAR, E NUMA BOA!**

5. REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 2007.
02, 2000 (republicação da entrevista divulgada em: Informativo SEAF, 1985).
- BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população. Rio de Janeiro, RJ, 2013, N° 32
- _____. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota Técnica Vidas Perdidas e Racismo no Brasil. Daniel R. C. Cerqueira (DIEST/IPEA) e Rodrigo Leandro de Moura (IBRE/FGV). IPEA. Brasília, 2013, N° 10.
- _____. IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília, Periódicos. I, 2000, v. 21 - (jun. 2013). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf



_____ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20978&catid=336

FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo. Global. 2006.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo, ANPOCS, Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1983. http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/247561/mod_resource/content/1/RACISMO%20E%20SEXISMO%20NA%20CULTURA%20BRASILEIRA.pdf

GONZALEZ, L. - A Mulher Negra na Sociedade Brasileira - Tendências - Graal: Rio de Janeiro, 1982.

GONZALEZ, L. A democracia Racial: uma militância. Revista Uapê – Revista de Cultura. Nº 1. SILVA, Tatiana Dias e Da Silva, Josenilton Marques. Nota Técnica Reserva de Vagas para Negros em Concursos Públicos: uma análise a partir do Projeto de Lei 6.738/2013. Brasília, IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-. 2014.

LEMOS, R de O. O Feminismo Negro em Construção: a organização das mulheres negras no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. UFRJ – Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 1997. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/rosaliadeoliveiralemos/o-feminismo-negroemconstrucaoorganizacaodasmulheresnegrasnoriodedejaneiro>

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.

NASCIMENTO, A. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, 2ª ed.

NASCIMENTO, A. Os manifestos, o debate público e a proposta de cotas. Rio de Janeiro. Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Vol 1, n. 1, (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ, n. 23-24 jan 2006-abr 2008.

RIOS, F. M.. A institucionalização do Movimento Negro no Brasil Contemporânea. São Paulo. Dissertação de Mestrado: USP – Universidade de São Paulo, 2008.



A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

MARTINS, Fernando José

Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras

JAQUEIRA, Manoela Jaqueira

Estudante de doutorado do Programa de Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras

manoelajaqueira@hotmail.com

59

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o papel dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos humanos, para tanto se pretende estudar o histórico de lutas sociais para o nascimento dos direitos humanos, bem como a concepção atual destes direitos, para posteriormente refletir acerca da necessidade dos movimentos sociais articularem a luta pela implementação dos direitos humanos na sociedade. O tema do presente artigo surgiu da preparação da aula do estágio de docência, a qual foi trabalhada a dignidade da pessoa humana no direito civil e os movimentos sociais, pois estes são sujeitos ativos na luta pela implementação dos direitos fundamentais, ante o estudo para a realização do estágio de docência do Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira, percebeu-se a necessidade de aprofundar o assunto, pois este se faz tão atual, pois se vive em uma sociedade onde diversos direitos inerente as pessoas humanas estão positivados, mas ao mesmo tempo esses direitos são retirados ou negados a determinados grupos de pessoas, assim acredita-se que os movimentos sociais, sejam um mecanismo importante para a luta pela efetivação dos direitos humanos, essa luta que é gradual, histórico-social para finalmente atingir a dignidade da pessoa humana de forma completa.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Efetivação.

ABSTRACT

This paper deals with the role of social movements in the struggle for realization of human rights, therefore intends to study the history of social struggles to the birth of human rights as well as the current understanding of these rights, to further reflect on the need of social movements articulate the struggle for implementation of human rights in society. The subject of this article appeared in lesson preparation of the teaching stage, which was crafted human dignity in civil law and social movements, as these are active subjects in the struggle for implementation of fundamental rights, before the study for completion of the Master of Teaching probation on Society, Culture and Frontier, we realized the need to deepen the subject, as this is done so today because we live in a society where various rights inherent in human persons are positivized but at the same time those rights are withdrawn or denied to certain groups of people, so it is believed that the social movements, are an important mechanism for the struggle for realization of human rights, this fight is gradual, historical and social to finally reach the dignity of human person completely.

Key-words: Human Rights, Social Movements, Effective.



INTRODUÇÃO

Os direitos humanos é tema cada vez mais abordado em discussões quando o assunto é organização da sociedade civil ou políticas públicas, principalmente pelo aumento do poder das redes sociais, ONGs e Movimentos Sociais que lutam pela efetivação dos direitos da pessoa humana. O presente trabalho pretende estudar o papel dos movimentos sociais na luta pela efetivação da dignidade da pessoa humana. O artigo é dividido em duas partes, primeiro pretende-se estudar a origem da dignidade da pessoa humana, a evolução histórica do processo de lutas para a conquistas destes direitos, pois os direitos humanos não surgiram de uma única vez, são processos históricos, a previsão legal desse direito nos atuais documentos internacionais e constitucional e em segundo, como os movimentos sociais podem auxiliar na luta para a efetivação dos direitos humanos.

O objetivo deste trabalho é estudar o papel dos movimentos sociais na garantia da dignidade da pessoa humana. O método empregado para o presente estudo é a revisão bibliográfica a partir de livros, documentos internacionais, legislação, tratado e artigos científicos.

1. HISTÓRICO DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos percorreram um longo caminho, passando por diversas transformações sociais, políticas, econômicas e religiosas, sendo importante o estudo do processo de lutas históricas para entender o atual estágio dos direitos humanos. Importante destacar a complexidade de estudar os direitos humanos, sendo necessário relacionar estes a história, pois os direitos humanos não surgem de forma repentina, eles são frutos de lutas sociais ao longo da história. Noberto Bobbio a respeito do histórico dos direitos humanos afirma:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo



gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 1992, p.5)

Assim ante ao exposto, observa-se que os direitos humanos surgem a partir de lutas sociais gradativas ao longo da história, referentes a necessidade de assegurar ao ser humano uma vida digna, diante da análise do contexto histórico em que estes direitos nasceram, bem como compreender o processo de positivação dentro do ordenamento jurídico, aceitação da sociedade e a efetivação dos direitos humanos. (COMPARATO, 2003, p. 40).

Diante da compreensão de que os direitos humanos nascem da evolução histórica e social, até a consagração dos direitos que se tem nos dias de hoje, pois os direitos humanos acompanharam as lutas das sociedades e as transformações históricas acompanhando as necessidades de cada momento histórico e de cada luta pela efetivação da dignidade da pessoa humana.

A primeira manifestação que se tem notícia da limitação do poder político é do século X a.C, quando o reino de Israel, proclamou o Rei Davi, um delegado de Deus, responsável pela aplicação da lei divina, como um legislador, proclamando o que era justo ou injusto, diferente de outros monarcas de sua época que agiam como o próprio Deus. (COMPARATO, 2003, p. 40).

A Grécia Antiga colaborou para o reconhecimento dos direitos humanos ao colocar a pessoa humana no centro da filosofia, onde passou de uma teoria mitológica para uma teoria antropocentrista, desta forma tratou-se de proporcionar uma reflexão acerca da vida humana. Outra contribuição é a democracia, baseada na participação dos cidadãos nas decisões do governo e da legislação, possibilitando limitar o poder do governo. Ainda se pode citar o estoicos que reconheceram os direitos humanos no que se refere a liberdade interior inalienável e que foi defendida também por Cícero, através da defesa do pensamento de cada pessoa. (MARTINS, 2003, p. 21).

Para os direitos humanos o cristianismo também teve importantes contribuições na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos, ao limitar o poder político com a distinção do que é de César e o que é de Deus e a salvação por Cristo ser inerente a todos os povos, dando valores as pessoas independente de sua condição. (MIRANDA, 2003, p. 43).

Diante do exposto observa-se que a antiguidade foi importante para as bases dos direitos humanos, a pesar de ser um período onde acontecia muitas atrocidades, escravidão,



diferenciação entre sexo, classe sociais, méritos, no entanto estas contribuições mesmo que pequenas frente aos direitos humanos dos dias atuais, não podem ser deixadas de serem analisadas, pois foram conquistas dos movimentos existentes no período, tanto movimentos de pensadores como movimentos religiosos.

Em análise ao período medieval, Ferreira Filho aponta como contribuição desta época a descentralização do poder por influência do cristianismo e do sistema feudalista, ainda se tem a difusão de documentos escritos reconhecendo direitos de determinadas classes privilegiadas através de forais ou cartas de franquia. (FERREIRA FILHO, 1998, p. 11).

Neste período um documento de grande destaque para o estudo é a Magna Carta, um dos primeiros documentos escritos que remete aos direitos humanos, onde esta é outorgada pelo João Sem-Terra no século XII, haja vista as pressões dos barões devido o aumento de exações fiscais para financiamento de campanhas bélicas e pressões da igreja para que este se submetesse a autoridade papal. (COMPARATO, 2003, p. 71-72).

De acordo com Comparato a Magna Carta (2003, p.79) tem grande destaque no estudo dos direitos humanos, pois prevê direitos como a liberdade eclesial, a inexistência de impostos sem anuência dos contribuintes, estabeleceu a propriedade privada, direito a livre locomoção e a desvilculação da lei e da jurisdição do monarca, ou seja a Magna Carta representa grandes avanços no que tange a dignidade da pessoa humana, bem como representar o primeiro documento escritos com força de lei, onde traz diretrizes ao que se refere a pessoa humana.

O professor Dalmo de Abreu Dallari (2000, p. 54) disserta sobre a contribuição de Santo Tomás de Aquino:

No final da Idade Média, no século XIII, aparece a grande figura de Santo Tomás de Aquino, que, tomando a vontade de Deus como fundamento dos direitos humanos, condenou as violências e discriminações, dizendo que o ser humano tem direitos naturais que devem ser sempre respeitados, chegando a afirmar o direito de rebelião dos que forem submetidos a condições indignas. (DALLARI, 2000, P. 54).

A pesar da contribuição de Santo Tomás de Aquino no que se refere ao desrespeito aos direitos naturais, e a Carta Magna no que se refere a propriedade, governo, legislação, estas não trataram de universalizar os direitos humanos, ou seja estes direitos eram reconhecidos



para determinadas pessoas de determinadas classes, além disso eram diretrizes que tinham limitação territorial, ou seja não valia para toda comunidade do globo.

Após o período medieval, cabe constextualizar a mudança comportamental da sociedade, houve um grande desenvolvimento do comércio e indústria, onde passou a existir uma nova classe, que é a burguesia, houve o aparecimento do Estado Moderno, com a centralização do poder político e no que se refere ao pensamento, este passam a ser explicados a luz da ciência, com a razão no centro das discussões, abandonando a visão religiosa. Outro contexto histórico importante que influenciou no surgimento dos direitos da pessoa humana, foi a Reforma Protestante de Lutero, que contribuiu para a interpretação pessoal da Bíblia Sagrada, e ainda a proclamação de liberdade religiosa na França (RUBIO, 1998, p. 73).

Na Inglaterra, tem-se o *Petition of Rights* (1628) que trata da necessidade de consentimento no que se refere a tributos, o julgamento pelos pares em relação a privação de liberdade e a proibição de prisões arbitrárias. Em 1679, foi criada a Lei de *habeas corpus* que protege a liberdade de locomoção e inspirou o ordenamento jurídico no mundo todo. (COMPARATO, 2003, p. 86).

Apesar das grandes contribuições deste período no que se refere a liberdade, ainda os direitos humanos não são tratados como matéria universal, ou seja não são atribuídos a qualquer pessoa, pois eram meras diretrizes que podiam ser revogadas pelo poder político a qualquer tempo.

As revoluções inglesa, americana e francesa trouxeram inegável contribuição aos direitos humanos, a Revolução Gloriosa, se refere a luta de direito aos ingleses e a limitação do poder do Rei, e esta é uma conquista dos ingleses que dá continuidade aos direitos atribuídos na Magna Carta. O Bill of Rights (1689), reconheceu os direitos do indivíduo quanto a liberdade, segurança, propriedade privada, apesar de se tratarem direitos já previstos o Bill of Rights tentou resgatar estes para numa tentativa de que agora fossem respeitados e limitar o poder real, deslocando para o Parlamento a competência de legislar e tributar, bem como pôs fim ao absolutismo. (COMPARATO, 2003, p. 90-91).

Apesar das contribuições acerca da separação de poderes e afirmação de direitos a liberdade reconhecidos, a legislação impôs a religião oficial aos ingleses, eliminando a liberdade destes de participarem de outras religiões, onde muitos ingleses neste período sofreram perseguição e acabaram por fugir para a colônia americana de acordo com o professor



Rubio, estes fugitivos religiosos, foram para a colônia americana trazendo consigo ideais de direitos humanos que o governo não deveria intervir. (RUBIO, 1998, p. 82).

Aproveitando a mencionada colônia americana, cabe destacar que os colonos americanos estavam cansados das imposições da Inglaterra e em 1773, em Boston, um grupo de pessoas lançou ao mar caixas de chá em protestos aos impostos da Coroa Britânica e em 1776 é elaborada a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, a qual reconhecia a todos os seres humanos a liberdade e independência, o qual de acordo com Comparato é o início do nascimento dos direitos humanos no curso da história. (COMPARATO, 2003, p. 49).

Em julho deste mesmo ano, é elaborada a Declaração de Independência dos Estados Unidos, a qual trazia a previsão de igualdade dos homens perante Deus, citando ainda o direito a vida, liberdade e a felicidade, estas diretrizes foram respostas aos abusos cometidos pela Coroa Britânica. No entanto foi somente em 1979 que surgiu a mais importante das declarações em relação aos direitos humanos, que é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde marca a universalidade dos direitos inerentes a pessoa humana.

Desta forma, diante destas declarações, cabe ainda destacar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) que se destaca pela internacionalização dos direitos humanos, e a previsão em um contexto internacional dos direitos fundamentais do homem, onde posteriormente se positivariam em diversos ordenamentos jurídicos internos. A partir desta Declaração os direitos humanos passaram a ser visto sob uma outra ótica, onde se observava a necessidade dos direitos humanos, resguardando a igualdade e liberdade individual nos ordenamentos jurídicos ao redor do globo, ou seja, os direitos humanos passaram a ser universal.

Importante destacar que apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem somente traçar diretrizes (que não tem força de lei) acerca dos direitos humanos, muitos países adotaram seus fundamentos em suas constituições, garantindo a dignidade da pessoa humana em seus ordenamentos internos. O caminho para a universalização dos direitos humanos, foi extenso, e ainda há muito o que fazer, pois apesar dos avanços ainda nos deparamos com o desrespeito a dignidade da pessoa humana, pois apesar da positivação destes direitos nas Constituições Federais a luta que enfrenta-se hoje é pela devida efetivação e garantia desses direitos, e uma das formas de lutar pela efetiva aplicação dos direitos humanos é através dos movimentos sociais, movimentos estes que estiveram ligados a luta pelos direitos humanos



desde a Grécia antiga, com o movimentos de pensadores, passando pelo período medieval com o movimento religioso, e em tempos modernos com a sociedade civil organizada.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ante ao entendimento que os direitos humanos são uma conquista histórico-social da humanidade, é necessário buscar fundamentos teóricos e práticos em relação a efetivação dos Direitos Humanos como obrigação da sociedade civil e da sociedade política, tendo em vista que o atual sistema reconhece alguns direitos humanos a fim de manobra para controle social, mas não com o objetivo de garantir integralmente a dignidade da pessoa humana, existindo a desigualdade, exploração e negação de direitos sociais em relação as camadas excluídas da sociedade, pois o simples fato desses direitos estarem positivados no ordenamento jurídico, não garante a efetivação deste.

A partir da concepção de que os direitos humanos são conquistas da luta de movimentos sociais, cabe destacar:

Os direitos civis e políticos foram conquistas do movimento social em luta contra o autoritarismo militar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que completa 60 anos em dezembro, proclama princípios que a Constituição Cidadã incorporou notadamente aqueles que dizem respeito aos direitos sociais e econômicos. No entanto, tais direitos não são efetivados para a maioria da população brasileira. Mesmo que algumas medidas tenham amenizado nossas desigualdades sociais, ela permanece presente e diminui a eficácia de nossos direitos civis e políticos. O reconhecimento pela legislação se mostra, portanto, insuficiente para alterar uma herança de mais de quatro séculos de injustiça. Como no processo de redemocratização, a justiça social deverá ser uma exigência da sociedade como um todo. Talvez como uma forma de alcançar a paz interna. (VIOLA, 2013, p.56).

De acordo com o prof. Viola a não efetivação dos direitos humanos remete este direito às ações de Movimentos Sociais, pois a não efetivação faz com que estes direitos sejam apenas aspirações políticas e sociais, onde as vítimas de opressões ficam na esperança de que algum dia estes direitos sejam implementados.



Diante deste cenário de negação de direito, ou de reconhecimento de apenas alguns direitos com a finalidade de controle social por parte do sistema capitalista, os movimentos sociais se mostram capazes de assumirem a defesas das minorias excluídas, tendo em vista seu caráter coletivo e universal. Acerca da responsabilidade dos movimentos sociais, em agirem em defesa dos direitos humanos Viola argumenta:

O acréscimo que a defesa dos Direitos Humanos traz para os movimentos sociais, além do seu caráter universal, é a ampliação do espaço político, para além do mais imediato e efêmero. Trata-se de produzir uma nova ética capaz de ampliar o significado da participação como o exercício de novas modalidades de cidadania.(VIOLA, 2015)

66

A economia de mercado faz com que se revele uma sociedade com gigantescas desigualdades sociais e de direitos, com uma crise ambiental, pois o capital é o centro das ações humanas. Diante desse quadro de desrespeito a direitos humanos surgem os movimentos sociais organizados capazes de influenciar novos valores e cultura política dentro de uma sociedade.

Os direitos humanos na atualidade, diferente do quadro político desenhado pós 2.^a Guerra Mundial, onde estes serviam de fundo ideológico para interesses políticos, a atual realidade se depara com a falta de implementação de efetivas garantias de direitos fundamentais e uma vida digna para a maioria da população como disserta Altvalter:

... os processos de globalização – incluindo a dissolução da soberania política, de um lado, e a crise ecológica, de outro – prejudicaram as reivindicações voltadas para determinados direitos substanciais. A ordem democrática passou a enfrentar uma série de novos dilemas. (Altvalter, 1999, p. 116).

Estes dilema relevam as lutas travadas entre os movimentos sociais e o estado. O PAPEL DOS movimentos sociais lutam pelos direitos fundamentais, e o Estado positiva-os através do reconhecimento, regulamentação e implementação ou não destes através de medidas eficazes.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, observa-se que os movimentos sociais em luta pelos direitos humanos estão vinculados à lutas sociais e civil, que visam diversos direitos fundamentais e a ascensão de classes minoritárias, bem como a preservação do meio ambiente. Estes movimentos lutam por mudanças da realidade em que vivem, fazendo com que sua luta seja um meio de pressão política. Ainda neste contexto, pode-se concluir que os movimentos sociais são um mecanismo de expansão dos espaços democráticos, para lutar por uma postura do Estado a fim de implementar os direitos humanos já reconhecidos e positivados, mas não efetivados.

Hoje não apenas é necessário que os Direitos Humanos sejam reconhecidos pelo Estado, mas também dentro da própria sociedade, a exigência da proteção e garantia da dignidade da pessoa humana deve ser universal e incluir os diversos setores da sociedade. A efetividade dos direitos humanos deve ser um processo de luta constante, assim como foram o surgimentos destes direitos, que não são processos naturais mas sim de embates da sociedade com os interesses de mercado a fim de garantir uma vida digna a população que tem seus direitos feridos. Ainda em se tratando de atualidade, o maior desafio dos direitos humanos não é mais o seu reconhecimento, mas sim a proteção e garantia de que estes direitos sejam efetivados na atual sociedade.

Os direitos humanos, além de estarem previstos nas Constituições devem ser implementados através de políticas públicas eficazes, e estas precisam ser cobradas pela sociedade civil organizada, através de movimentos sociais, buscando viabilizar a plena eficácia jurídica dos direitos humanos, que de fato este aconteça na sociedade e não somente nas Constituições, assim os movimentos sociais são parte fundamental para a implementação dos direitos fundamentais, a medida que estes são a expressão das classes excluídas da sociedade e que buscam a efetivação dos direitos positivados na Constituição.



REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. *Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos*, in: HELLER, Agnes et. Al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3 ed. Coimbra: Almedina, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *A Luta pelos Direitos Humanos*. In: LOURENÇO, Maria Cecília França. *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1934-1999*. São Paulo: Universidade de São, 1999

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1998.

FIORAVANTI, Maurizio. *Los Derechos Fundamentales*. 4 ed. Madrid: Trotta, 2003.

ISRAEL, Jean-Jacques. *Direito das Liberdades Fundamentais*. Barueri: Manole, 2005.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUBIO, Valle Labrada. *Introduccion a la Teoria de los Derechos Humanos: Fundamento. Historia. Declaracion Universal de 10 de diciembre de 1948*. Madrid: Civitas, 1998.

VIOLA. Solon Eduardo Annes. *Movimentos Sociais e Direitos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/solonviola/movimento.html>. Acesso em 28 de agosto de 2015



O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL: BREVES CONSIDERAÇÕES

SANTOS, Sueli de Farias

Mestranda do Programa de Pós-Graduação strictu senso em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

E-mail: suelifarias@yahoo.com.br

MARTINS, Fernando José

Professor do Programa de Pós-Graduação strictu senso em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

E-mail: fernandopedagogia2000@yahoo.com.br

69

RESUMO

O presente estudo propõe-se a discutir o protagonismo das pessoas com deficiência, a partir da sua organização, enquanto sujeito social coletivo, bem como a discussão da pessoa com deficiência e o mercado de trabalho formal, com o objetivo de analisar limites, possibilidades e desafios para a acessibilidade das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho formal. Para realização da pesquisa empírica utilizou-se do método de abordagem da pesquisa qualitativa, tendo como técnica a pesquisa bibliográfica e entrevista semi-estruturada e como instrumento utilizou-se do roteiro de perguntas. Nos resultados alcançados demonstrou-se que as pessoas com deficiência historicamente passaram por um processo de rejeição, recusa e isolamento, por atitudes de caráter assistencialista, paternalista, caritativo e filantrópico. Tais atitudes motivaram as próprias pessoas com deficiência a se organizarem na luta por direitos sociais. No entanto, ainda na contemporaneidade pessoas com deficiência são culpabilizadas pela sua condição de não empregabilidade e tolhidas do seu direito social ao trabalho.

Palavras Chaves: Pessoa com Deficiência; Protagonismo; Trabalho formal.

ABSTRACT

This study aims to discuss the role of people with disabilities, from your organization, as a collective social subject and the person discussion with disabilities and the formal labor market, in order to analyze limits, possibilities and challenges for accessibility for people with disabilities to the formal labor market. To conduct empirical research was used the qualitative research approach method, having as technical literature and semi-structured instrument and how it was used questions script. The results achieved demonstrated that people with disabilities historically have gone through a process of rejection, denial and isolation, for welfare character of attitudes, paternalistic, charitable and philanthropic. Such attitudes prompted the disabled people themselves to organize themselves in the struggle for social rights. However, even in contemporary times disabled people are blamed for their condition of employment and not hampered their social right to work.

Keywords: Persons with Disabilities; leadership; Formal work.

INTRODUÇÃO

Neste estudo foi possível identificar que somente a partir do momento em que as pessoas com deficiência começam a se organizar em prol de seus direitos, enquanto sujeitos e protagonistas de sua própria história, é que começam a ter acesso a direitos



sociais. Assim, tem por finalidade responder quais as razões que dificultam a acessibilidade da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho formal.

No que se referem às empresas acredita-se que, muitas vezes, não confiam na capacidade de trabalho das pessoas com deficiência. Contudo, estas têm capacidades e dificuldades como às demais pessoas, mas necessitam de equipamentos – meios de produção de trabalho - adaptados para desempenhar suas funções de acordo com a referida colocação e deficiência que, aliados a preconceitos ainda presentes, contribuem para a não contratação destes trabalhadores. Neste sentido, o problema da pesquisa constitui-se em responder quais as razões que dificultam a acessibilidade da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho formal.

Nesta perspectiva tem-se como *objetivo geral* analisar os limites e as possibilidades para a acessibilidade da pessoa com deficiência ao mercado de trabalho formal. Com relação aos *objetivos específicos*, busca-se: a) identificar o protagonismo das pessoas com deficiência; b) fomentar a discussão do direito ao acesso das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho formal; c) conhecer os espaços de maior acessibilidade das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho formal, bem como, os de menor acessibilidade.

Para realização do presente estudo foi utilizada a abordagem qualitativa, por esta possibilitar uma maior compreensão e abrangência dos objetivos e da temática em questão, isto por que, a abordagem qualitativa do objeto de estudo

(...) se preocupa nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Como instrumentos de coleta de dados utilizaram-se a pesquisa bibliográfica para dar suporte teórico-metodológico ao processo de estudo e a entrevista semi-estruturada que, segundo MINAYO (1994), é uma articulação entre a entrevista aberta ou não estruturada na qual o pesquisador tem a liberdade de abordar o tema a que se propõe. Dessa forma, permite ao entrevistado falar sobre o tema proposto, com questões que norteiam a entrevista, ou seja, tendo como instrumento o roteiro de perguntas.



Buscando alcançar os objetivos propostos, selecionaram-se como sujeitos da pesquisa os órgãos representantes do trabalho formal, sendo: Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – Escritório Regional (SETP); Sistema Integrado Nacional de Emprego – Agência do Trabalhador (SINE); Ministério do Trabalho e Emprego - Escritório Regional de Foz do Iguaçu; Sindicatos dos Empregados no Comércio e Sindicato Patronal do Comércio Varejista no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná. Faz-se necessário esclarecer que o Sindicato do Comércio, tanto dos empregados quanto o patronal foi incluído nesta pesquisa, devido ao fato de que, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), é o espaço com maior índice de trabalhadores empregados no município de Foz do Iguaçu.

Esclarecidos os aspectos introdutórios para a apresentação desde estudo, destaca-se que a análise e a reflexão presentes estão dispostas em três sessões a seguir: *1. O protagonismo da Pessoa com Deficiência; 2. Pessoa com deficiência e o mercado de trabalho formal; 3. Resultados alcançados.* Além disso, as *Considerações finais*.

1. O PROTAGONISMO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Bem como os demais Movimentos sociais, o movimento pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência, também vem se organizando e ganhando forças no Brasil, especialmente a “partir de 1948 com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, iniciou um amplo e profundo debate sobre os direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 10)

Ao se tratar das pessoas com deficiência, no imaginário social estas sempre foram “consideradas como improdutivas, inúteis e incapazes, sendo tomadas como um fardo pesado ou uma cruz a ser carregada pela família e pela sociedade, [...] transformam-nas em objetos de caridade e da filantropia” (CARVALHO, ROCHA e SILVA 2006, p. 17).

Para Aranha (2003), na Antiguidade a atitude adotada em relação à deficiência era a da “exposição”, ou seja, o abandono ao relento, até a morte. Na Idade Média, com o advento do Cristianismo, a pessoa portadora de deficiência passou a ser visto como ser racional, criação e manifestação de Deus e, também, possuidor de uma alma, razão pela qual não se aceitava mais a sua exterminação, tendo sido atribuído a deficiência aos desígnios divinos. No entanto, a atitude principal da sociedade era de intolerância e de punição em relação às pessoas com deficiência, as quais recebiam ações de confinamento e



de castigos severos. Com o início da Revolução Burguesa, no final do século XV, caracterizado pela revolução de ideias e as novas formas de relação e força de trabalho humana, as pessoas com deficiência eram consideradas não produtivos e ainda despediam ônus à sociedade para sua subsistência. Com o avanço da medicina e o surgimento dos primeiros hospitais psiquiátricos, estes começam a ser confinados de forma institucionalizada.

Ainda conforme Aranha (2003) a partir do século XIX, o modo de produção capitalista tinha no sistema educacional o objetivo de formar cidadãos produtivos. Desta maneira tinha a finalidade de manter as pessoas com deficiência sob a responsabilidade privada e não pública. Posteriormente, no século XX, com o capitalismo monopolista que definia qual a força de trabalho necessária para o acúmulo de capital, as pessoas com deficiência continuaram sendo consideradas como não produtivas. As discussões referentes à produtividade/não produtividade da pessoa com deficiência começam a ocorrer após a Segunda Mundial.

Destarte, até meados da década de 1970, a questão da deficiência foi encaminhada por técnicos e profissionais considerados especialistas no assunto, com objetivo principal o atendimento a pessoas com deficiência em instituições, em especial na área de educação. No entanto, as pessoas com deficiência, assim como outros sujeitos sociais coletivos começam a se organizarem prole de seus direitos sociais e políticos. Assim, para Ribas (2007) é a partir dos movimentos sociais¹ de lutas dos negros e das mulheres, que no Brasil começa a surgir na metade da década de 1970 uma tímida consciência política através de lutas e a organização, das pessoas com deficiência, passando desta forma a exigir do governo seus direitos fundamentais. Deste modo, até a década de 1970, as iniciativas são parte de

uma história na qual as pessoas com deficiência ainda não tinham autonomia para decidir o que fazer da própria vida. Todavia, entre as

¹Movimentos Sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p.44).



peças com deficiência, esse foi um período de gestação da necessidade de organização de movimentos afirmativos dispostos a lutar por seus direitos humanos e autonomia, dentre os quais se destaca a capacidade de decidirem sobre a própria vida. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 28)

Segundo o mesmo autor, as pessoas com deficiência, antes tratadas pela caridade e filantropia, começam a se organizar em associações *de* pessoas com deficiência, porém este processo “criou o ambiente para a formalização da consciência que resultaria no movimento político das pessoas com deficiência na década de 1970”. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 34).

Aliás, os movimentos sociais foram adquirindo características comuns e diferenciadas, conforme sua prática social e política. Assim, de acordo com suas peculiaridades obtiveram a sua trajetória de forma relativamente diferente, isso aconteceu com todos os movimentos, isto é, com o movimento sindical, feminista, urbanos, de gênero, político, comissões eclesiais de base, pastoral da terra e outras organizações de direitos humanos. Entre estes movimentos encontrava-se o movimento das pessoas com deficiência. Esse espaço foi sendo construído com muita luta, embates políticos, mas também, com conquistas importantes, embora, em muitos momentos sob a omissão do governo e com total invisibilidade por parte da sociedade.

Conforme Lanna Junior (2010) na década de 1970 foram criadas as primeiras organizações de pessoas com deficiência, nas quais na sua composição e direção encontravam-se as próprias pessoas com deficiência. As associações visavam o auxílio, a convivência entre os pares, o debate das dificuldades comuns. Com a aproximação foi possível o desencadeamento de um processo da ação política em prol de seus direitos humanos. Assim, no final dos anos 1970, o movimento ganhou visibilidade, “as pessoas com deficiência tornaram-se ativos agentes políticos na busca por transformação da sociedade. O desejo de serem protagonistas políticos motivou uma mobilização nacional”. (LANNA JUNIOR, 2010, p. 34).

A esse respeito atenta-se ao fato de que diferentes fatores influenciaram para que o movimento tivesse seu auge naquele momento. No entendimento de Rosa e Borba (2006), foram às necessidades objetivas que possibilitaram a tomada de consciência de uma parcela das próprias pessoas com deficiência no sentido de travarem lutas na defesa dos seus direitos, bem como, uma conjuntura nacional favorável devido aos movimentos sociais que estavam eclodindo naquele momento histórico, na busca da redemocratização e



contra a Ditadura Militar; além disso, o governo brasileiro estimulava o movimento, pois não via neste nenhuma ameaça política ideológica.

Deste modo, as pessoas com deficiência, providas da sua realidade social, econômica e política “começaram a agir politicamente contra a tutela e em busca de serem protagonistas. O que essas pessoas buscavam era se colocar à frente das decisões, sem que se interpusessem mediadores” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 37), sendo, portanto, os mesmos a tomar as decisões por si só, das suas necessidades e lutas sociais.

Segundo Filho e Ferreira (2003), no ano de 1975, a ONU divulgou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Em 1979, a Organização das Nações Unidas (ONU) foi influenciada pelo movimento internacional das pessoas com deficiência para a organização do Ano Internacional da Pessoa Deficiente. “Daí se percebe com clareza o protagonismo desse grupo, que passou a considerar imprescindível o controle das ações que lhe diziam respeito.” (FILHO e FERREIRA, 2003, p. 104). Assim sendo, no ano de 1981, foi instituído o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), sob o lema participação plena. Pode-se afirmar que o AIPD cumpriu o objetivo desejado pela ONU.

No Brasil, as pessoas com deficiência ganharam destaque. Suas reivindicações por direitos e suas mobilizações se fizeram notar como nunca antes havia acontecido. Essa foi a contribuição do AIPD: a visibilidade. A ONU procurou dar continuidade a esse processo com a promulgação da Carta dos Anos 80, que apontava ações prioritárias e metas para a década de 1980 que possibilitassem às pessoas com deficiência integrar e participar da sociedade, com acesso à educação e ao mercado de trabalho. (LANNA JUNIOR, 2010, p.44)

De acordo com a mesma fonte de estudo, no ano de 1980, aconteceu em Brasília, o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas com Deficiência, o qual contou com a presença de aproximadamente mil participantes com deficiência de todo o Brasil. Neste evento foi criada a primeira entidade representativa, a Coalização Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, foi ainda aprovada a primeira pauta de luta deste segmento. Este movimento tinha como característica principal a representação das próprias pessoas com deficiência e não pelos especialistas, técnicos, profissionais e familiares, que até então os representavam. “O 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes aconteceu em Recife, de 26 a 30 de outubro de 1981. Simultaneamente ao 2º Encontro, ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes” (LANNA JUNIOR, 2010, p. 45).



Até esta década, as pessoas com deficiência tinham uma organização de entidades *para* pessoas com deficiência, ou seja, eram outras pessoas (familiares, profissionais) que defendiam os interesses e “falavam” em nome das mesmas. Com o avanço na sua organização esta passa a ser organização *de* pessoas com deficiência, havendo uma diferenciação, pois estas, através de suas organizações começam a decidir por si só e não mais através de outrem, seja familiar e/ou profissional, que lhes prestassem algum tipo de serviço na esfera educacional, de habilitação ou reabilitação.

Não obstante, a luta das pessoas com deficiência não se restringia apenas a essas reivindicações, outras solicitações foram incorporadas e obtiveram concretude na Política Nacional da Pessoa com Deficiência, com a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Federal n.º 7.853/89. Ainda, como resultado deste processo de mobilização teve origem à Coordenadoria Nacional da Pessoa com Deficiência (CORDE) e o Conselho Nacional do Direito da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE). Deste modo,

(...) a mobilização e a organização das pessoas com deficiência nas suas próprias entidades, como protagonistas da sua própria história, inquestionavelmente representou avanço significativo para o conjunto da sociedade e no crescimento da consciência crítica deste segmento. (ROSA e BORBA, 2006, p. 197).

Igualmente, identifica-se que várias foram e são as terminologias utilizadas ao fazer-se referência a uma pessoa com deficiência. Ribas (2007) destaca que, no contexto dos anos 1990, a Organização das Nações Unidas (ONU) recomendou a não utilização da expressão *pessoas deficientes*, mais sim, *pessoas portadoras de deficiência*. Esta adoção do termo perdurou até o final da mesma década, tendo sido substituída por *pessoas com deficiência*. Em concordância, Gugel (2006) - informando que a partir da discussão em múltiplos fóruns nos movimentos sociais das próprias pessoas com deficiência - propõe-se à utilização da terminologia *Pessoa com Deficiência*.

Conforme Decreto Lei n.º 3.298/1999², em seu artigo 3º, considera-se “deficiência toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano” (BRASIL, 1999). Destaca-se que um dos

² Este Decreto regulamenta a Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e da outras providências.



princípios do referido Decreto é que estes sujeitos devem, segundo o artigo 5º, “receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismo” (BRASIL, 1999).

No Brasil, com base nos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) são estimados que 10% (dez por cento) da população apresentam alguma deficiência. Todavia, a proteção às pessoas com deficiência advém dos direitos comuns a todos, cabendo rastreá-las para torná-las acessíveis aos mesmos. Desta maneira, diferentes fatores determinam a efetivação, ou não, de políticas sociais³ para as pessoas com deficiência.

Carvalho, Rocha e Silva (2006) corroboram que a partir do resultado de lutas das próprias pessoas com deficiência, estas têm rompido com paradigmas segregativos e avançado no processo participativo enquanto sujeitos sociais, sendo que,

(...) este processo ganhou mais força com a Declaração de Salamanca (1994) que propôs o paradigma da inclusão social, afirmando a necessidade de todos se comprometerem com a eliminação das barreiras que vêm excluindo uma parcela considerável da população mundial, dentre a qual se encontram as pessoas com deficiência física, sensorial e mental. (CARVALHO, ROCHA e SILVA, 2006, p. 16).

Na perspectiva de olhar de Roy (2000), as políticas sociais que tratam da pessoa com deficiência no Brasil tiveram início nos anos 1970 e foram consolidadas nos anos 1990. No que concerne ao âmbito estatal as ações são escassas; é na esfera privada filantrópica, porém pública, que se situam as maiores redes de atendimento às pessoas com deficiência. São públicas, porque “embora de natureza privada, elas tem finalidade pública” (ROY, 2000, p. 218). E, na maioria são subsidiadas com recursos públicos advindos das políticas setoriais de saúde, assistência social e educação, sejam da esfera municipal, estadual e federal. As políticas sociais para pessoas com deficiência ocorrem em resposta às reivindicações dos movimentos sociais.

Assim, a Lei n.º 7.853/1989 prevê uma rede de serviços especializados em habilitação e reabilitação e, no seu artigo 2º, “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiências e a sua integração social, no que se refere à saúde, atribui ao setor a

³ A política social é concebida como um mecanismo de intervenção e regulação do Estado, datado pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista e determinado por um conjunto de necessidades sócio-econômicas, jurídicas e políticas, originárias das condições sob as quais se desenvolveram, historicamente, as relações entre o capital e o trabalho. Na sociedade capitalista contemporânea, as políticas sociais são expressão concreta das contradições e dos antagonismos presentes nas relações entre as classes e destas com o Estado (MOTA, 2000, p.167).



promoção de ações preventivas; a criação de uma rede de serviços especializados de saúde e do adequado tratamento (...)” (BRASIL, 1989). Em relação à Política da Previdência Social, apenas as “(...) pessoas com deficiência, total ou parcial, adquirida no trabalho e sendo contribuintes, poderiam ter garantia de auxílio, reabilitação, pensão ou aposentadoria por invalidez” (ROY, 2000, p. 219), os demais, ou seja, pessoas com deficiência que não contribuem, não recebem proteção social por intermédio desta política.

No que tange a Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004), as ações governamentais propostas a partir do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) têm a indicação da implantação e implementação nos municípios de reabilitação na comunidade. Também, por intermédio desta política, na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) - Lei nº 8.742/93, é previsto o Benefício de Prestação Continuada (BPC)⁴ às pessoas com deficiência que comprovem a condição de vulnerabilidade, situação de pobreza e incapacitadas para a vida independente e para o trabalho.

Assim, “as propostas do movimento social das pessoas com deficiência podem ser visualizadas no aparato jurídico da legislação brasileira” (FILHO e FERREIRA, 2013, p. 113) e entre estes se encontra o direito ao trabalho. Porém, devido a sua condição depara-se com limites e desafios para ter possibilidades de acessar o mercado de trabalho formal.

2. PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL

Conforme descreve Netto e Braz (2007, p. 29) o trabalho está na base da atividade econômica, e “é o processo que envolve a produção e a distribuição dos bens que satisfazem as necessidades individuais e coletivas dos membros de uma sociedade”. No entanto, mesmo estando garantido na Constituição Federal de 1988, artigo 6º como: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 2004, p. 15), nem todas as pessoas conseguem acessar estes direitos. “Embora reconhecido como direito, não é assegurado a todos, esta relação se torna excludente e provocadora de iniquidades sociais” (BOSCHETTI, 2003, p. 47).

⁴ No Artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social diz: “O benefício de prestação continuada e a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência, (...) que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família. (...) A pessoa portadora de deficiência e aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho” (BRASIL, 1993).



Considerando as palavras de Boschetti (2003), as pessoas que não podem trabalhar devido algum tipo de incapacidade ou em função de idade (idoso e criança), de uma deficiência física ou psíquica são isentas da obrigatoriedade do trabalho. Deste modo, as pessoas com deficiência são consideradas incapazes e da mesma forma são isentas, pois lhes é concedido o direito a esta isenção, no entanto, é importante ressaltar que nem todas as pessoas com deficiência são consideradas incapazes e, ao mesmo tempo, apresentam-se nesta condição de isenção. Apesar disso, esta condição da isenção contraria o direito ao trabalho, colocado em Lei, pois as pessoas com deficiência e com capacidade e condições físicas e psíquicas para o trabalho, também lhes é, de certa maneira, negado esse direito, sendo necessário uma Lei que garante cotas para que essas mesmas pessoas obtenham o direito de acessar o mercado de trabalho formal. Desta forma, embora o trabalho seja reconhecido como direito, não é assegurado a todos.

Uma analogia que Boschetti (2003) trata, é a do trabalho com a assistência social - embora não seja a discussão central deste estudo, merece uma reflexão - pois ao abordar a temática da pessoa com deficiência, essa fica isenta da obrigatoriedade do trabalho, dependente, logo, de proteção social do Estado, que se dá por meio das políticas sociais e, nesta condição, àqueles “incapacitados” ao trabalho são “merecedores” da assistência social. Mas de que forma ela se apresenta? Por intermédio de um salário mínimo do BPC mensal ao incapacitado ao trabalho e, neste momento, o médico do trabalho, perito da avaliação, não leva em consideração o aspecto “merecimento”, mas sim, a incapacidade ou não para o trabalho. Então, não há garantia nenhuma da concessão do benefício através da Política de Assistência Social.

Também, em relação à mesma política, há programas e projetos que são ofertados às pessoas com deficiência por intermédio das Organizações Não Governamentais (ONG's), as quais não atuam na perspectiva do direito social, mas sim da filantropia, caridade. Assim, “(...) numa realidade onde o imperativo do mercado e o fetichismo da mercadoria são dominantes, mesmo as necessidades específicas das pessoas com deficiência também foram transformadas em mercadorias e colocadas no mercado capitalista de troca com fins de acumulação de riquezas” (ROSA e BORBA, 2006, p. 202). Neste contexto, a pessoa com deficiência é tratada como uma mercadoria para obtenção de



recursos e financiamentos públicos, havendo, portanto, uma refilantropização das políticas sociais ou, como retrata Netto (2007)⁵, uma assistencialização dos serviços sociais.

Em relação ao trabalho, foi estabelecido como direito humano fundamental no “artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, sancionada pela ONU em 10 de dezembro de 1948 (...) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” (2003, p. 19). Desta maneira, têm-se as leis referentes aos direitos sociais aos segmentos sociais, entre eles, os das pessoas com deficiência, como o Decreto n.º 3.298/1999 que no artigo 2º preconiza: “(...) cabe aos órgãos do poder público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive (...) trabalho”. E, ainda, o artigo 34 estabelece que “é finalidade primordial da política de emprego a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho ou sua incorporação ao sistema produtivo mediante regime especial de trabalho protegido” (BRASIL, Decreto n.º 3.298, 1999).

Em contraponto, as legislações, ao tratar deste segmento, informam que “o Brasil é possuidor de um dos maiores contingentes de pessoas com deficiência (16 milhões), sendo que destes, 60% encontram-se em idade de trabalhar e 98% dos mesmos encontram desempregados” (PASTORE *apud* CARVALHO e ORSO, 2006, p. 158). No entanto, ao apresentar essa discussão, é evidente que o trabalhador cujo mercado de trabalho está em busca, é aquele considerado “capacitado” para o mercado de trabalho, eficiente, produtivo, rentável, “perfeito”. Assim sendo, o sujeito em discussão, ou seja, pessoas com deficiências são consideradas para o modo de produção capitalista, ou aos olhos dos empregadores, como incapazes e inúteis para o trabalho, devido ao fato de que o ritmo de trabalho é para eles considerado “lento” e que ainda teriam “prejuízos”. Em consequência,

(...) esse segmento social não estão conseguindo nem se colocarem enquanto mão-de-obra a ser explorada pelos capitalistas. Como decorrência de tal fato, os mesmos não vêm encontrando condições de serem provedores de sua própria existência e, desta forma, impedidos de viverem dentro da dignidade pregada pela burguesia. (CARVALHO e ORSO, 2006, p. 158-159).

⁵ Palestra conferida por Jose Paulo Netto, durante Conferência de abertura do 12º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS e IV Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade, realizado no Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, de 28 de outubro a 02 de novembro de 2007.



Logo, as pessoas com deficiência não estão tendo nem o direito de se colocar na condição de ser explorados e expropriados. Segundo Santos (1997), estas se encontram a margem da produção social, a qual é determinante nas relações de capacidades individuais e sociais dos sujeitos, negando a condição humana e social. Esta situação culmina, especialmente a partir da década de 1980, no contexto da reestruturação produtiva, da flexibilização do mercado de trabalho, dos ajustes neoliberais, do processo de contra reforma do Estado, da precarização da vida cotidiana, da deterioração das condições de trabalho, do enfraquecimento dos movimentos sociais, bem como das garantias coletivas, das alterações em relação às leis trabalhistas, sendo necessária uma luta permanente pela defesa e manutenção do emprego para *todos* os trabalhadores e, dentre estes, as pessoas com deficiência.

Esta condição não favorece os trabalhadores com deficiência, tendo em vista que com a redução do mercado de trabalho há um acúmulo no contingente de pessoas desempregadas, fazendo com que o empregador possa escolher o seu trabalhador. Deste modo, na relação de produção e reprodução das relações de trabalho, no acúmulo da mais-valia, da alienação do trabalhador, da expropriação da força de trabalho lhes é negado, até mesmo, o direito de ser explorado, o direito ao trabalho.

Inserem-se nesta discussão Carvalho e Orso (2006, p. 171), os quais consideram que as “(...) pessoas com deficiência vêm buscando o estabelecimento de algumas medidas legais que possam auxiliar na sua inserção no mercado de trabalho”. Uma das garantias concretas encontradas para a sua acessibilidade é a política de cotas, na qual se reserva um “percentual de postos de trabalho para as pessoas com deficiência” (CARVALHO e ORSO 2006, p. 171). Na Lei n.º 3.298/1999 esta cota é possível através de reserva nas vagas de concursos públicos, bem como nas empresas privadas, na qual àquelas que são formadas com cem ou mais empregados deverão preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com trabalhadores com deficiência, e o número de vagas é de acordo com o número de funcionários das mesmas. No entanto, mesmo se as empresas cumprissem a lei, “a quantidade de pessoas com deficiência que adentrariam no mercado de trabalho estaria muito aquém daqueles que necessitam trabalhar” (CARVALHO e ORSO, 2006, p. 173).

Considera-se, então, que somente com o cumprimento da Lei de cotas não serão garantidos os direitos sociais contidos na Constituição Federal de 1988. Isto não basta para



que as pessoas com deficiência tenham as condições de acessibilidade ao mercado de trabalho formal.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

O Município de Foz do Iguaçu encontra-se localizada na região do extremo oeste do Paraná, fazendo fronteira com os países Argentina e Paraguai. Segundo dados oficiais do Município, a região de Foz do Iguaçu foi descoberta em 1542, através da expedição colonizadora de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, capitão espanhol guiado por índios guaranis. Contudo, o povoamento por habitantes nacionais, de maneira regular, somente teve início com a “instalação da Colônia Militar do Iguaçu em 1888, tendo como objetivo tomar posse da região e conter o domínio dos países vizinhos” (FOZ DO IGUAÇU, 2008). Em 09 de abril de 1910, a Colônia Militar passou à condição de distrito do município de Guarapuava e, em 14 de março de 1914, foi criado de forma oficial o Município de Vila Iguaçu e, em 1918, pela Lei Estadual nº 1783, o Município de Vila Iguaçu passou a denominar-se Foz do Iguaçu. (FOZ DO IGUAÇU, 2008)

É interessante observar que desde a sua descoberta, passando pelo processo de oficialização e até a contemporaneidade, Foz do Iguaçu atravessou diferentes ciclos de desenvolvimento, os quais foram ocorrendo e modificando-se a partir das condições do país. Em relação à população teve uma grande elevação a partir da década de 1970 - com 33.966 habitantes - e passou, em 1980, para 136.321 habitantes. A partir desta década (1980), as famílias eram atraídas pela localização fronteiriça de Foz do Iguaçu e pelas vantagens do comércio de Ciudad del Este, no Paraguai (FOZ DO IGUAÇU, 2008).

Há um agravamento da situação econômica e social no município, com o crescente desemprego e o desenvolvimento de uma economia informal acarretando no aumento do favelamento urbano e dificuldades nos diferentes setores sociais como educação, saúde, assistência, empregabilidade. É mister ressaltar que a abertura de postos de trabalhos não acompanha o mesmo ritmo do crescimento populacional. Além disso, com o desaparecimento do turismo de compras se eliminam as formas de trabalho considerado informal no Município elevando, assim, o índice de desemprego. Outro agravante é a ausência de setor industrial no Município e a não efetivação de uma política de trabalho por parte da administração local. O Município de Foz do Iguaçu, segundo dados do IBGE conta com a população estimada em 2015 de 263.782 habitantes.



Assim, apresentar-se os resultados obtidos por intermédio da pesquisa empírica realizada sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal. Em decorrência das respostas obtidas com os cinco sujeitos de pesquisa⁶, nas quais um afirmou *NÃO* haver dificuldade e quatro colocaram que *SIM*, há dificuldades para as Pessoas com Deficiência acessar o mercado de trabalho formal no município; por razões diversas, como ignorância por parte dos empresários, os quais colocam na Lei a imposição, bem como o preconceito, também por acreditar que desenvolvem pouco, principalmente àqueles que não têm formação/capacitação e desconhecimento do diferente, dificuldades de adequação do perfil ao mercado de trabalho, desconhecimento. Portanto, de fato na prática cotidiana, os direitos sociais da igualdade, da não discriminação não são respeitados conforme prescreve a legislação.

No que tange aos motivos que contribuem para as resistências e limitações dos empregadores em contratar pessoas com deficiência, as principais situações mencionadas pelos sujeitos de pesquisa estão relacionadas à falta de conhecimento dos empregadores e ao mesmo tempo a responsabilização e culpabilização atribuídas às pessoas com deficiência, quando trata como limite e resistência a falta de profissionalização, formação, auto-estima. Outro fator é que os empresários querem o resultado, o produto, os superlucros, o retorno financeiro e ainda acreditam que a pessoa com deficiência é de responsabilidade governamental. Assim, responsabilizam o governo e culpam o sujeito pela sua condição de não estar no mercado de trabalho.

Ao questionar se os empregadores conhecem a Política do Trabalho que trata das pessoas com deficiência quatro deles afirmam que *SIM* e um coloca que *NÃO*. No que tange a forma que realizam a aplicação e a concepção dos empregadores em relação à política de cotas, as respostas são diversificadas, pois se coloca o tratamento da pessoa com deficiência, ainda, na condição do “coitadinho” como alvo da ajuda e não na perspectiva do direito social. Afirma-se, também, haver falhas no processo de fiscalização, empregadores delegam a outro a responsabilidade, devido à busca que se dá em relação a parceiros de mercados e custos, isto é, os interesses advindos do modo de produção capitalista, e ainda, a crença de que todos são tratados de forma igual. No entanto, a pessoa com deficiência tem que ser tratada na sua condição de deficiência.

⁶ Os nomes e instituições que os sujeitos da pesquisa representam serão mantidos em sigilo por questões éticas e, de acordo com o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, Resolução nº 273/93)



Em relação aos desafios para acesso ao mercado de trabalho, a discussão continua sendo colocada como de responsabilidade da pessoa com deficiência, tanto em relação a auto-estima, qualificação, resolver o auto preconceito. Foi abordado que o empregador deve buscar compreender e aceitar o trabalhador com deficiência e que o Estado, através do Ministério do Trabalho efetive a fiscalização e determine ao empregador que as contrate. Mediante a isso, a responsabilidade não é colocada de forma direta aos representantes do capital, mais sim ao outro, seja à pessoa com deficiência que procura se inserir no mercado de trabalho formal, ou àquele que responde pela fiscalização e não pela tomada de consciência do empregador, do cumprimento das Legislações pertinentes, tanto em relação ao direito ao trabalho quanto em relação a política de cotas, pois deste modo o cumprimento dar-se-á somente pela punição e não pelo reconhecimento do direito.

Em relação às possibilidades para o acesso ao mercado de trabalho formal, demonstrou-se novamente a responsabilização às pessoas com deficiência de ter ou não condições, ao vincular a profissionalização, qualificação e graduação como responsabilidade única e exclusiva do sujeito. Em quase todas as respostas, sujeitos retratam e repetem a questão da capacitação, como se está, por si só, bastasse.

As funções/profissões de maior acessibilidade das pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal no município são em: escritório, administrativo, correio, lojas, limpeza, as que exigem menor escolaridade e responsabilidade, pois ainda não há credibilidade, há resistências. E, de menor acessibilidade são: em vendas, ou aquelas de nível superior. Vale mencionar que há uma compreensão errônea da população em relação a deficiência, expostas nas atitudes de preconceito e discriminação, colocando as pessoas com deficiência como inaptas ao trabalho, e por assim ser, a elas podem ser reservadas as atividades com menor exigência e responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pessoas com deficiência historicamente passaram por um processo de rejeição, recusa e isolamento, por atitudes de caráter assistencialista, paternalista, caritativo e filantrópico, traços estes que permanecem até os dias atuais. Tais atitudes motivaram as próprias pessoas com deficiência a se organizarem na luta por direitos sociais. Todavia, esse espaço foi sendo construído com antagonismos e conflitos, embates políticos, mas também, com conquistas.



Considera-se que o mercado de trabalho formal está somente preocupado com seus lucros e resultados, sendo este o objetivo dos empresários, demonstrando a não preocupação com as pessoas, com os direitos sociais estabelecidos por Lei, no artigo 6º da Constituição Federal o qual preconiza que o trabalho é **direito de todos**.

Neste estudo demonstra-se a presença do antagonismo e contradição em relação à pessoa com deficiência, pois ao mesmo tempo em que colocam a falta do conhecimento do empregador, também colocam que este quer o profissional pronto e não tem paciência para ensinar, para trabalhar no ritmo da pessoa com deficiência, pois o que realmente este mercado busca são os lucros a qualquer custo. Não há interesse deste empregador, há sim a negação do emprego ao trabalhador com deficiência, por acreditar que este é incapaz e que não vai lucrar com a sua força de trabalho.

Outro ponto a considerar é a discussão da qualificação, sendo esta utilizada enquanto argumento para a não contratação da pessoa com deficiência, no entanto, a pergunta é: como se justifica pessoas com deficiência qualificadas que não conseguem acessar o mercado de trabalho formal? A pesquisa evidenciou que as pessoas com deficiência sofrem um duplo processo de expropriação de seus direitos. De um lado, igual a todos os trabalhadores que se encontram no mesmo processo de dificuldades relacionadas à política de trabalho e, por outro, enfrentam ainda a discriminação e preconceito pela sua condição de deficiência. Sob este olhar, o que se apresenta é o mascaramento da realidade concreta, na qual fazem uso da artimanha da falta de qualificação, para escamotear o verdadeiro sentido de discriminação e preconceito presentes.

Assim, ao reduzir e simplificar a discussão do não acesso à falta de qualificação da pessoa com deficiência há uma redução na discussão e responsabiliza-se o sujeito, culpabilizando-o pela sua condição de não acesso ao mercado de trabalho formal. No entanto, destaca-se que as pessoas aqui referenciadas não se encontram em condição de igualdade. Primeiramente, por que o modo de produção capitalista e a realidade cotidiana estão fundados na competição predatória, resultando no aumento das desigualdades, ou seja, desigualdade de acesso aos meios de produção. Entende-se que nem todos se encontram nas mesmas condições e, ao se afirmar que as pessoas têm direitos iguais e estão em condições de igualdade, caso obtenha a devida qualificação, constrói-se uma afirmativa não verdadeira, pois como se aplicam direitos iguais para pessoas em condições diferentes. Retrata-se ainda, a naturalização das desigualdades sociais e da



responsabilidade do sujeito, enquanto problema isolado, isto é, das pessoas com deficiência, culpabilizando-os e tolhendo a condição de cidadania, demonstrando visivelmente que àquele que não serve ao mercado, na concepção dos empresários, deverá ser responsabilizado pela sua condição.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Trabalho e Emprego: Instrumento de construção da Identidade pessoal e social** Brasília: CORDE, 2003 Disponível em <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/biblioteca.asp> Acesso em 04/06/2008.

BOSCHETTI, Ivanete. (2003) *Assistência Social no Brasil: Um direito entre a Originalidade e conservadorismo*. 2ª ed. Brasília.

BRASIL, *Código de Ética Profissional do Assistente Social* In Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania, Curitiba: CRESS/PR 11º região, 2003.

BRASIL. [*Leis etc*] 3ª ed. São Paulo: Manole, 2004.

BRASIL, *DECRETO n.º 3.298/1999* In Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania. Curitiba: CRESS 11º Região, 2003.

BRASIL, *LEI n.º 7.853/1989* In Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania. Curitiba: CRESS 11º Região, 2003.

BRASIL, *Lei Orgânica da Assistência Social Lei N.º 8.742 de 07 de dezembro de 1993* In Coletânea de Legislações: Direitos de Cidadania. Curitiba: CRESS 11º Região, 2003.

BRASIL. *Política Nacional de Assistência Social*, Brasília, 2004.

CARVALHO, Alfredo Roberto, ROCHA, Jomar Vieira da e SILVA, Vera Lucia Ruiz Rodrigues da. (2006) Pessoa com Deficiência na história: Modelos de tratamento e compreensão In *Pessoa com Deficiência: Aspectos teóricos e práticos*: EDUNIOESTE.

CARVALHO, Alfredo Roberto de e ORSO, Paulino José. (2006) As pessoas com Deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista In *Pessoa com Deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate*. Cascavel: EDUNIOESTE.

FILHO, Adilson Vaz Cabral e FERREIRA, Gildete. (2013) Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência In *Ser Social*, Brasília, v. 1, jan./jun. 2013

GOHN, Maria da Glória. (2000) Classes sociais e Movimentos Sociais In *Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, UnB, Brasília – DF, 2000, módulo 02.



GUGEL, Maria Aparecida. (2006) *Pessoas com Deficiência e o Direito ao Concurso Público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta*. Goiânia: Ed. Da UCG.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). (2010) *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

MINAYO, Maria C. de Souza (org): DESLANDES, Suely F; NETO, Otávio Cruz; Gomes, Romeu. (1994) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* – Petrópolis, RJ: Vozes.

MOTA, Ana Elizabete. (2000) Políticas Sociais Setoriais e por Segmento: Trabalho *In Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, UnB, Brasília – DF, 2000, módulo 03.

NETTO, Jose Paulo e BRAZ, Marcelo. (2007) *Economia Política: uma introdução crítica*, 2ª edição, São Paulo: Cortez,.

RIBAS, João. (2007) *Preconceito contra as pessoas com deficiência: As relações que travamos com o mundo*. São Paulo: Cortez.

ROSA, Enio Rodrigues da e BORBA, Vandiana. (2006) Apontamentos sobre o movimento social das pessoas com Deficiência no Brasil *In Pessoa com Deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate*. Cascavel: EDUNIOESTE.

ROY, Lise. Políticas Sociais Setoriais e por Segmento: Pessoas portadoras de deficiência (2000) *In Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais*, UnB, Brasília – DF, 2000, módulo 03,.

SANTOS. Sueli de Farias. (1997) *Da Tutela e Cidadania: Um novo olhar em relação a emancipação e sociabilização das pessoas cegas*. Toledo, UNIOESTE, Monografia, 1997.

IPARDES Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/site_xoops/index.php Acesso em 18 de setembro de 2008.

IBGE Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 29 de novembro de 2015.

FOZ DO IGUAÇU Disponível em: <http://www2.fozdoiguacu.pr.gov.br/portal2/home/historia.asp> Acesso em 12 de setembro de 2008.



CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A MIGRAÇÃO PARAGUAIA EM DIREÇÃO A FOZ DO IGUAÇU/PR, REGIÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI/ARGENTINA.

MAIA, Marcelo da Silva

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do
Paraná - UNIOESTE /Campus Marechal Cândido Rondon*

Bolsita CAPES

arquitetomarcelomaia@hotmail.com

87

FERRARI, Maristela

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia– Mestrado da Universidade Estadual do
Oeste do Paraná - UNIOESTE /Campus Marechal Cândido Rondon*

maristelaffff@hotmail.com

RESUMO

Podemos dizer que, a migração internacional é movimento muito antigo e que ocorre entre diferentes territórios nacionais, tornando-se objeto de estudos de várias ciências, dentre elas a Geografia. Frente a intensificação de fluxos migratórios na escala global, ao final do século XX e começo do século XXI, verifica-se que essa problemática tem sido tema de debates em eventos científicos e na mídia, de modo geral. Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a migração internacional, notadamente da migração paraguaia em direção à cidade de Foz do Iguaçu. Trata-se de uma análise preliminar a partir da perspectiva geográfica, pois este trabalho encontra-se em fase inicial de nossa pesquisa de mestrado que ora desenvolvemos junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Marechal Cândido Rondon. A metodologia utilizada baseou-se em estudos teórico-metodológico sobre migração e levantamento de informações empíricas.

Palavras-Chaves: Fluxos; Redes; Fronteira.

ABSTRACT

We can say that international migration is very old movement that occurs between different national territories, becoming the object of studies of various sciences, among them geography. Front intensification of migratory flows on the global scale, the late twentieth and early twenty-first century, it turns out that this problem has been the subject of debate in scientific and media events in general. This paper aims to reflect on international migration, notably the Paraguayan migration towards the city of Foz do Iguaçu. This is a preliminary analysis from the geographical perspective, because this work is at an early stage of our master's research that is now developed by the Program of Graduate Studies in Geography from the State University of West of Paraná - UNIOESTE / Campus of Rondon. The methodology used was based on theoretical and methodological studies on migration and survey of empirical.

Key-words: Flow; Networks; Frontier



1. INTRODUÇÃO

A migração de indivíduos entre diferentes territórios nacionais sempre despertou interesse de pesquisadores das ciências humanas e sociais e tornou-se também objeto das preocupações governamentais e das políticas públicas específicas que buscam compreender a dinâmica da migração internacional e como ela afeta a realidade social na escala local, regional, nacional, continental e global, (GIOVANNI e NOGUEIRA 2015). Sabemos que a migração internacional não é um fenômeno novo como lembram Haesbaert e Porto Gonçalves (2005, p. 92) quando dizem que: “a humanidade é fruto de movimentos migratórios e o grande contingente de imigrantes no mundo contemporâneo não representa uma novidade. A história moderna colonial é repleta de fluxos maciços de população de um continente a outro”.

Reconhecemos que, existem inúmeras pesquisas sobre a problemática da migração internacional, mas no que tange a cidade de Foz do Iguaçu (PR), cidade localizada na zona de fronteira do Brasil com o Paraguai (*Ciudad del Este*) e a Argentina (*Puerto Iguazu*), verifica-se poucos estudos nessa temática.

Podemos dizer que a migração paraguaia em direção à cidade paranaense de Foz do Iguaçu vem desde a construção de obras binacionais (Brasil-Paraguai) e da ditadura militar do Paraguai, e isso se verifica também nas últimas décadas do século XX e começo do século XXI. Pesquisas do IBGE apontam que no ano de 2000, a migração paraguaia ocupava o primeiro lugar no Brasil, já no ano 2010, o IBGE indicava que, a migração paraguaia em direção ao país havia declinado, passando da primeira para a terceira posição. Contudo, ainda que se constate um declínio da migração paraguaia em direção ao Brasil, segundo dados empíricos da pesquisa de campo, a cidade de Foz do Iguaçu vem apresentando número crescente de paraguaios. Essa migração pode estar revelando uma problemática ainda não analisada, relacionada, notadamente, à habitação, saúde, educação e trabalho. Exemplo disso é a ocupação ilegal do bairro Bubas, situado na região sul da cidade de Foz do Iguaçu, aonde o número de paraguaios é significativo e indica inúmeros problemas, dentre eles o da habitação. Diante dessa problemática, busca-se compreender quais as implicações da migração paraguaia no processo de ocupação do espaço urbano, em especial da favela do bairro Bubas.

A ocupação e organização da favela Bubas na cidade de Foz do Iguaçu, se deu a partir do começo de 2012 sobre uma área de terra particular de aproximadamente 144 mil metros quadrados, que foi sendo ocupada por brasileiros e paraguaios e, em menor número, por



argentinos. Atualmente a favela do Bubas conta com aproximadamente 1100 famílias, das quais cerca de 20% são paraguaias e 2% argentinas. Quais são as escalas que esses fluxos migratórios mobilizam? Trata-se de uma migração transfronteiriça na escala da zona de fronteira ou de outras escalas da nação paraguaia? Qual o perfil desses migrantes? Quais são os fatores que originaram e ainda originam esses fluxos migratórios? Como a administração pública de Foz do Iguaçu passa a responder a problemática dos migrantes? Existem barreiras à entrada de migrantes paraguaios na cidade? Em que medida os migrantes paraguaios podem ou não usufruir dos direitos de cidadania da escala local, estadual e nacional? No âmbito do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL existem políticas de acolhimento e habitação para esses migrantes paraguaios em Foz do Iguaçu? Essas são algumas das questões, dentre outras, que nos mobilizam a análise da migração paraguaia em direção ao Brasil, especialmente, a cidade de Foz do Iguaçu. Este trabalho tem por objetivo tecer algumas considerações iniciais sobre a migração paraguaia em direção a Foz do Iguaçu, pois esta pesquisa faz parte de um estudo mais amplo que é nossa dissertação de mestrado ora em andamento. Neste trabalho, a metodologia utilizada baseou-se em estudos teórico-metodológicos e dados empíricos preliminares obtidos com a pesquisa de campo.

2. APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO INICIAL PARA A ANÁLISE DA MIGRAÇÃO

De origem latina “[...] a palavra migração significa mudar de habitação, passar de um lugar para outro, ir-se embora, sair”. Já o termo migrante “[...] designa grupo de indivíduo que se desloca de um lugar para outro, (SANTOS, 2005, p. 61). Na literatura geográfica a noção de migração é ampla e está ligada ao movimento de pessoas de um país ao outro e tem sido largamente analisada sob diversas perspectivas, dentre elas, as diásporas, conflitos políticos e religiosos, as crises econômicas, o desemprego, desigualdades econômicas, dentre outros fatores que levam os indivíduos a migrarem de um país ao outro.

Se a noção de migração significa deslocamento humano ou mobilidade de pessoas em diferentes escalas, estudiosos sobre essa problemática alertam que não basta apenas entender o significado da migração, é preciso também compreender suas causas ou fatores, pois migrar não é apenas sair de uma região ou país em direção a outro, significa também sair de um contexto político, econômico e social para inserir-se ou não em outro contexto (POVOA



NETO; FERREIRA, 2005). O migrante não é apenas sujeito econômico e político, é também agente (inter)cultural ou (inter)identitário. Ao sair de uma região ou território, o migrante carrega consigo valores materiais/imateriais, simbólicos e culturais e, em contato com outro território, por exemplo, ele tanto pode integrar-se, quanto (re)criar espaços territoriais diferenciados ou identidades territoriais “associadas à noção de espaço de referência identitária”, (POVOA NETO; FERREIRA, 2005). Diante disso podemos questionar: os migrantes paraguaios em Foz do Iguaçu re-criam espaços territoriais diferenciados dentro da cidade? Que valores materiais e imateriais eles expressam no espaço de migração? Por outro lado, devemos pensar que um estudo sobre migração deve considerar que:

[...] a migração implica pensar dois processos complementares: a emigração e a imigração. Não há emigração sem imigração e nem imigração sem emigração. Quem sai de um lugar é emigrante para quem fica, mas se torna imigrante para a sociedade que o recebe. O migrante carrega assim uma dupla condição: o de ser ao mesmo tempo e/imigrante, mas como não se pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, sua existência individual e social é ambivalente vivida. Para o grupo de onde parte, o que caracteriza sua condição de emigrante é sua ausência corporal, o que implica a não-participação na vida imediata do seu grupo; e, ainda [...], ausente de uma participação política. (SAYAD apud SANTOS 2005, p. 62-63).

Esse pensamento nos leva a ponderar que é preciso buscar analisar quais os fatores da emigração, isto é, o que determina a saída dos migrantes paraguaios em direção ao Brasil, neste caso, em direção à cidade de Foz do Iguaçu. Além disso, nos leva a indagar sobre seus locais de origem, ou seja, é uma migração regional ou uma migração que mobiliza outras escalas regionais? Devemos considerar que Foz do Iguaçu é uma cidade fronteiriça de médio porte assim como sua cidade vizinha, *Ciudad del Este*, e logo devemos buscar analisar se essa migração é oriunda de *Ciudad del Este* ou de outras regiões do Paraguai.

Por outro lado, num estudo sobre migração internacional devemos refletir sobre quais os conceitos mais apropriados para nossa pesquisa. Estudos indicam que o conceito de *rede* tem sido bastante apropriado para estudos da migração. Mas como estudar a migração pelo conceito de rede? Atualmente, inúmeras pesquisas utilizam a rede como recurso teórico-metodológico, como, por exemplo, redes federativas, redes econômicas, redes urbanas, redes técnicas e também as redes sociais. Na antiguidade grega a palavra rede esboçava um único sentido: um entrelaçado de fios com a finalidade de capturar animais, séculos depois, rede apresenta um sentido menos figurado e mais abrangente, rede está sinteticamente relacionado entre dois



pontos de ligações ou mais. A concepção de rede teve larga expansão com o início da implantação das redes telefônicas no século XIX, mas atualmente rede está mais próxima as Ciências Humanas e pode ser importante ferramenta teórico-metodológica num estudo sobre migração, pois a rede não é somente técnica como nos informa Dias (2005). Nesta mesma direção, Matos (2013) indica que o conceito de rede social, tem sido explorado no âmbito de estudos sobre a migração. Para este autor “[...] a rede social é basicamente um conjunto de relações resultantes da articulação de grupos de pessoas, ou instituições sociais, segundo motivações específicas mais ou menos duráveis no tempo”. Mais adiante esse autor diz que:

Uma rede social se desdobra por localidades contíguas ou distantes e aglutina outras redes sociais. Dois tipos de redes sociais ilustram essa assertiva: as redes pessoais e as redes migratórias. Estas últimas podem ser vistas como um tipo especial de rede social, porque estão carregadas de significados espaciais, econômicos e socioculturais marcantes, nem sempre presentes nas demais redes sociais. Pressupõe uma ação efetiva de mudança domiciliar entre localidades mais ou menos distantes, o que pode acarretar diferentes efeitos nos lugares de origem e destino, e são constituídos por outros tipos de redes sociais que lhes são anteriores ou posteriores. (MATOS, 2013).

É dentro desta perspectiva que pretendemos trabalhar com o conceito de rede, principalmente de rede social, para compreender se a migração paraguaia em direção a Foz do Iguaçu se organiza a partir de redes sociais, como a de parentesco, amizade, ou de outras redes. Os estudos sobre as migrações são amplos e adentram um campo de trabalho onde diversos pesquisadores buscam entender essa problemática por meio das redes sociais, pois, segundo Soares (2010), as redes sociais se estabelecem por meio de interesses mútuos entre dois ou mais atores. As redes sociais começam a serem formadas a partir da troca de informações entre pessoas do local de origem com os migrantes do local de destino, na maioria dos casos, estas ligações são provenientes de laços de parentesco e em segundo plano, de relações de amizades. Na maior parte dos casos, os fluxos migratórios ocorrem por fatores econômicos, mais precisamente, na busca por emprego e por melhores condições de vida. A princípio, a decisão de migrar não parte apenas de uma decisão individual. Antes mesmo de ocorrer esta mudança, o futuro migrante carece de um montante de informações básicas, como por exemplo: em que local se estabelecer? Em que trabalhar? Onde conseguir emprego? Entre outras informações. Essa comunicação e/ou troca de informações, criadas a partir da mobilidade do trabalho, forma um elo fortemente articulado entre o migrante e o futuro migrante, que são os principais atores



da organização das redes sociais, auxiliando assim no deslocamento de pessoas para o seu novo local de moradia. (MELCHIOR, 2010).

Toda essa organização do fluxo migratório auxilia não apenas na adaptação do migrante, mas também apresenta um importante papel para a formação de territorialidades. Para Melchior (2010, p.257), “[...] as redes sociais, formadas a partir das migrações laborais, implicam na formação de territórios identitários, os quais resultam de um hibridismo de informações, caracterizando múltiplas territorialidades materializadas no meio urbano e construídas socialmente”.

Santos (2007) analisando a migração de catarinenses rumo aos Estados Unidos, também afirma que os fluxos migratórios consistem na formação de redes sociais e que, habitualmente, fomentam o mercado laboral com mão de obra barata e de baixa qualificação profissional. Portanto, por meio da rede social é possível compreender toda problemática que envolve a migração desde a origem até o país de destino. Embora saibamos que uma pesquisa sobre migração também prescinde de outros conceitos, é nesta direção que buscamos desenvolver nossa pesquisa ora em andamento, isto é, tendo como aporte teórico-metodológico rede social, pois esse conceito nos auxilia a compreender os fluxos migratórios ou as redes da migração.

3. ASPECTOS PRELIMINARES DA MIGRAÇÃO PARAGUAIA EM DIREÇÃO À CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU/PR

País vizinho e parceiro comercial do Brasil, o Paraguai tem sua economia voltada para a agricultura, com considerável potencial na produção de grãos, isso tornou o país muito atraente para os produtores e trabalhadores do campo brasileiro na segunda metade no século XX. Em sua tese de doutoramento, Santos (2007) relata que o relevante número de brasileiros migrou para o Paraguai, especialmente na década de 70, em direção aos departamentos de *Concepción*, *Alto Paraguay*, *Canendiyú* e *Amabay*, com a intenção de trabalhar na área agrícola. Anos mais tarde, sobretudo entre 1980 e 1990 um grupo significativo de brasileiros começa o retorno ao Brasil.

Durante as décadas de 60, 70 e 80, a cidade de Foz do Iguaçu viveu um período de acontecimentos que estreitaram os laços de convivência com os paraguaios. Neste recorte espaço-temporal, temos a construção da Ponte Internacional da Amizade (1959 - 1965) e da



Itaipu Binacional (1975 – 1982). Essas obras de grande impacto na região de fronteira geraram empregos formais e informais atraindo densos fluxos de migrantes tanto da escala nacional quanto internacional, como o fluxo de trabalhadores paraguaios. Não obstante, a instalação de uma rede de comércio nas cidades de Foz do Iguaçu e, sobretudo *Ciudad del Este* (PY), também atraíram densos fluxos de trabalhadores migrantes de distintas escalas (LIMA, 2001). Isso contribuiu para que muitos paraguaios migrassem para Brasil, para a cidade de Foz do Iguaçu, no entanto, em muitos casos para se submeterem a trabalhos informais e com baixa remuneração.

Fontes históricas sobre o Oeste do Paraná demonstram que, a forte presença de paraguaios em Foz do Iguaçu já era constatada desde o fim do século XIX, o que revela que essa relação de migração na zona da tríplice fronteira Brasil, Paraguai e Argentina é bastante antiga, (LIMA, 2001). Esse fluxo migratório rumo a Foz do Iguaçu sofre oscilações em sua corrente, ora com maior demanda e ora com menor demanda, vale lembrar que nem todos os migrantes paraguaios têm sua situação legalizada no Brasil. Os estudos censitários realizados no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – (IBGE) levantam dados e informações sobre a população de estrangeiros que vivem no País, as pesquisas dos anos de 2000 e de 2010 revelam que no ano de 2000 os paraguaios ficaram em primeiro lugar em números de migrantes no Brasil, em torno de 35 mil pessoas. Dez anos mais tarde, isto é, em 2010, a migração paraguaia em direção ao Brasil passa a ocupar a terceira posição entre os principais países de origem de migrantes no país, sendo responsável por cerca de 12% de paraguaios, uma população de aproximadamente 25 mil pessoas distribuídas em distintas escalas, dentre elas a cidade de Foz do Iguaçu.

Assim, podemos dizer que, o marco pioneiro dessa rede da migração paraguaia em direção à cidade de Foz do Iguaçu vem desde a década de 1970, com a construção da Ponte da Amizade e também da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Já no final do século XX e começo do século XXI, a rede da migração paraguaia passou a ser estabelecida por migrantes de menor poder aquisitivo e sem perspectivas de trabalho. Esses migrantes, normalmente ocupam espaços periféricos, como as favelas. A escolha do local de moradia dos migrantes paraguais que vão chegando a cidade parece se dar por meio de redes sociais de parentesco e amizades, ou seja, migrantes paraguaios já instalados na cidade de Foz do Iguaçu que orientam ou indicam aos novos migrantes onde e como morar. Essa lógica da rede social parece se delinear também em áreas de favelas. O próprio fluxo migratório parece ser ordenado pela constituição das redes



sociais, contribuindo assim para considerável acréscimo por áreas periféricas e, conseqüentemente, um aumento da população da cidade. Segundo as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população da cidade de Foz do Iguaçu vem crescendo anualmente, passando de 256.088 mil em 2010 para 263.647 mil habitantes em 2014 (IBGE, 2014). Paralelamente a este crescimento populacional, segue também o aumento de migrantes paraguaios.

Numa zona de fronteira caracterizada por grande fluxo migratório, pode-se dizer que a cidade de Foz do Iguaçu conta com uma diversidade étnica semelhante às grandes metrópoles, foi e continua sendo ponto de passagem de fluxos migratórios de diferentes nacionalidades, dentre eles paraguaios. Este fenômeno é bastante comum em áreas de fronteiras e dependendo das legislações políticas entre os países vizinhos podem gerar conflitos. Dias e Ferrari (2013, p.148) ressaltam que esse envolvimento e essa integração em áreas de fronteiras, faz nascer e/ou fortalecer as redes sociais, que por sua vez podem ser dificultadas ou até mesmo interrompidas por uma legislação hierárquica sem conhecimento da realidade local, o resultado desta ação pode gerar conflitos e segregações.

O elevado número de novos moradores na cidade de Foz do Iguaçu faz com que aumente cada vez mais a necessidade de terras urbanizadas para moradia, e nessa procura por espaço, por consequência de questões econômicas, as famílias com menor poder aquisitivo passam a ocupar espaços, sejam eles públicos ou privados, para fins de moradia, mas na maioria das vezes são lugares inapropriados para domicílio, eis que surgem as favelas. Souza (2008, p.68) argumenta que, “quase sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas (geralmente as menos atraentes e bonitas, menos dotadas de infraestrutura, mais insalubres etc.).

Um exemplo de ocupação irregular é a conhecida favela Bubas, localizada no bairro Bubas. A sua constituição/organização se deu a partir do começo de 2012, sobre uma área de terra particular de aproximadamente 144 mil metros quadrados, que foi sendo ocupada, notadamente por brasileiros e paraguaios e, em menor número, por argentinos. Atualmente a favela do Bubas conta com aproximadamente 1100 famílias, das quais cerca de 20% são paraguaias e 2% argentinas. Em nossas primeiras pesquisas empíricas constatamos vários indicadores de redes sociais, o que nos leva a pensar que as redes sociais, notadamente de amizade e parentesco, favorecem ou facilitam a migração de paraguaios em direção à cidade



brasileira e também a apropriação de espaços periféricos da cidade, como as favelas. É essa questão que também nos interessa analisar.

Para finalizar, é importante deixar claro que, não temos ainda respostas definitivas ou conclusões parciais para esse trabalho, pois como já evidenciamos, o mesmo faz parte de uma pesquisa mais ampla ora em desenvolvimento que é a Dissertação de mestrado. Nossa hipótese é de que, assim como se verificam hoje regiões transfronteiriças de brasileiros no Paraguai o mesmo poderia estar ocorrendo em menor escala na cidade brasileira de Foz do Iguaçu. Mas, nossa hipótese só será verificada com o andamento de nossa pesquisa. Preliminarmente, pela pesquisa de campo, constata-se que a história da migração transfronteiriça entre Brasil-Paraguai e Paraguai-Brasil remonta, notadamente a partir das décadas de 1960 aos dias atuais, os fluxos dessa migração passaram e ainda passam por variações no tempo e no espaço, isto é, a migração apresenta oscilações em seu percurso temporal.

4. RESULTADOS ALCANÇADOS

Este estudo faz parte de nossa pesquisa de mestrado que ora desenvolvemos junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Marechal Cândido Rondon, portanto não temos ainda resultados alcançados, pois a pesquisa está em fase inicial.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado indica que a migração internacional é fenômeno que pode ser estudado por meio dos recursos teóricos metodológicos da rede social. No entanto, sabemos que uma pesquisa sobre a migração internacional demanda outras ferramentas teórico-metodológicas e conceituais, como, zona de fronteira, interações transfronteiriças, território/territorialidade dentre outros. Reafirmamos que por se tratar de uma pesquisa em andamento, ainda nos faltam respostas para diversas questões que envolvem o tema da migração. Até este momento, percebe-se que a maioria dos fluxos migratórios se desenvolve a partir das relações interpessoais, ou seja, das redes sociais. São elas o ponto central das pesquisas de alguns geógrafos, sociólogos entre outros profissionais, que buscam compreender essa dinâmica da migração. Estudos feitos na área pretendem interpretar com se formam as redes sociais, qual a sua extensão e em que momento ela se inicia. Essas interrogações serão respondidas no decorrer do desenvolvimento de nossa pesquisa.



6. REFERÊNCIAS

DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela. (Orgs.). (2013) *Territorialidades Humanas e redes Sociais*. 2. ed. Florianópolis: Insular.

_____.; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima de. (2005) *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco A. (2015). *Dicionário de Políticas Públicas*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP.

HAESBAERT, Rogério. (2005) Migração e desterritorialização, *In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (Orgs.). Cruzando fronteiras disciplinares: um programa dos estudos migratórios*. Núcleo interdisciplinar de Estudos migratórios (NIEM-RJ). Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 35-45.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos W. (2005). *A nova des-ordem mundial*. 6ª reimpressão. São Paulo: Editora da UNESP.

IBGE. IBGE-Cidades@. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410830&search=paranafoz-do-iguacu>>. Acesso em: 27 ago. 2015.

_____. (2012) *Territórios alternativos*. 3.ed. São Paulo: Contexto.

LIMA, Perci. (2001) *Foz do Iguaçu e sua história*. Serzegraf: Foz do Iguaçu.

MATOS, Ralfo. (2013) Territórios e redes: dimensões econômicas-materiais e redes sociais especiais, *In: DIAS, Leila Cristina; FERRARI, Maristela (Orgs.). Territorialidades Humanas e Redes Sociais*. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2013, p. 167-188.

MELCHIOR, Lirian. (2010) Redes sociais e migrações laborais: múltiplas territorialidades. A comunidade nipo-brasileira de Ourinhos (SP), *In: SPOSITO, Eliseu Savério; BOMTEMPO, Denise Cristina; SOUZA, Adriano Amaro de. (Orgs.). Geografia e migração: movimento, territórios e territorialidades*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 235-257.

PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir P. (Orgs.). (2005) *Cruzando fronteiras disciplinares: um programa dos estudos migratórios*. Núcleo interdisciplinar de Estudos migratórios (NIEM-RJ). Rio de Janeiro: Revan.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. (2005) Redes e Território: Reflexões sobre a migração, *In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). Redes, sociedade e território*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. p.51-78.



SOARES, Weber. (2010) Desenvolvimento e capital social: da análise de redes sociais ao recorte teórico das desigualdades, *In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber. (Orgs.). Desigualdades, redes e espacialidades emergentes no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 59-90.

SOUZA, Marcelo Lopes de. (2008) *ABC do desenvolvimento urbano*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.



MOVIMENTOS SOCIAIS E A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: CONFLITOS E CONSENSOS NOS GOVERNOS PETISTAS

JESUS, Júlio César Lopes de
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe
lopesdejesus25@yahoo.com.br

MELO LOPES, Flávia Augusta Santos de
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco
flavia.augustasm@hotmail.com

98

RESUMO

O trabalho ora apresentado pretende trazer algumas reflexões e contribuir para o pensamento crítico acerca de qual tem sido o papel e a contribuição dos movimentos sociais brasileiros frente aos desafios impostos por uma conjuntura de crise do capital e de ofensiva contra os direitos da classe trabalhadora no Brasil, em particular, no que tange à política de previdência social e as constantes tensões entre os interesses dos blocos do poder e dos segmentos mais organizados da sociedade civil, na disputa pelos recursos financeiros e pelo destino da previdência no Brasil. Aqui, um elemento a mais enriquece este cenário político-econômico adverso: a luta pela preservação e fortalecimento da previdência social ocorre, desta vez, durante a gestão de governos cuja trajetória histórica de sua fundação até a chegada ao "planalto central" guardam estreita relação com os movimentos sociais mais progressistas e que, de certa forma, tiveram uma contribuição direta para construir suas vitórias eleitorais e, em certa medida, viabilizar a manutenção dos mesmos no poder.

Palavras-chave: movimentos sociais, governos do PT, previdência, conflito

ABSTRACT

The work presented here aims to bring some reflections and contribute to critical thinking about what has been the role and contribution of Brazilian social movements face the challenges imposed by a situation of crisis of capital and offensive against the rights of the working class in Brazil in particular with regard to social security policy and the constant tension between the interests of power blocks and the more organized segments of civil society, the competition for financial resources and the destination of the social security in Brazil. Here, one more element enriches this adverse political and economic scene: the struggle for the preservation and strengthening of social security is, in this time, during the administration of governments whose historical trajectory from its foundation until the arrival at the "planalto central" closely related to the most progressive social movements and that, in a shape, had a direct contribution to build their election victories and, to some extent, make possible to maintain them in power.

Key-words: social movements, PT governments, social security, conflict



INTRODUÇÃO

O presente artigo busca estabelecer uma análise teórica acerca da contribuição dos chamados "movimentos sociais" no Brasil na tentativa de formar uma frente de oposição e resistência aos projetos contra-reformistas de desmonte do Estado, inspirados na ortodoxia neoliberal e que possuem como um dos seus principais e mais frequentes alvos a política de previdência social pública brasileira. Em particular, esta análise será realizada levando-se em consideração o período compreendido entre os anos de 2003 e 2014, ou seja, na vigência dos chamados "governos petistas", iniciados após a expressiva e simbólica vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições presidenciais de outubro de 2002 e que se mantém no poder com a reeleição de sua sucessora, Dilma Rousseff, em outubro de 2014.

Sabe-se que a maior parte dos candidatos que venceram as eleições na América Latina nos anos 2000 apresentava uma trajetória de militância política vinculada aos movimentos mais à esquerda, sendo defensores da soberania nacional e a favor da ampliação de direitos às populações historicamente marginalizadas em seus países (principalmente aos segmentos mais empobrecidos de suas populações). Suas vitórias, de certa forma, contaram com um amplo apoio de vários setores progressistas desses países, dentre os quais se encontram os movimentos sociais. Assim, compreender os desafios destes movimentos sociais, a partir da conjuntura aberta pelos governos de esquerda e centro-esquerda em seus países, e que romperam com parte significativa do projeto societário que defenderam durante as primeiras eleições em que chegaram ao poder e no transcorrer de seus governos, torna-se algo ainda mais desafiador e uma tarefa permanente dos pesquisadores das áreas vinculadas às Ciências Sociais e Aplicadas.

1. MOVIMENTOS SOCIAIS: SUA DEFINIÇÃO E ATUAÇÃO NA CENA PÚBLICA

Ao enveredarmos por uma discussão que envolve o tema "movimentos sociais", deve-se ter claro os desafios que tal debate nos impõe para a atual conjuntura, onde, a princípio, identifica-se um conjunto de perspectivas teóricas variadas, dentre as quais algumas advogam pelo fim dos movimentos sociais no atual estágio de desenvolvimento das ditas "sociedades pós-industriais", e outras, ao contrário, reafirmam a sua existência e atuação dentro da perspectiva clássica (com raízes fincadas na teoria crítica marxista), a partir do recorte de classe social, sem deixar de registrar e considerar as mudanças e impactos que tais



movimentos vêm passando ao longo dos anos/décadas e na atual fase de nossas sociedades. Em todas estas perspectivas, parece haver certo consenso entre elas: o de que há um claro refluxo no processo organizativo no mundo do trabalho nos últimos 40 anos, muito decorrente, em seu princípio, da aguda crise econômica mundial, ocorrida nos anos 70 do século XX e que ainda manifesta os seus reflexos, a partir da reconfiguração do papel/função do Estado (padrões mínimos de intervenção), do mercado (regulador, flexível etc.) e da mudança ocorrida no modo de produção capitalista, do modelo fordista-taylorista que deu base de sustentação para o chamado Estado Keynesiano, para um modelo de "acumulação flexível", conforme defende Harvey (2014), tendo como uma de suas consequências os desastrosos impactos para a classe trabalhadora.

Contudo, mesmo reconhecendo a importância do debate conceitual acerca dos movimentos sociais, advertimos que não centraremos fôlego no aprofundamento de sua noção teórica, por acreditar que esta discussão tomaria um espaço considerável neste artigo e por não ser este o principal objetivo de nossa discussão. Para o momento, acreditamos ser suficiente definir que a perspectiva teórica que utilizamos para trabalhar com a categoria "movimentos sociais" é a do materialismo histórico-dialético proposto por Karl Marx e Friederich Engels, onde tais movimentos surgem a partir do desenvolvimento das relações sociais capitalistas, em razão de interesses antagônicos de classes sociais distintas, da tensão capital x trabalho e da luta por reconhecimento de demandas, direitos e necessidades sociais históricas, seja de sobrevivência seja pela disputa, manutenção e/ou superação do poder, do *status quo* vigente. Assim, concordamos com a afirmação de Glória Ghon que define os movimentos sociais como uma "[...] ação dos homens na histórica" (GHON, 2004, p. 247). Uma ação que "envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto" (GHON, 2004, p. 247). Esta "práxis" destacada por Ghon reafirma um traço marcante dos movimentos sociais, ou seja, a ideia de que a reflexão e o pensamento críticos que os norteiam influenciam diretamente nas suas ações, dão sentido e direção às suas práticas sociais e reafirmam a disposição para a luta de classes em defesa dos seus objetivos.

Alguns autores, a exemplo de Alain Tourraine e Boa Ventura de Souza Santos, advogam o fim dos movimentos sociais no que eles chamam de sociedades pós-industriais, reduzindo, de certa forma, a importância destes movimentos nas atuais sociedades e, dessa maneira, dão margem para a dificuldade empírico-conceitual de se considerá-los, dentro da



perspectiva e dos estudos aos quais se filiam, nos dias atuais. Todavia, de forma contrária ao pensamento dos autores citados, concordamos mais uma vez com Ghon (2012) quando, sobre este assunto, a mesma afirma que,

O que a maioria das novas análises não tem considerado é a questão das classes sociais, pois elas filiam-se a modelos pós-modernos de explicação da realidade social, desconsideram as explicações estruturais do materialismo histórico. Em nome de um debate “renovado” desqualificam veios interpretativos relevantes, ignoram a política e a conjuntura econômica, tentando criar novas leituras da realidade como “corretas”, em nome das diferenças e diversidades. (GHON, 2012, p. 32).

A posição de Ghon encontra fundamento na tradição crítica marxista que vê no sujeito histórico, ou seja, na "classe trabalhadora", a mola fundamental para fazer a engrenagem da luta de classes girar, a partir do estabelecimento de um "conflito", historicamente presente na relação capital x trabalho. O conflito passa a se intensificar em contextos de crises cíclicas do capital, fazendo com que a importância dos movimentos sociais – que congregam forças antagônicas aos interesses do capital – seja ainda mais relevante para o enfrentamento de medidas conservadoras e antidemocráticas, seja de governos tradicionalmente vinculados à direita seja de governos de esquerda e centro-esquerda que ocasionalmente estejam no poder. Ao que nos parece, a noção de "conflito" é outro conceito que, em certa medida, aparece como algo de consenso presente entre distintos e, muitas vezes opostos, autores e suas perspectivas teóricas (Tourraine, 2006; Santos, 2001; Melucci, 2001; Ghon, 2012; et. ali) ao se referir aos movimentos sociais.

Sem dúvidas, os movimentos sociais (sejam eles do campo ou das cidades), ao longo da história, têm apresentado uma significativa capacidade de mobilizar forças, influenciar e direcionar a agenda pública, pressionando o Estado capitalista, mesmo sob forte influência das correntes neoliberais, a reduzir a sua atual vocação para distribuir riquezas às classes dominantes¹, possibilitando assim um avanço menos voraz do sistema capitalista sob o conjunto de direitos e garantias fundamentais conquistados pela classe trabalhadora ao longo das décadas. Seus atos, pautas e manifestações, mesmo que em determinados momentos se

¹ A partir de práticas como a privatização, leilões e concessões públicas, ou mesmo, através da diminuição dos investimentos em políticas sociais como saúde, educação, habitação, transporte etc. para pagamentos de juros e amortização da crescente dívida pública, aumento de impostos e demais tributos, ou ainda, sob a forte pressão do mercado e do sistema parasitário-financeiro para realizar reformas conservadoras, a exemplo da administrativa e da previdência social, garantindo assim uma generosa "fatia do bolo" para banqueiros e demais setores empresariais apostam na quebra da previdência pública e investem pesado no crescente mercado da previdência privada e dos fundos de pensão.



apresentem de maneira dispersa e fragmentada, ainda conseguem provocar a opinião pública e, a depender de sua intensidade e tamanho, permitem alterar as correlações de forças desiguais e estabelecer contra-hegemonias, ao menos, até determinado tempo, até que a capacidade organizativa do movimento se enfraqueça e/ou que as forças dominantes se reagrupem e contra-ataquem novamente.

Porém, sob o contexto de governos marcados por uma trajetória história de atuação junto a movimentos sociais progressistas e de defesa da classe trabalhadora, como se dá a atuação destes movimentos sob a égide dos governos petistas, em particular, sobre o tema previdência social? De que forma as divergências entre o governo do PT e os movimentos sociais expressão consensos e dissensos entre ambos?

2. A ASCENSÃO DO PT AO PODER, AS CONTRARREFORMAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O POSICIONAMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

No Brasil, ainda no regime militar e, após a sua queda, com o lento processo de redemocratização do país, registra-se um maior interesse e engajamento de vários setores e movimentos populares da sociedade civil, e que passam a participar mais dos debates acerca de temas ligados ao cotidiano da população, na luta por melhores condições de moradia, saneamento, educação, saúde etc. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011). Aos fins da década de 1980, o processo participativo se amplia bastante no país, tendo como espaços privilegiados desta discussão as associações de bairros, as igrejas, os sindicatos e os partidos políticos, levando inclusive, aos embates que fundamentaram os compromissos firmados entorno de alguns direitos sociais mínimos, estabelecidos a partir da Constituição Federal de 1988 na qual, pela primeira vez, aparece a seguridade social (saúde, assistência e previdência social) como direito. Contudo, estes direitos e conquistas constitucionais foram rapidamente solapados na década seguinte, onde os governos comprometidos com o projeto neoliberal, com a redução do papel do Estado e o com fortalecimento do mercado e da desregulamentação do trabalho, contribuíram para o esvaziamento da seguridade social, conforme havia sido proposto inicialmente na Constituição, apresentando assim um grande desafio para os trabalhadores brasileiros.

No início dos anos 2000, após mais de uma década de experiências catastróficas impostas por governos neoliberais, houve uma nítida sinalização por parte da população brasileira de que tal modelo político-econômico já havia se esgotado no país, levando a



população a optar por um projeto, até aquele momento, visto como alternativo e contrário ao modelo anterior, o que contribuiu para a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro de 2002, onde, conforme afirma Marcelo Braz, tal fato configurou-se "[...] como um marco político na história do Brasil" (BRAZ, 2004, p. 49). Em suas análises acerca do significado político dessa eleição, Braz (2004) identifica que a vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) teve uma importância considerável para o momento histórico em que vivia a classe trabalhadora brasileira e mundial, "fraturada em seu ser" e visivelmente colocada "numa postura defensiva frente à ofensividade do capital" (BRAZ, 2004, p. 51), principalmente diante dos danosos resultados que mais de uma década de políticas neoliberais haviam causado ao Brasil.

Passado o período eleitoral e, após mais de um ano de gestão do governo Lula, o que se observou foi não uma reversão, mas sim, um dramático aprofundamento do projeto neoliberal, capitaneado pelo seu antecessor e levado a cabo pelo governo petista, mantendo com isso os compromissos e interesses do grande capital parasitário-financeiro (NETTO, 2004). Tais compromissos, ainda estreitamente ligados ao Consenso de Washington, também ficaram explícitos a partir do esforço dantesco do governo em atingir o superávit primário para, com isso, poder pagar os juros e amortizações da dívida e, na contramão, secundarizar os investimentos em políticas sociais, com a completa estagnação de investimentos em outras áreas, a exemplo das políticas de habitação e saneamento, as quais tiveram investimento zero em pouco mais de um ano do governo Lula, além do drástico contingenciamento de recursos para políticas fundamentais como a saúde e a educação, onde o governo só investiu, respectivamente, 3,5% e 5,5% do previsto, ou ainda, com a trágica contrarreforma da previdência dos servidores públicos federais, em 2003, estabelecendo um teto, aumentando a idade para o recebimento das aposentadorias, taxando aposentados e pensionistas e, incentivando o vultoso mercado da previdência complementar privada (BRAZ, 2004; MOTA, 2008).

No contexto da crise econômica mundial, deflagrada no início dos anos 1970 e que atingiu fortemente o Brasil na década seguinte, a previdência social brasileira – recém-alçada ao *status* de política de seguridade social, a partir da promulgação da Constituição de 1988 – torna-se alvo da ofensiva neoliberal que passou a assolar o mundo capitalista no processo de internacionalização da economia e a exigir do Estado uma redefinição (redução) drástica do seu papel, principalmente nos países emergentes e na América Latina. É sobre este cenário



que Mota (2011) demonstra como os governos (representantes do grande capital) se utilizaram do chamado discurso de crise para justificar a necessidade dos ajustes fiscais e da ofensiva contrarreforma do Estado brasileiro no início da década de 1990. Assim, os governos comprometidos com a reprodução do capital buscaram a construção de uma “cultura da crise” (MOTA, 2011), tentando convencer a sociedade (principalmente os trabalhadores e suas organizações) da insustentabilidade das despesas do Estado, buscando estabelecer um consenso entre as classes antagônicas com o claro intuito de arrefecer a resistência da classe trabalhadora (através de suas entidades sindicais) e, com isso, solapar as conquistas históricas alcançadas por eles, principalmente em relação à previdência social.

Sobre este aspecto, as medidas neoliberais iniciadas no governo Collor, aprofundadas por Fernando Henrique Cardoso e continuadas pelos governos Lula e Dilma, elegeram a previdência pública como uma das principais vilãs do déficit público e do desequilíbrio das contas do Estado brasileiro, o que serviu de munição para iniciar as contrarreformas da previdência em seus governos, valendo-se do discurso e da cultura da crise, subvertendo assim as conquistas adquiridas a partir das lutas sociais dos trabalhadores brasileiros e garantidas posteriormente pela Constituição de 1988, reduzindo o sentido da previdência enquanto uma política de seguridade social e reiterando a perspectiva de um "seguro" social (benefícios e prestações de serviços acessados a partir de prévias contribuições), deixando claro a quais interesses estas reformas vêm a atender, como afirma Mota (2008),

[...] os governos das classes dominantes conseguiram operar um giro sem precedentes nos princípios que ancoram a Previdência Social como política de proteção, transformando-a numa modalidade de seguro social. Do meu posto de vista, esta reversão permitiu que as necessidades do grande capital prevalecessem sobre as dos trabalhadores. (MOTA, 2008, p. 137-138).

Dessa forma, tem-se que a reforma da previdência dos servidores públicos federais, operada por Lula em 2003, bem como, a aprovação do Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federal (FUNPRESP), em 2012, e da recente edição da Medida Provisória nº 664 (esta última restringindo e retirando direitos previdenciários para todos os trabalhadores, tanto do setor público – RPPS – quanto da iniciativa privada – RGPS) logo após a reeleição da presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2014, consubstanciam-se numa repetição do ocorrido em governos passados, reafirmando o compromisso destes governos com o perverso projeto neoliberal, de mundialização da economia, desregulamentação do mercado, fragilização da cobertura previdenciária numa perspectiva de universalização de



direitos, trazida pela seguridade social, reeditando desta forma a afirmação feita por Marx de que os grandes fatos ou personagens históricos acontecem pelo menos duas vezes na vida, sendo a primeira como tragédia e a segunda como farsa (MARX, 2011). A "tragédia" neoliberal, que eclode mundialmente a partir da crise de 1973 e que se aprofundada nos países latinoamericanos entre as décadas de 1980 e 1990 (principalmente neste último), dá lugar a uma "farsa" neodesenvolvimentista², que tenda combinar um pseudo crescimento econômico sustentável e desenvolvimento industrial, associado ao combate às desigualdades sociais com algum nível de intervenção por parte do Estado, através de políticas sociais e de transferência de renda, a partir dos anos 2000.

Tão trágica quanto falsa, a promessa dos governos petistas em superar as desigualdades sociais, a partir de um modelo desenvolvimentista, inspirado em períodos históricos como os governos Vargas (substituição das importações e industrialização de base), Juscelino Kubitschek ("cinquenta anos em cinco") e do regime militar ("milagre econômico", que chegou a um crescimento do PIB em torno de 14% ao ano, em 1968 e teve média no período de mais de 6% a.a.) não conseguiu ser cumprida. Estudos realizados por Boschetti (2013) dão conta de que a desigualdade social no país persiste. Os dados do IDH no Brasil apontam que a pequena redução das desigualdades no país nos levaram a patamares equivalentes aos encontrados no ano de 1960, há mais de 50 anos (devido ao fosso social e econômico causado nas décadas de 70 e 80). Se compararmos o Brasil a outros países do mundo, o seu IDH é o de número 85º, atrás de países da América do Sul como o Chile (40º), Argentina (45º), Uruguai (51º) e Peru (77º). Na celebrada "Década Inclusiva"³ (2001/2011) o IDH ficou MENOR do que nas décadas anteriores, com respectivas médias anuais de crescimento: 1980-1990 (1,23%); 1990-2000 (1,26%) e 2000-2010 (0,82%) e entre 2010 a 2012 (0,73%), segundo dados do PNUD (2013). Assim, conforme analisa Boschetti, "Nos parece, portanto, insustentável afirmar que o Brasil esteja vivendo uma 'década inclusiva' ou um novo padrão de desenvolvimento social" (BOSCHETTI, 2013, p. 363).

Dessa forma, diante do nítido retrocesso e guinada à direita dos governos petistas e, a partir da ofensiva neoliberal contra a seguridade social (em particular, contra a previdência

² Para um melhor esclarecimento acerca do conceito "neodesenvolvimentista" e suas principais características recomendamos o importante trabalho de Mota; Amaral; Peruzzo (2012).

³ Aqui Ivanete Boschetti se refere a um documento do IPEA, denominado de "A década Inclusiva" (2012) e que, em tom celebrativo, exaltava os resultados dos governos petistas em direção à superação das desigualdades sociais no país. Claramente, a autora questiona tais resultados apontados pelos pesquisadores do IPEA.



social), observamos que os movimentos sociais adotaram posturas distintas. Enquanto alguns setores mantiveram claramente o apoio ao Governo, assumindo o discurso criado "pelos de cima", fortalecendo a chamada "cultura da crise" (MOTA, 2011), com iniciativas pragmáticas, principalmente no campo sindical [com destaque para a Central Única dos Trabalhadores - CUT⁴] e seu *sindicalismo de parceria, de envolvimento* (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011), ou ainda, num *sindicalismo estadista, governistas*, como defende Abramides (2014), outros setores passam a romper com o governo e a desenvolver oposições programáticas contrárias ao caminho adotado pelos governos do PT, bem como, pelos movimentos sociais que lhes dão sustentação, sendo este o caso, por exemplo, da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), fundada oficialmente em 2006 como uma cisão da CUT, sendo o seu surgimento "diretamente ligado à crise vivenciada pelo movimento sindical com o alinhamento político, financeiro e ideológico realizado pela CUT com o Governo Lula, a partir de 2003" (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 245).

A institucionalidade de parte significativa dos movimentos sociais que, ao longo do tempo, colocaram-se ao lado dos governos petistas, ocasionou um arrefecimento de parte das lutas e demandas coletivas que os mesmos defendiam. Isto foi largamente observado nos governos do PT, a nível nacional, onde várias lideranças de movimentos sociais diversos (movimento negro, movimento feminista, movimento estudantil, movimento pela liberdade e orientação sexual, movimentos indígenas e camponeses etc.) foram cooptados e passaram a compor a estrutura do governo/poder, conforme analisa Duriguetto (2014) a partir de alguns dados da pesquisa trazida por Leal (2005)⁵,

Como o campo sindical, também aqui temos militantes de movimentos sociais ocupando cargos no governo e/ou estão na representação e/ou gestão em conselhos setoriais de políticas públicas. A ascensão de militantes aos quadros institucionais é também evidenciada pela mediação do poder legislativo. Na relação do PT com os movimentos sociais, pesquisa revela que seus deputados não exercem seus mandatos a partir da sua relação com

⁴ Em um dos trabalhos desenvolvidos por Mattos (2014), percebe-se o gigantismo da CUT em números, sendo esta a maior central sindical do Brasil, composta por, pelo menos, 2.239 entidades sindicais em todo o país, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2013, com cerca de 7 milhões e meio de trabalhadores sindicalizados e cerca de 22 milhões de trabalhadores em sua base. Assim, conclui Mattos (2014), "Com tantos sindicatos sob o controle de uma Central que hoje se propõe muito mais a apoiar um governo do que a atuar como instrumento de defesa da classe trabalhadora [...] era de se esperar que os sindicatos não tivessem capacidade para se apresentar, na atual conjuntura, como instrumentos efetivos de mobilização da classe". (MATTOS, 2014, p. 95).

⁵ LEAL, P. R. F. *O PT e o dilema da representação política*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.



os movimentos sociais cujas bases os elegeram e sim com o partido. Apenas 14,89% dos deputados entrevistados afirmaram dever fidelidade aos movimentos sociais, enquanto para 63,82% a revelam ao partido. Para não contrariar suas bases eleitorais e perder votos, os deputados profissionalizam seus gabinetes com quadros oriundos dos movimentos sociais que lhes dão apoio eleitoral (DURIGUETTO, 2014, p. 181)

De fato, no primeiro governo Lula da Silva, viu-se uma redução significativa do número de greves em todo o país, fruto, dentre outras questões, da postura adotada por parte dos movimentos sociais e de suas principais lideranças em reconhecer o governo do PT como sendo o "seu governo". Contudo, mesmo com a aliança estabelecida entre os governos petistas e parte considerável dos movimentos sociais brasileiros, o aprofundamento do ideário neoliberal no país, nos últimos anos, demandou uma mobilização da base social destes movimentos, impulsionando-o a reiniciar um conflito contra o governo na defesa de seus direitos e que passaram a ser ameaçados pela ofensiva do capital e pela adesão dos governos petistas a este receituário político-econômico, o que culminou com o progressivo aumento do número de atos, manifestações, protestos e demais formas de resistência contra as medidas de ajuste fiscal adotadas pelos governos petistas, como observa Mattos (2014):

Depois de 446 greves contabilizadas em 2010 e 554 em 2011, no ano de 2012 aconteceram 873 greves no Brasil, segundo os estudos do Dieese. Foi o maior número registrado desde 1996, revelando um crescimento significativo nos últimos anos do recurso à paralisação do trabalho como arma para enfrentar os baixos salários, a perda de direitos dos trabalhadores e as péssimas condições de trabalho [...]. (MATTOS, 2014, p. 98).

Especificamente sobre a previdência social, destacamos os atos ocorridos em 2015, durante o governo Dilma. Após algumas investidas do governo sob a previdência dos servidores públicos federais, com a criação do FUNPRESP em 2012, deixando de garantir a integralidade dos proventos destes servidores ao se aposentarem, ao criar um teto de responsabilidade da União, igualando o teto do pagamento da aposentadoria dos novos servidores públicos federais (a partir de 13 de fevereiro de 2013) ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), após a reeleição de Dilma para a presidência da República, o que se viu foi uma nova ofensiva do governo petista contra a previdência social, desta vez, não apenas em relação aos servidores públicos federais, mas também, contra os trabalhadores vinculados ao INSS. A partir das Medidas Provisórias nº 664 e 665, o governo buscou mexer principalmente nos direitos previdenciários, a exemplo da *pensão por morte* (estabelecimento de prazos para recebimento de benefícios, acabando com a vitalidade para muitos casos;



redução dos valores das pensões para até 50% do seu valor integral, acrescido de um valor de 10% por dependentes, limitado a 5 dependentes; estabelecimento de mínimo de 02 anos de contribuições e de tempo de casamento ou união estável por parte do segurado e seu/sua dependente para ter direito ao benefício), *auxílio-doença* e *aposentadorias*. Estas medidas repercutiram bastante nos meios de comunicação e provocaram revolta em muitos movimentos sociais (inclusive naqueles historicamente ligados ao governo), principalmente no movimento sindical, causando uma reação contrária às medidas propostas pelo governo.

Figura 1 e 2 – Manifestantes pró e contra o governo cobram mudanças na política econômica



Fonte: sites tribuna do norte e poioca, respectivamente

Os protestos públicos tomaram as ruas de várias cidades do país. Nestes atos, os protestos contra as medidas contrareformistas se misturaram a demonstrações de apoio ao governo – mas, com claro sinal de desaprovação em relação às propostas apresentadas – e, do outro lado, manifestações de movimentos sociais que também não aceitavam a retirada de direitos e, ao mesmo tempo, defendiam a queda do governo, através do impeachment da presidente Dilma. Apesar de se colocarem em lados opostos (os que apoiam e os que são contrários ao governo), os movimentos sociais conseguiram frear a ofensividade mais deletéria das medidas, a partir das pressões que se fizeram sentir no Poder Legislativo e, mesmo com as propostas aprovadas e que não conseguiram ser contidas, reduziram o impacto das medidas iniciais, fazendo com que a reforma previdenciária fosse parcialmente realizada.

Assim, a luta dos movimentos sociais na defesa da previdência social, dentro da perspectiva da seguridade social e de rompimento com a lógica imposta pelo sistema capitalista,



em contextos adversos e dentro das particularidades históricas trazidas pela emergência dos governos petistas ao poder central no Brasil, coloca-nos alguns desafios importantes e que podem ser compreendidos a partir das contribuições feitas por Duriguetto,

Um dos grandes desafios hoje postos para o projeto socialista é estabelecer vínculos e conexões entre as várias reivindicações, as diversas lutas sociais, assim como entre essas e o movimento operário. Ou seja, o desafio se posta em construir projetos que busquem uma integração das necessidades, interesses, reivindicações e ações prático-políticas advindas das lutas, incorporando-as em suas dimensões classistas e orientando-as para a construção de processos contra-hegemônicos à ordem do capital (DURIGUETTO, 2014, p. 181)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais no Brasil continuam a se apresentar como uma frente de maioria progressista e em defesa de direitos sociais, civis e políticos da população brasileira, em que pese uma parte destes movimentos ter arrefecido ou se colocado "ao lado" dos governos petistas os quais ajudaram a eleger, demonstrando alguma dificuldade em romper político e ideologicamente com o mesmo. Em meio às derrotas sofridas pelos trabalhadores, em relação às sucessivas investidas contra a previdência social pública, a pressão, o confronto e os debates feitos por estes movimentos vêm possibilitando reduzir estas perdas e, em alguns casos, favorecer algumas derrotas para o governo e seus projetos contrarreformistas.

Parte dos movimentos sociais brasileiros passaram a apoiar o governo, seja pela histórica vinculação com estes, seja por meio da institucionalidade e copitação dos líderes dos movimentos ou mesmo, pela defesa de ações de redução da pobreza, mesmo a partir da assistencialização das políticas sociais e dos programas de transferência de renda, de caráter focalista e seletivistas, repletos de condicionalidades e que seguem à risca as orientações de organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e do FMI, contribuindo para reduzir a possibilidade de estruturação e fortalecimento de políticas de caráter universal, a exemplo da previdência social, saúde, educação, emprego etc.

Por fim, compreende-se que, mesmo num contexto de crise econômica e de fragilização da organização de parte dos movimentos sociais e dos trabalhadores brasileiros, as lutas sociais travadas estes movimentos sociais, em seu processo de enfrentamento e resistência à ofensiva do capital e do neoliberalismo, ainda têm conseguido fazer frente a



políticas conservadoras e que visam garantir a tranquila expansão, consolidação e concentração da acumulação capitalista no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz. Movimento sindical e serviço social: organização sindical por ramo de atividade ou por categoria profissional? *In: Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária.* Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2014.

BOSCHETTI, Ivanete. Políticas de desenvolvimento econômico e implicações para as políticas sociais. *In: Ser Social*, Brasília, v. 15, n. 33, p. 261-384, jul./dez. 2013.

BRAZ, Marcelo. O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social. *In: Serviço Social & Sociedade.* São Paulo: Cortez, ano XXV, n. 78, jul. 2004.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. *In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (Orgs.). Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária. .* São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. *In: GOHN, M. G. e BRINGEL, Breno M. (Orgs.). In: Movimentos sociais na era global.* São Paulo: Vozes, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luiz Bonaparte;** [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATTOS, Marcelo Badaró. Movimento sindical brasileiro: o desafio da reorganização. *In: Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária.* Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2014.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. - (Biblioteca básica de serviço social, v. 5).

MOTA, Ana Elizabete. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social Brasileira nos anos 1990 e 2000. *In: O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes / BRAGA, Lea; CABRAL, Maria do Socorro Reis (Orgs).* 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Cultura da crise e seguridade social:** um estudo sobre as tendências da previdência social e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; AMARAL, Ângela S.; PERUZZO, Juliane F. O novo desenvolvimentismo e as políticas na América Latina. *In: MOTA, Ana Elizabete et. all. Desenvolvimentismo e Constru-*



ção de hegemonia: Crescimento Econômico e Reprodução da Desigualdade. São Paulo, Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *In: Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano XXV, n. 79, set. 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Los nuevos movimientos sociales**. OSAL, Septiembre, 2001, p. 177-184. Disponível em: <www.boaventuradesousasantos.pt/pages/en/articles.php>. Acesso em: 03 de jun. 2015.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. *In: Sociedade e Estado*, vol. 21, nº 1, jan./abril de 2006.



GREVE: UMA ANÁLISE DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DO PARANÁ ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2014

BOTTEGA, Elisson Rene

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Mestrado em
Integração Contemporânea da América Latina (UNILA)
rene.bottega@gmail.com*

POLTRONIERI, Francielli Rubia

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Mestrado e
Doutorado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE)
franciellirubia@hotmail.com*

MUNIZ, Cláudia Maria Serino Lacerda

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Mestrado e
Doutorado Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE)
Email: claudialacerda84@gmail.com*

MARTINS, Fernando José

*Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu: Mestrado e
Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da UNIOESTE.
fernandopedagogia2000@yahoo.com.br*

Resumo: A busca por melhores condições laborais é unânime entre a classe trabalhadora. Quando são esgotadas as negociações e para que os objetivos da classe sejam alcançados, a greve passa a ser opção. Observou-se, entre os anos 2013 e 2014, um desencadear de lutas dos trabalhadores do setor público, com destaque para a área da educação. Neste sentido, este artigo busca, por meio de revisão bibliográfica, analisar o movimento grevista, além de realizar um balanço em relação à greve dos professores do Estado do Paraná, nesse período. O movimento não questionava apenas melhores condições salariais, mas buscava benefícios e melhorias na qualidade da educação pública. Esta greve representou um momento em que as aspirações e as necessidades destes trabalhadores se evidenciaram como forma de pressão ao governo do Estado que, por outro lado, utilizou-se das mídias para difundir informações falsas sobre o funcionalismo, alegando que o movimento social seria um "complô" político dos partidos de oposição.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Greve. Sindicato.

Abstract: The search for better working conditions is unanimous among the working class. When negotiations are exhausted and for the class goals are achieved, the strike becomes option. It was observed, between the years 2013 and 2014, a workers' struggles trigger the public sector, especially in the area of education. Thus, this article aims, through literature review, analyze the strike movement, and make a diagnosis of strike of the State of Paraná teachers in this period. The movement did not question just better wage conditions, but sought benefits and improvements in the quality of public education. This strike was a time when the aspirations and needs of these workers showed as a way to pressure the state government that on other hand, was used the media to spread false information about functionalism, claiming the social movement would be a "plot" of political opposition parties.

Keywords: Social movements. Strike. Labor union.

INTRODUÇÃO

O presente texto decorre da participação dos autores, enquanto docentes de escolas públicas do estado do Paraná, no movimento grevista e dos embates atuais acerca das discussões sobre as ações grevistas dos professores das escolas públicas do Estado do Paraná, nos anos de 2013 e 2014. No Paraná o ano de 2014 se apresentou como singular na luta dos trabalhadores do setor público, em especial aos trabalhadores da Educação pois, foi o movimento que abriu a onda para as demais paralisações, como a dos docentes das Universidades Estaduais, os trabalhadores da Receita Estadual, entre outros.

Pautado na revisão bibliográfica sobre a greve e os movimentos sociais, mantendo como foco empírico o movimento dos trabalhadores da educação pública do estado do Paraná no ano de 2014 o presente texto obedece à seguinte estrutura: primeiramente abordamos o conceito de movimentos sociais e a greve como tal; seguimos com uma historização da formação dos sindicatos e o movimento grevista brasileiro, dando ênfase à organização dos trabalhadores da educação pública e a proletarização da categoria do magistério. Seguidos de reflexões à respeito do movimento em questão “ a greve dos trabalhadores e educação entre os anos de 2013 e 2014” e considerações finais.

1. A GREVE DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ NOS ANOS 2013 E 2014

Este trabalho pautou-se na revisão bibliográfica a respeito da greve e dos movimentos sociais, mantendo como foco empírico o movimento dos trabalhadores da educação pública do estado do Paraná no ano de 2014. Movimento que foi um marco para a mobilização de várias outras categorias do funcionalismo público do estado, além de greves de trabalhadores da educação de outros estados. A busca por melhores condições de trabalho e qualidade no ensino básico permeou atos públicos, mobilizações, campanhas e assembleias, que até determinado momento garantiram o processo de negociações entre governo e a categoria. Porém, nos últimos meses do ano de 2013 o governo esvaziou as negociações, a última e única saída foi deflagrar a greve no ano subsequente. Além disso, foram analisados os pontos de interseção entre a greve e outros movimentos sociais contemporâneos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Definição de Movimentos Sociais

De modo geral, os movimentos sociais podem ser definidos como toda ação de um grupo organizado, que podem ser manifestadas de forma passiva ou não, em prol da defesa de

um mesmo objetivo ou ideologia. Partindo do ponto de vista marxista, a trajetória dos movimentos sociais foi interpretada por meio dos conceitos de classe social e luta de classes.

É essencial que o movimento tenha clareza de seus interesses e que seus ideais sejam bem definidos, para que um perfil seja assumido por ele, com isto características e particularidades de cada movimento vão se formando, pois cada movimento é classificado pelo caráter de suas ações. São estes pontos que diferenciam os movimentos sociais dos demais grupos. Galliano (1986) trás a definição de movimento social como:

uma organização nitidamente estruturada e identificável cuja finalidade explícita é arregimentar um número maior ou menor de pessoas para a defesa ou promoção certos objetivos precisos, geralmente com uma conotação social(Galliano, 1986 p. 272).

O autor reafirma que cada grupo deve ter objetivos concretos a serem almeçados, com propostas bem elaboradas, para que as reivindicações sejam coerentes, despertando intencionalmente o interesse de grupos definidos, podendo ser governantes, classe trabalhadora, elite, entre outros, ou indivíduos que defendam ou se identifiquem com a mesma causa. Assim, complementando o conceito de Galiano, Gonh (1997) afirma que

movimentos Sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. (GOHN, 1997, p.251)

O ponto chave dos movimentos sociais é a busca por respostas e/ou soluções ao que é exposto pelo grupo, é característico fazer com que seus interesses sejam vistos e ouvidos, a fim de se obter êxito no que se está reivindicando.

Para que ocorra a dispersão destas ideias, são utilizadas diversas ferramentas, como por exemplo, a mídia e a internet, além das demonstrações públicas por meio de passeatas e paralisações. Essa exposição à sociedade desperta diferentes reações ao mesmo, podendo aproximar adeptos, o que se reflete positivamente, pois contribui para o crescimento do movimento. Caso isto não ocorra, conclui-se que o movimento social não atingiu seus objetivos ou a divulgação destas ideias acabaram falhando.

2.2. A greve como movimento social

Ao longo da história as ações grevistas tornaram-se ferramentas necessárias na luta para garantir direitos e conquistas da classe trabalhadora. São ações que não acontecem espontaneamente, providas do acaso, mas sim, por meio de organização de um grupo de

pessoas que visam os mesmos objetivos e ideais, que questionam e/ou solicitam que seus direitos sejam cumpridos, já que estão assegurados, muitas vezes, pela Constituição. Segundo Martins (2013) a greve “torna-se uma força social, articula-se em diversos sujeitos e, sobretudo, reage a um “inimigo”, questionando um tipo de dominação, que lhe priva de sua legitimidade” (MARTINS, 2013, p. 131). Comprovando que a greve é um movimento institucionalizado Martins (2013) afirma, ainda, que o movimento

está inserido nas regulamentações que cercam os direitos do trabalhador. Contudo, fundamentalmente, a greve seria o movimento mais distante da institucionalidade, uma vez que sua constituição é efêmera e localizada, em sua dinâmica interna, e explosiva de modo geral (MARTINS 2013, p. 131).

A greve tornou-se um dos instrumentos mais utilizados pelos trabalhadores na sociedade capitalista, pois a paralisação das atividades sempre se apresentou como uma poderosa arma de reivindicação. Por intermédio desta reação da classe trabalhadora, foram criados os sindicatos, as associações e federações de trabalhadores, que passaram a organizar e administrar estas ações.

Esse contexto, interliga as greves a organização dos sindicatos, pois são eles as instituições que organizam o movimento dos trabalhadores:

sindicatos, em todo o mundo, vivem hoje uma situação muito difícil, expressa na queda do número e da proporção de filiados e no declínio das taxas de greve, dois fenômenos indicativos do enfraquecimento do sindicalismo como instituição e do poder sindical como ator político (RODRIGUES, 2002, p.11).

A organização da App-sindicato em relação à greve ocorrida em 2014 comprova a fala de Rodrigues (2002) pois, após a decisão da retomada das atividades escolares muitos dos trabalhadores desfilaram-se alegando não confiarem na direção estadual do sindicato, afirmando ainda, que a vontade da categoria não era pelo fim da greve e sim pela continuidade do movimento que era forte naquele momento.

2.3. A história dos sindicatos e o movimento grevista

Para compreendermos o início da sindicalização dos professores no Brasil é necessário entender como foi a história do trabalho desses profissionais no país; na área da educação podemos dizer que a organização sindical foi retardada não somente pela dispersão geográfica dos professores ou pelas relações clientelísticas das Aulas Régias, mas pelo próprio exercício gremial no longo da Companhia de Jesus e na prática do poder corporativo desenvolvido e institucionalizado nas Congregações dos Professores dos Liceus e Escolas Normais.

No início do século XX agitavam-se os trabalhadores de todo o mundo com as ideias e ideais socialistas, na luta por melhores salários e condições de trabalho. No Brasil, esse movimento se concentrou em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde foram fundados sindicatos de trabalhadores têxteis, da indústria de couros, dos gráficos, e de outras categorias lideradas pelos anarquistas. Nesse momento fundaram-se os primeiros sindicatos de professores assalariados das escolas particulares, que se sentiam mais explorados e menos protegidos; precisavam, portanto, se unir para defender seus direitos e para serem reconhecidos como os arautos intelectuais dos outros trabalhadores.

Até 1930 fundaram-se sindicatos de professores (de escolas particulares) do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro; em outros estados o número de profissionais nas escolas particulares era tão pequeno que não justificava qualquer organização, mesmo porque a maioria dos professores eram religiosos e religiosas que viviam em comunidades e já estavam associados à alguma instituição, por exemplo os salesianos.

A partir de 1930, no governo Vargas, estes e outros sindicatos de professores foram cooptados pelo esquema de sindicato oficial e assistencial do Ministério do Trabalho de Lindolfo Collor. Isto não quer dizer que não houvesse um processo de negociação e luta por melhores salários; mas as decisões se tomavam por arbítrio da Justiça do Trabalho, através de dissídios coletivos, que se limitavam a defender os valores históricos dos salários e nunca perturbar o regime de exploração capitalista nas relações de produção das empresas particulares.

Na Primeira República a população brasileira morava e se multiplicava a zona rural. Na zona da mata do Nordeste, mesmo abolido o trabalho escravo, a vida social estava centralizada nas fazendas de cana de açúcar, com seus engenhos e casa grande. No agreste e no sertão predominavam a criação de gado e caprinos, ao lado de eventuais culturas de algodão e roças para a subsistência dos trabalhadores. Neste quadro, os milhares de professores e professoras primárias exerciam sua atividade no isolamento político e na dependência de um pequeno salário. No Sudeste a economia era muito mais dinâmica, com o crescimento dos cafezais e a constituição do mercado interno facilitado pela malha ferroviária que imprimia modernidade à geografia do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; a educação primária crescia graças ao aumento das populações em fazendas e sítios, e nas escolas rurais os professores se isolavam uns dos outros.

Havia uma “classe” de professores secundários lotados nos liceus e escolas normais – profissionais liberais que percebiam bons vencimentos e não se viam forçados a associar-se por motivações salariais.

A categoria dos professores primários se constituía lentamente a partir das turmas mais numerosas de concluintes de Escolas Normais e da multiplicação dos Grupos Escolares na área urbana o que possibilitava, os poucos, o diálogo entre os profissionais. Mas o fenômeno associativo só toma corpo quando fortes interesses corporativos unem a categoria. Embora em vários Estados se registre a fundação de entidades de professores primários públicos desde a década de 1915, somente a partir da década de 1950, com a proletarização do magistério e a desvalorização dos salários estas entidades crescem e se enraízam. O Centro do Professorado Paulista (CPP) e a Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG) podem ser citadas como exemplos dessa evolução que avançaria em três frentes:

- a defesa do salário e condições de trabalho;
- a luta pela união e formação profissional;
- o desenvolvimento de atividades recreativas e assistenciais.

2.4. A proletarização do magistério

É fundamental aqui aprofundar como é entendida a proletarização do magistério primário. Até os anos 1950 a maioria dos professores era constituída de pessoas que não subsistiam com seus salários; ou eram homens da zona rural que, além das aulas, se dedicavam e usufruíam de seu trabalho agrícola; ou eram moças e senhoras que contavam com a renda do pai ou esposo. A partir da intensa urbanização que veio conseqüente a industrialização de 1930, as matrículas aumentaram muito e o magistério começou a ser ocupado por homens e mulheres que dependiam unicamente deste trabalho e renda pra sobreviver.

Entre 1930 e 1946 o Brasil viveu sob a ditadura do presidente Getúlio Vargas um período de forte centralização das políticas públicas, inclusive da regulamentação do trabalho através de um ministério que controlava as relações entre patrões e empregados através de sindicatos monitorados, reduzindo o serviço público a uma relação paternalista/clientelista. É por isso que as entidades de servidores públicos nascidas neste período não se constituíam em sindicatos, mas sim em associações. Segundo Antunes (2006) :

Vargas precisava da classe operária como força, suporte, âncora em sua relação com as classes que de fato ele representava, ou seja, as frações agrárias tradicionais e as forças industriais emergentes. Mas para representar

os "de cima", precisa do apoio dos "de baixo" [...]. Nesse sentido, o Getulismo demonstrou enorme competência ao captar algumas das principais reivindicações dos trabalhadores urbanos, reelaborá-las e devolvê-las como uma "dádiva do Estado". Getúlio as apresentava como um presente para as massas, como uma antecipação, como um pai que doa para seu povo algumas de suas principais reivindicações. (ANTUNES, 2006 p. 85)

A ordem era minimizar conflitos, através do assistencialismo, pelo controle dos líderes das organizações privadas e pela burocracia, meritocracia ou clientelismo nas repartições estatais em todos os níveis.

Em 1946 o Brasil volta à “normalidade democrática” sob uma nova Constituição que democratizou o acesso à educação e provocou, ao mesmo tempo, o crescimento do número de professores secundários, a diminuição de seus salários e a deterioração das condições de trabalho. Neste momento fundaram-se várias associações: APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), ALISC (Associação de Licenciados de Santa Catarina), APLB (Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia). O ambiente de fermentação política e ideológica, com o crescimento das esquerdas, canalizou para as associações de professores elementos mais conscientes e combativos. Entretanto foi o fenômeno inflacionário associado a proletarização dos professores que motivou as primeiras e mais fortes greves de educadores do Brasil, que aconteceram em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais.

À medida em que se multiplicavam as associações estaduais de professores, foram surgindo tentativas de uma organização nacional que unificasse suas bandeiras. Na década de 1950 foram realizados três congressos com a participação crescente de entidades e de delegados dos vários estados do país. Em 1960, finalmente, foi fundada a CPPB – Confederação dos professores primários do Brasil – com sede no Rio de Janeiro. Eram quase 300 mil professores primários das redes estaduais naquela época. Atentamos aos profissionais que ficaram por fora da CPPB, professores primários das redes federal e municipais e todos os funcionários não docentes. Além deles, os professores e funcionários administrativos do ensino superior público continuavam não somente desvinculados da confederação, como desorganizados entre si e, os professores das escolas particulares quando muito, pertenciam a sindicatos estaduais, municipais ou regionais isolados; imperava não só a divisão dos movimentos, mas a divisão em sua própria estrutura associativa e sindical.

Uma circunstância legal acabou contribuindo para o movimento de unificação: a Lei 5692/71. Por esta reforma do ensino, o Primário e o Ginásial se unificaram em escolas de

Primeiro Grau, transformando-se o Colegial em ensino de Segundo Grau; com isto, não somente as associações de professores primários ampliaram sua abrangência, mas também as entidades de “licenciados” se filiaram a CPB, nesse sentido aconteceu um salto de qualidade no quadro de associados e da Diretoria da Confederação e um grande aumento nas mobilizações, à medida que era exatamente entre os professores secundários que se dava a maior desvalorização salarial e que se acumulava a indignação e o potencial de mobilização sindical. Por outro lado, vivia-se os anos de chumbo da Ditadura Militar, com o cerceamento das liberdades de expressão e organização, além de práticas de repressão aos movimentos sociais de qualquer cunho.

No fim da década de 1970 um setor mais combativo das entidades liderado pela UTE-MG (União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais), APEOESP e várias oposições sindicais a associações ditas “pelegas” fundou a UNATE – União Nacional dos Trabalhadores em Educação – como alternativa de organização nacional diante do que se julgava uma CPB (Confederação dos Professores do Brasil) burocrática e inoperante, incapaz de dirigir o movimento de greves que se alastrava pelo país, pelo contágio do próprio movimento operário em ascensão e a partir do sindicalismo operário do ABC paulista.

Essas lideranças convocaram um congresso paralelo e tentaram boicotar a CPB. Em 1981, graças à articulações do então presidente da Confederação, professor Hermes Zanetti e à conclusão de que fundar a UNATE era dividir ainda mais o movimento, fez-se a unificação política entre as várias correntes do Congresso que ocorreu em Fortaleza. A partir de então estava pré-determinado um caminho de avanço e mobilização não só de professores como de todos os trabalhadores da educação básica pública.

2.5. Os trabalhadores e a organização sindical brasileira através da CUT

Em 1988 a CPB filiou-se à CUT (Central Única dos Trabalhadores) que foi fundada em 1983 e teve um papel de protagonista na luta contra a ditadura militar. Nos anos 1990, porém, ela foi abalada pela crise que atingiu o conjunto do sindicalismo e que se expressou na redução das greves, no esvaziamento das assembleias e na queda da taxa de associados. Fatores objetivos, como a explosão do desemprego, a ofensiva neoliberal e a reestruturação produtiva, acuaram os trabalhadores e reduziram o poder de negociação do sindicato. Essas dificuldades agravaram os problemas de direção do sindicalismo. Em 1991 foi criada a Força Sindical, bancada pelo governo Collor de Mello, como um instrumento do capital infiltrado entre os trabalhadores. Surgem as concepções de sindicalismo propositivo, que privilegia a

negociação em detrimento da luta; do sindicalismo cidadão, que abdica do conceito de classe para representar a “sociedade civil”, acelera-se a sua burocratização e institucionalização.

A histórica vitória de 2002, com a eleição para Presidência da República do ex-fundador da CUT (Luiz Inácio Lula da Silva), foi encarada como uma oportunidade para reverter o quadro de defensiva do sindicalismo.

Hoje a CUT representa uma base de mais de vinte e dois milhões de trabalhadores – urbanos e rurais – com mais de sete milhões de sindicalizados. Os educadores são, junto com os trabalhadores rurais a categoria mais numerosa chegando a quase um milhão de sindicalizados. Nos últimos anos a CUT vem pautando importantes bandeiras, como priorizar a luta do funcionalismo público e teve um papel importante na campanha pela valorização do salário mínimo, empenhou-se na defesa da “plataforma democrática” para reforma sindical, Segundo Gadotti:

A educação na América Latina, está passando por profundas mudanças, tanto em sua concepção, quanto em seus métodos e objetivos, para enfrentar problemas crônicos dos sistemas de ensino, entre eles a evasão, a repetência e a baixa qualidade. Essas mudanças têm suscitado as reações mais contraditórias da parte dos docentes [...] Algumas dessas reformas foram realizadas em prejuízo aos salários dos professores, outras reduziram as despesas com a educação. (GADOTTI, 1992, p.85)

No Brasil a situação não é diferente da de outros países da América Latina, na maior parte das vezes os profissionais da educação entram em confronto com o Estado, movidos por campanhas salariais; nas últimas décadas, as condições de vida e de trabalho dos professores causaram um grande abandono da profissão.

As lutas sindicais da categoria mobilizam cada vez mais trabalhadores, como a última greve dos educadores do estado do Paraná que iniciou em abril de 2014 com uma adesão de 87% dos profissionais segundo dados da própria SEED (Secretaria de Educação do Estado do Paraná), mas os resultados práticos não tem sido os melhores. Os sindicatos dos professores se fortaleceram, ““a entidade sindical cresceu bastante numericamente, mas qualitativamente se enfraqueceu na luta”” (KRUPPA, 1994, p. 21).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

3.1. A greve (ou as greves) da Educação pública do Paraná

O ano mais tempestuoso dentro do atual mandato do governador Beto Richa (PSDB) sem dúvidas, foi o ano de 2014, pois no ano anterior renunciava-se uma paralisação das atividades das escolas estaduais, e, a greve confirmou-se na última dezena do mês de abril de

2014, foram sete dias de greve geral que marcaram a luta sindical no estado do Paraná com adesão de mais de 90% (noventa por cento) da categoria, segundo dados da própria secretaria de educação do estado; nos pequenos municípios do interior do estado trabalhadores sentiram-se pressionados pelo movimento, mas continuaram em seus postos de trabalho. Como afirma Bourdieu (1983), esse fato se comprova nas relações dos trabalhadores com a consciência relacionada à classe:

As relações objetivas que definem o campo de luta são apreendidas em todas as interações concretas e não apenas no lugar de trabalho (esta é uma das bases do paternalismo). É nesta lógica que é preciso tentar compreender, como sugere Haimson, por que a cidade grande costuma favorecer a tomada de consciência, enquanto na cidade pequena [...], a tomada de consciência é menos rápida, porém mais radical. A estrutura de classes tal como é apreendida em escala local parece ser uma mediação importante para se compreender as estratégias da classe. (BOURDIEU, 1983, p. 4)

Uma passeata com mais de trinta mil educadores parou a capital paranaense – Curitiba – e mostrou a força e a mobilização dos trabalhadores do setor público do estado. Há muito tempo não se via no país, uma greve tão forte, desta categoria.

O processo que antecedeu a greve durou meses e foi permeado por atos públicos, mobilizações, campanhas e assembleias, movimentos que, até o momento garantiam o processo de negociações entre governo e a categoria. Porém, nos últimos meses de 2013 o governo esvaziou as negociações, a última e única saída seria deflagrar a greve.

Essa foi uma paralisação forte e organizada, a categoria estava ciente da situação enquanto funcionários de um governo que prega e aponta para o sistema neoliberal. A pauta desse momento de paralisação era extensa; catorze itens foram definidos como centrais:

33% de hora-atividade, reajuste dos salários de acordo com o piso Nacional, reajuste aos funcionários de escolas, pagamentos de promoções e progressões em atraso, suspensão do corte do auxílio-transporte, novo concurso público, novo modelo de atendimento à saúde, cargos de quarenta horas, alteração dos contratos PSS, enquadramento dos aposentados no nível III da carreira, porte das escolas, hora-aula para a educação especial, infraestrutura adequada nas escolas e fim do desmonte pedagógico (fechamento de turmas, turnos, diminuição de carga horária de disciplinas, etc.) (APP-sindicato, 2013, p. 3)

No primeiro dia de paralisação houve a primeira reunião de negociação, o governo comprometeu-se com seis itens da pauta, sobre os demais itens seria estabelecido um cronograma para o encaminhamento. No segundo dia de greve veio a primeira proposta, considerada insuficiente pelo Comando Estadual de Greve. No dia vinte e oito de abril, sexto dia de paralisação apresenta-se uma segunda proposta que trás avanços para a categoria.

Tendo em vista a evolução nas negociações e o estabelecimento de prazos para a execução da proposta no dia vinte e nove de abril uma assembleia com cerca de sete mil profissionais “decidiu” pela suspensão da greve e pela aprovação do estado de greve, pois de acordo com os próprios servidores o sindicato manipulou o resultado da assembleia e a contragosto da categoria encerrou a paralização.

A primeira reunião entre governo e a direção da APP-Sindicato, após a greve, aconteceu em vinte de maio de 2014, neste momento foram debatidos todos os encaminhamentos para a efetivação das propostas apresentadas pelo governo do estado à categoria.

A greve garantiu melhorias salariais para os funcionários de escola e foi criada uma comissão para a elaboração do novo modelo de saúde no estado, discutiu-se a nova oferta pelo cargo de quarenta horas através de uma comissão que se reuniria em dez de junho de 2014, isso não aconteceu. Os contratos entre o Estado e os professores temporários começaram a ser revistos. As promoções e progressões em atraso desde o ano de 2013 começariam a ser pagas em três parcelas, iniciando-se em junho, depois agosto e novembro do ano corrente. Diversas comissões foram formadas entre governo e Sindicato para discutir todos os itens da pauta reivindicada durante a greve.

Durante este período a APP-Sindicato apontava diferenças entre propostas emancipadoras e propostas liberais, do governo, dentro da educação, pois o governo em uma atitude antidemocrática e de forma violenta, com agressão à professores, aprovou na ALEP o projeto que prorrogou os atuais mandatos das direções de escolas, privando as comunidades escolares deste direito de escolha. No final deste ano a população foi noticiada sobre o fechamento de escolas, turnos e turmas; além do achatamento dos salários dos aposentados com o estabelecimento da contribuição previdenciária e o atraso do pagamento dos salários dos professores temporários, os chamados PSS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o movimento grevista enquanto movimento social é possível perceber que a paralização ainda é uma das formas de forçar os patrões (sejam eles a iniciativa privada ou os governos) a perceber as reivindicações das categorias, no caso específico da categoria dos funcionários da educação do estado do Paraná, as reivindicações vão além de questões financeiras, as exigências tem sido por melhoras na qualidade da educação. E direitos básicos que deveriam ser respeitados. A categoria por vezes cumpre um papel social que a própria

sociedade deveria exercer. Um dos grandes dilemas do brasileiro ao exercer seu papel enquanto cidadão, é deixar que seus representantes políticos façam do cargo público uma zona de conforto. É algo vergonhoso que profissionais saiam às ruas pleiteando direitos básicos que muitas vezes estão garantidos na Constituição Federal. Como exercer a democracia? Ser crítico na Ditadura e na democracia o que deverá ser feito? Como de fato cobrar dos governos maior atenção em prol de uma educação de qualidade? Tais questionamentos estão postos em nosso cotidiano. Os movimentos sociais foram e sempre serão uma grande maneira de forçar governos. Porém é necessário novos rumos em busca de política públicas que fortaleçam a atividade profissional da docência.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. (2006) De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. In: *Pegada*. Presidente Prudente: Unesp. Volume 7, Nº 2. Novembro 2006, p. 83-88.
- APP-Sindicato. *30 de agosto*. (2013/14) Curitiba: Ed. 192, Maio 2014; Ed. 190, Abril 2014; Ed. 187, Janeiro 2014; Ed. 186, Novembro 2013; Ed. 184, Agosto 2013.
- BOURDIEU, Pierre. (1983) A Greve e a Ação Política. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. p. 195-204.
- GADOTTI, Moacir, TORRES, Carlos Alberto. (1992) *Estado e educação popular na América Latina*. Campinas: Papirus.
- GALLIANO, Guilherme, A. (1986) *Introdução à sociologia*. São Paulo: Harbra Ltda.
- GOHN, M. G. (1997) *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- KRUPPA, Sonia Maria Portella. (1994) *O movimento dos professores em São Paulo – o sindicalismo no serviço público: o Estado como patrão*. São Paulo: FEUSP.
- MARTINS, Fernando José. (2013) Greve: movimento social, processo educativo e luta. In: *Espaço Acadêmico*. Maringá: UEM. Nº 147. Agosto 2013. p. 129-136.
- RODRIGUES, L. M. (2002) *Destino do sindicalismo*. São Paulo: Edusp/Fapesp.
- SOUZA, Claudia Morais de, MACHADO, Ana C. (1997) *Movimentos Sociais no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Loyola.



VIOLÊNCIA DE GÊNERO: DA CRIAÇÃO DAS DEAM'S À LEI MARIA DA PENHA

OLIVEIRA, Rosane Cristina de

*Professora do Programa de Pós-Graduação Humanidades, Culturas e Artes
Universidade do Grande Rio
rosanecrj@unigranrio.edu.br*

125

RESUMO

No espaço doméstico, os índices de violência de gênero são alarmantes e estima-se que no Brasil, mesmo após a institucionalização da Delegacia de Atendimento às Mulheres (1985) e da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), em agosto de 2006, os casos de violência doméstica praticada especialmente contra as mulheres não apresentaram queda significativa. Este trabalho propõe discutir a violência de gênero a partir de uma perspectiva cultural (especialmente abordando a questão do machismo e do patriarcalismo sob o qual a sociedade brasileira enraizou-se desde a colônia), tendo em vista os altos índices de ações violentas contra as mulheres. A pesquisa aqui apresentada está dividida em dois momentos: discussão bibliográfica sobre a temática de violência de gênero e, em seguida, análise dos últimos dados sobre violência de gênero produzidos pelo IPEA, Balanço 2014 – Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), Instituto Patrícia Galvão e SUS.

Palavras-chave: Gênero. Violência. Patriarcalismo.

ABSTRACT

In the domestic sphere, gender violence rates are alarming and it is estimated that in Brazil, even after the institutionalization of the Bureau of Assistance to Women (1985) and Law 11.340/06 (Maria da Penha Law) in August 2006, cases of domestic violence especially against women showed no significant drop. This work aims to discuss gender violence from a cultural perspective (especially addressing the issue of machismo and patriarchy under which Brazilian society took root from colonial times), given the high rates of violent acts against women. The research presented here is divided into two stages: bibliographical discussion on the theme of gender violence and then analysis of the latest data on gender violence produced by IPEA, Balance 2014 - Dial 180 (Center for Assistance to Women), Institute Patrícia Galvão and SUS.

Key-words: Abstract. Article. Text

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre a violência de gênero, e em especial a violência contra a mulher ganharam repercussão a partir dos anos 1980, e passaram a constituir uma das áreas fundamentais para estudos feministas no Brasil. Estes estudos estão, também, atrelados ao processo de redemocratização brasileira e o movimento de mulheres, cujo principal objetivo era dar visibilidade às ações violentas sofridas por elas e discutir e propor intervenções sociais,



jurídicas e psicológicas. Em 1985, foi inaugurada a primeira delegacia em defesa da mulher, na cidade de São Paulo. Esta delegacia foi a primeira no Brasil e no mundo. Em 2006, a Lei Maria da Penha também se tornou uma das principais políticas públicas direcionada às mulheres vítimas de violência de gênero. (SANTOS; IZUMINO, 2005)

No espaço doméstico, os índices de violência de gênero são alarmantes e estima-se que no Brasil, mesmo após a institucionalização da Lei 11.340/06, em agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, os casos de violência doméstica praticada especialmente contra as mulheres não apresentaram queda significativa. E, além disso, a criação das Deam's (Delegacia de Atendimento às Mulheres), em 1985, também não significou diminuição nos casos de crimes (assassinatos, estupro, humilhações) relacionados às questões de gênero. Nos casos de violência no âmbito doméstico, o fato do homem sentir-se protetor ou proprietário da mulher, não é incomum a máxima que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” ainda fazer parte da atitude cotidiana. O resultado pode ser desde o silêncio até o homicídio.

Neste sentido, este trabalho propõe discutir a violência de gênero a partir de uma perspectiva cultural (especialmente abordando a questão do machismo e do patriarcalismo sob o qual a sociedade brasileira enraizou-se desde a colônia), tendo em vista os altos índices de ações violentas contra as mulheres, mesmo após a institucionalização da Lei Maria da Penha (2006) e a criação das DEAM's (1985). É importante destacar que, neste artigo, a ênfase em relação à violência de gênero será no que diz respeito, especificamente, àquelas cometidas contra mulheres, pois, ao falarmos de violência de gênero, esta apresenta uma diversificação maior desta modalidade de violência, ou seja, abrange vítimas variadas: homens, mulheres, crianças, etc.

A pesquisa aqui apresentada está dividida em dois momentos: discussão conceitual e bibliográfica sobre a temática de violência de gênero e cultura da violência e, em seguida, análise dos últimos dados sobre violência de gênero produzidos pelo IPEA, Balanço 2014 – Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher), Instituto Patrícia Galvão e SUS. Nesta segunda etapa do trabalho, pretende-se chamar a atenção para o fato de que, os números alarmantes em relação à violência de gênero, especialmente àquelas cometidas em relação às mulheres, encontram na cultura da violência, advinda do patriarcalismo e da dominação masculina, provavelmente o pior entrave para que determinadas iniciativas sociais e as políticas públicas destinadas à esta problemática encontre efetivamente resultados positivos.



1. “EM BRIGA DE MARIDO E MULHER, NINGUÉM METE A COLHER”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, CULTURA DA VIOLÊNCIA E PATRIARCALISMO

Ao longo do mês de novembro de 2015, os meios midiáticos ocuparam-se em chamar a atenção para a violência contra mulher. Entre muitas discussões, algumas inflamadas e outras mais intelectualizadas, uma questão se destacou: o fato de que uma parcela significativa de pessoas, independente de classe social, etnia, gênero, idade, ainda partem de do princípio de que “tem mulher que gosta mesmo é de apanhar”. Curiosamente, ao ministrar uma aula sobre sociedade e cultura, para uma turma de graduação em publicidade, discutimos a campanha em relação à violência contra a mulher nos veículos midiáticos. Novamente, algumas (poucas) falas caminharam para um discurso em que a “mulher aceita tudo isso, e ainda volta para o seu agressor” ou “tem mesmo mulheres que gostam de apanhar” ou “eu não me meto, porque tem mulher que gosta de ser maltratada”. Um número significativo de alunos se posicionaram contra estes discursos e apresentaram em suas colocações análises interessantes e críticas acerca desta temática. Obviamente, que o fato (a aula) narrado não traduz elementos empíricos para a construção de uma pesquisa acadêmica. Trago-os, apenas, para ilustrar e iniciar a discussão que proponho neste artigo.

Procurei, então, tentar compreender a origem da expressão “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”. Na condição de ditado popular, pressupõe-se que tal expressão está enraizada ou naturalizada na cultura brasileira, o que nos remete a pensar na própria construção conceitual do termo cultura. Cultura é o elemento que traduz o modo de vida, as normas e regras, a identidade de uma determinada sociedade. Neste sentido, o termo “evolução” não se adequa quando pensamos em “mudar a cultura” de uma sociedade ou um determinado grupo social. Tal constatação está em consonância com a perspectiva de Clifford Geertz sobre a dificuldade em elaborar o conceito de cultura, uma vez que cada sociedade apresenta questões de subjetividades que caracterizam sua interpretação cultural. Para Geertz (2008, p. 18),

A partir da daí, segue-se uma peculiaridade no caminho: como simples tema de fato empírico, nosso conhecimento da cultura... culturas... uma cultura... cresce aos arrancos. Em vez de seguir uma curva ascendente de achados cumulativos, a análise cultural separa-se numa sequência desconexa e, no entanto, coerente de incursões cada vez mais audaciosas. Os estudos



constroem-se sobre outros estudos, não no sentido de que retomam onde outros deixaram, mas no sentido de que, melhor informados e melhor conceitualizados, eles mergulham mais profundamente nas mesmas coisas. Cada análise cultural séria começa com um desvio inicial e termina onde consegue chegar antes de exaurir seu impulso intelectual.

Portanto, considero apropriado enfatizar que este artigo se alicerça na perspectiva cultural, cuja tentativa de compreensão da questão da violência contra a mulher na sociedade brasileira, tem uma parcela significativa de sua origem, manutenção e dificuldade em apresentar diminuição efetiva, tanto nas bases patriarcais como na violência simbólica praticada e perpetuada ao longo do processo de socialização. Teles (2002), ao reportar-se às discussões sobre violência de gênero, compreendida pelo movimento feminista (especialmente nos anos 1970), como violência contra mulher, afirma que:

O conceito de violência de gênero deve ser entendido como uma relação de poder de dominação do homem e da submissão da mulher. Ele demonstra que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre ambos os sexos e indica que a prática deste tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. (TELES, 2002, p. 18)

A socialização é o ato de passar os elementos culturais de uma sociedade de geração para geração e, embora possamos observar algumas mudanças ao longo do tempo, é justamente o fato de que valores, regras, normas, modo de vida e formas de interpretar o mundo, demoram muito mais para apresentarem alterações. Tal constatação pode revelar algumas pistas para compreendermos a origem e a permanência da violência de gênero, e, especificamente aquela praticada contra a mulher.

1.1. Sobre a violência de gênero e patriarcado

Conceituar gênero, não necessariamente diz respeito à desigualdade entre homens e mulheres. Em geral, o aspecto da hierarquia masculina em relação ao feminino tem raízes mais profundas, transmitidas culturalmente através do patriarcalismo. Neste artigo, as discussões sobre a categoria gênero e violência estão pautadas nos seguintes autores: Scott (1989), Saffioti (1987; 2001; 2004), Bourdieu (2003) e Chauí (1985), entre outros. Marilena Chauí, por



exemplo aborda a violência de gênero partindo da ideia de *dominação masculina*, cujo resultado seria a anulação da autonomia da mulher, na condição de *vítima* e *cumplíce* de tal dominação. Heleieth Saffioti, a partir de uma perspectiva marxista do patriarcado, afirmando que a violência contra a mulher está baseada no vínculo entre a dominação masculina e o sistema capitalista e racista. Para esta autora, a dominação masculina é resultante, também, da socialização machista, pois “dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Esta, educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este *destino* como natural” (SAFFIOTI, 1987, p. 50).

É importante destacar que a discussão conceitual sobre gênero é interdisciplinar e abrange pontos de vista diversificados. A partir da perspectiva histórica, Joan Scott (1989), perpassou por uma série de estudos acerca desta categoria, apontando as lacunas que cada uma, de certa forma, deixou de preencher. Scott (1989), chama a atenção para a dificuldade das historiadoras feministas em conceituar gênero, a começar pela utilização do termo que foi lido como sinônimo de “mulheres”.

Os (as) historiadores(as) feministas utilizaram toda uma série de abordagens nas análises do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (Scott, 1989, p. 8-9)

Das três posições apresentadas por Scott (1989), neste artigo chamou-se a atenção para aquela em relação ao patriarcalismo. Para a autora o principal problema nesta proposição está no fato de que as historiadoras que aderiram às teorias do patriarcalismo enfatizaram a “subordinação” feminina a partir da “necessidade do macho dominar as mulheres”. Além disso, as historiadoras que seguem esta linha de investigação, mesmo ao apresentar as diversas formas de desigualdade entre homens e mulheres, entretanto, a lacuna não preenchida diz respeito à ausência de explicação de outras formas de desigualdades. A questão da diferença física entre homens e mulheres (universal e imutável) também é problemática, pois ignora fatores socioculturais.



Por outro lado, Heleieth Saffioti (2001) ao apresentar suas “contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”, do ponto de vista marxista, atribuiu ao sistema patriarcal o cerne não somente da violência de gênero, mas também a especificidade desta modalidade de violência direcionado às mulheres.¹ Para Saffioti (2001, p. 115),

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência.

É fato que a violência de gênero, tanto homens como mulheres podem praticá-la. As mulheres podem cometer atos violentos contra seus companheiros e, recorrentemente são responsáveis, também, por exercem uma relação patriarcal com crianças e adolescentes, como afirma Saffioti. A diferença está na constatação de que “as mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens” (Saffioti, 2001, p. 116).

Além da discussão em torno da prática da violência, a violência simbólica, cuja raiz está no poder simbólico, também é um ponto interessante que nos permite interpretar não somente a violência física praticada contra mulheres, mas também, àquelas exercidas no âmbito de gestos e palavras. Neste ponto, a chamada violência simbólica é definida por Bourdieu (2001), como a modalidade de violência que é, por vezes, imperceptível por quem a comete e, também, pelos que são direta ou indiretamente afetados por ela. Isto ocorre porque tal relação faz parte de um jogo de poder, em geral naturalizado pelas partes envolvidas. Portanto, seria no poder simbólico que a violência simbólica se afirma. De acordo com Bourdieu (2004),

O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, desse modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo, poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica) graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos «sistemas simbólicos» em forma de uma «illocutionary force» mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer

¹ Para Saffioti (2001, 116), “violência de gênero é um conceito mais amplo, abrangendo vítimas como mulheres, crianças, e adolescentes de ambos os sexos”.



dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras (BOURDIEU, 2004, pp. 14-15).

Assim, o poder simbólico, inscrito na produção das palavras, diz respeito àquele enunciado por um sujeito, uma determinada situação cujos indivíduos envolvidos retroalimentam e acreditam no que está sendo proferido. E, ainda, na afirmação de que no espaço da dominação aquele que possui poder institucionalizado pode e deve exercer poder sobre os demais. Assim, a violência simbólica, imperceptível entre os que estão envolvidos, naturaliza-se. Talvez, nesta abordagem esteja uma pista importante para compreendermos modalidades de violência cometida contra mulheres, que extrapolam a violência física.

Na ordem psicológica, por exemplo, as inúmeras formas verbais de depreciação feminina, proferida no âmbito doméstico, se tornaram alvo de discussão e possibilitou observar traços das relações interpessoais como “relações abusivas”². Em geral, neste tipo de relacionamento, as palavras direcionadas às mulheres (de forma violenta ou camuflada em ações que parecem querer protegê-las), constituem o que alguns autores denominam como “abuso emocional”. Straus (1979, p. 77), define o abuso emocional como “o uso de atos verbais e não-verbais que ferem simbolicamente outra pessoa, ou o uso de ameaças para ferir outra pessoa”. Campbell (1992, p. 291), argumenta que o abuso emocional ocorre através de “comportamentos que podem ser usados para aterrorizar a vítima... que não envolvam o uso de força física”. Loring (1994, p. 1), afirma que esta modalidade de abuso é “um processo contínuo no qual um indivíduo deprecia sistematicamente e destrói o círculo de outra pessoa. As ideias essenciais, sentimentos, percepções e características da personalidade da vítima são constantemente depreciados”. Especificamente em se tratando da violência contra a mulher no âmbito familiar, as constantes palavras e ações depreciativas destinadas a elas, podem, por vezes, impedir algum tipo de reação por parte destas mulheres, seja no sentido de afastar-se do “companheiro” ou, em casos da violência emocional, seguida de violência física, a mulher denunciar aos órgãos competentes.

² É importante esclarecer que relações abusivas podem se dar de diversas formas: entre amigos, conjugues, familiares. Neste artigo, a referência está na relação abusiva em relação àquela praticada pelos companheiros em relação às “suas” mulheres.



Dessa forma, a retomada da discussão sobre o patriarcado é interessante para compreendermos a questão da dominação masculina. E, novamente, Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina*, apresenta uma definição interessante:

A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação: a visão androcêntrica se impõe como neutra e não tem necessidade de se enunciar, visando sua legitimação. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica, tendendo a ratificar a dominação masculina na qual se funda: é a divisão social do trabalho, distribuição muito restrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu lugar, seu momento, seus instrumentos.. (BOURDIEU, 1999, p. 15)

No caso da sociedade brasileira, a marca inexorável da figura masculina advinda do patriarcalismo (dominador, provedor, por vezes violento, cuidador e detentor de força física e política), pode ser observado desde a literatura, na figura dos donos de engenho ou coronéis retratados, também, em novelas, séries e filmes. Além disso, a chamada cultura da violência é outra questão fundamental nesta análise.

1.2. Cultura da violência e violência contra a mulher

A violência não é apenas um ato destrutivo praticado entre os sujeitos, na forma de agressões, sejam físicas ou verbais. No caso da cultura da violência, diz respeito à violência promovida e perpetuada, ao longo do tempo e, por este motivo, nem sempre é fácil de observada ou modificada. Está inscrita nos ditados populares, nas “piadas” preconceituosas, mas que insistem em arrancar sorrisos de quem as proferem e de quem concorda com tais discursos, nos olhares, nos gestos, etc. Especificamente em se tratando da violência contra as mulheres no Brasil, o tratamento e estratégias de subalternização do feminino inscreve-se desde o período colonial. Não é intenção, neste breve artigo, discorrer sobre a colônia e o império brasileiro, mas sim chamar a atenção para o fato de que o fundamento de uma cultura de dominação do masculino em relação à mulher, no Brasil, tem raízes profundas no patriarcalismo fundado e levado adiante a partir do processo de colonização. De acordo com Tavola (1993, p. 7),

Em todas as classes sociais e não apenas nas mais pobres e também em família de todas as raças [...] no Brasil colônia, a mulher branca (e em geral rica) era mantida dentro de casa e lhe cabia, apenas procriar, quanto a mulher negra,



como escrava, tornava-se objeto sexual dos antigos “senhores”. A diferença é que as mulheres de nível econômico e social privilegiado, em geral, são mais bem informadas e conscientes de seus direitos do que as pobres – entre as miseráveis, então nem existe noções de violência.

As diversas formas de violência compõem a trama social há tempos imemoráveis e, embora justamente por sua longevidade apresente modificações em suas manifestações, está presente em todas as sociedades. Nas palavras de Ianni (2002, p. 8)

Não se trata de simplificar a problemática da violência, como se ela coubesse no conceito, ideia ou interpretação. Vista em toda a sua complexidade, em suas múltiplas manifestações coletivas e individuais, históricas e psicológicas, objetivas e subjetivas, é evidente que a violência é um acontecimento excepcional que transborda das várias ciências sociais; revela dimensões insuspeitadas da realidade social, ou da história, em suas implicações político-econômicas, socioculturais, objetivas e subjetivas. A fúria do tirano, o terrorismo de Estado, a guerra, o massacre, o escravismo, o racismo, o fundamentalismo, o tribalismo, o nazismo, sempre envolvem alegações racionais, humanitárias, ideais, ao mesmo tempo que se exercem em formas e técnicas brutais, irracionais, enlouquecidas. Em geral, a fúria da violência tem algo a ver com a destruição do "outro", "diferente", "estranho", com o que busca a purificação da sociedade, o exorcismo de dilemas difíceis, a sublimação do absurdo embutido nas formas da sociabilidade e nos jogos das forças sociais.

Entretanto, a violência contra mulher durante um longo tempo esteve atrelada à vida privada, ou seja, traduzia-se como um dos “acontecimentos” típicos da vida conjugal. Neste espaço (privado) os demais membros da sociedade e o Estado aparentemente não destinavam grandes preocupações. Até meados do século XX, apesar de uma gama interessante de estudos apontarem o protagonismo feminino, no bojo das relações socioculturais, era comum o papel da mulher atrelar-se ao lar, cuidado com os filhos e demais atividades “pouco significativas”. Obviamente, esta realidade modificou-se especialmente a partir do pós-segunda guerra mundial, cujo resultado foi a inserção significativa da mulher no mercado de trabalho, e, por conseguinte, a necessidade de especialização do ponto de vista educacional. Em seguida, a pílula anticoncepcional e a questão da liberdade sexual, entre outros acontecimentos, também contribuíram para uma mudança cultural lenta, mas significativa do papel das mulheres na sociedade. No entanto, tais transformações não parecem suficientes para que a diminuição da violência praticada contra as mulheres apresente resultados significativos, conforme demonstrado na segunda parte deste artigo.



No Brasil, as bases para definir o que é violência contra mulher foram estabelecidas em 1994, com a assinatura do documento da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará). Neste documento estão impressos, além da definição do que é violência contra a mulher, também apresenta as formas que tal violência pode assumir e como se manifestam. Esta convenção foi a base da elaboração da Lei 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

2. DA CRIAÇÃO DAS DEAM'S À LEI MARIA DA PENHA: DISCUSSÃO SOBRE OS DADOS DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO BRASIL

As discussões em torno dos dados estatísticos sobre violência contra mulher, em geral, aparecem de forma diversificada. Por um lado, argumenta-se que os dados “parecem” alarmantes e crescentes justamente porque, “agora”, as mulheres têm a seu dispor órgãos competentes para denunciar casos de violência. Por outro lado, é importante observar que, no Brasil, a criação da Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) foi criada há três décadas e a Lei Maria da Penha³ há uma década, além de outras iniciativas por parte da sociedade civil (ONGs e demais movimentos sociais), e apesar de tais iniciativas, os números continuam

³ LEI No. 11.340/2006 - CAPÍTULO II - DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR - CONTRA A MULHER

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

(Fonte: Presidência da República - disponível

em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)



alarmantes. É com base nesta constatação que afirmamos a hipótese que norteia este artigo, ou seja, de que a dificuldade em relação à diminuição dos dados acerca da violência contra as mulheres está atrelada a questão cultural e, por conseguinte, na visão e nas práticas machistas e de dominação do masculino sobre o feminino advinda e naturalizada a partir do patriarcalismo típico da sociedade brasileira. Desnaturalizar esta visão e práticas parece o maior desafio.⁴

De acordo com o Dossiê Mulher 2015, documento elaborado pelo Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, os dados em relação ao Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, ao longo de dez anos não apresentaram modificações significativas,

Em linhas gerais, os padrões de vitimização dos títulos analisados nesta edição pouco diferem dos apresentados em análises anteriores. Assim, fica mais uma vez consignada a dimensão do desafio de formular, implementar e avaliar políticas públicas eficientes para essa parcela significativa da população fluminense. As mulheres predominam como vítimas de delitos como estupro, ameaça e lesão corporal, tendo como prováveis agressores seus companheiros ou pessoas do seu convívio familiar. (ISP, 2015, p. 7)

Outro estudo interessante, de caráter nacional, foi elaborado pelo IPEA, que avaliou o impacto da Lei Maria da Penha em relação a mortalidade de mulheres por agressões. Os dados foram obtidos a partir do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), no período de 2009 a 2001. Neste estudo, de acordo com as pesquisadoras Garcia LP, Freitas LRS, Silva GDM, Höfelmann DA (2015, 251-252)

Os parceiros íntimos são os principais assassinos de mulheres. Aproximadamente 40% de todos os homicídios de mulheres no mundo são cometidos por um parceiro íntimo (4). No Brasil, foram contabilizados 19 459 feminicídios no período de 2003 a 2007. De 2007 a 2011, a taxa anual de mortalidade de mulheres por agressões foi estimada em 5,22 óbitos por 100000 mulheres, o que representa aproximadamente 5 000 mortes por ano.

De acordo com os dados do IPEA, embora a Lei Maria da Penha tenha uma década, os índices de violência contra a mulher não sofreram grandes alterações: 2001 a 2006 – taxa de mortalidade por 100 mil mulheres – 5,28; 2007 a 2011 – taxa de mortalidade por 100 mil mulheres – 5,22. Em relação à faixa etária das vítimas, são mulheres jovens (20 a 39 anos de

⁴ Não se descarta, neste trabalho, as demais questões que permeiam tais discussões, como: raça, etnia, classe



idade), que somam 54%. Cerca de 61% dos óbitos foram de mulheres negras (especialmente em regiões do nordeste [87%]; norte [83%]; centro-oeste [68%]). A maior parte das vítimas tinham baixa escolaridade, 48% daquelas com 15 anos ou mais tinham até 8 anos de estudo.

Para as autoras, embora o estudo realizado apresente limitações, uma vez que alguns dados não são exigidos pela SIM (como que tipo de relação existia entre o agressor e a vítima), a intenção foi discutir o feminicídio de forma mais ampla.

A impossibilidade da identificação da relação entre vítima e agressor também poderia ser considerada uma limitação. Todavia, há que se destacar que este não foi um objetivo do estudo e que a definição de feminicídio adotada foi a mais ampla. A obtenção de informações acuradas sobre feminicídios e sua relação com a violência de gênero é um desafio, pois, na maioria dos países, assim como no Brasil, os sistemas de informação sobre mortalidade não documentam a relação entre vítima e perpetrador, nem os motivos da morte por agressão. Conhecer essa realidade é importante para subsidiar e avaliar políticas públicas, não havendo dúvidas de que informações mais detalhadas são necessárias. (Garcia LP, Freitas LRS, Silva GDM, Höfelmann DA, 2015, 255)

A pesquisa realizada por Julio Jacobo Waiselfisz, intitulada *Mapa da Violência 2012 – Atualização: homicídio de mulheres no Brasil*, promovida pela FLACSO Brasil, discute dados de homicídios e demais modalidades de violência contra as mulheres, e novamente, constata-se que apesar das políticas públicas existentes até o momento, as taxas de feminicídio, agressões variadas cometidas contra mulheres no Brasil, continuam crescentes. Os dados foram obtidos a partir dos números apresentados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para Waiselfisz (2012), “68% dos atendimentos a mulheres vítimas de violência, a agressão aconteceu na residência da vítima”, 42% do número total de agressões foi promovida por parceiros ou ex-parceiro das vítimas, especialmente entre as mulheres na faixa etária entre 20 e 49 anos (neste caso, somam 65% das agressões).

Os mecanismos pela qual essa tolerância atua em nosso meio podem ser variados, mas um prepondera: culpabilização da vítima como justificativa dessa forma de violência, foi a estuprada quem provocou o incidente, ou ela vestia como “vadia”. Nesse processo, o adolescente vira marginal, delinquente, drogado, traficante. A própria existência de leis ou mecanismos específicos de proteção: estatutos da criança, adolescente, idoso; Lei Maria da Penha, ações afirmativas, etc. indicam claramente a desigualdade e vulnerabilidade real desses setores; se no ano seguinte à promulgação da Lei Maria da Penha, em setembro de 2006, tanto o número quanto as taxas de homicídio de mulheres apresentou uma visível queda, já a partir de 2008 a

social, sexualidade, entre outros. Tais dimensões serão devidamente abordadas em outras etapas da pesquisa.



espiral de violência retoma os patamares anteriores, indicando claramente que nossas políticas ainda são insuficientes para reverter a situação. (WEISELFISZ, 2012)

Esta constatação, assinalada por Weiselfisz (2012), remete-nos a pensar não somente em relação à necessidade de políticas públicas mais eficazes, mas também no fato de que a violência contra mulher, perpetuada culturalmente na sociedade brasileira, é um dos entraves para a reversão dos dados estatísticos. Apesar, por exemplo, do uso de tecnologias de vigilância tanto no ambiente doméstico como em espaços públicos, com o intuito de coibir atos violentos diversos, muitas agressões, seguido de assassinato são cometidos por parceiros ou ex-parceiros. Parece, entretanto, que o medo da punição não exerce eficácia. Nestes casos, pode-se argumentar que o poder exercido pelo masculino (a dominação masculina) naturalizado do ponto de vista cultural, prevalece e inibe a ação eficaz das esferas políticas e jurídicas.

Sobre a violência doméstica, ou seja, aquela que acontece dentro do espaço familiar, é a que mais atinge as mulheres. Segundo Almeida (2003, p. 27),

A vítima de violência doméstica, geralmente tem pouca auto-estima e se encontra atada na relação com quem a agride, seja por dependência emocional ou material. O agressor geralmente acusa a vítima de ser responsável pela sua agressão a qual acaba sofrendo uma grande culpa ou vergonha. A vítima também se sente violada e traída, já que o agressor promete que depois do ato, nunca mais vai repetir este tipo de comportamento, para depois repeti-lo. (ALMEIDA, 2003, p. 27)

Em agosto de 2014, o jornal O Globo publicou uma matéria apontando os dados do disque 180, telefone de denúncias da Secretaria Nacional de Política para Mulheres (SPM), destacando a agressão física como a principal forma de violência contra mulher. De acordo com a reportagem:

Os relatos feitos ao Disque 180, telefone de denúncias da Secretaria Nacional de Política para Mulheres (SPM), mostram que 25% das vítimas sofrem violência desde o início da relação. O período em que ficam expostas é longo: em 38% dos casos, o tempo de relacionamento chega a dez anos. Mesmo depois da Lei Maria da Penha, as mulheres demoram a denunciar por medo de serem mortas ou por vergonha.

— O fim do relacionamento é um momento de risco para a mulher. Muitos assassinatos ocorrem com o rompimento — diz Aline Yamamoto, coordenadora de Acesso à Justiça e Combate à Violência da SPM.

Ainda hoje os tribunais abrandam a pena aplicada aos autores desse tipo de crime, sob argumento de que foi cometido sob “forte emoção”.



— Não são crimes passionais. São crimes de ódio cometidos com requintes de crueldade, com mutilações do corpo feminino — ressalta Aline.⁵

O Balanço 2014 – ligue 180, apresentou os seguintes dados: Em 2014, do total de 52.957 relatos de violência contra a mulher, 27.369 corresponderam a relatos de violência física (51,68%), 16.846 de violência psicológica (31,81%), 5.126 de violência moral (9,68%), 1.028 de violência patrimonial (1,94%), 1.517 de violência sexual (2,86%), 931 de cárcere privado (1,76%) e 140 de tráfico de pessoas (0,26%). Em comparação com 2013, a Central de Atendimento à Mulher constatou que, no tocante aos relatos de violência, em 2014 houve aumento de 50% nos registros de cárcere privado, numa média de 2,5 registros/dia, e de 18% nos casos de estupro, numa média de três denúncias/dia. O relato de violência sexual contra mulheres - estupros, assédios e exploração sexual - cresceu 20% em 2014, numa média de quatro registros/dia.

No âmbito das políticas públicas, especialmente a atuação das DEAM's e a Lei Maria da Penha, é fato que tais propostas são fundamentais. Entretanto, neste trabalho, enfatiza-se que por ser um elemento construído (também) culturalmente e naturalizado na sociedade brasileira, a violência contra mulher, assim como outros temas chamados “transversais” já participantes dos currículos escolares, pode ser incorporada nas discussões nos espaços educacionais, em todos os níveis, bem como outros lugares de sociabilidade (institucionalizados ou não). A problematização constante desta temática pode gerar na sociedade elementos que se configurem mudança social e, portanto, ajudar na eficácia das iniciativas, tanto no processo de elaboração de políticas públicas por parte do Estado, como nas mobilizações no âmbito da sociedade civil (ONGs e demais movimentos sociais).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Este trabalho é resultado preliminar das primeiras discussões do projeto de pesquisa intitulado *Violência de Gênero, periferia e feminicídio na Baixada Fluminense*, a ser apresentado a Pró-Reitoria de Extensão e Pesquisa (PROPEP), da Universidade do Grande Rio. A pesquisa está dividida em três momentos: o primeiro baseado em leituras sobre o conceito violência de gênero e feminismo, e, também, a questão urbana e as discussões sobre violência e periferia, contextualização e como essa literatura chega ao Brasil e seus desdobramentos. O

⁵ Reportagem na íntegra disponível em:



segundo, focalizando os dados sobre violência de gênero no Brasil especialmente a partir das duas últimas décadas do século XX, com o intuito de chamar a atenção para os dados no Estado do Rio de Janeiro. O terceiro passo é observar, a partir dos resultados que os dados apresentam, analisar os que dizem respeito à Baixada Fluminense, uma vez que, de acordo com os últimos dados sobre violência contra a mulher por região, esta apresentou os índices mais elevados de inquéritos de violência contra a mulher em relação às demais regiões do Estado.

Neste artigo, estão impressos os primeiros resultados das leituras teóricas e conceituais e o debate em torno dos índices de violência contra a mulher (IPEA, Disque 180, Instituto Patrícia Galvão, SUS, entre outros), especialmente após a criação das DEAM's, em 1985, e da Lei Maria da Penha, em 2006.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, a discussão baseou-se em dois momentos: o primeiro discutindo conceitualmente violência de gênero e cultura violência, com o intuito de tentar compreender a especificidade da violência contra a mulher (na condição de uma das modalidades de violência de gênero). Nesta etapa, as discussões sobre patriarcalismo levantadas por Heleieth Saffioti e Joan Scott, entre outros, foram fundamentais. Já nas questões que envolvem as formas de violência praticada contra as mulheres, a leitura de Pierre Bourdieu sobre violência e poder simbólico e a dominação masculina, foram elucidativas para chamar a atenção em relação aos casos dos chamados “relacionamentos abusivos” praticados, especialmente, no âmbito doméstico pelos parceiros das vítimas. Fato este comprovado nos dados das pesquisas comentados na segunda parte deste artigo.

A principal constatação do estudo apresentado está na afirmação de que os índices de violência de gênero, em especial àqueles praticados contra a mulher não obtiveram regressão efetiva, se observarmos os dados (IPEA, Disque 180, Instituto Patrícia Galvão, SUS, entre outros) a partir de meados dos anos 1980. Ainda que o Estado tenha promovido algumas políticas públicas importantes para as mulheres, como a criação das DEAM's, em 1985 e a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, as práticas de violência contra a mulher enraizadas no machismo e no patriarcalismo, culturalmente assimilados no Brasil, impedem as mudanças de mentalidades em relação a esta modalidade de violência.

<http://oglobo.globo.com/brasil/agressao-fisica-encabeca-violencia-contramulher-12866926>



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. de. Consequências do abuso sexual intrafamiliar. 2003. 106 f. Monografia (Graduação) - Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CAMPBELL, Joseph. O Herói de Mil Faces. São Paulo: Cultrix, 1992.
- CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia; SOS-MULHER (Orgs.). Perspectivas Antropológicas da Mulher, vol. 4. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.
- CHAUÍ, Marilena. “Participando do debate sobre mulher e violência”. In: CHAUÍ, Marilena; Garcia LP, Freitas LRS, Silva GDM, Höfelmann DA. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. Rev Panam Salud Publica. 2015;37(4/5):251–7. (Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rpsp/v37n4-5/v37n4-5a10.pdf>)
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- IANNI, Octávio. Violence in contemporary society. Estudos de Sociologia, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002. (versão em português disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/viewFile/644/647>)
- Instituto de Segurança Pública (RJ). Dossiê mulher 2015 / organização: Andréia Soares Pinto, Orlinda Cláudia R. de Moraes, Joana Monteiro. – Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015.
- LORING, M. T. Emotional abuse. New York: Lexington Books, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth. O poder do macho. São Paulo: Moderna. 1987. Coleção Polêmica.
- _____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu (16) 2001. P. 115-136.
- _____. Gênero, Patriarcado, Violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, Cecília MacDowell; e IZUMINO, Wânia. “Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil”. In *E.I.A.L. Estudos Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, vol. 16, nº 1, 2005: 147-164.
- SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989.
- STRAUS, M. A. Measuring intrafamily conflict and violence: the conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*. V. 41. Menasha, 1979, p. 75-88.
- TÁVOLA, A. A violência contra a mulher. Centro de documentação e informação: Brasília, 1993.
- TELLES, Inocêncio Galvão. Manual dos contratos em geral. 4. ed., atual. Coimbra: Coimbra Ed., 2002.



OS FAXINAIS DO PARANÁ: UMA REVISÃO TEÓRICA E UM ESTUDO SOBRE SUA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

SOLIS CAMPOS, Roger Alexis

Mestrando do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR. Programa de Alianças para a Educação e a Capacitação da OEA e o Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras. Bolsista CAPES/Demanda Social.
rasc_02@hotmail.com

GONZAGA, Carlos Alberto Marçal

Professor do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC) - Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO-PR.
gonzaga@unicentro.br

141

RESUMO

O presente artigo apresenta uma reflexão sobre um dos tipos de comunidade de cultura tradicional existentes no Brasil, que são chamadas como Faxinal; Estas comunidades são sistemas agropastoris que tem como característica principal o uso da terra e a criação dos animais de forma coletiva. O Sistema Faxinal é um elemento importante dentro da diversidade cultural do Brasil e neste estudo centraremos especificamente sobre os faxinalenses, é dizer em seu ator social, os residentes nos faxinais da Região Centro-Sul do Paraná. Através do aprofundamento destes temas se quer analisar como se dá a mobilização social dos faxinalenses, que buscam incessantemente fazer respeitar suas tradições, seus costumes e sua inserção na modernidade, que são elementos de sua identidade. Além disso, se faz uma revisão bibliográfica sobre a territorialidade e os conflitos socioambientais existentes.

Esta pesquisa teve apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNICENTRO.

Palavras Chaves: Sistema Faxinal, faxinalense, movimento social.

ABSTRACT

This article attempts to reflect on one type of the existing communities of traditional culture in Brazil, which are called “Faxinais”. This communities are agro forestry systems whose main characteristic is the collectively use of land and animal husbandry. The faxinal system is an important element in the cultural diversity of Brazil; and in this study we will focus specifically the inhabitants of the “faxinais” and their social life in the central south of Paraná. Throughout this study were analyzed some theories that cover the themes of “faxinal”, social movements and social change. By deepen on these themes is possiblepossible to analyze the social mobilization of “faxinais” inhabitants, which are constantly seeking to enforce the respect for their traditions, customs and insertion in modernity, that are elements of their identity. In addition to this, is presented a bibliographical review on territoriality and existing environmental conflicts.

This research was supported by Development Coordination of Graduated Personnel (CAPES) and the UNICENTRO’s Research Office.

Key-words: Faxinal System, Faxinalense, social movement.



INTRODUÇÃO

Nos últimos tempos, uns dos tipos mais característicos de comunidades de cultura tradicional no Brasil são denominados como Faxinais. Tais comunidades tem sido motivo de muitos estudos. Esses grupos humanos vêm desenvolvendo-se no sul do Brasil, especificamente no estado do Paraná, criando uma cultura própria cheia de tradições e símbolos.

Muitas das pesquisas têm tentado explicar o funcionamento desse sistema e como ainda é mantido na atualidade, com suas tradições e uma cultura própria, que gera uma identidade que unem seus membros ao longo dos anos, em um mundo cada vez mais capitalista e globalizado.

Nesta linha, segundo Föetsch e Rhinow (2010), existem várias pesquisas, acadêmicas e institucionais que associam os faxinais unicamente a um modo de produção e não se têm centrado em entender ao povo faxinalense como uma expressão cultural distinta, com diversas realidades e tradições próprias presentes em cada faxinal e que buscam ser reconhecidos como comunidades tradicionais com a finalidade de ser legitimados por o Estado.

No entanto, consideramos que seja importante abordar o tema sobre Faxinais a partir de um enfoque centrado no ator social que, segundo Föetsch e Rhinow, é “[...] responsável pela criação, desenvolvimento e continuidade do mesmo e nem sempre é considerado como elemento determinante na estrutura” (Föetsch e Rhinow, 2010, pag. 76).

Os Faxinais, desde a década de 1980, vêm sendo estudados por diversos pesquisadores interessados em sua forma especial de organização. Estes estudos, em geral, descrevem o Sistema Faxinal como comunidades tradicionais cuja característica principal é o uso coletivo dos recursos florestais e animais presentes em suas terras. No entanto, pouco se escreve sobre o faxinalense como ator social, que é o principal criador e difusor desta cultura, que luta para que a comunidade seja compreendida e respeitada.

Nesta luta pela manutenção e reconhecimento, eles criaram um movimento social chamado Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, com o objetivo de criar políticas estatais que os represente e proteja do mundo cada vez mais globalizado e de algumas políticas do passado, que têm gerado mudanças e ameaça de extinção do sistema.



O Faxinal é mais que um sistema de produção ou sistema de economia familiar e, defini-lo assim, é menosprezar a real importância de seu valor histórico e cultural. É uma comunidade onde o tradicional e o moderno estão presentes permitindo a reestruturação da comunidade, como aponta Hauresko que

[...] toda e qualquer comunidade tradicional transita entre a tradição e a modernidade. As comunidades alteram suas tradições e as modificam, na tentativa de se manterem ou sobreviverem no tempo presente, sem perderem a sua essência. Talvez pudéssemos dizer que não há, a rigor, modernidade que não seja alimentada e oxigenada pela tradição, Muito do que é <velho> subsiste no <novo> (Hauresko, 2012, pag. 57).

E é por esta razão que as pessoas cumprem um rol importante e ativo para a manutenção do sistema assim como para lutar pela terra que é um elemento importante para a subsistência do sistema.

ENTENDENDO OS FAXINAIS: DEFINIÇÕES FUNDAMENTAIS

Na década de 1980 se realizaram diversos estudos sobre os Faxinais, com o objetivo de analisá-los sob os aspectos culturais, históricos e sociais, tomando por base o uso coletivo da terra, da floresta e dos animais, o que subsidiou seu enquadramento na categoria de comunidades tradicionais. As primeiras pesquisas, dos anos 80, estiveram ligadas à economia e nas análises afluíram visões fatalistas sobre o futuro do Sistema. No entanto, aqueles primeiros estudos também mostraram a falta de políticas públicas em favor dos Faxinais.

Os dois pesquisadores pioneiros mais importantes no estudo dos Faxinais são Carvalho e Chang, cuja abordagem consistia em seguir o ciclo de vida das comunidades, desde a criação e consolidação, até a desagregação, com foco nas variáveis econômicas. Tais autores tornaram-se referências fundamentais para os pesquisadores posteriormente.

Uma abordagem diferenciada sobre os Faxinais foi feita por Carvalho (1984), ao diferenciar o criadouro comunitário do faxinal. Segundo ele, o criador comunitário é uma forma de organização entre proprietários da terra para o seu uso comum na criação de animais, enquanto que o termo faxinal faria referência ao bosque denso em que qualquer membro da comunidade pudesse extrair espécies florestais úteis, como araucária, erva mate etc.



Para Chang (1985), o Sistema Faxinal consiste num tipo

de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. Sua formação está associada a um quadro de condicionantes físico-naturais da região e a um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais que remontam de forma indireta aos tempos das atividades pecuárias dos Campos Gerais no século XVIII, e mais diretamente às atividades ervateiras na região das matas mistas no século XIX. (Chang, 1985, p. 13)

Assim mesmo, Chang (1985) aponta como estão compostos os faxinais.

o sistema faxinal apresenta também os seguintes componentes: **produção animal** – criação de animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies equina, suína, caprina, bovina e aves; **produção agrícola** – policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização de parcela excedente destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; **coleta erva mate** – ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas, desempenhando papel de renda complementar.”

(Chang, 1985, p. 13)

Estes dois autores em suas investigações, desde um ponto de vista do econômico, prognosticam fatalmente o fim do sistema faxinal num futuro em vista ao contexto daquela época (últimos anos de ditadura militar e de graves problemas sociais); não entanto, com seus trabalhos deram início à formulação de soluções através do debate intelectual sobre a questão agrária que pressionaram ao Estado na elaboração de políticas públicas em favor do pequeno agricultor.

Uns dos problemas que tinham e tem os Faxinais é sobre o direito à territorialidade. Este é um grande problema que enfrentam os faxinais porque há muitos anos que as empresas do agronegócio vêm avançando sobre seus territórios, tendo como consequências a aparição de conflitos sociais e a diminuição da área onde se desenvolve o Sistema Faxinal.

Sobre os conflitos pela territorialidade que estão presente nas reivindicações dos Faxinais, Barbanti (2002) diz que estes estão entre os mais antigos e fazem parte da história da humanidade. Segundo ele boa parte do debate teórico ficou, até recentemente, reduzido a dois conjuntos de contribuições oriundas, majoritariamente, dos campos da Sociologia e da Economia Política. Talvez seja esta a razão pela qual os primeiros pesquisadores sobre faxinais tenham orientado seus trabalhos desde uma perspectiva econômica.



Barbanti (2002) aponta que o estudo dos conflitos pode ser visto desde a visão marxista que acredita que a fonte dos conflitos se encontra nas relações socioeconômicas, que necessariamente colidem entre si e com isso provocam a mudança do sistema capitalista. A visão funcionalista que acredita a existência dos conflitos à natureza humana, e sustenta que é possível “resolver” conflitos por meio da mudança nessas relações. No Brasil, o autor observa que ao se deixar de lado à influência da análise marxista nas ciências Humanas e Sociais sobre conflitos sociais, várias iniciativas foram marcadas na idéia de promover o desenvolvimento sustentável, pois o atendimento às necessidades das futuras gerações depende de que hoje se faça uso racional dos recursos naturais existentes.

E a terra é um bom apreciado recurso comum finito, o que agrava mais o problema. Neste contexto lembramos a teoria fatalista de Hardin. Segundo Hardin (1968) em seu artigo titulado “A tragédia dos Comuns” onde trata de alertar sobre o destino trágico dos recursos comuns nas mãos da humanidade e como ele mesmo aponta é um problema sem solução técnica. Se bem o autor fala de uma necessidade de políticas sobre a gestão de recursos; estas, no caso dos Faxinais, não serviram pouco já que as mesmas estavam orientadas a proteger aos grandes agricultores e desfavoreciam ao pequeno agricultor.

Suga (2013) publicou o artigo “A tragédia da ampliação conceitual dos comuns” onde faz uma interessante contribuição ao debate através de sua análise sobre os bens comuns. Para a autora os bens comuns são aos recursos utilizados por várias pessoas em uma base do grupo; ademais para ela Hardin fez má interpretação já que na realidade assim como houve períodos de colapso em outros eram sustentáveis.

Para Suga (2013), Hardin cometeu o erro de levar o conceito do bem comum desde as localidades ou comunidades até a escala global. Ao final da década de 1970 os estudiosos perceberam que as características do bem comum foram sacrificadas. Esses pesquisadores encontraram numerosos exemplos de bens comuns locais que contradiziam a Hardin. Além disso, eles encontraram que os bens comuns trouxeram melhorias ao bem-estar humano como a segurança, por exemplo. Então é aceitável que as pesquisas já sejam sobre comuns locais e de bens comuns globais; eles podem ser moldados por diferentes objetivos ou orientações.

Uns desses pesquisadores contrários a Hardin foi Ostrom que em 1999 através de seu artigo "Revisitando os Comuns: Lições locais, desafios Globais", da uma esperança ao



concluir que existem condições que favorecem o uso sustentável dos recursos comuns. Segundo a autora, Hardin com a publicação da "Tragédia dos Comuns", ele afirma que os usuários de um bem comum entram em um processo de destruição dos recursos do qual o grupo dependem, isto é considerado por ele como inevitável, derivando na tragédia. Ostrom neste sentido discorda com Hardin de suas afirmações pessimistas; ela apoia sua postura a partir dos estudos empíricos realizados sobre a sustentabilidade dos recursos, os quais deram como resultados que existem mais soluções das que Hardin tinha proposto ("propriedade do governo" ou "privatização").

Para Ostrom (1999) as alternativas apontam à estimulação dos processos de auto-organização. Para ela é necessário que os usuários tenham autonomia para poder fazer e aplicar suas próprias regras com a finalidade de que eles devem valorizar a sustentabilidade futura do recurso. A autora espera que os usuários criem suas próprias regras e tenham sustentado os recursos ao longo de grandes períodos de tempo, permitindo regimes de auto-organização em paralelo ao governo. A ação do governo, para a autora, tem que estar orientada a monitorar ou auxiliar na organização de uma comunidade. No caso dos Faxinais o Estado pode ajudar ou prejudicar sua auto organização local, já que ele tem o controle final sobre os recursos. Por esta razão, o Estado tem que elaborar políticas públicas que contribuam à organização interna dos faxinais e também regulamentar como será o uso dos recursos tanto de terras como florestais por parte dos faxinais e das empresas que convivem perto de eles.

Mas no ano 2011 Fennell faz um análise do trabalho de Ostrom que resulta muito interessante para tratar o tema dos recursos comuns e as comunidades tradicionais. Fennell (2011) em seu artigo "A lei de Ostrom: Direitos de Propriedade na Câmara dos Comuns", seguindo a metodologia de Ostrom, a autora diz que ela construiu um alto grau de sensibilidade aos detalhes contextuais e institucionais que podem afetar a viabilidade e sustentabilidade de arranjos de recursos; e mais, Ostrom aponta que tem que existir uma congruência entre apropriação e regras de ofertas; e das condições locais com o objetivo de gerenciar as fontes de recursos comuns. Para isso ela tem sinalizado três subcategorias: "congruências com a ecologia local", "congruência com a cultura local" e "congruência entre benefícios e custos". Que significa aquilo? Que ante uma grande demanda de direitos



dos comuns o uso dos detalhes são importantes para ter grandes impactos sobre o comportamento das sociedades e pessoas e uma boa regra é assumir que tudo é importante.

Com tudo, o Estado tem uma tarefa muito difícil na hora de ter que gerenciar os recursos naturais (terra e floresta) que estão dentro dos faxinais e não afetar a agricultura convencional com aquela política. Talvez esta seguindo a lógica baseada na Lei de Ostrom proposta por Fennell possa reduzir os impactos negativos e evitar conflitos sociais entre os envolvidos.

Então, temos uma comunidade tradicional, que segundo os primeiros pesquisadores tem uma organização social autônoma, baseada no uso coletivo dos recursos consuetudinária, e dizer sem intervenção do Estado que os organize; no entanto o governo não tinha uma política protecionista para estas comunidades o que terminou por originar conflitos que giram em torno da territorialidade. Este e outros conflitos fizeram que os moradores dos Faxinais gerassem um movimento social com a finalidade de que sua cultura e seus territórios fossem respeitados e protegidos.

147

O ATOR SOCIAL DENTRO DOS FAXINAIS: O FAXINALENSE

Dentro do Faxinal moram pessoas que se identificam e compartilham uma identidade cultural a qual fomenta a coesão entre seus membros através de arranjos entre os habitantes e o uso coletivo dos recursos que estão dentro de seu território. No entanto, com o avanço das empresas do agronegócio e pela invasão de suas terras por os chacareiros seus territórios se vieram mermados colocando em risco o desenvolvimento do Sistema até levá-los à desagregação.

Ante este contexto é que no ano 2005 se realizou na cidade de Irati o 1º Encontro dos Povos de Faxinais com a finalidade de poder obter o reconhecimento e pressionar politicamente ao Estado para lograr políticas públicas em benefício deles. A partir deste encontro o termo Faxinalense é utilizado já que faz referência ao ator social que mora no faxinal aceitando os acordos comunitários (por exemplo, a prática do mutirão ou a criação dos animais à solta) e se auto reconhece como tal.

Este encontro, ademais, fomentou a criação do movimento social denominado Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). Este seria a primeira estrutura social que tem os faxinais fora de suas comunidades. Segundo Prell (2010) em seu trabalho



titulado “A competência das estruturas, a competência de pontos de vista: O papel das estruturas sociais formais e informais na formação das percepções das partes interessadas”, as estruturas sociais tem um papel na gestão dos recursos.

A APF ao ser uma organização social, segundo Prell (2010), esta pode ser vista como um grupo de indivíduos com papéis claramente definidos, que estão ligados por um objetivo comum, por um conjunto comum de regras e procedimentos para alcançar os objetivos definidos. Ademias Prell (2010) nos diz que a filiação organizacional se da desde os pontos de vista e valores que estão intimamente ligadas com quem as pessoas falam e quanto mais frequente é a comunicação é mais forte a semelhança nas opiniões. Os indivíduos estão inseridos em laços sociais, e são estes laços que são a sujeição que os profissionais precisam enfrentar.

Ter um objetivo comum compartilhado e uma identidade cultural semelhante dentro deste movimento levou à mobilização social dos faxinalenses para alcançar a visibilidade ante a sociedade e obter benefícios através de políticas adequadas que resolvam seus problemas com certo êxito.

Duas destas políticas que contribuíram com o reconhecimento por parte do governo foram, por um lado, o Decreto Federal 6.040/2007 – que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em que os faxinais são reconhecidos como comunidades de cultura tradicionais por sua territorialidade específica, e propõe também o resgate dos conhecimentos tradicionais e sua atualização através de resgate das representações sobre práticas tradicionais. Por outro lado temos a Lei Estadual 15673 – 13/11/2007 cujo texto diz:

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica. (...)

Art. 3º Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto Reconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Auto reconhecimento. (Paraná, 2007)

A mobilização social dos faxinalenses deve entender-se como uma luta pela terra, já que desta dependem para subsistir, e pela defesa de seu modo de vida tradicional e de sua cultura. devemos de vê-lo como um ator social ativo que se organiza e mobiliza para lutar e conquistar seus direitos.



MOVIMENTO SOCIAL DOS FAXINALENSES: DE VÍTIMAS A INDIGNADOS

Como já temos visto, os conflitos sociais presentes nos Faxinais tem relação com a territorialidade. As terras dos faxinais se veem seriamente diminuídas, originando uma ameaça para o desenvolvimento da cultura faxinal. Os faxinalenses organizados na Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses são atores ativos que lutam para defender suas terras, de seus espaços de reprodução social e sua cultura.

Alonso (2009) entende que a mobilização social se baseia num conflito entre partes, umas delas momentaneamente ocupado por o Estado, enquanto a outra fala em nome da sociedade. Portanto, um movimento social é definido, então, como uma interação contenciosa, que envolve demandas mútuas entre desafiantes e detentores do poder, em nome de uma população sob litígio. Então os movimentos sociais seriam uma forma histórica de expressão de reivindicações. Além disso, a autora diz que os movimentos sociais nasceriam na sociedade civil e tentariam mudar suas orientações valorativas. Os movimentos sociais aparecem para demandar uma democratização social, a ser construída desde uma mudança cultural de longa duração gerida no âmbito da sociedade civil. Esta última é o que motiva como sinalamos linhas acima, aos faxinalenses.

Interpretando a Alonso (2009), o movimento Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses pertenceria aos novos movimentos sociais e poderia ser explicado pela Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Estes têm uma forma particular de resistência; reativa aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Além disso, estes seriam grupos ou minorias, ao invés de grandes coletivos. Suas demandas seriam simbólicas, girando em torno do reconhecimento de identidades ou de estilos de vida como é o caso dos faxinais.

Para poder superar estes conflitos da melhor maneira possível é necessário, como assinala Stringer (2006), por em prática a gestão adaptativa, que tem o potencial de tornar a gestão ambiental mais democrática através da participação dos diferentes *stakeholders*. A gestão adaptativa, como diz a autora, através de sua metodológica a qual vê às políticas como se fossem experimentos a ser estudadas e os resultados geram informações para tomar logo decisões corretas. Para conseguir isso, a gestão adaptativa defende uma abordagem cíclica, onde as políticas podem ser adaptadas à medida que vão mudando as



circunstâncias e as pessoas aprendem. Por conseguinte, diz a autora, os processos de gestão adaptativa começam com a identificação dos problemas e as metas desejadas, e exigir o desenvolvimento de uma política apropriada. A continuação, vêm à implementação da política e monitoramento dos resultados. O processo é iterativo, com cada fase envolvendo diferentes grupos e a oportunidade para que eles aprendam uns com os outros. Contudo, essa gestão adaptativa pode ser uma solução viável para gerar políticas públicas que, através da participação tanto do Estado quanto dos faxinalenses e dos agricultores convencionais, possa conduzir a consensos sobre o uso dos recursos comuns, respeitando as necessidades dos faxinais como comunidades tradicionais.

Outra forma de poder solucionar esse conflito pela terra é através da capacidade de resolver os desafios próprios da territorialização. Para entender melhor esta questão, podemos ver o escrito por Dallabrida, Siedenberg e Fernández (2004), que visualizam um cenário de respostas alentadoras aos desafios da territorialização do desenvolvimento, na medida em que se destaquem as diferentes formas de organização socioterritorial, a inovação coletiva territorial e a necessária reconsideração do papel do Estado. Além disso, os autores dizem que as cidades, as regiões ou os territórios não são apenas suportes passivos de localização de atividades econômicas, senão que podem se transformar em âmbitos espaciais ativos, assumindo certo protagonismo na decisão dos seus destinos.

CONCLUSÕES

Em conclusão, nas últimas décadas os territórios pertencentes aos faxinais estão sendo diminuídos e em alguns casos expropriados pelo agronegócio por meio da monocultura de produtos como a soja, pinus e eucaliptos obrigando as comunidades faxinalenses a deixar suas terras.

Estas comunidades faxinalenses estão fazendo frente a esta realidade para assegurar suas terras, sua cultura e modo de vida, onde se desenvolve sua identidade e cultura com o objetivo de alcançar melhores condições e reconhecimento.

Com a criação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalense (APF) os faxinalenses começaram uma movimentação social para reivindicar seus direitos. Através de seu movimento eles tomaram maior força e visibilidade, logrando alguns benefícios por parte



do Estado, mas ainda persistem os conflitos por causa da terra, porque as políticas públicas criadas não estão sendo cumpridas.

Por isso, consideramos que é fundamental que se produzam estudos e publicações que contribuam para lançar compreensão sobre o problema e suas consequências sociais, a fim de auxiliar tanto na elaboração de políticas públicas por parte do Estado quanto na organização das comunidades.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. (2009) As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76: 231-237.

BARBANTI JR, Olympio. (2002) Conflitos socioambientais: teorias e práticas. ANPPAS. **Anais do Encontro Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, Indaiatuba, SP, n.1.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, de 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 25 de janeiro. 2015

CARVALHO, Horacio Martins de. (1984) **Da Aventura à esperança**: a experiência autogestionária no uso comum da terra. Curitiba.

CHANG, Man Yu. (1988) **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, (Boletim Técnico, n.22).

DALLABRIDA, Valdir R.; SIEDENBERG, Dieter R.; FERNÁNDEZ, Víctor R. (2004) Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí, a.2, n.4, p.33-62.

FENNELL, Lee Anne. (2011) Ostrom's law: property rights in the Commons. **International Journal of the Commons**. v.5, n.1, p.9-27.

FÖETSCH, Alcimara A.; RHINOW, Dagmar. (2010) Identidade cultural: uma reflexão sobre os faxinais na região centro-sul do Paraná. **R.E.V.I. Revista de Estudos Vale do Iguaçu**. União da Vitória, PR, v.10, n.15, p.75-82.

HARDIN, G. The tragedy of the Commons. **Science**, v.162, p.1243-1248, 1968. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol15/iss4/art34>. Acesso em: 21 de dezembro. 2014



HAURESKO, Cecilia. (2012) Lugares e Tradicoes: As comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. **Editora UNICENTRO**. Guarapuava, PR.

OSTROM, Elinor, (1999) et al. Revisiting the Commons: local lessons, global challenges. **Science**, v.284, p.278-282.

PARANA. Lei Estadual nº. 15.673, de 13 de novembro de 2007. Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade, conforme especifica. **Diário Oficial do Estado do Paraná** N° 7597, 13/11/2007.

PRELL, Christina (2010) et al. Competing structure, competing views: the role of formal and informal social structures in shaping stakeholder perceptions. **Ecology and Society** [online], v.15, n.4,a.34. Acesso em: 21 de dezembro. 2014

STRINGER, Lindsay C. (2006) et al. Unpacking “participation” in the adaptive management of social-ecological systems: a critical review. In: **Ecology and Society**, v.11, n.2, art.39.

SUGA, Yutaka (2013) The tragedy of the conceptual expansion of the commons. In: MUROTA, Takeshi; TAKESHITA, Ken (eds.) **Local commons and democratic environmental governance**. Tokyo: United Nations University, (p.3-18).



A TRAJETÓRIA DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA

DANIEL, Vanessa C. Zorek

*Mestranda do programa de pós-graduação em Sociedade Cultura e Fronteiras, UNIOESTE- Bolsista Capes
email: vanessazorek@gmail.com*

OLIVEIRA, Renata Peixoto

Docente - Universidade Federal da Integração Latino Americana

153

RESUMO: Pretende-se neste artigo o desenvolvimento de uma discussão de forma sucinta sobre o panorama histórico da evolução da esquerda Latino Americana, com foco temporal na segunda metade do século XX até o ano de 2010. Esta revisão histórica será providencial para podermos compreender como os distintos contextos influenciaram na formação das esquerdas partidárias em nossa região. A Revolução Cubana, o auge do nacional-desenvolvimentismo e de governos considerados populistas, as ditaduras militares, a redemocratização, o avanço do neoliberalismo e a crise deste modelo foram eventos e processos que impactaram as características centrais das esquerdas Latino-Americanas desde então. A partir do exposto, será feito um panorama histórico que apontará as influências que a esquerda sofreu, e como, a partir delas, houveram mudanças providencias para que adotassem uma postura considerada mais moderada, o que passou a incluir a via eleitoral e democrática, a despeito da via revolucionária, como uma das principais ferramentas da luta política. Em seguida trataremos da chamada Nova esquerda latino-americana através de uma discussão sobre os diferentes pontos de vista da literatura especializada, cujo objetivo central será a existência ou não de dois tipos de esquerda.

Palavras-chave: América Latina, Esquerda, democracia.

ABSTRACT: Intend in this papper advance in a brief discussion about of the historical perspective of the Left Latin American, with temporal focus in the second half of century XX from the 2010 year. This historical review will be providential to understend how the contexts distinct influence in the formation of the left legends in our region. The Cuban Revolution, top of nacional-developmentalists and the governs considereds populists, the military dictatorship, the re-democratisation, the neo-liberalism advance and model crise were events and process wich affected the principals features of Left Latin American since then. From the exposed, will be realised a historical perspective tha point the influences its exertes on left, and how, from there, has been providential changes for her adopted a attitude considered a more moderate, should be able the electoral and democratic ways, under of revolucionary way, like the one principal instrument in the polical struggle. Next treat the naming New Latin American Left throught on discussion about the different specialist litterature perspectives, on the principal point will be the existence ou not of two Left types.

INTRODUÇÃO

Recentemente os partidos de esquerda estão ou estiveram presentes em muitos dos governos Latino Americanos. Essa tendência política, de eleição de governos de esquerda e



governos progressistas¹ foi chamado em alguns estudos especializados de “onda rosa” latino-americana (Silva, 2014) e “maré rosa” (Paninza, 2006). Segundo Silva tal conceito tem inspiração no processo de ascensão de partidos de centro-esquerda, que ocorreu na união europeia a partir da década de 1990, e levou o mesmo nome, sendo reutilizado na atualidade. No entanto o autor defende um olhar mais crítico para o fenômeno latino-americano, pois não apresentaria tanta semelhança com o europeu, devendo ser entendido por uma lógica própria. Neste sentido, tal expressão seria mais pertinente neste contexto, pois as políticas concretas das esquerdas latino-americanas não são exatamente revolucionárias, se comparadas a momentos anteriores das esquerdas. Sendo assim, o termo onda rosa seria o mais oportuno².

A principal semelhança entre as forças de esquerda (Silva, 2011) que hoje são protagonistas nos governos latino-americanos, é a de terem passado pelo processo democrático para chegarem ao poder e não a via revolucionária. Para Toledo (1994), a adaptação ao meio democrático configura-se como um meio de modernização das forças de esquerda, que buscaram novas formas de alcançar o poder. Com o fim da Guerra Fria, muitos partidos da esquerda latino-americana, acabaram se afastando da ideia do socialismo real, buscando modernizar-se e readaptar-se. O que os levaria a se voltarem a objetivos como o fomento da maior igualdade social e da democracia, principalmente, em sua versão substantiva e participativa, e não meramente institucional, ou seja, minimalista.

A Trajetória da esquerda na América Latina: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo.

As esquerdas latino-americanas, ao longo de seu processo histórico no século XX, passaram por três momentos que exigiram estratégias distintas. O primeiro momento foi marcado pela ascensão e auge do modelo estratégico nacional desenvolvimentista; (1930-1950) o segundo pelas guerrilhas (1960-1970) e o terceiro pelas mobilizações sociais de resistência ao modelo neoliberal (1990-2000) (Sader, 2009).

¹O conceito “progressista”, segundo Lanzaro (2008) é uma maneira de fazer referência a agrupamentos políticos de esquerda e centro esquerda, ou seja, o termo atribui um sentido mais amplo de conotações dentro do espectro político da esquerda. (Lazaro, p.3, 2008) define como progressistas “governos que articulam discursos críticos e buscam introduzir inovações”, essas inovações podem ser de formatos múltiplos.

² Neste sentido o termo onda rosa, demonstra uma não radicalidade em relação às esquerdas, ou seja, não encara o fenômeno como políticas que estão próximas da extrema esquerda, ou ainda políticas que se aproximem de práticas governamentais socialistas ou comunistas.



O primeiro momento foi o da “reforma democrática” representado, majoritariamente, pelo projeto de industrialização por substituição de importações, no qual vigorava uma aliança entre a classe trabalhadora, à esquerda e o empresariado nacional. Ambos os grupos tinham objetivos em comum: produzir a modernização econômica, e a independência nacional.

Essa esta estratégia de modernização dos governos nacionalistas, representados no Brasil por Getúlio Vargas, no México Lázaro Cárdenas, na Argentina por Juan Perón entre outros, e por forças do espectro político da esquerda como *Pela Frente Popular*, gestada por Pedro Aguirre Cerda (1938) e pela *Unidade Popular* dirigida por Salvador Allende (1970) no Chile.

Estas políticas das esquerdas implicaram em maior incentivo à industrialização e a expansão de direitos sociais e trabalhistas antes que o Estado se visse em meio à crise fiscal (1930-1980). Essa estratégia tinha como objetivo a transição para sociedades industriais, democráticas e nacionais, num processo que aliasse a burguesia industrial a classe trabalhadora e em alguns casos as camadas médias urbanas.

A parte com as questões estruturais que conformaram alianças construídas pelas esquerdas, as forças de esquerda na América Latina tinham como principal referencial de doutrina os Partidos Comunistas europeus e asiáticos. Percebe-se que entre os anos de 1920 e 1960, os mesmos não demonstraram estratégias independentes da Internacional Comunista. Fiori (2006) defende que a criação teórica das esquerdas latino-americanas nesta época foi pouco inovadora, e permaneceu restrita a “teoria militante do imperialismo³, de Lênin, e da teoria da “revolução democrático-burguesa”, de Kautsky⁴”. (Fiori, 2006, p.10).

A visão etapista das esquerdas, que acreditavam tanto no desenvolvimento capitalista como na própria revolução socialista, tida por etapas, garantiu legitimidade e espaço para a estratégia democrática. Na América Latina dentro dos setores de esquerda tinha-se como uma possibilidade de transição ao socialismo e igualdade, o crescimento econômico e o desenvolvimento capitalista. Determinante para aquela estratégia de desenvolvimento e para os setores que a alinhavam, foi a própria Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL),

³ Lenin baseando-se nos estudos do capitalismo imperialista, e das bases da teoria marxista, desenvolveu uma nova teoria, segundo a qual a vitória simultânea do socialismo em todos os países era inviável, mas que a vitória , rejeitaram tal posição como envelhecida e a substituíram por uma posição teórica nova, segundo a qual a vitória simultânea do socialismo em todos os países é impossível, enquanto que a sua vitória inicial em alguns ou mesmo num único país capitalista tomado separadamente, é reconhecida como possível. (Leontiev, 1950)

⁴ Defende a passagem para o comunismo pelo meio democrático e não através da luta revolucionária. (Prado, 2007)



instituição que propunha, desde 1950, um projeto nacional de industrialização e desenvolvimento, tendo como líder o Estado, com o apoio do capital privado estrangeiro. As teses de Celso Furtado e Prebisch tornaram-se centrais para estes argumentos.

Este projeto desenvolvimentista que contou com o aval da CEPAL caracterizou-se por programas que buscavam o desenvolvimento econômico e social. Essa estratégia pode ser classificada com um meio para a transição institucional, ou seja, sem rupturas ao longo da trajetória histórica, pretendendo incorporar, cada vez mais, estruturas democráticas já existentes, tanto nas relações econômicas como nas sociais, aumentando assim, o peso do Estado. No entanto, esta estratégia não obteve o sucesso final desejado. (Sader, 2009, p.132)

Para Bresser (1990, p.47) os êxitos dessa estratégia são indiscutíveis. No entanto ele ressalta que o nacional desenvolvimentismo não promoveu distribuição de renda, já que os pontos básicos dessa política era o protecionismo, a constituição de empresas estatais, e o fornecimento de subsídio a empresas privadas, o que favoreceu e muito a acumulação do capital privado. Para Bresser, isso também explica o fato de este tipo de estratégia que pertenceu de início a esquerda, passou nos anos 1960, com os golpes militares na região, a ser uma estratégia de desenvolvimento também da direita latino-americana.

O segundo ponto ressaltado e que remonta a uma segunda estratégia das esquerdas foi a tática das guerrilhas, que ganhou força com a Revolução Cubana, em 1959. “*A guerra de guerrilhas tinha caracterizado as revoluções chinesa e vietnamita e agora trazia para a América Latina a “atualidade da revolução”, por meio do Movimento 26 de Julho e do exército rebelde cubano.*” (Sader, 2009, p. 133).

Para Wasserman (2010, p. 31), a Revolução Cubana de 1959 teve grande influência nas transformações “táticas e estratégicas dos comunistas e de toda a esquerda latino-americana”. Indo na contramão das orientações dos partidos comunistas em relação aos métodos para se chegar ao socialismo. A Revolução cubana trouxe a percepção da possibilidade de se chegar ao poder através da luta armada. Neste contexto os temas discutidos pela esquerda locais foram as teorias de Che Guevara, que eram basicamente a de como constituir um foco guerrilheiro revolucionário com apoio da população, o qual se tornou a máxima da revolução socialista latino-americana. Neste momento dentro dos movimentos de esquerda foi quebrada a ideia de que a “Revolução socialista” só poderia ocorrer “quando todas as condições sociais objetivas a determinassem”. No entanto todos estes processos de revolução fracassaram pela repressão que



se instalou a partir de 1960, pelo processo chamado de “latino-americanização da Guerra Fria” (Wasserman, 2010, p. 32).

As revoltas e guerrilhas já fizeram parte das conquistas de libertação no período das independências. Ao longo do século XX, principalmente na segunda metade deste século, essa tática mostrou capacidade de influenciar as esquerdas em sua luta contra regimes tiranos, sistemas políticos excludentes e ditaduras militares. O movimento guerrilheiro emergiu na Colômbia após a morte do líder populista Gaitán que levou ao Bogotazzo (1948) e quando foi estabelecido o pacto bipartidarista entre o Partido Liberal e o Partido Conservador (Frente Nacional), surge na década de 1960 as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), os movimentos Tupak Amaru e Sendero Luminoso no Peru, na Nicarágua com a Frente Sandinista pela Libertação.

A derrota e o fim do primeiro ciclo de guerrilhas, foi marcado pela morte de Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana, na selva Boliviana, em 1967. No entanto, um segundo ciclo já se iniciava em cenários urbanos o que possibilitava a aproximação do movimento a suas bases de apoio, mas trazia também alguns empecilhos que impediram a capacidade de expansão das forças guerrilheiras. Por características urbanas de maior vigilância, o que trouxe aos movimentos maior perseguição. Foi o que aconteceu com os movimentos na década de 1970 na Argentina, aos Montoneros e o Exército Revolucionário do Povo (ERP), no Uruguai com os Tupamaros, e no Brasil com os movimentos Ação Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Movimento de Libertação Popular (Molipo) formado por estudantes Universitários.

As derrotas das guerrilhas urbanas atingiram todo o campo aliado da esquerda, como universidades, sindicatos; partidos políticos tradicionais; movimentos sociais e a imprensa de oposição. A esquerda, naquele momento, sofreu uma grande derrota, sendo obrigada a migrar para o meio rural, a exemplo do grupo de guerrilha do Araguaia, que ocorreu entre os últimos anos da década 1960 e início da década de 1970 no estado do Amazonas, mas essas guerrilhas estiveram principalmente nos países da América central, iniciando-se assim o terceiro ciclo de lutas guerrilheiras, na Guatemala que intensificou-se no final da década de 1970 e 1980; e em El Salvador nos anos 1980, no entanto, esses movimentos já não apresentavam-se como movimentos surpresa, como na Revolução Cubana. Além disso, um agente externo veio abater



o terceiro ciclo de guerrilhas latino-americano: a queda do Muro de Berlim e o fim da URSS que levou à hegemonia estadunidense, a vitória do livre-mercado e da democracia liberal.

Atualmente este tipo de luta é inviável, (Sader, 2008) pela correlação de forças internacionais, se um movimento social ou político, como o MST ou os Zapatistas militarizam os conflitos seriam facilmente derrotados. As forças militares nacionais, regionais e mundiais com sua presença fazem com que esta questão nem mesmo seja levantada.

A “terceira estratégia da esquerda” (Sader, 2009 p. 139) é marcada por lutas de resistência ao neoliberalismo. Apresenta como um de seus elementos a obstinação dos movimentos sociais contra as reformas liberalizantes. Em meados da década de 1990, partidos de esquerda, socialdemocratas e nacionalistas aderiram ao modelo neoliberal, deixando os movimentos sociais como praticamente únicos agentes que resistiam ao novo modelo hegemônico. Os movimentos que mais se destacaram foram o movimento zapatista (1994) enquanto reação à entrada do México no NAFTA, o Movimento Sem Terra (MST) surgido no final dos anos 1970 no Brasil, e os movimentos indígenas bolivianos como o Movimento Katarista e os Cocaleiros; e equatorianos Conaie e Pachakutic.

Petras (1996, p.7-8) considera esses novos movimentos sociais e políticos diferentes dos que apareceram nas décadas de 1960 e 1970, principalmente no que tange a participação universitária, que neste momento mais recente foi praticamente nula. O que configurava de forma predominante como líderes destes movimentos eram pessoas de origem popular, camponeses, trabalhadores e indígenas que possuíam um rendimento econômico baixo. Além disso, nestes movimentos sociais, haviam poucos recursos financeiros, no entanto estão “cheios de mística, de capacidade de injetar sua energia na forma de se organizarem. Viajam de ônibus durante trinta, quarenta horas, para fazer política” (Petras, 1996, p. 7). E ainda se configurando como movimentos que não possuem grandes burocracias, com uma estrutura muito simples.

Naquele momento de avanço do neoliberalismo, a luta social também mostrava-se separada da esfera política, marcando tal a emergência da sociedade civil, dos movimentos sociais e do terceiro setor, isto pode ser exemplificado pelo aumento das organizações não governamentais e pelo surgimento do Fórum Social Mundial, um contraponto ao Fórum Econômico de Davos. Havia também uma rejeição dos movimentos sociais com relação à política tradicional, ao Estado e os partidos políticos, em virtude da postura neoliberal adotada, que culminou conseqüentemente em percas de direitos trabalhistas e sociais.



Neste momento dois fatos importantes ocorriam na América Latina, primeiramente a transição democrática e, em seguida, o que poderíamos chamar de a transição neoliberal. A transição democrática ocorreu no momento de saída dos governos autoritários, com a instalação de novos sistemas democráticos. Já a transição neoliberal, entrou como um modelo que substituiria o nacional-desenvolvimentismo latino-americano. (Lanzaro, 2008, p. 5)

Este modelo que representa a transição liberal ganhou força principalmente com a crise do modelo econômico do pós Segunda Guerra Mundial, quando no início da década de 1970, o mundo capitalista avançando entrou em recessão, apresentando baixas taxas de crescimento, alta inflacionária, déficit fiscal e ainda sentindo os efeitos da crise do petróleo. Já teoricamente, o neoliberalismo foi desenvolvido enquanto teoria econômica, remontando aos neoclássicos. Mas foi em Chicago, com fonte de inspiração nos estudos de Friedrich Hayek e, posteriormente, de Milton Friedman que a mesma veio a espalhar-se pelo mundo ocidental, influenciando jovens economistas Latino-Americanos que estudavam nos Estados Unidos. Principalmente, na década de 1980, como base do “pensamento único”, estes preceitos fariam parte do chamado Consenso de Washington preconizado por Margareth Tacher e Ronald Reagan (Comblin, 1999, p. 15) que pretendiam que os países da região seguissem a via chilena, já que desde 1975, este projeto foi aplicado no Chile pelos chamados “Chicago Boys” como um terreno para experimento da teoria que poderia minar daquele país a influência socialista deixada por Allende.

Para entender as bases do pensamento neoliberal é importante revisitar autores como Hayek que afirmava que as origens da crise enfrentada pelos Estados no mundo capitalista, naquele período, estavam no poder excessivo dos sindicatos, e no movimento operário, que havia prejudicado as bases de acumulação capitalista com suas reivindicações sobre salários e as reivindicações para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas fraco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.[...]. O crescimento retornaria



quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos. (Anderson, 1995, p. 9-10)

A doutrina neoliberal não pode ser vista como pertencente apenas ao plano econômico, já que possui efeitos sociais e políticos marcantes. A doutrina neoliberal influenciou a economia, mas também a Ciência Política e as Relações Internacionais, corroborando para o surgimento de importantes escolas do pensamento, nestas disciplinas.

Já no âmbito social, temos o “retorno à naturalidade da desigualdade social ou à aceitação da existência do “fenômeno” da pobreza como inevitável” (Soares, 2003 p. 11). O principal objetivo do neoliberalismo neste momento era a disseminação do ideal do Estado mínimo (Ugá, 2004, p. 56), como também a desvalorização de qualquer forma de intervenção estatal na economia. Na Europa a influência das teorias de Keynes, muito em voga para a contenção dos efeitos da crise de 1929, levaram a criação de Estados de Bem-Estar Social, algo que na América Latina teve caráter limitado, apesar dos avanços sociais verificados naquele momento.

Uma das características do modelo nacional-desenvolvimentista na região, foi o endividamento externo para garantir os altos gastos públicos, tal endividamento feito pelos governos latino-americanos, ficou ainda mais crítico com as crises do Petróleo (1973 e 1979) o que ocasionou o aumento das taxas de juros internacionais. Em relação a este cenário econômico, foi desenvolvido em 1985 pelo secretário do tesouro dos Estados Unidos, James A. Baker, um plano que previa empréstimos as nações latino-americanas, mediante a implementação de algumas reformas econômicas, como privatizações, redução do protecionismo e abertura a investimentos externos. No entanto este plano falhou, os países latinos estavam ainda mais endividados, pois não conseguiram honrar com os curtos prazos de pagamento. Em 1989 foi anunciado pelos EUA o novo plano Brady, que tinha como principal objetivo renegociar a dívida externa dos países em desenvolvimento. Este plano pretendia principalmente a redução dos juros das dívidas, que eram concedidos aos países, a partir do momento que aplicavam reformas neoliberais em seus Estados. (Silva, 2006, p. 188-189)

Para conter a crise, entre as propostas do receituário do consenso de Washington estavam; a redução dos gastos públicos; diminuição do papel do estado na economia; reforma tributária; liberalização financeira, para que a taxa de juros seja regulada pelo mercado; privatização das empresas estatais; entre outras recomendações (Williamson, 1993, p. 1332 apud Ugá ,2004, p. 56). Tais medidas foram adotadas pelos governos de direita eleitos na



maioria dos países latino-americanos e foram propostas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, deixando altos custos sociais e representando o desmonte do Estado em toda a região.

Politicamente, no início dos anos 1990, a esquerda latino-americana estava desarticulada, mas buscou organizar-se partidariamente. Os partidos comunistas haviam praticamente desaparecido, as forças de esquerda haviam se agrupado em outros partidos de cunho socialdemocrata, trabalhista, de centro ou centro-esquerda.

Naquele momento, as principais preocupações da esquerda passaram a ser a diminuição da pobreza e da desigualdade, na medida em que o neoliberalismo não conseguiu atingir suas metas. O nível de desigualdade na América Latina se acentuou o Estado foi sucateado, os serviços públicos pioraram, o aumento dos tributos e a alienação das maiores riquezas naturais e estratégicas, fizeram com que cada vez mais os setores da esquerda se tornassem mais atraentes para os eleitores.

Assim, apesar do cenário internacional desfavorável para as esquerdas, sabe-se que o fim das ditaduras militares trouxe mais benefício para os setores da direita do que para a esquerda. Mas esse panorama começa a mudar, pois à esquerda renovada, mostrava maior interesse pela democracia, demonstrando-se ativa na luta pelos direitos à cidadania. Essas demandas, no entanto, estavam sendo protagonizadas pelos movimentos sociais, em um momento em que a globalização estava em alta, voltava-se a falar de nacionalismo. (Wasserman, p. 36 :2010)

A emergência das Novas Esquerdas Latino-Americanas na última década: as duas esquerdas

O surgimento da “onda” de eleições de partidos de esquerdas na última década, suscita algumas interpretações referentes a esse processo. Francisco Panizza (2006) defende que a ocorrência de tal fenômeno se deu pela grande frustração popular na região em relação à democratização e as reformas neoliberais.

Durante o processo de redemocratização na América Latina, houve grandes promessas de transformação não apenas política, mas social e econômica, como a do presidente Argentino eleito pela UCR em 1983, Raul Alfonsín, “*con la democracia se come, se cura y se educa*” (Panizza, 2006, p. 2). Após dois governos civis democraticamente eleitos, o do radical Alfonsín



e o do peronista Carlos Menen; ficou evidente que a Democracia Argentina não pode cumprir suas promessas. Com a crise política instaurada no país entre 2001 e 2002 o regime democrático passou a ser visto de modo negativo, em toda a América Latina. Nesta época, muitos acadêmicos denominaram as democracias latino-americanas como “democracia de baixa intensidade” e “democracias não consolidadas” (Panizza, 2006, p. 3).

Em toda a região, Wasserman (2010, p. 35) relata que o processo de redemocratização na América Latina não pôs fim a muitos males sociais como: a pobreza, a desigualdade e a violência e isto motivou grande parte da população, inconformada, com a realidade de seus países a aderirem e apoiarem a organizações e partidos de esquerda.

Em uma segunda interpretação, Petkoff argumenta que tal fato foi possibilitado pelo fim da União das Repúblicas Socialistas e da Guerra Fria, quando os Estados Unidos deixaram de associar os governos da esquerda diretamente ao comunismo, o que acabou facilitando a trajetória destes partidos ao poder. Neste período, o fim da URSS pode ter sido um dos fatores principais do fortalecimento da esquerda, e do restabelecimento de sua autonomia ideológica e política, e atualmente, os fracassos econômicos, sociais e políticas da extinta URSS não pesam tanto no bloco esquerdista. (Petkoff, 2007, p.175)

Esta interpretação é também compartilhada por Casteñedas (2006) o qual acrescenta que o fim da União Soviética auxiliou a esquerda a livrar-se de um “estigma geopolítico” relacionado à ordem bipolar. Outro ponto de influência direta para explicar a ascensão recente das esquerdas na região, segundo ele, residiria na desigualdade, na concentração de riqueza e da miséria na América Latina. Sinais fundamentais de que a América Latina, em algum momento, seria governada por partidos de esquerda ou de centro, detentores de discursos pautados na agenda social.

Além de destacar elementos que possibilitaram o avanço da esquerda na região, a literatura especializada cuidou em estabelecer definições e tipologias para classificar as forças de esquerda. Em relação à chamada “onda rosa” latino-americana existem concordâncias e discordâncias sobre as classificações e as tipologias, no entanto, a maioria dos autores concordam com a existência de dois grupos ou subgrupos dentro da denominação de esquerda.

Silva (2011) no sétimo capítulo do livro “Vitórias na crise” faz um trabalho de revisão de vários autores que assinalam semelhanças e diferenças entre as novas esquerdas, para ele a classificação mais comum é entre uma esquerda socialdemocrata e uma esquerda populista. A



partir desta tipologia já se pressupõe uma esquerda vista de modo positivo, sentido que o termo socialdemocracia carrega e a outra de modo negativo, motivado pelo sentido embutido no conceito de populismo.

Partimos agora para a revisão de algumas das definições propostas que estão basicamente organizadas em análises dicotômicas que ressaltam diferenças entre os dois polos. Sintetizaremos aqui as análises propostas por Petkoff (2007), Castañedas (2006), Lanzaro (2008), Panizza (2006), Silva (2011) e Sader (2009), o último autor diferente dos demais, funda a sua análise com ênfase nas semelhanças entre as duas esquerdas. Castañedas, Lanzaro e Panizza são os autores que utilizam os termos, socialdemocracia e populismo em suas análises.

Iniciando pela tipologia empreendida por Jorge Castañedas (2006) na qual a sua análise como as dos demais autores aqui selecionados, está dividida entre dois grupos: uma socialdemocrata e outra populista, a primeira seria uma esquerda boa, que teria raízes radicais, mas no momento contemporâneo, configura-se como moderna por ser aberta, sensata e realista. Seus principais expoentes estariam no poder no Brasil, Chile e Uruguai. E a segunda considerada má, por ser fechada e populista, com poucas bases ideológicas, os quais ele chama atenção para a figura dos representantes políticos como Chávez, Kirchner, Morales.

Uma delas é moderna, de mentalidade aberta, reformista e internacionalista e, paradoxalmente, tem suas raízes na esquerda de linha dura do passado. A outra, nascida da grande tradição do populismo latino-americano, é nacionalista, estridente e de mentalidade fechada. A primeira tem plena consciência de seus erros passados e se modificou em razão dessa consciência. A segunda, infelizmente, não fez o mesmo. (Castañedas, 2006, p.2)

Esta análise desenvolvida por Castañedas, segundo Silva (2011, p. 231), seria extremante simplista, sem nenhum critério em relação ao uso dos termos empregados. No entanto as análises feitas por Panizza e Lazaro que utilizam os mesmos conceitos, são análises que se demonstram mais elaboradas e menos normativas.

Panizza (2006) ao reconhecer a existência de dois grupos de esquerdas latino-americanas – populistas e socialdemocratas-, afirma que estas podem ser entendidas a partir das instituições da democracia representativa, do impacto das reformas econômicas em relação as populações de cada país, e a relação com o Consenso de Washington.(Panizza, 2006, p.10). Para ele a principal distinção entre as duas esquerdas estaria não tanto no campo ideológico, mas sim nas relações de estabilidade das instituições política e o efeito das reformas



neoliberais sobre a sociedade. Deste modo o grupo de esquerdas socialdemocratas chega ao governo em países que possuem mais estabilidade nas instituições políticas, parlamentos e partidos, e que não possuem capacidade de concentração de poder no executivo. O que segundo Panizza, colocaria uma dificuldade no plano de simplificar a sociedade, de colocar um antagonismo entre poderosos e excluídos, como segundo ele ocorre no modelo populista. (Panizza, 2006, p.14).

O uso do termo socialdemocracia feito por Panizza se estabelece em um sentido mais amplo, no qual o usa em contradição a uma esquerda revolucionária, uma esquerda que aceita a democracia liberal e que trabalha na busca de uma reforma gradual do capitalismo e tem como princípios a equidade social. Neste grupo de esquerdas encontra-se como representantes os partidos Partido Socialista do Chile (PSCh), Frente Ampla (FA) Uruguai, e o Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Para Panizza os populistas adentaram a arena política, em meio a circunstância de instabilidades estruturais política e partidária. Causados por momentos de crise econômica. Deste modo a ascensão de figuras

“outsiders” o pseudo outsiders que redefinem las fronteras del sistema político a través del antagonismo entre los excluídos y los poderosos y dan voz a actores sociales que no se sienten representados por los partidos dominantes. (Panizza, 2006, p.12).

Os principais representantes do grupo populista na América Latina para este autor seriam as figuras de Hugo Chávez, Evo Morales e Nestor Kirchner.

Lanzaro (2008) em uma identificação primária, reconhece três modalidades dentro das novas esquerdas; 1) primeira seria de governos com caráter populista: Venezuela, Bolívia, Equador; 2) o segundo grupo de governos com origens em partidos nacional-populares de existência precedente: ele destaca o caso da Argentina com Néstor Kirchner, e a sua recriação do peronismo; 3) e o terceiro grupo, estariam os governos do tipo socialdemocrata, que seriam os governos de Lula da Silva no Brasil, Ricardo Lagos no Chile e Tabaré Vázquez no Uruguai. No entanto ao longo do desenvolvimento de sua análise o autor, soma ao primeiro grupo o caso argentino, como um tipo de populismo.

A análise de Lanzaro, não se diferencia da proposta por Panizza tendo para a caracterização dos populistas e socialdemocratas as mesmas premissas. Lanzaro entende que os populistas são grupos constituídos por partidos ou movimentos de baixa densidade, que



apresentam debilidades consideráveis e pouca institucionalização. (Lanzaro, 2008, p. 26). Estes governos devem ser entendidos segundo Lanzaro como foi defendido por Panizza, a partir dos contextos em quais se encontram. O que se difere no estudo de Lanzaro para Panizza está principalmente na nomenclatura que ele busca estabelecer a de “social-democracia criolla”. Ele estabelece esta nomenclatura, no sentido em que os governos denominados socialdemocratas podem ser comparados aos seus referentes europeus, no entanto o processo de desenvolvimento histórico latino-americanos e a era neoliberal regional devem ser levadas em consideração.

Lanzaro considera que as esquerdas socialdemocratas criollas fazem parte dos partidos com maior estabilidade e capacidade para lidar com problemas sociais complexos. Concordando com a análise de Panizza (2014, p.14) de que os governos socialdemocratas conferem aos países que administram maior estabilidade econômica conquistadas nos últimos anos, pois adaptaram-se as políticas postuladas pelo Consenso de Washington, com políticas sociais focalizadas, como ação paliativa aos efeitos do liberalismo nos setores mais excluídos da população.

Petkoff (2007) em sua análise assemelha-se a proposta por Castañedas, ambos possuem uma concepção de uma esquerda boa e uma má. Este autor, no entanto, classifica com termos diferentes, denominando uma esquerda democrática/moderna e uma esquerda autoritária/arcaica. O primeiro grupo teria como principais representantes: Lula, Lagos, Kirchner e Vázquez, os quais qualificam como representantes das esquerdas mais brandas. A segunda corrente seria representada por Castro e Chávez, mesmo reconhecendo-se as diferenças substanciais entre esses governos, o caso da Bolívia e o governo de Evo Morales para ele seria considerado um híbrido entre os dois modelos (Petkoff, 2007, p.179).

Petkoff reconhece os dois grupos de esquerda, superficialmente, como uma única “família” apesar de suas diferenças, posto que a esquerda moderna teria em comum com a esquerda arcaica um passado de luta contra as ditaduras militares quando na clandestinidade participaram da luta armada, principalmente, em países como Brasil, Uruguai e Argentina. No contexto atual, tais forças políticas ao ocupar o poder deixaram de lado pretensões relacionadas ao “socialismo real”, e passaram a dar ênfase a valores democráticos. Este modelo da nova esquerda estaria direcionado a um caminho de reformismo avançado, compreendendo uma agenda de transformação social. A esquerda moderna busca como caminho o desenvolvimento



econômico com igualdade, aliados ao aprofundamento da democracia⁵. Podemos fazer um comparativo com a análise de Castañedas, tendo em vista que ambos trabalham com a concepção de uma esquerda boa e outra má, ou seja, uma a ser considerada e respeitada e outra que poderia ser descartada.

A proposta de Silva (2011) para uma nova nomenclatura de tipologias das esquerdas latino-americanas, baseia-se principalmente na análise dos partidos políticos. As tipologias que ele sugere são “renovadoras” e “refundadoras”. No entanto este autor chama a atenção para o fato de que as tipologias propostas não podem ser divisões profundas e definitivas entre os casos, mas “devem permitir inclusive mudanças de posicionamento ao longo do tempo.” (Silva, 2010, p. 133). Ele reconhece que os pontos de contato e semelhança entre as esquerdas – como latino-americanas, contemporâneas, governantes e esquerdas – e as reconhece como distantes dos modelos organizativos de esquerda clássica; aceitando o modelo de governar em democracia. Deste modo as diferenças encontradas entre elas irão definir suas tipologias. Deste modo as esquerdas renovadoras:

[...] são as caracterizadas por maior institucionalização, maior integração ao sistema político, aceitação das instituições da democracia representativa na forma “realmente existente” em seus países e crítica moderada ao neoliberalismo. As segundas [refundadoras] são caracterizadas por menor institucionalização, menor integração ao sistema político, integração crítica às instituições da democracia representativa e crítica radical ao neoliberalismo (no limite plasmada com um anti-capitalismo). (Silva, 2010 p. 133)

Neste sentido o primeiro grupo pretende “renovar” a arena política, o Estado e o governo, buscando mais igualdade social ampliando o papel do Estado na economia. As esquerdas renovadoras estariam próximas “*senão do programa neoliberal das últimas décadas, ao menos do ideário liberal clássico, e da concepção liberal de política e representação.*” (Silva, 2010, p. 132). De acordo com esta interpretação, os partidos representantes deste grupo seriam o PSCh, PT, a FA. Estes partidos políticos também apresentaram uma mudança nos discursos de seus líderes e em sua agenda programática, principalmente, no decorrer dos anos de 1990 aos anos 2000, ou seja, quando optaram pela moderação em relação ao discurso que tinham na época de fundação.

⁵ Como exemplo desta esquerda Petkoff cita os Partidos de *La Liberación Dominicana*, Partido *Revolucionario Democrático* (PRD) panamenho e do *Partido Progressista Popular* (PPP) guianês.



O segundo grupo propõe uma “refundação” das instituições partidárias e o do Estado, buscando superar de modo radical o status- quo o qual utilizaram para chegar ao poder como os partidos políticos, o sistema partidário, que consideram “corruptos”, “autoritários” e “coloniais”. (Silva, 2010, p. 138). Os partidos elencados sob esta tipologia possuem uma identidade revolucionária e defensora da superação do neoliberalismo. São classificados como “refundadoras” por agregarem a seus programas demandas étnicas, identitárias e culturais, além de discurso anti-sistêmico. Pode-se exemplificar a inclusão de demandas étnicas através do partido Boliviano MAS, e quanto a posição anti-sistêmica os partidos MAS, PAIS e pelo MVR. Importante frisar, contudo, que não se trata de um projeto anti-capitalista, mas sim uma proposta de refundação destes Estados, com a transformação proposta em seus sistemas políticos e instituições.

Sader (2009) diferente dos autores vistos anteriormente, tem como base analítica as semelhanças existentes entre as esquerdas, pois entende que as diferenças são mínimas, comparando-se as diferenças existentes entre as esquerdas atuais e os governos de direita que vigoravam no período anterior. (Silva, 2011, p. 234). Sader classifica as duas esquerdas entre uma esquerda moderada e uma radical, no entanto as duas como pós-neoliberais. Estes novos governos em relação aos governos neoliberais anteriores, demonstram um processo de integração regional, primeiramente com o Mercosul e em um segundo momento com a Alba – concordam sumariamente com a extinção da Alca - e opõem-se aos tratados de livre comércio propostos pelos Estados Unidos, para Sader, além do processo de integração regional, estes governos demonstram a construção de modelos pós-neoliberais.

[...] há países que buscam a refundação de seus Estados, como base em esquemas pós-neoliberais e pós-liberais, no sentido de que buscam novas formas de representação política, além do formalismo liberal, como é o caso da Venezuela, da Bolívia e do Equador – esses últimos buscam fundar Estados plurinacionais, pluriétnicos e pluriculturais. Entre eles, estão países – como Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – que puseram em prática níveis de regulação do Estado sem recompor os Estados prévios ao neoliberalismo, freando e dismantando dos aparatos estatais, fortalecendo capacidades setoriais de regulação estatal, breando os processos de privatização anterior, fomentado o novo crescimento do trabalho formal e reequipando o funcionalismo e os servidores públicos. (Sader, 2009 p. 170).

As esquerdas moderadas (Sader 2009) correm o risco, se não contestarem o modelo neoliberal, buscando alterar a correlação de forças dentro do campo social, a hegemonia do



mercado financeiro, “a ditadura da mídia privada”, a influência exercida pelo agronegócio entre outros, se estes problemas não foram enfrentados de forma democrática, como também solucionada algumas destas questões estes governos terão sua capacidade de ação limitada, chegando possivelmente a uma recessão, podendo haver um ruptura no processo de distribuição de renda e o favorecimento da volta de governos da direita, um movimento que já se observa atualmente.

As novas esquerdas não são ortodoxamente neoliberais, no entanto, também não demonstram uma ruptura definitiva com o modelo, estes novos governos progressistas o mantem de modo flexibilizado, no sentido em que o velho modelo tenta sobreviver a qualquer custo, e um novo modelo encontra dificuldades para tentar substituí-lo. A flexibilização do modelo neoliberal pelos governos progressistas, continuam principalmente em razão do sucesso que as políticas sociais passaram a demonstrar; tais políticas são o principal diferencial que estes governos tem em relação as administrações políticas neoliberais anteriores. (Sader, 2009, p.168).

Os países como Bolívia, Equador e Venezuela são os que demonstram uma postura anti-neoliberal mais acirrada, e se opõem fortemente ao governo norte americano, no entanto pela falta de opções na busca de novos aliados estratégicos aproximar-se de países que possuem algum conflito com os Estados Unidos, como a Rússia, o Irã, a China e a Bielorrússia. No entanto estes países que demonstram uma caminhada mais decidida ao fim do neoliberalismo, não possuem o maior desenvolvimento econômico na América Latina, mas, no plano ideológico lançaram teses importantes para debate, “como do Estado plurinacional e pluriétnico, do socialismo do século XIX e da integração solidária, exemplificada pela Alba” (Sader. 2009, p.177).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Nova Esquerda adota como método para chegar aos governos a democracia, em comparação ao discurso de outrora, que tinha como objetivo a busca do socialismo, mostra-se com um discurso mais moderado. Dentro desta esquerda que se modernizou, não só através do modelo democrático adotado, mas pela sua abertura à outras demandas, além da igualdade econômica; como a busca por direitos étnicos, culturais, de gênero e direitos humanos.



Atualmente não busca a promoção da igualdade social apenas no âmbito da distribuição de renda, mas da distribuição de oportunidades, que tem ocorrido principalmente na área da educação.

Além destas novas características, dentro da Nova Esquerda, é tido como grande concordância dos especialistas em ciência política, a existência de duas esquerdas, das quais apresentam semelhanças - em serem esquerdas, democráticas e latino-americanas e governantes - e também diferenças – que podem ser apontadas na área discursiva, no grau de oposição ao neoliberalismo, no caráter personalista do partido, e no grau de institucionalização das organizações políticas a qual pertencem. Fizemos uma revisão de alguns autores que tratam sobre o assunto, e observamos que as análises se diferem em algum grau, uma das outras.

REFERÊNCIAS

CASTAÑEDA, Jorge. *Bem me quer, mal me quer*. Mais!. Folha de S. Paulo, 28.5. 2006.

CASTAÑEDAS, Jorge e MORALES, Marco. *Lo que queda de la Izquierda: Relatos de las Izquierdas latinoamericanas*. México, Taurus, 2010.

FIORI, José Luiz. *As vitórias da Esquerda na América do sul*. Grabois. Edição: 89, ABR/MAI, 2007.

GARRETÓN, Manuel António. *Modelos y liderazgos en América Latina*. Nueva Sociedad, n. 205, 2006.

LANZARO, Jorge. *La “tercera ola” de las izquierdas latinoamericanas: entre el populismo y la social-democracia*. Working Papers Online Series, Universidade Autónoma de Madri. 2008.

OLLIER, María Matilde. *El liderazgo político en democracias de baja institucionalización* (el caso del peronismo en la Argentina). Revista de sociología, N°24, pp.127-150, 2010.

Disponível

em:

<http://www.facso.uchile.cl/publicaciones/sociologia/articulos/24/2405-Ollier.pdf>



PANIZZA, F. *La marea rosa*. In: Análise de Conjuntura OPSA, n°8. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro agosto de 2006.

PETKOFF, T. *As duas esquerdas*. In: Nueva Sociedad, ISSN: 0251-3552, outubro, 2007.
Disponível em: www.nuso.org

SADER, Emir. *Refundar el Estado: Posneoliberalismo en América Latina*. Instituto de Estudios y Formación de la CTA. Clacso: Buenos Aires, 2008.

SADER, Emir. *A Nova Toupeira. Os caminhos da esquerda latino-americana*. São Paulo: Boitempo, 2009.

SILVA, Fabricio Pereira. *Esquerdas latino-americanas: uma tipologia é possível?* Oikos, Rio de Janeiro, Vol. 9, N° 2, 2010.

_____. *Vitórias na Crise: Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Ponteio, Rio de Janeiro, 2011.

_____. *Da onda rosa à década progressista latino-americana: balanço e perspectivas*. No prelo, 2014.

SILVA, Fernando Luiz da. *As novas configurações políticas na América Latina e os ajustes neoliberais*. In Goulart, Jefferson O. Org. *Mídia e Democracia*. São Paulo: Annablume, 2006.

SOARES, Laura Tavares R. *O desastre Social*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

WASSERMAN, Claudia. *A esquerda na América Latina Durante os séculos XX e XXI: periodização e debates*. Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 1, p. 19-38, 2010.



APP-SINDICATO (BRASIL) E UNE SN (PARAGUAI): UM COMPARATIVO DA ESTRUTURA DOS SINDICATOS EM EDUCAÇÃO

KASPER, Sandra Regina Severo

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e
Fronteiras*

sandrareginaseverokasper@gmail.com

171

RESUMO

Este artigo tem por finalidade apresentar, comparar e analisar a estrutura da APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (Brasil) e da Unión de Nacional de Docentes, Sindicato Nacional (Paraguai). Ambos são sindicatos que representam trabalhadores da educação básica pública. O motivo da escolha destes sindicatos é pelo fato de se localizarem em países que se avizinham pela fronteira territorial, espaço de interação de diferentes povos, mas que na questão da educação e da organização sindical, a poucos estudos sobre como se caracteriza as estruturas de organização de sindicatos em educação do Brasil e Paraguai. Utiliza-se como metodologia de pesquisa a análise comparada, faz-se a coleta e análise de dados nos estatutos de funcionamento das entidades e nos sites eletrônicos oficiais dos sindicatos. E também fundamenta-se o estudo em alguns autores que tratam do tema movimento sindical.

Palavras Chave: Sindicato.Educação.Estrutura de organização.

ABSTRACT

This article aims to present, compare and analyze the JPA structure - Union of Workers in Public Education of Paraná (Brazil) and the National Teacher Unión, National Union (Paraguay). Both are unions representing workers in the public basic education. The reason for the choice of these unions is because they are located in countries that lie ahead for the territorial border interaction space of different people, but in the matter of education and union organization, the few studies on how to characterize organizational structures unions in Brazil and Paraguay education. It is used as a research methodology to comparative analysis, is the collection and analysis of data on the operation of statutes of organizations and official electronic sites of the unions. It also is based on the study of some authors dealing with the theme labor movement.

Key-words: Syndicate. Education. organization structure.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca realizar uma análise comparada da estrutura de organização formal da APP-sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná- núcleo de Foz do Iguaçu- Paraná - Brasil (denominada sob sigla APP-sindicato) e da Unión Nacional de Educadores, Sindicato Nacional-Comitê de base de Ciudad del EsteParaguai (denominada sob a sigla UNE-SN). Elege-se estes dois sindicatos por ambos estarem situados em uma



realidade de fronteira territorial, o Brasil e o Paraguai são países que se avizinham pela proximidade, mas que pouco interagem na troca de informações sobre suas realidades educacionais e estrutura de organização sindical dos trabalhadores em educação pública. Através de dados coletados nos estatutos (documentos impressos) de funcionamento e nos sítios eletrônicos oficiais dessas entidades, se faz uma breve contextualização histórica e uma análise comparativa entre estes sindicatos. A análise comparativa das estruturas de organização parte do seguinte questionamento: Quais as diferenças e semelhanças na estrutura de organização da APP-sindicato (Brasil) e da Une SN (Paraguai)? Busca-se apontar onde estão as similaridades e suas singularidades. Para realização da análise comparada também busca-se subsídios teóricos em referenciais bibliográficos como BECKER 2009, BENÍTEZ, 2010, GONÇALVES 2007, e outros

Ciente da insuficiência deste recorte, pela abrangência dos aspectos que devem ser observados nas estruturas de organização dos sindicatos, este estudo útil e necessário, na medida em que contribui para um conhecimento inicial e visualização num panorama geral de como se estruturam os sindicatos em educação da fronteira Brasil e Paraguai.

1. COMPARATIVO DAS ESTRUTURAS DA APP – SINDICATO E DA UNE-SN

O estudo comparativo das estruturas de organização dos sindicatos em educação APP – Sindicato e da UNE-SN é de abordagem qualitativa pois esse tipo de abordagem garante um olhar aprofundado sobre as especificidades do objeto pesquisado, a pesquisa qualitativa segundo Oliveira (2008, p. 37) “*É um processo de reflexão de e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação*” elege-se como metodologia de pesquisa a análise comparativa, pois corrobora-se CARVALHO (2008, p.1) “*A comparação é um processo de perceber as diferenças e semelhanças e de assumir valores nessa relação de mútuo reconhecimento. Trata-se de entender o outro a partir dele mesmo e, por exclusão, se perceber na diferença*”. Por esse motivo a questão problema é: Quais as diferenças e semelhanças na estrutura de organização da APP-sindicato (Brasil) e da Une-SN (Paraguai)? Para chegar a guisa de respostas faz-se a coleta de dados dos sindicatos, utilizando os estatutos de funcionamento, e sítio eletrônico oficial, além da fundamentação em referenciais bibliográficos.



1.1 Um breve contexto histórico da APP-sindicato

Sobre a história da criação da APP-sindicato de acordo com GONÇALVES (2007, p. 68): *A APP–Associação dos Professores do Paraná foi fundada em 26 de abril de 1947, sob a liderança de um grupo de professores do Instituto de Educação de Curitiba. A fundação dessa associação deu-se nos limites da liberdade de organização sindical, permitida pela Constituição de 1946.* De acordo com as informações divulgadas pela instituição em seu sítio eletrônico oficial¹ em se tratando do histórico do sindicato no primeiro momento a instituição denominou-se associação dos professores do Paraná, porque funcionários do setor público não poderiam se organizar em sindicato. GONÇALVES (2007 p. 13) contextualiza que no período:

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, até o golpe militar de 1964, verificam-se importantes contradições entre as formas de organização sindical institucionalizadas pelo Estado, sua vinculação ao chamado “trabalhismo”, de origem populista, e as principais organizações de movimentos classistas dos trabalhadores no campo e na cidade. Esses movimentos, no entanto, não prosperaram, em função da situação fascista e de repressão aos movimentos sociais, estabelecidas a partir do golpe militar de 1964. O velho Estado brasileiro, sob a gerência da ditadura militar, reprimiu de modo violento as manifestações dos movimentos sociais, perseguindo, torturando e matando importantes líderes do movimento operário. Ao final da década de 70 e início dos anos 80, a falência do tipo de gerenciamento militar tornou-se evidente, passando novamente o comando do Estado para um civil[...]

Mesmo com a repressão do movimentos representativos dos trabalhadores pela ditadura militar a entidade em questão teve crescimento, segundo o sítio eletrônico oficial: *Em 13 de dezembro de 1981, numa assembléia realizada em Ponta Grossa, a entidade unificou-se com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APLP)[...] e com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP) [...].* Passado o período ditatorial, considerando o advento da democracia, conforme estatuto da entidade (2012, p. 3):

Em 1988, a Constituição Federal garantiu aos(às) servidores(as) públicos(as) o direito à organização sindical. Logo, em 1989, fizemos nossa primeira reformulação estatutária passando de associação a sindicato. Depois, em 1995, quando nos filiamos à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1998, quando nos unimos aos funcionários de escola (Sinte-PR), e passamos a constituir uma categoria unificada

¹ Acesso online disponível em < <http://www.appsindicato.org.br/>> Acesso em 23/08/2015 às 18h28min.



E segundo o sítio eletrônico² cita-se como marcos na história APP-sindicato o ano de 1998 onde a mesma se une ao SINTE- sindicato dos funcionários de escola, assim passa a se chamar APP-sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná. Conforme a consulta no site oficial da entidade, o número de afiliados em um cálculo aproximado “*Hoje são mais de 65 mil sindicalizados[...]*” entre agentes educacionais I (função de Serviços gerais), agentes educacionais II (técnico administrativos), professores do quadro próprio do magistério (QPM) e processo seletivo simplificado (PSS).

1.2 Um breve contexto histórico da UNE-SN

O Paraguai, no período de 1954 a 1989 enfrentou uma ditadura militar que impediu a criação de sindicatos, em decorrência desse fato os anos seguintes a 1989 foram anos decisivos para o para a volta da democracia no Paraguai.

La dictadura de Stroessner significó, entre otras cosas, la virtual cancelación de toda actividad gremial y política que no fuera adicta al régimen, y la vigencia permanente e ininterrumpida del Estado de Sitio por casi 35 años. Las relaciones laborales a nivel empresarial privado, a partir de 1962, se regían por un Código del Trabajo, de “seleccionada” vigencia en función de los intereses del régimen. Los trabajadores del sector público, por su parte, se regían por la Ley 200 Estatuto del Funcionario Público, que prohibía explícitamente la sindicalización. Además de eso, campeaba la hegemonía ideológica denominada por el dictador “Democracia sin comunismo”. Eran los años dorados de la Guerra Fría en Paraguay. (BECKER, 2009, p. 15)

De acordo com autor até 1989 a ditadura militar no Paraguai proibia os docentes e qualquer trabalhador do setor público a se organizar em sindicatos, ademais o governo ditatorial proclamava os docentes como um dos triunfos da nação paraguaia. Ainda segundo BECKER (2009, p. 22): *Ese supuesto apostolado, enunciado de tanto en tanto como uno de los sostenedores del propio sistema, porque los maestros eran considerados - desde el Estado autoritário - como los soldados del régimen, el “ejército blanco de la paz.* Apesar da ideologia pregada na ditadura militar BECKER (2009, p. 22) sinaliza “*Una realidad diferente al triunfalismo declamado por la propaganda oficial*”, o trabalho docente via-se na mais precarizada situação.

² Acesso online Disponível em <<http://appsindicato.org.br/index.php/historico/>> Acesso em 17/11/2015 às 15h30min.



A ditadura militar no Paraguai termina em 1989, mas segundo BECKER (2009, p. 26) o ano de 1992 foi o “*año esperanzador, de la nueva Constitución mediante la cual la sociedad recupera las libertades civiles y políticas y del arranque de una urgente como largamente anhelada Reforma Educativa*”. Em meio a esta conjuntura surge o sindicato em educação, primeiramente denominado Unión Nacional de Educadores (UNE) segundo BECKER (2009, p. 26) [...] *se constituyó el 30 de abril de 1992, em un congreso coincidente con la fecha de celebración anual del Día del Maestro en Paraguay*. Conforme informa BENÍTEZ (2010, p. 10):

Inicialmente el nombre de la organización fue Unión Nacional de Educadores (UNE), que adoptó en su Asamblea constitutiva ya señalada, este nombre fue modificado en el año 1.997, cambiándose por UNION NACIONAL DE EDUCADORES (CNT), siempre bajo la estructura organizativa de una Federación (de segundo grado), vale decir se afiliaba a las Asociaciones o Sindicatos como miembros de la UNE y UNE-CNT. En el año 1999, se vio la necesidad de cambiar la política organizativa y fue así que se constituyó como una organización de primer grado o sea un SINDICATO NACIONAL, por eso hoy se llama UNIÓN NACIONAL DE EDUCADORES. SINDICATO NACIONAL (UNE-SN)

Nesse período a União Nacional de Educadores-Sindicato Nacional iniciou seu trabalho com o apoio ao processo de organização do setor de educadores a Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), tendo seguinte linha de pensamento, onde de acordo com (BECKER, 2009 p.26). [...] *Reaparece así la expresión organizada de los trabajadores de inspiración humanista Cristiana* [...] (filosofia que defende a auto-realização do homem dentro da estrutura dos princípios cristãos) nestes moldes este sindicato defendia uma ampla cooperação com todas as pessoas e instituições para alcançar melhores condições de trabalho para todos os trabalhadores. Um marco na história desse sindicato segundo BECKER (2009 p.26):

[...]es la huelga general de 1997 la que constituye el punto de consolidación y despegue a nivel nacional de la UNE[...] Esa fue la primera huelga nacional de docentes en la cual participó la UNE[...] La UNE era aún una pequeña organización gremial pero, a partir de ahí, empezó a crecer [...]



Na atualidade a União Nacional de Docentes, sindicato nacional (UNE-SN) segundo seu sítio oficial³ “*se constituye en una organización sindical de carácter nacional, autónoma, participativa, pluralista, democrática, solidaria con otros sectores y comprometida con la justicia social [...]*”. Ainda de acordo com o sitio oficial da UNE-SN e com valores já descritos, a instuição sindical se projeta como o sindicato de maior representatividade dos trabalhadores em educação pública do Paraguai e busca obter maior espaço de participação social na luta pela consolidação de uma sociedade justa e equitativa.

1.3-Analise comparada da estrutura da APP-sindicato e a UNE-SN.

Para possibilitar a analise comparada sobre a estrutura da APP-sindicato e da UNE-SN, inicia-se a pesquisa nos sitios oficiais, buscando-se o numero de sindicalizados, os cargos de trabalho, níveis de ensino e a hierarquia. Logo após, analisa-se os estatutos de funcionamento dos sindicatos, acerca-se dos temas: Os processos das eleitorais, os órgãos de deliberação, órgãos de fiscalização, a organização das gestões e suas relações normativas com as bases.

O sindicato Unión Nacional de Docentes-Sindicato Nacional (UNE-SN) segundo BENITEZ (2010 p. 11):

La UNE-SN, actualmente cuenta con alrededor de 17.000 socios, siendo cotizantes 14.000 socios aproximadamente, cuenta con 110 organizaciones de base repartidas en 13 de los 14 departamentos del Paraguay, esta afiliada a la Central Nacional de Trabajadores (CNT) y a través de esta a la Confederación Sindical de las Américas (CSA) y a la Confederación Sindical Internacional (CSI).

E de acordo com o artigo 1º de seu estatuto de funcionamento (2012, p.4):

Art. 1. Bajo la denominación de UNIÓN NACIONAL DE EDUCADORES. SINDICATO NACIONAL (UNE-SN), se constituye la entidad GREMIAL que integra a los TRABAJADORES DE LA EDUCACIÓN Y LA CULTURA, de todos los niveles y modalidades; inicial, básica, media y superior, educación permanente, educación inclusiva y educación indígena.

Hierarquicamente os trabalhadores em Educação pública do Paraguai estão subordinados ao Ministério da Educação (MEC).

³ Acesso *online* disponível em <<http://www.unesn.org.py>> Acesso em 17/11/2015 às 08h20min.



A APP-sindicato dos trabalhadores em educação pública do Paraná, tem seu espaço de representação delimitado ao estado do Paraná-Brasil, atualmente tem 29 núcleos sindicais, conta com 65.000 filiados aproximadamente, atende a professores e agente educacionais I (serviços gerais) e agentes educacionais II (Técnicos administrativos). O sindicato atende profissionais que trabalham nos anos finais do ensino fundamental de 6º ao 9º anos, o ensino médio de 1º ao 3º anos e também cursos técnicos ofertados pela rede pública estadual de ensino. Os trabalhadores subordinam-se a Secretaria de Estado da Educação no Paraná (SEED) Brasil.

Em continuidade aborda-se acerca dos processos de eleição de dirigentes dos sindicatos analisados. Segundo o estatuto social da UNE-SN aprovado em 24 de junho de 2012, pelo ministério do trabalho e seguridade social do Paraguai, todos os sindicalizados, que estejam em dia com a sua contribuição, podem votar para eleger uma das chapas candidatas a direção.

Estas chapas se compõe com dezenove membros cada sendo para as seguintes pastas: “Secretario/a General, Secretario/a General Adjunto y de Seguridad Social, Secretario/a de Actas y Documentos, Secretario/a de Finanzas y Proyectos, Secretario/a de Relaciones y Prensa, Secretario/a de Asuntos Laborales, Jurídicos y Mediación de Conflictos, Secretario/a de Organización, Secretario/a de Formación, Secretaría de Gestión Social, Secretaría de la Juventud, Igualdad de Género e Indígena e Miembros 1-9”. A eleição é regida pelo estatuto social da UNE-SN 2012:

Art. 30. El Congreso Ordinario será convocado por el Comité Ejecutivo Nacional por médio de convocatória através de circulares y/o medios radiales y/o en lo posible en un periódico de la capital, por lo menos tres veces, con 22 días de anticipación, debiendo organizar el Tribunal Electoral Independiente (TEI) el Evento Congresal.

Art. 31. El Congreso Ordinario se reunirá cada cinco años: Las elecciones de autoridades de la UNE-SN se realizará en el mes de junio y el Congreso propiamente dicho en el mes de julio. La Mesa Directiva del Congreso estará a cargo de un Presidente y dos Secretarios

Arts.(...)

Art. 37. CORRESPONDE AL CONGRESO ORDINARIO:

- a) Considerar, aprobar o rechazar la Memoria, el Inventario y el Balance presentado por el Comité Ejecutivo Nacional, conel informe del Síndico.
- b) Considerar y aprobar el plan de trabajo que deberá realizar el Comité Ejecutivo Nacional;
- c) Expulsar a los miembros en los casos que correspondan.
- d) Aprobar el Presupuesto de Ingresos y Gastos.



g) Recibir del TEI –UNE-SN, los resultados de las elecciones de los miembros del CEN y otras autoridades indicadas en al Art. 22, Inc. b,c,d,e,f, por el voto directo y universal.

O tempo de duração dos mandatos, conforme o artigo 48 do estatuto social da UNE-SN 2012, será de 5 (cinco) anos podendo ser reeleita por outros 5 anos. No entanto, se uma chapa for reeleita terá que realizar uma redistribuição interna de cargos, pois os membros da direção não poderão ocupar o mesmo cargo por dois mandatos consecutivos.

As eleições para eleger as chapas de direção da APP-sindicato ocorrem a nível estadual e regional se realizam da seguinte forma, segundo o estatuto da instituição aprovado em 15 de dezembro de 2012:

Art.126 - Será garantida ,por todos os meios democráticos, a lisura do pleito eleitoral, assegurando-se condições de igualdade as chapas concorrentes, especialmente no que se confere aos mesários e mesárias, fiscais,tanto na coleta, como na apuração dos votos.

Art.127 - As eleições da APP-sindicato visam eleger os membros da diretoria estadual, das diretorias regionais, do conselho fiscal, e os representantes de municípios, em processo único, direto e secreto, no mês de setembro com mandato trienal.

Tanto a direção estadual quanto a direção regional são compostas por 17 (dezessete) membros para atuar nas seguintes secretarias: Presidência, Secretaria Geral, Secretaria de Finanças, Secretária de Organização, Secretaria de Administração e Patrimônio, Secretaria de Organização, Secretaria de Aposentados, Secretaria de Assuntos Municipais, Secretaria Educacional, Secretaria de Formação Política Sindical, Secretaria de Comunicação, Secretaria de Sindicalizados, Secretaria de Assuntos Jurídicos, Secretaria de Política Sindical, Secretaria de Políticas Sociais, Secretaria de Funcionários, Secretaria de Gênero, Relações étnico-raciais e Direitos LGBT e Secretaria de Saúde e Previdência. Segundo o estatuto da APP-sindicato 2012:

Art.129- As eleições serão convocadas pelo presidente da APP-sindicato, em toda base territorial da entidade, a partir de edital de convocação divulgado em jornal de ampla circulação estadual e órgão oficial de divulgação do sindicato.

O processo eleitoral estadual e regional será coordenado por comissões eleitorais formadas por sindicalizados, para garantir a lisura e respeito ao estatuto no processo eleitoral. O artigo 143 do estatuto da APP (2012) diz quem pode votar: *Será considerado apto a votar nas*



eleições o a integrante da categoria que se filiar com 90 dias (noventa) antes do pleito eleitoral e que estiver em dia com as mensalidades sindicais no dia das eleições. Finalizada as votações e a contagem dos votos assumirá a direção da entidade a nível estadual e a nível regional as chapas que segundo o estatuto da APP-sindicato (2012, p. 45):

Art.196-Serão proclamados eleitos, pela Comição Eleitoral Estadual, após reunidos os resultados de cada Núcleo Sindical, a chapa mais votada para Diretoria Estadual, as chapas mais votadas para cada diretoria regional de núcleo sindical, bem como os canditados mais votadosas,lavrando-se atas geral de encerramento do processo eleitoral da APP-sindicato.

Tanto a Direção Estadual eleita quanto as Direções Regionais, segundo os arts. 38, 40 e 76 do estatuto da APP-sindicato terão um mandato de 3 anos, e poderão ser reconduzida ao cargo as chapas que garantirem 25% de renovação dos membros respeitando sempre a cota de 50% de mulheres e 30% de homens no grupo de dirigentes. Quanto aos membros da direção poderão ser reconduzidos ao mesmo cargo somente uma vez e fica limitada a participação do mesmo grupo de direção ao máximo de três mandatos.

Por todo o exposto na questão das eleições, percebe se que ambos os sindicatos estruturam-se eleitoralmente nos princípios da democracia representativa. Esse modelo gestão é reproduzido, de acordo com o atual modelo de eleição de governantes dos países:

Na clássica democracia representativa o povo simplesmente adjetivava a soberania, sendo soberano apenas na exterioridade e na aparência, na forma e na designação; já com a democracia participativa, aqui evangelizada, tudo muda de figura: o povo passa a ser substantivo, e o é por significar encarnação da soberania mesma em sua essência e eficácia, em sua titularidade e exercício, em sua materialidade e conteúdo, e, acima de tudo, em sua intangibilidade e inalienabilidade; soberania da qual o povo, agora, não conhece senão o nome, a falsa representatividade, o falso testemunho e a falsa valorização. (BONAVIDES, 2003, p. 44)

Analisando-se os processos de eleição dos sindicatos ora estudados, verifica-se que ambos tem formas parecidas de eleger seus representantes, distinguem-se na questão do tempo de duração dos mandatos enquanto na UNE-SN são 5 anos podendo a direção ser reeleita por mais 5 anos, sendo assim um determinado grupo pode permanecer na direção do sindicato por 10 anos. Já na APP-sindicato um determinado grupo pode permanecer na gestão por 3 mandatos de 3 anos desde que renove 25% de seus membros e que estes não assumam o mesmo cargo por mais de uma vez consecutiva. Entende-se que, em ambos os sindicatos, há



um risco nesses modelos eleitorais, pois permitem que determinado grupo fique por muito tempo na gestão dos sindicatos, não se garante a total rotatividade e renovação por completo das lideranças sindicais.

A seguir analisa-se a participação da categoria, propriamente dita, nas decisões dos sindicatos, essa participação se efetiva nos órgãos de deliberação da APP-sindicato e UNE-SN de acordo com a sua ordem e importância dentro dos Estatutos que regem estas entidades. A seguir descreve-se como se estruturam os órgãos de deliberação deste sindicatos.

Segundo a página eletrônica oficial da APP-sindicato o sindicato possui como instância máxima de deliberação a Assembleia Estadual, onde participam todos os sindicalizados. A direção estadual determina o local de realização da assembleia, e os sindicalizados partem de seus núcleos sindicais em caravana para uma determinada cidade do estado, onde se reúnem para analisar as pautas apresentadas e todos os sindicalizados presentes em regime de votação decidem as próximas ações do sindicato de acordo com as pautas discutidas na assembleia.

Já na UNE-SN, segundo o artigo 23 do Estatuto Social da UNE-SN (2012, p.7) o congresso tem o carácter ordinario ou extraordinario, é a máxima autoridade, participam e votam os delegados que pertencem aos diversos Comitês ou Organizações de Base distribuídos pelos departamentos (estados) do Paraguai, estes devem estar em pleno gozo de seus direitos. A pauta é apresentada aos delegados, eles discutem, votam e deliberam. Os delegados são elegidos pelos Comitês de Bases ou Organizações de Base, das seguintes formas segundo o Estatuto Social da UNE-SN (2012, p. 8):

Hasta 30 socios:2 delegados titulares y1 suplente.

Hasta 50 socios: 3 delegados titulares y 2 suplentes.

Hasta 100 socios: 4 delegados titulares y 3 suplentes.

Hasta 200 socios: 5 delegados titulares y 4 suplentes.

Hasta 350 socios: 6 delegados titulares y 5 suplentes;

Mas 1 delegado titular y un suplente por cada 150 socios,superiores a los 450 socios.

Na UNE-SN, em sua instância máxima de deliberação quem votam são os representantes dos sindicalizados: Os delegados, que são eleitos conforme a quantidade de sócios conforme descrito acima. Sobre essa questão a UNE-SN se diferencia da APP-sindicato, onde quem vota são os próprios sindicalizados presentes na assembleia.



Em seguimento aborda-se a segunda instância de decisões da APP-sindicato que é a Conferência Estadual de Educação que é um instância deliberativa nas questões pedagógicas e educacionais, com a livre participação dos sindicalizados e ocorre bianualmente nos anos ímpares.

Já, na UNE-SN o Conselho Nacional de Delegados é a segunda autoridade máxima, tratando-se de um organismo fiscalizador e deliberante formado por representantes de bases, eleito como tais segundo o seu Estatuto Social (2012, p.10):

Art. 42: Los Delegados son las autoridades máximas entre los asociados de cada Comité u organización de Base, quienes gozarán de la Estabilidad sindical y estarán inscriptos en el Ministerio de Justicia y Trabajo, a solicitud del Comité Ejecutivo Nacional. Para su funcionamiento respectivo coordinará directamente con el CEN todas las tareas gremiales a nivel local, regional y nacional, dentro del plan Estratégico de la UNE-SN, y tendrán facultades en todas las acciones gremiales solicitadas o delegadas por el Comité Ejecutivo Nacional.

O Conselho Nacional de Delegados (UNE-SN) e a Conferência Estadual de Educação (APP-sindicato), seguindo a ordem e grau de importância dentro de suas instituições são a segunda autoridade máxima de deliberação, mas em comparação se percebe uma grande diferença entre elas, a Conferência Estadual de Educação da APP-sindicato delibera sobre assuntos pedagógicos e educacionais, já o Conselho Nacional de Delegados (UNE-SN) atua como uma instância executiva e fiscalizadora que trabalha juntamente com a direção do sindicato que se denomina Conselho Executivo Nacional (CEN).

Seguindo a ordem a terceira instância de deliberação da APP-sindicato, conforme estatuto, é o Conselho Estadual de Educação que se reúne sempre antes de cada assembleia e mobilização com a competência de propor, apreciar, acompanhar e avaliar as campanhas diversas, inclusive as reivindicatórias, as decisões políticas e administrativas da diretoria estadual, além de regulamentar os congressos e as eleições do sindicato, apreciar pareceres e relatórios do Conselho Fiscal e Plano de Aplicação Orçamentária. É composto pela Diretoria Estadual, pelos presidentes dos Núcleos Sindicais, representantes da APP-sindicato na Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), presidente do Conselho Fiscal e os representantes de base eleitos em assembleias regionais, na proporção de um para cada um mil sindicalizados (ou fração) no Núcleo Sindical.



A terceira instância em referência ao grau de importância na estrutura de funcionamento da UNE-SN é o Comité Ejecutivo Nacional (CEN), segundo o estatuto social UNE-SN 2012:

Art. 47: El Comité Ejecutivo Nacional (CEN) es la autoridad directiva de carácter permanente de la UNE-SN y estará integrada por 19 (diecinueve) miembros titulares y 7 (siete) suplentes, los miembros titulares son:

- a) Secretario/a General;
- b) Secretario/a General Adjunto y de Seguridad Social;
- c) Secretario/a de Actas y Documentos;
- d) Secretario/a de Finanzas y Proyectos;
- e) Secretario/a de Relaciones y Prensa;
- f) Secretario/a de Asuntos Laborales, Jurídicos y Mediación de Conflictos;
- g) Secretario/a de Organización;
- h) Secretario/a de Formación;
- i) Secretaría de Gestión Social;
- j) Miembros de 1-9

Esta instância é eleita para um mandato de 5 (cinco) anos e pode ser reeleita para mais 5 (cinco) anos, obedecendo a regras de eleição já detalhadas no início dessa análise, em síntese a função do Comité Ejecutivo Nacional (CEN) é administrar o sindicato, conforme o estatuto social da UNE-SN (2012, p. 12):

Art. 50: SON DEBERES Y ATRIBUCIONES DEL COMITÉ EJECUTIVO NACIONAL:

- a) Cumplir y hacer cumplir los estatutos y las resoluciones de los Congresos y Consejos de Delegados.
- b) Designar personal rentado, fijar su remuneración y cesarlo o en sus funciones.
- c) Ejercer la administración de la UNE-SN, pudiendo para ello constituir las comisiones especiales que fuesen menester.
- d) Otorgar poderes generales, especiales y revocarlos.
- e) Representar a la UNE-SN, pudiendo delegar por mandato expreso a alguna organización de Base.
- f) Preparar los planes de trabajo para presentar al Congreso y al Consejo de Delegados.
- g) Resolver los casos urgentes.
- h) Considerar la solicitud de ingreso de socio y pronunciarse sobre ellos, conforme a estos estatutos.
- i) Suspender a los miembros de conformidad a las disposiciones estatutarias con previa amonestación por escrito y decidir la participación de los miembros en órganos externos.



Classificando de acordo com a ordem de importância que estas instâncias tem em seus sindicatos e comparando suas atribuições verifica-se bastante diferença entre o Conselho Estadual de Educação da APP-sindicato que tem a função de fazer análise e reflexão conjunta com as lideranças sobre o posicionamento, a condução do sindicato perante as suas problemáticas e o Comité Ejecutivo Nacional (CEN) da UNE-SN é uma instancia de gestão, administração sindical, na APP-sindicato esse papel é realizado pela direção estadual.

O próximo item na ordem estrutural da APP-sindicato é o Conselho Fiscal que conforme o estatuto da APP-sindicato (2012 p.31) art. 99, em outras palavras é eleito de forma independente e nominalmente, composto por nove membros que tem o papel de examinar e fiscalizar a cada dois meses os livros contábeis, registros e balancetes financeiros da diretoria estadual e dos Núcleos Sindicais. Na UNE-SN tais ações incumbem a “Sindicatura” que tem o mesmo papel de fiscalização, conforme o estatuto social da UNE-SN (2012, p.16):

Art. 67: Los síndicos; titular y suplente, serán nombrados juntamente con el Comité Ejecutivo Nacional, en escrutinio directo, igual, público y fiscalizado, y durarán cinco años en sus funciones y podrán ser reelectos.

Art. 68: CORRESPONDE AL SINDICO TITULAR:

- a) Examinar los Libros, los Balances y todos los documentos relacionados con la administración de la UNE-SN, siempre que lo juzgue convenientemente y por lo menos una vez cada tres meses.
- b) Aconsejar a los Congresos, Consejo de Delegados, en dictamen fundado, la aprobación o el rechazo del balance.
- c) Convocar al Consejo de Delegados y Congresos en los casos previstos por estos estatutos;
- d) Promover voto de censura o de remoción de algún miembro del CEN, del Consejo de Delegados, en caso de graves irregularidades administrativas o violación de estos estatutos, ante el Congreso Extraordinario, donde actuará de fiscal.

Art. 69: En caso de ausencia, renuncia o cualquier otro impedimento, del Síndico Titular, lo reemplazará el Suplente, con los mismos derechos y obligaciones.

Na UNE-SN seguindo a ordem estrutural vem o Tribunal Electoral Independiente (TEI) regido pelo estatuto social da UNE-SN (2012, p.16):

Art. 71: El TEI está compuesto de tres miembros titulares y três suplentes, tendrá exclusivamente a su cargo la dirección, organización, inspección, vigilancia, realización y juicio de todas las actuaciones electorales internas, así como la organización y clasificación del registro nacional de asociados de la UNE-SN. Deberá actuar con independencia, imparcialidad, honestidad



y decoro a fin de que sea respetado el Derecho del Sufragio, tanto del elector como del que pretende ser elegido.

[...]

Art. 75: CORRESPONDE AL TRIBUNAL ELECTORAL INDEPENDIENTE (TEI):

a) Ejercer superintendencia por sí mismo o por medio de delegados sobre todas las elecciones para la integración de los órganos nacionales, regionales y locales de la UNE-SN, a fin de garantizar la pureza de los actos electorales. Para las elecciones se habilitarán secciones electorales de acuerdo al número y ubicación de los miembros, Comités u Organizaciones de Base de la UNE-SN

Tribunal Electoral Independiente (TEI) é uma instância criada para garantir a lisura e seguimento total do estatuto social da UNE-SN nos processos eleitorais tem a atuação semelhante a Comissão Eleitoral da APP-sindicato formada também para garantir a veracidade no processo eleitoral. Na sequência do Tribunal Electoral Independiente (TEI) da UNE-SN está o Tribunal de Disciplina que é conduzido pelo seguinte artigo do estatuto social UNE-SN:

Art. 82: Se fundará en la gravedad de falta cometida por los asociados y serán pasibles de amonestaciones, suspensión de sus derechos sociales o separación de la UNE-SN. En los casos de amonestación o suspensión, la resolución será tomada por el Comité Ejecutivo Nacional, luego de informarse de todos los antecedentes y que el acusado haya presentado en su defensa, dentro de un plazo de treinta días a partir de su notificación. La Resolución adoptada podrá apelarse ante el Congreso y el Consejo de Delegados que por el voto de la mayoría de los presentes, ratificará o revocar á la Resolución tomada por el Comité Ejecutivo Nacional. El Congreso y el Consejo de Delegados pueden también aplicar sanciones.

Art. 83: Las sanciones podrán ser aplicadas por el Comité Ejecutivo Nacional, como así mismo la amonestación, y las suspensiones no podrán exceder sesenta días.

Art. 84: SERAN SEPARADOS DE LA UNE-SN:

a) Los que provoquen un perjuicio o descrédito irreparable debidamente comprobada a la Entidad y los que desacatan las disposiciones institucionales.

b) Los que distrajeren dolosamente fondo de la Entidad.

c) Los que se atrasaren más de diez meses en el pago de su cuota social sin causa justificada.

Art. 85: Los Congresos y Consejos de Delegados, podrán levantar las sanciones cuando las circunstancias lo permitan. Los separados por mora se reintegrarán al actualizar el pago de sus de sus cuotas sociales.

O Tribunal de Disciplina da UNE-SN é uma instâncias que delibera juntamente com os delegados sobre sindicalizados que causarem danos ao sindicato. Na estrutura da APP-sindicato não há instâncias com essa natureza, mas existem deveres estatutarios que os



sindicalizados devem cumprir, em resumo demonstra-se o contido no estatuto 2012 da APP-sindicato, artigo 11 alínea III-“Trabalhar em prejuízo da APP-sindicato ou praticar atos incompatíveis com as disposições estatutárias e com os deveres dos sindicalizados”.

Seguindo a ordem estrutural da APP-sindicato vem a Assembleia Regional que é a instância máxima de deliberação dos Núcleos Sindicais regionais, devendo indicar posições nos assuntos que dizem respeito ao conjunto da categoria e posições finais, quando se tratar de questões da região. Participam os sindicalizados do Núcleo Sindical. Em seguida vem o Congresso Regional que ainda conforme o estatuto da entidade, é realizado para eleger os delegados (representantes) e debater as teses inscritas ao Congresso Estadual, e ainda, para deliberar sobre questões regionais propostas em pauta. Logo após vem o Conselho Regional que é composto pela diretoria regional, pelos representantes por local de trabalho, pelos representantes de municípios e pelos representantes de base junto ao Conselho Estadual da jurisdição no Núcleo Sindical. As atribuições do Conselho Regional são propor, acompanhar e avaliar campanhas reivindicatórias, as decisões políticas da diretoria regional, responsabilizar-se pelo processo eleitoral na jurisdição do Núcleo Sindical, apreciar e emitir parecer sobre o Plano Anual de Aplicação Orçamentária.

Sobre as três instâncias da APP-sindicato descritas acima não há como comparar com a UNE-SN, pois se identifica uma característica particular singular da APP-sindicato. Há porém, na UNE-SN um outro modo de organização que parte dos Comitê ou Organização de Base, no Estatuto Social (2012 p.19) dispõe o seguinte:

Art. 86: El Comité u Organización de Base, es la estructura fundamental de la UNE-SN y estará conformado por un número no menos de 20 asociados, su jurisdicción será institucional, interinstitucional, zonal, distrital, regional o nacional sectorial.

Art. 87: El Comité de Base se constituirá en Asamblea de Socios con la presencia de algún representante del organismo nacional de la UNE-SN y sus resoluciones constarán en el Libro de Actas correspondientes. Los Comités de Base en formación podrán participar en la Coordinación Regional con un representante con voz pero sin voto, a partir de siete asociados.

Art. 88: En Asambleas Ordinarias parciales, inmediatamente después de conocer los resultados de las elecciones de las Autoridades de la UNE-SN, los trabajadores organizados en Comité u Organización de Base, podrán integrar las autoridades conforme a la naturaleza de cada Base conjuntamente con los Delegados ya electo

Art. 89: La Mesa Directiva del Comité de Base u Organización, se constituirá como mínimo con un Presidente, Vicepresidente, Secretaría de Actas, Secretaría de Finanzas y Secretaría de Asuntos Laborales, en una



Asamblea parcial de la UNE-SN. La distribución de cargo será entre los Delegados Titulare electos, excepto de quien encabeza la lista que pasará a ocupar la Presidencia del Comité u Organización de Base.

Os representantes do Comites ou Organização de Base da UNE-SN são de acordo com o Art. 24 do estatuto social 2012 da UNE-SN “Los Delegados Titulares y Suplentes e serán elegidos cada cinco años, en el mismo acto eleccionario en que se eligen las autoridades nacionales. Se integrará la lista en forma proporcional a la cantidad de sócios.”

Semelhante ao Comite ou Organização de Base da UNE-SN esta a Direção Regional da APP-sindicato, parafraseando os artigos de 76 a 78 do estatuto da APP-sindicato 2012, a Direção Regional é uma instância executiva no âmbito de sua jurisdição, administrativa e gestora das finanças do Núcleo Sindical, é orientada pelas deliberações das Assembleias Regionais, do Congresso Regional e do Conselho Regional, sendo composta por dezesseis membros. É eleita de forma independente a cada três anos nas eleições gerais da APP-sindicato. Já os Comites ou Organização de Base da UNE-SN segundo BECKER (2009, p.28) “*Son células vivas del sindicato, cuya existência reposa sobre éstos*”, ou seja, é onde se leva as vivencias, o cotidiano dos trabalhadores na escola, é por meio dessa realidade que se constroem as pautas, que são discutidas e encaminhadas ao amplo debate no “Consejo Nacional de Delegados” e assim eles constroem o plano de lutas do sindicato a nível Nacional, enfim as reivindicações partem da base.

RESULTADOS ALCANÇADOS

Com a análise comparada observou que as semelhanças nas instâncias das estruturas da APP-sindicato (Brasil) e a UNE-SN(Paraguai) estão nos processos eleitorais, nos órgãos de deliberação, nos modos como as direções gerais se organizam na administração dos sindicatos e nas diretorias ou comitês regionais, nas instâncias de fiscalização

As diferenças da APP-sindicato (Brasil) e a UNE-SN(Paraguai) estão no modo de votação das pautas pertinentes a categoria, onde na UNE-SN são eleitos representantes (delegados) para votar as pautas da categoria, e já na APP-sindicato votam todos os sindicalizados em dia com sua contribuição sindical. Outra diferença é que a UNE-SN possui instância disciplinaria: O Tribunal Disciplinario, que tem a função de punir sindicalizados que lezarem gravemente a instituição, já APP-sindicato não possui esse tipo de instância, mas tem



normas no seu estatuto de funcionamento para a desfiliação de sindicalizados em caso de descumprimento das regras contidas nesse documento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O sistema capitalista na tentativa de garantir sua perpetuação, se transforma ao longo do tempo para garantir a sua perpetuação, e ao se transformar muda as relações de trabalho e todas as esferas da vida social. A divisão do trabalho é cada vez mais fragmenta e aliena as categorias de trabalhadores em funções especialistas. Em meio a esse contexto destaca-se o trabalho das organizações sindicais que representam a educação pública, pois mesmo passando entaves devido a parcialização do trabalho, tenta unificar os trabalhadores na luta por seus direitos.

Os sindicatos do setor educacional, especificamente, tem enfrentado recomendações das políticas neoliberais, como as seguintes indicações do Banco Mundial para a educação segundo LOUREIRO (2011, P.63):

As estratégias recomendadas pelos documentos, principalmente as respaldadas pelo discurso da universalização do ensino básico, sinalizam não somente para o corte das verbas educacionais, a privatização dos níveis educacionais não interessantes e a capacitação da força de trabalho flexível, mas para o objetivo de inculcar em larga escala prioridades, noções e valores sintonizados com o capitalismo contemporâneo. Em resumo, expressam a construção de um projeto político-ideológico que visa, com a participação da educação, manter as condições que estruturam a dominação capitalista no período neoliberal.

Dentre essas recomendações se sobressai o corte de investimento em educação, situação que tende a baixar a qualidade de ensino e a precarização do trabalho docente. Quanto ao trabalho em educação Dal Rosso *et al* (2011 P.18) considera que *O docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais.* Portanto o trabalhador em educação, não diferente dos outros trabalhadores, busca alternativas em defesa de seu espaço de trabalho, na garantia de meios de subsistência. Então como alternativa de luta, ações capitalistas os



educadores se organizam e estruturam-se em sindicatos que na visão de Antunes (1980, p. 13):

Os sindicatos são portanto, associações criadas pelos operários para sua própria segurança, para a defesa contra a usurpação incessante do capitalista, para a manutenção de um salário digno e de uma jornada de trabalho menos extenuante, uma vez que o lucro capitalista aumenta não só em função da baixa de salários e da introdução das máquinas, mas também em função do tempo excessivo de trabalho que o capitalista obriga o operário a exercer.

No setor da educação, com se descreve neste trabalho, os sindicatos tem se constituído com estruturas sólidas que permitem posicionar-se de forma contundente, na defesa dos interesses dos trabalhadores em educação e da função social da educação, que é transmitir com qualidade os conhecimentos acumulados pela humanidade. DAL ROSSO (2011, p.25) diz que *o papel do sindicato é um papel de contestação e desafio à ordem estabelecida. O sindicato vai além da ordem. Questiona a validade desta ordem e apresenta parâmetros para sua mudança.* Conforme o autor os sindicatos docentes podem ser elementos de disputa contra-hegemônica, ousa-se em dizer que os sindicatos podem ter um potencial internacionalista proletário, no sentido de articulação da luta dos trabalhadores em educação de outros países.

A Contribuição deste trabalho é de trazer maior conhecimento acerca da organização estrutural dos sindicatos examinados, possibilitando agregar maior conhecimento e vislumbrar as semelhanças e diferenças, enriquecendo ambos os sindicatos com o que o outro têm a contribuir.

A pesquisa sobre as estruturas organizacionais sindicais abrange a interdisciplinaridade, no sentido de que o formato de uma instituição é instigado pelo modelo social que o envolve, desse modo abarca áreas das ciências sociais e humanas (especificamente a política, o direito, a educação, a história entre outros). Enfim as estruturas de organização sindicais se definem conforme o contexto, a realidade e a totalidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se relevante a realização deste estudo comparativo das estruturas dos sindicatos em educação: União Nacional de Educadores-Sindicato Nacional (UNE-SN)-Paraguai e APP-sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná- Brasil porque através da exposição de suas estruturas de organização sindical pode se conhecer as



particularidades de cada sindicato, suas semelhanças e suas diferenças, ou seja realizou-se um paralelo das estruturas organização de um sindicato em educação do Brasil e do Paraguai. Entende-se que são países tão próximos territorialmente devido a fronteira, mas tão distantes na questão inter-relação e de conhecimento de suas realidades educacionais e sindicais. Este estudo demonstra que tanto a APP-sindicato como a UNE-SN tem se organizado as suas bases em estruturas sólidas que garantem sua resistência aos ataques a classe dos trabalhadores em educação de seus países.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, G.; BENÍTEZ, M. A. A. *De la cooptación a la autonomía: La búsqueda de identidad de las organizaciones docentes en el Paraguay*. Rio de Janeiro : Fundação Konrad Adenauer, 2009.

BONAVIDES, P. *Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência, por uma nova hermenêutica, por uma repolitização da legitimidade*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

DAL ROSSO, S. *Contribuições para a teoria do sindicalismo no setor da educação*. In *Associativismo e Sindicalismo em Educação – organização e lutas*. Brasília: Paralelo 15, 2011.

Estatuto Social da Unión Nacional de Educadores-Sindicato Nacional (UNE-SN) Paraguai, 2012.

Estatuto da APP-sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná- Brasil, 2012

FRIGOTTO, G. *A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais*. *Ideação*, Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 41-62, jan./jul. 2008.

GONÇALVES, S. R. *Movimento operário e estado: a APP-sindicato – A organização e as lutas dos trabalhadores na educação da rede pública estadual do Paraná*. / Sebastião Rodrigues Gonçalves – Curitiba, 2007.

LOUREIRO, B. R. de C. *Reforma educacional neoliberal: uma análise política da concessão de bônus-mérito do governo José Serra (2007-2010) aos professores da rede estadual paulista* / Bráulio Roberto de Castro Loureiro –Marília, 2011.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer Pesquisa Qualitativa*. 3. ed.: Vozes, 2008. 181 p.



OCUPAÇÕES URBANAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: O DIREITO À MORADIA EM QUESTÃO

FALBO, Ricardo Nery*Université Paris 2; Professor Adjunto de Sociologia Jurídica – UERJ
nery.falbo@gmail.com***FALCÃO, Monique***Mestre em Direito – UERJ; Professora assistente e pesquisadora – USU
mqfalcao@gmail.com*

190

RESUMO

O avanço do capitalismo tem produzido a distinção entre sociedades global e industrial quanto ao fundamento de produção de sociedades modernas ocidentais. O Rio de Janeiro, politicamente administrado desde a década de 90 segundo princípios e práticas do empreendedorismo urbano, vem sendo palco de uma relação dialética específica entre sociedade global e direitos humanos. Neste trabalho, os governos, de um lado como atores políticos, e a produção de bem-estar da sociedade, de outro lado como contexto normativo democrático de mediação entre política e vida social, serão confrontados enquanto condições materiais de efetivação de direitos fundamentais. Duas ocupações urbanas existentes no centro do Rio de Janeiro nos anos 2000 serão a base empírica apresentada para o estudo dos efeitos concretos das normas jurídicas e políticas públicas de urbanização da cidade. Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho opera o deslocamento do direito do campo tradicional para o campo da investigação empírica e sua ressignificação enquanto “processo” social.

Palavras-chave: Urbanização. Gentrificação. Ocupações Urbanas. Movimentos Sociais.

ABSTRACT

The advance of the capitalism has been producing differences between global and industrial societies for the fundament of the production of modern occidental societies. Politically administrated since the 90s under practices and principles of urban entrepreneurship, Rio de Janeiro lives a dialectic and specific relationship between global society and human rights. In this work we face government acts and its normative context as the follow: one side, the government as an politic actor and the welfare for society and, on the other side, the normative democratic context of mediation between politics and social life, them both will be put face to face as material conditions of effectuation of fundamental rights. Two urban occupations existing in center of Rio de Janeiro in 2000s will be the empirical basis to study the concrete effects of legal norms and public politics of urbanization in the city. This study allows us, in the end, in a theoretical and methodological way transfer the science of law from traditional field to the empirical investigation field.

Key-words: Urbanization. Gentrification. Urban Occupations. Social Movements.



INTRODUÇÃO

Este trabalho parte da ideia geral segundo a qual toda situação de crise ou de mudança social termina por revelar processos e estruturas sociais em formação (IANNI, 1992: 11). A crise do socialismo e a expansão do capitalismo no mundo na segunda metade do século XX ilustram esta ideia geral. Ainda de modo geral, o avanço do capitalismo tem produzido a distinção entre sociedade global e sociedade industrial quanto ao fundamento da produção destas sociedades. Esta se caracterizando pelo uso de fontes de energia; aquela, pela qualidade do conhecimento e pelo processamento da informação (CASTELS, 1989: 17).

Como a sociedade global é considerada como sendo realizada no espaço local das cidades globais, estas cidades são consideradas como sendo mercados multinacionais, de empresas e de governos, mas também como locais de produção pós-industrial para os fluxos da economia global (SASSEN, 1998:36). E fazem parte da morfologia da sociedade global e da cidade global os direitos humanos. Afinal, o avanço do capitalismo tem sido identificado com a expansão dos direitos humanos com o fim do mundo bipolar caracterizado pela Guerra Fria, e os direitos humanos têm sido reconhecidos como condição de expansão do capitalismo quanto ao caráter emancipatório que lhes tem sido atribuído.

De forma específica, a relação dialética que articula sociedade global e direitos humanos será abordada segundo a problematização da efetivação do direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro enquanto lugar-chave da economia global que, desde a década de 1990, tem sido politicamente administrada de acordo com os princípios e as práticas do empreendedorismo urbano. De um lado, os governos locais, municipais, serão considerados como atores políticos que, ao contribuírem para processo de globalização do capitalismo, participam também do processo de produção do bem-estar social local (BORJA, CASTELLS, 1997:15). De outro lado, a própria produção do bem-estar da sociedade no âmbito das cidades será considerado no contexto democrático tanto da delegação da responsabilidade formal como através de formas de mediação da política e da vida social, com ênfase especial no papel desempenhado pelos



direitos fundamentais (HÄBERLE:1997: 36).

Neste sentido, proceder-se-á à distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos, e entre direitos positivados e direitos humanos, quanto à ideia de discurso que permite distinguir a realidade “direito” das “aspirações” (BOBBIO, 1992:15-16) ou das “afirmações” produzidas sobre o direito (FALBO, 2011:02-14). Esta distinção constitui condição teórico-metodológica fundamental da análise do direito à moradia como direito social constitucionalmente reconhecido. Ela permitirá ainda a análise do direito à moradia com base no arcabouço institucional referido à Constituição Federal Brasileira, à Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o Estatuto da Cidade, e o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, considerando o direito urbanístico brasileiro aqui descrito com base em sua estrutura normativa republicana e federativa, pós CF\88, em atenção ao método tradicional de pensamento jurídico, lógico e formal, antecedente e pretensamente determinante para a construção da realidade social.

A análise normativa do direito à moradia como direito social, direito esse que opera como condição da produção de justiça social e que legitima a soberania do Estado nacional brasileiro, será confrontada com a gestão da cidade do Rio de Janeiro segundo o modelo histórico vigente que consiste em administrar a cidade como uma empresa no contexto pós-fordista. Esse confronto define a condição fundamental de análise do arcabouço institucional, quanto à sua possibilidade de efetivação, e da estrutura do Estado, quanto à sua capacidade e seu poder políticos de consecução de políticas urbanas voltadas para a realização de programas sociais e a urbanização de forma democrática.

Entre a política dos governantes (nacional e municipal) e o imperativo da economia global, a realidade social no contexto do direito à moradia será abordada quanto a duas Ocupações de prédios públicos abandonados na zona central e portuária da cidade do Rio de Janeiro. Isto será feito com o objetivo de conhecer a situação de fato da relação que articula política (Estado, município) e economia (fluxos econômicos globais, cidade global). Estas Ocupações - Chiquinha Gonzaga e Quilombo das Guerreiras - são algumas das ocupações que foram removidas como consequência de políticas de reurbanização da cidade do Rio de Janeiro, políticas essas implementadas



desde o governo do Prefeito César Maia (1993) e que procuram tornar a capital fluminense espaço mais atrativo para investimento do capital internacional. Assim, além do processo de gentrificação que criam, as intervenções do poder público - em parceria com o poder privado e através da realização de obras de requalificação urbanística e modernização do espaço urbano historicamente degradado - têm procurado “reinventar” a cidade por meio da remoção dos assim considerados “obstáculos” ao processo de modernização da modernidade.

Do ponto de vista econômico, este processo é o mesmo processo de modernização do capitalismo (COMPANS, 2004), que, historicamente avançando de forma global, produz seus efeitos de forma local nos espaços das cidades. Assim, o processo de modernização do capitalismo revelaria o protagonismo das cidades na ordem econômica global (HARVEY, 1994) e permitira pensar modelo específico de gestão urbana denominado de “empreendedorismo competitivo” (BORJA, CASTELLS, 1996).

Do ponto de vista teórico-metodológico, o que se pretende realizar neste trabalho é o deslocamento da reflexão do direito do campo tradicional onde o fenômeno jurídico é abordado de forma dominante como “produto” normativo para o campo da investigação empírica onde o direito é compreendido também como “processo” social. Esta mudança quanto à concepção de direito importa orientação quanto à realização da pesquisa empírica e envolve dimensões tanto políticas quanto sociais da realidade onde o direito é construído com a participação social e coletiva de indivíduos que agem na prática de acordo com a visão que possuem do direito e segundo contexto histórico-social determinado. No entanto, a condição para pensar o direito e pesquisar o direito como realidade processual supõe a definição social do destinatário do direito como sujeito histórico que se reconhece como tal e que transforma sua situação e seu meio ambiente.

Sem a realização desta condição, o direito do sujeito - agora rompido de sua relação com o sujeito do direito para tornar-se apenas direito - continuará sendo pensado e pesquisado apenas como produto. A consequência que daí decorre para o mundo do direito é a sua incapacidade teórica de análise conjuntural de contextos históricos e



sociais específicos e, por conseguinte, de compreender o direito na sua relação com a realidade tanto político como social.

Do ponto de vista metodológico, os procedimentos aqui utilizados encontram sua fundamentação na visão de método que supõe, de modo dialético, a articulação entre processo e produto na explicação do direito. Desta forma, a investigação empírica do direito no contexto das Ocupações mencionadas fora conduzida segundo os princípios e práticas do trabalho de campo e da análise da conversação e das práticas da linguagem na chave da etnometodologia de Harold Garfinkel (1974)¹, bem como de acordo com a observação empírica de seu pesquisador. Centrada na análise psicossocial, esta abordagem teórico-metodológica privilegia a explicação das ações coletivas e dos atores sociais através das ações dos indivíduos e permite a investigação dos movimentos sociais quanto a seus membros e a suas realizações práticas na vida cotidiana. Com ênfase na linguagem cotidiana e no senso comum prático, a etnometodologia entende que as descrições do social feitas por seus membros, no momento mesmo em que elas são manifestadas, se constituem em partes do próprio social que é descrito. Esta metodologia constitui tentativa de superação das dicotomias tradicionais de que se vale o direito para conhecer o direito de forma independente de sua relação com mundo. Ela instaura a condição de possibilidade de reconciliar a teoria com a prática, o pesquisador com seu objeto de investigação e, assim, pensar o direito na relação que articula processo e produto.

¹ Teórico-metodologicamente, os conceitos construídos pelos integrantes das ocupações puderam ser agrupados num instrumento social e racional de análise empírica que permitiu a observação da coesão do grupo a partir do conceito metodológico de “accountability” e “reflexibility” de Harold Garfinkel: “Ethnomethodological studies analyze everyday activities as members’ methods for making those same activities visibly-rational-and-reportable-for-all-practical-purposes, ie, “accountable”, as organizations of commonplace everyday activities. The reflexivity of that phenomenon is a singular feature of practical actions, of practical circumstances, of common sense knowledge of social structures, and of practical sociological reasoning. By permitting us to locate and examine their occurrence the reflexivity of that phenomenon establishes their study.” (GARFINKEL, 1967: vii).



1. CONSTRUÇÃO LÓGICO-FORMAL DA REALIDADE JURÍDICA, ECONÔMICA E SOCIAL

O direito urbanístico no Brasil se apresenta positivado em três esferas normativas federativas: federal, estadual e municipal. No plano constitucional, a Constituição Federal prevê tanto o dever do Estado em incentivar o desenvolvimento econômico e urbano, como direito à moradia como direito social, com natureza jurídica, portanto, de norma programática. No plano legislativo infra-constitucional, as normas positivam diretrizes para a construção da política pública necessária para efetivação do direito à moradia e de urbanização da cidade. Os princípios norteadores presentes nessas normas preconizam o desenvolvimento com base no estímulo à iniciativa privada, à participação popular e à redução do déficit de moradia como instrumentos tanto de exercício democrático, redução de desigualdades e, portanto, efetivação de direitos humanos, como de desenvolvimento econômico e urbano.

Do conjunto desses elementos normativos é possível deduzir a norma constitucional que impõe a compatibilização entre iniciativa privada, direito individual de propriedade, organização econômica da cidade e efetivação do direito à moradia como direito fundamental e dever fundamental do Estado. As políticas públicas de urbanização e habitação são a materialização, na realidade social, do dever fundamental do Estado quanto à concretização da habitação. A natureza jurídica do direito fundamental social à moradia, enquanto norma constitucional programática, impõe ao Estado o dever de materializar condições econômicas e sociais diretas para que o povo exerça o direito fundamental à habitação. Instrumentalizando normativamente este direito social, o art. 23, IX da CF/88 impõe a todos os entes federados a competência administrativa comum para promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

Já no campo infraconstitucional legislativo, a norma nacional prevalente que regulamenta diretrizes gerais a serem aplicados a todos os entes federados é o Estatuto da Cidade – Lei 10.257/2003. E, ainda no legislativo, em nível municipal, o Plano Diretor é elaborado a fim de materializar, para cada município, os critérios específicos e



econômicos para zoneamento urbano das atividades econômicas e residenciais ali desenvolvidas.

Os fundamentos constitucionais de livre iniciativa e direito individual da propriedade, de um lado, e condicionamento do uso da propriedade conforme interesse público e estatal, de outro lado, são a base nas quais o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor desenvolvem critérios para as políticas públicas de moradia e desenvolvimento econômico local. Essa compatibilização entre direito individual de propriedade, direito fundamental social à moradia e interesse público é reflexo dos objetivos fundamentais constitucionais referentes à garantia do desenvolvimento nacional e redução das desigualdades sociais e regionais (CR/88, art. 3º).

No plano legislativo nacional, o Estatuto da Cidade, em seus dois grandes objetivos normativos, previstos no art. 2º, discrimina critérios legais, valores democráticos (incisos IV, V e VI), participação popular e cooperação entre governos e iniciativa privada (incisos II e III) para a preservação do presente e futuro e articula deveres de Estado e direitos do particular sob a forma de instrumentos jurídicos de intervenção do Estado na propriedade e de condicionamento do uso econômico do solo urbano. Com o objetivo de estabilização democrática de acesso e uso ao solo urbano, existem, ainda, instrumentos “integrantes de um urbanismo popular” (SUNFELD, S/D:58), o que leva parte da doutrina (SAULE Jr. (2004: 218) a sustentar que as normas do estatuto da cidade devem sobrepor-se ao Código Civil para fins de defesa do direito à moradia no que tange à proteção – ou sua flexibilização – do direito de propriedade privada, fundando-se em princípios de especialidade e função social da propriedade.

Em nível municipal, o Plano Diretor materializa a ordenação da cidade conjugando duas esferas: a formal, com base nos critérios do estatuto da Cidade, e a material, com base nas peculiaridades econômicas, ambientais, geográficas e sociais do município e conta com instrumentos específicos² democratizantes de acesso à cidade, prevê promoção da universalização do acesso ao saneamento básico, recuperação, reabilitação e conservação dos espaços e prédios livres públicos e do patrimônio construído em

² Lei de Uso e Ocupação do Solo (PLC 33/2013), a Lei de Parcelamento do Solo (PLC 29/2013) e os Códigos de Obras, Edificações, Licenciamento e Fiscalização, e Ambiental (PLC 31, 32 e 30 de 2013).



áreas degradadas ou subutilizadas, Há previsão, ainda, de aproveitamento de terrenos ociosos ou subutilizados principalmente para fins habitacionais ou como espaços livres de uso comunitários, parques, áreas verdes e de lazer.

A concretização política desta realidade normativa se deu com o Projeto denominado Porto Maravilha que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro (LC 111/2011), cuja finalidade, conforme site oficial, é promover a reestruturação local, por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos da região, visando à melhoria da qualidade de vida de seus atuais e futuros moradores e à sustentabilidade ambiental e socioeconômica da área. A natureza jurídica destas operações é de parceria público-privada, na modalidade de concessões administrativas, instrumento jurídico-político instituído nos anos 90 no direito brasileiro com o objetivo de descentralizar políticas públicas, atribuindo sua execução à iniciativa privada (DI PIETRO, 2008:07)

Institucional e juridicamente, corporificando as operações previstas na LC 111/2011, foi criada pela LC municipal 102, a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), com natureza jurídica de sociedade por ações de economia mista, controlada pelo Município do Rio de Janeiro (art. 1º). Ela é responsável por promover direta ou indiretamente o desenvolvimento da Área de Especial Interesse Urbanístico – AEIU – da Região do Porto do Rio, e tem o objetivo de articular o diálogo entre órgãos privados e públicos e a Concessionária Porto Novo.³

³<http://portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4315>. Este projeto teve início no governo municipal de César Maia, início dos anos 90, com o objetivo de elevar o Rio de Janeiro à categoria de cidade global e fez parte de uma agenda reformista de recuperação da cidade da crise econômica e social que vinha enfrentando desde a década de 70 (COMPANS, 2005). O governo do Prefeito Eduardo Paes, a partir do final dos anos 2000, intensificou os projetos de concretização do Plano Diretor do Rio de Janeiro, sendo o Porto Maravilha um destes projetos. No campo habitacional, os projetos de habitação por interesse social foram concretizados em programas do poder executivo, de desapropriação e remoção, realocação de famílias, concretizados no programa Minha Casa Minha Vida e outros programas de financiamento, subsídios tributários e indenização.³ Como objetivo expresso de regularização fundiária, prevê o Projeto a necessidade de “reconhecer e garantir a posse, conceder ao morador o título de propriedade ou de concessão individual ou coletivo”.



2. AÇÃO SOCIAL CONTRA A REALIDADE JURÍDICO-POLÍTICA

A partir da compreensão fundada na teoria crítica do direito, segundo a qual a norma jurídica material é construída a partir da realidade social (HORKHEIMER, 1974:23), as práticas cotidianas são retratadas, neste trabalho, como fonte material da norma jurídica. Isto se dá na medida em que a estrutura de demandas formuladas por estes grupos conta com argumentos, conceitos e propostas políticas fundadas em necessidades sociais e econômicas individuais, organizadas racionalmente sob a forma de um “coletivo” capaz de assumir posição de ação e reação social frente ao normativismo imposto pelo Estado.

Dentre os moradores afetados pelas políticas públicas acima descritas estão os das Ocupações Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras, ocupantes de prédios públicos abandonados na Zona Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, entre os anos 2000 e 2012 (FALBO, 2012; FALCÃO, 2015). São comunidades consideradas ilegais, que ocuparam prédios públicos abandonados sem autorização legal e sem nenhum embasamento jurídico pré-existente. As famílias integrantes foram removidas e incluídas em programas habitacionais como Minha Casa Minha Vida, Aluguel Social e programas de indenizações pela remoção forçada. Em entrevistas realizadas nas referidas Ocupações, as falas de seus moradores reproduzem sentimentos de reação aos mecanismos jurídicos do legislativo e do executivo que não foram implantados ou que, uma vez implantados, não atendem a suas necessidades.

Nas Ocupações, o conceito de moradia por interesse social e os programas de realocação não atendem aos objetivos pessoais e específicos das famílias. A noção de cidadania está relacionada à ideia de pertencimento ao centro da cidade, de pertencimento ao espaço público, ao exercício do trabalho, da moradia. O conceito de cidade e cidadania, para as Ocupações, ultrapassa a organização formal viária, de transportes e de zoneamento. Ele se caracteriza como conquista por trabalho e esforço próprios diante do que os moradores das Ocupações consideram como sendo omissão do Estado. Eles não reconhecem a legitimidade dos programas habitacionais e das melhorias de políticas públicas, porque i) se consideram excluídos, na medida em que



não preenchem requisitos legais necessários para usufruir dos programas e ii) as condições e ofertas dos programas não atendem às suas necessidades específicas.

As Ocupações reagem às exigências normativas diante de sua impossibilidade em cumprir normas específicas para a construção e reforma de imóveis e diante da remoção, pelo Estado, de quem não cumpre tais normas para longe do centro da Cidade, onde não acreditam não existir infra-estrutura necessária para dar continuidade a seus objetivos pessoais.⁴ Outro exemplo de reação é o questionamento com o que consideram descaso do Poder Público com as obras e programas voltados para realocação dessas famílias.⁵

Na medida em que essas Ocupações sequer se referem ao termo direitos fundamentais e utilizam a categoria “cidadania” para justificar legitimamente a permanência no prédio, observa-se um hiato entre as linguagens dos dois campos: Estado e Realidade. Por seu turno, as Ocupações usam a categoria cidadania como fundamento para participação direta *e sem intermediários estatais* na construção e satisfação de suas necessidades imediatas, conforme possibilidades materiais e econômicas disponíveis.⁶ Há compreensão expressa, portanto, da necessidade de “luta”, de busca por exercício dos direitos fundamentais, ainda que sem apoio ou rejeição do próprio Estado. O Estado é visto como omissor, e o direito, como legitimador das condutas materiais, espontâneas de grupos sociais para exercício direto e sem intermediários políticos e jurídicos de seus direitos previstos constitucionalmente.

O Estado, por sua vez, usa a linguagem referente à efetivação de direitos e democracia participativa como fundamento das políticas públicas de concretização dos

⁴Tá escrito na Constituição direito à moradia, mas por que não no centro? “[...]” Tem que levar para longe, esgoto acaba, dá infiltração – Sepetiba. - Juvenal Alves de Lima Filho, 25/01/2011 (FALCÃO L. 2015)

⁵É possível resolver moradia – ainda tão fazendo as casas do livramento – mas depois o pessoal se esquece, é pobre. A obra demora demais. Mas não querem terminar por interesse deles. – fazer hotel para turista é mais vantajoso. Investimento com nossos impostos; quando compra qualquer coisa, a gente paga imposto; camelô também paga imposto. Juvenal Alves de Lima Filho, 25/01/2011 (FALCÃO L. 2015)

⁶Me vejo cidadão assim: foi uma luta, não comprei esse espaço, mas lutei, melhorei, limpei. A luta da Ocupação Zumbi dos Palmares é por morar no centro da cidade, não necessariamente neste prédio. Cidadania é trabalhar de alguma forma, conquistar, valorizar, não pensar no individual, é participar “[...]” “a força é de atitude. A partir de quando se conhece o direito, começa a lutar. Ele [o Direito] pode estar escrito, mas tem que buscar. Tem que tomar atitude para esse direito acontecer. Antonia Ferreira dos Santos, 27/01/2011. (FALCÃO L. 2015)



critérios presentes no Estatuto da Cidade e Plano Diretor. O Estado procura impor sua realidade normativa e política à realidade social, revelando a incompatibilidade da norma jurídica com a realidade social para a qual está destinada⁷ e justifica sua política de remoções ao vinculá-la a uma participação popular, em nome das previsões da CERJ, do Estatuto da Cidade e do Plano Diretor, afirmando que há diálogo entre o Poder Executivo e os integrantes das ocupações. Trata-se da chamada “remoção democrática”, que se diferenciaria das remoções ocorridas no início do século, quando da Reforma Pereira Passos⁸.

Observa-se com as falas de integrantes das ocupações que as reivindicações de permanência no imóvel ou na região do centro da cidade não são atendidas, não são consideradas como fruto de participação popular, nem são consideradas como deveres a serem prestados pelo Estado.⁹ Mais que isso, essa incompatibilidade e não reconhecimento geram a necessidade material de luta por construção do direito no Centro, o que se reflete na busca de construção de um direito específico que não está positivado, mas decorre das necessidades cotidianas da população.

As falas dos moradores das Ocupações são capazes de promover a compreensão dessas necessidades como interpretações específicas, pelas Ocupações, das normas e políticas públicas estatais aqui descritas. Isto significa, para eles, a construção de um direito com base nas necessidades sociais cotidianas, identificadas pelos membros como partes integrantes de uma coesão social racionalmente construída atendendo demandas pessoais específicas que, por sua vez, se distanciam da realidade tal como construída ou imposta normativamente. A realidade social não é, portanto, construída com os mesmos

⁷A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro reconheceu que o perfil sócio-econômico dos moradores das referidas Ocupações não se enquadrava nas exigências legais e afirmou, por exemplo, por ocasião da remoção da Ocupação Quilombo das Guerreiras que: “Tivemos outras tentativas de invasão no Alemão e na Cidade de Deus. A gente viveu isso agora na Região Portuária, no Quilombo das Guerreiras. A gente tinha negociado há seis meses, o pessoal que estava lá saiu e ganhou casas novas, mas foi um tal de família invadindo. Quando nós demos o aluguel social, ninguém apareceu porque todo mundo tinha renda maior. Para mim, aquilo é uma ação organizada. Não estou dizendo que não tenham pessoas carentes, mas a Prefeitura dispõe de canais adequados para a oferta de moradias. A gente não vai ficar passando a mão na cabeça de quem ficar invadindo área de posse.” <http://extra.globo.com/noticias/rio/pessoas-que-invadiram-terreno-da-oi-esperam-agora-os-programas-sociais-12101911.html#ixzz2yGUP0kIT>

⁸<http://blog.indisciplinar.com/a-copa-contra-o-direito-a-cidade/>

⁹<http://global.org.br/programas/comunidade-do-rj-resiste-a-remocao/>



elementos de interesses coletivos e econômicos estatais. Esta é a característica específica da realidade social das Ocupações que se apresenta como reação às normas e políticas públicas estatais.

A seguir, é apresentado o contexto histórico-social com base no qual as ocupações arguem suas demandas materiais e articulam suas ações contra a realidade normativa que lhes é imposta aprioristicamente.

3. SOCIEDADE GLOBAL E CIDADE GLOBAL: FUNDAMENTO PARA GESTÃO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Situações de crise ou de mudança social são situações reveladoras de relações, processos e estruturas sociais em formação, pouco conhecidos ou mesmo ignorados (IANNI, 1992: 11). Considerando que a sociedade global não é realidade histórica totalmente constituída - e sim processo em curso que coexiste com a sociedade industrial (nacional) que se transforma -, a definição de situações críticas desta sociedade constitui as condições de caracterização da sociedade global.

Cidade global - ao lado das zonas de processamento das exportações e dos centros bancários *offshore* - é um dos lugares que simbolizam a globalização do capitalismo. “As cidades globais são os lugares-chaves para os serviços avançados e para as telecomunicações necessárias à implementação e ao gerenciamento das operações econômicas globais. Elas também tendem a concentrar as matrizes das empresas, sobretudo daquelas que operam em mais de um país” (SASSEN, 1998:35¹⁰). Assim, do ponto de vista político, a cidade global - lugar estratégico de produção, mercado e comando da globalização econômica - continua sendo também lugar dos governos, com as mesmas prerrogativas das empresas multinacionais. Isto significa que as características da globalização “incluem também mudanças na natureza dos Estados e nos sistemas de Estados” (IANNI, 1992:24). Se, nas sociedades industriais, o papel dos Estados e governos era o de proteger as economias nacionais, de modo a garantir níveis

¹⁰ A autora de *As Cidades na Economia Mundial* tinha por objetivo opor as cidades globais às megacidades.



adequados de emprego e de bem-estar social, nas sociedades globais, a prioridade é quanto ao alinhamento e adaptação das economias nacionais às exigências da economia global. A mudança de função dos Estados e dos Governos nacionais, colocados na mesma situação de igualdade contratualista das empresas na sociedade e economia globais, importa o reconhecimento da “crise dos Estados nacionais” e da “deslegitimação do poder político nacional”, bem como do “novo protagonismo dos governos locais” e do “[novo] papel das cidades na reestruturação capitalista” (COMPANS, 2004: 37-76). Ela levanta também controvérsias políticas, ideológicas e teóricas quanto a modelos de gestão da cidade no século XXI.

A hipótese segundo a qual a “situação de integração financeira global tornou literalmente impossível toda política monetária nacional, autônoma” (CASTELLS: 2002: 41-42) tem implicado o reconhecimento da crise de legitimidade dos Estados nacionais quanto à sua capacidade de continuar exercendo controle sobre a economia, principalmente sobre os mercados de capitais. Ao homogeneizar em escala planetária o processo de mudança de acumulação do capital, a globalização financeira tem sido identificada com o processo definidor da crise do modelo de regulação fordista caracterizador dos Estados nacionais a partir do período do pós-guerra.

Assim, num contexto de desengajamento dos Estados nacionais em relação às políticas sociais e urbanas, potencializado pela própria globalização, e de crise nos setores tradicionais do mercado de trabalho e nas condições de vida, não haveria outra forma de gestão para as grandes cidades senão através da competição capaz de atrair capitais (HARVEY, 1994).

A este modelo de gestão das cidades, chamado de empreendedorismo urbano, é possível contrapor o chamado modelo de “gestão democrática”. Este modelo supõe o exercício da democracia para além do simples procedimento de representação. Ele se fundamenta no diálogo com a população das cidades, que tem o direito e o dever de participar do processo de formação das decisões políticas.

Afinal, “a democracia não se desenvolve apenas no contexto de delegação da responsabilidade formal” (HÄBERLE: 1997: 36); “ela se desenvolve também por meio de formas refinadas de mediação do processo público e pluralista da política e da práxis



cotidiana, especialmente mediante a realização dos direitos fundamentais”(Idem). Esta é a hipótese segundo a qual a gestão democrática da cidade supõe o protagonismo político de sua população no processo de definição e execução de políticas urbanas.

CONCLUSÃO

De um lado, a definição de cidade global como lugar-chave que representa o local da globalização do capitalismo tem traduzido concepção teórica capaz de revelar relações, processos e estruturas sociais em formação em qualquer parte do mundo desde a segunda metade do século XX. De outro lado, desde a década de 1993, a gestão da cidade do Rio de Janeiro tem-se orientado pela implementação da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento local do espaço urbano e à realização e controle das operações econômicas globais. No entanto, o fato de não se reconhecer que a política urbana adotada para a capital fluminense não constitua instrumento político de realização do modelo teórico definidor de sociedade global e cidade global não significa negar que a concepção de globalização não tenha estratégica e ideologicamente fundamentado a gestão da Cidade do Rio de Janeiro desde os anos de 2009.

Ainda que não se afirme que o Rio Janeiro seja a realização histórica do modelo teórico que define a categoria “cidade global”, o fato é que a capital fluminense tem sido politicamente administrada segundo modelo de gestão que compreende a organização e o funcionamento da cidade como empresa no contexto da modernização e da globalização do capitalismo. Neste sentido, o empreendedorismo urbano que define o modelo de gestão do Rio de Janeiro tem procurado tornar a cidade mais atraente ao capital internacional e mais competitiva quanto a outras cidades no mundo por meio da realização de obras públicas capazes de viabilizar o avanço do “projeto” do capital global.

Assim, a reestruturação econômica da cidade tem revelado o protagonismo político dos governantes locais desde a década de 1990 e refundado as relações de poder entre o Estado Federal e o município do Rio de Janeiro, entre os governantes nacionais



e locais. Essa mudança na estrutura política do País - ainda que não universalizável para todas as áreas da vida social - tem sido a expressão de novo tipo de relação entre a esfera política do governo e a esfera econômica de produção, entre o setor público, do poder de subordinação, e o setor privado, do poder coordenação. Como meio de realização das condições de viabilização do avanço do capitalismo que se globaliza no espaço local de cidades determinadas - segundo características específicas (geográficas, culturais, políticas, econômicas)-, as parcerias público-privada têm tornado o Estado e os municípios, bem como seus governantes, em parceiros do capital global.

Este tipo de relação entre a política e a economia termina por atender às exigências do fluxo econômico global, cuja satisfação depende da seleção política quanto a cidades específicas e, dentro destas, quanto a áreas determinadas capazes serem transformadas em lugares-chaves de direção e comando da economia global quanto a necessidades particulares. Independentemente da explicação do empreendedorismo urbano como resultante da história do capitalismo em sua fase global e financeira ou como estratégia política da política de governos locais em determinado momento histórico, o fato é que ela, em sua relação com a hegemonia dos novos interesses econômicos globais, tem produzido consequências sócio-econômicas dissolventes dos ideais de justiça social e democracia social na área social da habitação e jurídico-políticas desestabilizadoras do arcabouço institucional legitimador de políticas públicas voltadas para a consecução daqueles mesmos ideais.

A vantagem comparativa entre as cidades - e dentro das cidades - que orienta o empreendedorismo urbano produz novas e maiores desigualdades para dentro das cidades e entre as cidades de uma região - e entre esta e o conjunto do País - quanto ao acesso à habitação. De um lado, como direito social constitucionalmente reconhecido para todos, a habitação não tem sido produzida ou não tem sido reconhecida senão segundo imperativos da economia global. Isto em função de sua natureza de norma programática, que torna a eficácia deste direito dependente diretamente de políticas públicas estatais que, por sua vez, somente são desenvolvidas materialmente segundo valores, necessidades e interesses sócio-econômicos vigentes temporal e espacialmente. Este fato questiona a natureza instrumental das normatividades que representam a



Constituição Federal, a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro. Estas normas positivaram a previsão de participação popular, desenvolvimento econômico e acesso aos serviços públicos na cidade, todos associados à redução de déficit de moradias. Mas, não há, entretanto, nenhum critério sócio-político concreto que defina ou oriente esses instrumentos de efetivação da política de urbanização. Eles definem a dimensão simbólica e argumentativa que tem caracterizado a política de urbanização na cidade do Rio de Janeiro. De outro lado, como área de atuação dos governos - e, por conseguinte, como estratégia política-, ou como elemento invariável do próprio poder político- e, por conseguinte, como estrutura do Estado e dos municípios-, a habitação tem orientado no Rio de Janeiro políticas de urbanização de natureza segregacionista e de produção não satisfatória de moradia social porque não produzida de modo democrático e de atuação não satisfatória porque também não democrática quanto ao reconhecimento das moradias populares representadas, por exemplo, pelas Ocupações de prédios públicos abandonados na Cidade.

E, assim, o direito à cidade, como direito à habitação, tem sido direito sistemática e universalmente não efetivado. E, assim, a violação do direito à habitação, como direito social fundamental, tem reforçado a natureza discursiva dos direitos humanos enquanto ideologia que instrumentaliza a luta política por emancipação em relação ao Estado e ao município do Rio de Janeiro, e a seus governantes, quanto a políticas de urbanas não democráticas e segregacionistas. No entanto, quanto à percepção e a atuação dos moradores das Ocupações urbanas investigadas, o direito à habitação não depende nem do que está estabelecido nas leis, códigos e constituições do País nem mesmo da teoria, da ideologia ou da metodologia dos direitos humanos, que sequer foram mencionados quando da realização do trabalho de campo. Para eles, o direito à habitação supõe “luta pelo direito” concretizada, no aspecto material cotidiano, em acesso e efetivação de atividades ordinárias do dia-a-dia, como trabalho, estudo, acesso físico fácil a serviços de saúde, proximidade com trabalho e transporte e, no aspecto político, no reconhecimento da legitimidade de suas reivindicações de permanência no centro da cidade, pelo Estado e pela sociedade civil, independente do



que esteja prescrito nas normas que discursivamente definem direito à moradia e urbanização.

Ainda que através das falas dos membros das Ocupações seja possível reconhecer que nem todos percebem e se orientam pela luta pelo direito à moradia da mesma forma (o que demonstra a existência de dissensões e até mesmo conflitos dentro das ocupações); ainda que este fato permita questionar as Ocupações enquanto movimentos sociais definidos de acordo com a ideia de identidade ou de homogeneidade interna absoluta; ainda que não seja possível produzir uma imagem "ascética" das Ocupações com a afirmação de que o raciocínio sociológico prático é o mesmo e único para todos os seus moradores e que a ordem interna das referidas Ocupações não nem é frágil nem passível de cooptação por parte dos poderes públicos, o fato é que o direito existe nas Ocupações segundo manifestação de outra concepção acerca dele próprio, com base em uma visão não institucional e alicerçada no cotidiano de seus moradores e nas suas ações na busca de satisfação de necessidades materiais; o fato é que a coesão social não depende da regulamentação jurídica e institucional destes agentes sociais da forma como pretende a tradição jurídico-política e suas instituições; o fato é que os direitos humanos não figuram como argumento ou linguagem na luta pelo direito à moradia; o fato é que as mudanças porque passa a cidade do Rio de Janeiro são percebidas como sendo produtoras de mais desigualdade e exclusão no campo da habitação.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BORJA, J, CASTELLS, M. *Local y Global; la gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Unchs/Taurus, 1997.
- CASTELLS, M. *The Informational City; Economic Restructuring and Urban Development*. Oxford and Cambridge: Blackwell Publishers, 1989.



-----, **A Sociedade em Rede**; a era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COMPANS, Rose. *Empreendedorismo Urbano*; entre o discurso e a prática. São Paulo: UNESP, 2005.

CORREIA, Fernando Alves. *O Plano Urbanístico e o Princípio da Igualdade*. Livraria Almedena, Coimbra: 1989.

DI PIETRO, Maria Sylvia. *Parcerias na Administração Pública*. 2008.

DOUZINAS, Costas. *The End of Human Rights*. Oxford: Hart, 2000.

FALBO, RICARDO NERY. “Direitos Humanos, Ciências Sociais e Poder Judiciário” IN Revista Direito e Práxis. V. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

FALBO, Ricardo Nery, FALCÃO L., Monique. “Social movements: a contribution to rethink the relationship 'civil society-state' referred to a global city in a developing country in the XXI century” In: 10th international conference - democratization, marketization, and the third sector. Siena: IPSA, 2012.

FALCÃO L. Monique. *Poder Judiciário como Espaço Público: análise de uma possível integração entre movimentos sociais e Estado*. 1. ed. Saarbrücken - DE: OmniScriptumGmbH&Co. KG, 2015.

GARFINKEL, Harold. *Recherches em ethnométhodologie*. Paris: Puf, 2007

GARFINKEL, Harold. *Studies in Ethnomethodology*. New Jersey, 1967

HÄBERLE, Peter. *A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição*; contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994

-----, “Do Administrativismo ao Empreendedorismo: a transformação da governança urbana no capitalismo tardio”. In: *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HORKHEIMER, Max. *Théorie traditionnelle et théorie critique*. Paris, Ed. Gallimard. 1974.

LEFEBVRE, Henry. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.



MARX, K. “*Introdução da Crítica à Economia Política*”. In: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

IANNI, Octavio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo*; para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SASSEN, Saskia. *As Cidades na Economia Mundial*. São Paulo, Editora Nobel, 1998.

SAULE Jr, Nelson. *A Proteção Jurídica da moradia nos assentamentos irregulares*. Ed. Sérgio Antônio Fabris. Porto Alegre: 2004.

SUNFELD, Carlos Ari. *O Estatuto da Cidade e suas diretrizes* In: DALLARI et all (coord) *Estatuto da Cidade*. Ed. Malheiros: São Paulo 2ª edição. S/D

WEBER, Max. *The city*. Martindale, Don & Neuwirth, Gertrud. Glencoe, 1. v., The Free Press, 1958.

* * *

Blog indisciplinar. Acesso em 20/11/2015 <http://blog.indisciplinar.com/a-copa-contra-o-direito-a-cidade/>

Blog Pela moradia. Acesso em 20/11/2015. <https://pelamoradia.wordpress.com/2014/04/09/carta-aberta-da-ocupacao-quilombo-das-guerreiras-rj/>

Blog global. Acesso em 20/11/2015 <http://global.org.br/programas/comunidade-do-rj-resiste-a-remocao/>

Brasil, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Lei Complementar 111/2011.

Notícia Jornal Extra. Rio de Janeiro. Acesso em 20/11/2015 <http://extra.globo.com/noticias/rio/pessoas-que-invadiram-terreno-da-oi-esperam-agora-os-programas-sociais-12101911.html#ixzz2yGUP0kIT>



ESPAÇO NÃO BRANCO DA JAHYBA: INTERPRETAÇÕES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

DAYRELL, Carlos Alberto¹

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento
Social da UNIMONTES – Bolsita do CAPES
carlosdayrell@gmail.com

LOPES, Frederico Antonio Mineiro

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento
Social da UNIMONTES
fredericomineiro@ufmg.br

209

RESUMO

Na região Norte de Minas Gerais existe uma porção do território que foi ocupado quase que exclusivamente por comunidades negras até meados do século passado e que foi denominado como Campo Negro da Jahyba. Cachoeirinha foi uma das comunidades desta região que resistiu à investida expropriatória dos grandes fazendeiros sustentando, até hoje, um conflito que teve início em setembro de 1964 e que contou com o apoio das forças repressivas do estado no intuito do combate à subversão. Este artigo tem o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as comunidades existentes nesta porção do território em um esforço de considerar, a partir dos estudos que constroem o olhar acadêmico sobre suas realidades sociais, o conhecimento que elas têm sobre si mesmo e sobre a sociedade branca em seu entorno.

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais. Direitos Territoriais. Conflitos socioambientais.

ABSTRACT

In the northern region of Minas Gerais there is a portion of territory that was occupied almost exclusively by black communities, until the middle of last century, and which has been termed as the “Black Field of Jahyba”. Cachoeirinha was one of the communities in this region that resisted to the expropriation assault of big farmers, holding, to date, a conflict that began in September of 1964 and that had the support of the state's repressive forces, fighting against subversion. This article aims to increase knowledge about the existing communities in this portion of the territory, in an effort to consider, from studies that build an academic analysis at their social realities, the knowledge that they have about their selves and about white society in their surroundings.

Key-words: Traditional people and communities. Territorial rights. Environmental conflicts.

¹ Agradecimentos à CAPES e FAPEMIG.



INTRODUÇÃO

Com este artigo fazemos uma interpretação dos estudos de Sônia Nicolau dos Santos, cientista social que, em 1988, defendeu a dissertação intitulada: *À Procura da Terra Perdida: para a reconstituição do Conflito de Cachoeirinha*, uma das primeiras pesquisas sobre as comunidades tradicionais do Norte de Minas. Neste artigo fazemos uma leitura de como a autora viu conectado um conjunto de processos sociais, culturais e políticos com outras lógicas alicerçando a reivindicação de uma nova ordem social. Sua dissertação, recheada de entrevistas com os posseiros de Cachoeirinha, trabalha com a memória, com a história oral, organizando e documentando um conflito que marcou a resistência de uma comunidade negra da região do “Jahyba” durante o período da ditadura civil-militar (1964-1985), resistência que perdura até os dias de hoje.

1. REDES DE PESQUISA SOBRE O NORTE DE MINAS E O JAHYBA

Levanto de início uma primeira dificuldade epistemológica para a realização do esforço interpretativo a ser desenvolvido. Ancorados na razão, as formas de conhecimento da realidade que são próprias da ciência ocidental, alicerçada no uso do pensamento racional, talvez não seja tão fácil, como diria Carlos Walter Porto Gonçalves (2005). Em sua postura subalterna, esse estudioso considera a dificuldade da episteme ocidental em dar conta de “toda a complexidade das distintas formações sociais que se constituíram em cada lugar e em cada região do mundo” (PORTO GONÇALVES, 2005 p.10). Busco apreender no interior da “comunidade de comunicação e argumentação” (APEL, 1985) que toma o Norte de Minas como objeto de estudo a compreensão construída, na perspectiva interpretativa.

Esta comunidade interpretativa organiza-se primeiramente através de um saber técnico desenvolvido por técnicos de organismos de Estado e militantes das pastorais católicas que atuaram no norte de Minas a partir de finais dos anos 1970. E, a partir dos anos 1990, por professores da Universidade Estadual de Montes Claros em suas dissertações e teses. Bem como, atualmente, por pesquisadores, professores e estudantes dessa mesma instituição de ensino superior, mas também por estudiosos vinculados a



outras universidades que desenvolvem parcerias nas atividades de pesquisa e de extensão desenvolvidas pelos núcleos de estudo da universidade regional.

Pode-se afirmar a existência de uma rede de pesquisadores que possui um conjunto significativo de estudos, pesquisas, monografias, dissertações e teses de doutorado que vêm contribuindo tanto no aprofundamento da compreensão dos processos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos nesta porção do território, quanto, também, com as emergências e ressignificações promovidas por comunidades, movimentos e organizações camponesas, de sem terra e de povos tradicionais.

A articulação de um saber local (GEERTZ, 1997) desses últimos em diálogo com a ciência ocidental dos estudiosos dessas instituições, se constrói um olhar que busca dar conta das realidades sociais em que as pesquisas são tomadas como objeto de estudo. As pesquisas apontam um cenário complexo de diversidades socioculturais e de territorialidades onde os povos e comunidades tradicionais que aí vivem, sob tensão, articularam um conjunto significativo de estratégias de resistência e de reposicionamento apoiadas na compreensão de mundo que fundamenta suas práticas sociais. São povos que também podem ser denominados *não brancos*, conceito desenvolvido por René Marc da Costa Silva² que observou a diversidade de formas de luta e de resistência acionadas por índios, sitiantes, camponeses, roceiros, agregados, posseiros, lavradores, e que, na atualidade, reivindicam o seu reconhecimento como *sem terra* ou como *povos e comunidades tradicionais*. Essas gentes têm, em comum, a vitimidade da opressão racial e étnica associada à expropriação de seus territórios tradicionais (SILVA, 1998: 2-4) principalmente no processo desenvolvimentista orquestrado pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1960. Para este autor que estudou a comunidade quilombola de Rio das Rãs pouco distanciada do limite entre Minas Gerais

² Esse autor, instrui a categoria “não-branco”, utilizando “a ideologia da superioridade racial que orientou o processo de colonização do Brasil”, explicitando-a como “dimensão étnica instrumentalizadora”, para então “visualizar, de forma politicamente mais integrada, as variadas modalidades de resistência” dos não brancos, “considerados pela colonização como inferiores...”. Embora a forma mais visível de resistência seja a do quilombo, ao utilizar a categoria “não branco”, o autor busca iluminar o conjunto de movimentos e ações inconformistas, permitindo-nos perceber outras formas de luta e resistência: índios, sitiantes, camponeses, roceiros, agregados, vítimas da opressão racial aliada à expropriação fundiária (Silva, 1998: 2-4).



e Bahia no mesmo espaço territorial, o conceito de *espaço não branco* só tem sentido se oposto ao conceito de *espaço branco*, vinculado às oligarquias locais e regionais.

O que propomos é fazer uma incursão em busca de um onde múltiplas epistemes se encontram, desde quando lançou-se um olhar diferenciando para uma região do Norte de Minas cuja dominação territorial branca teria menos de um século de existência. Onde viviam na mais completa invisibilidade centenas de comunidades negras no denominado *Campo Negro da Jahyba*. Uma tentativa de estar atento a este universo pouco compreendido pela nossa matriz ocidental.

Pretendemos nos valer dos estudos e pesquisas que vem documentando a vida nestes sertões sanfranciscanos. Onde comunidades vazanteiras, de pescadores, de cablocos, de indígenas, de posseiros, de sem terra se apresentam como repositórios de direitos ou de interesses que justificam aí viveram ou aí permanecerem.

Tomamos como referência a pesquisa de Sônia Nicolau dos Santos, cientista social que defendeu a dissertação intitulada *À Procura da Terra Perdida: para a reconstituição do Conflito de Cachoeirinha* em 1988. Sua dissertação, recheada de entrevistas com os posseiros de Cachoeirinha, trabalha com a memória, com a história oral, organiza e documenta registros que fazem referência à região do Jahyba e ao conflito de Cachoeirinha.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Como balizamento da leitura utilizo o livro de Boaventura de Souza Santos intitulado *Um discurso sobre as ciências* (2004). Este livro foi publicado pela primeira vez em Portugal no ano de 1987³ e, posteriormente, como um artigo da Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo⁴. Boaventura Santos alertava que aquele era um tempo em que ciência moderna vivia uma crise do paradigma dominante e que alguns traços do que ele designava como paradigma emergente tinha, nas ciências sociais antipositivas, uma nova centralidade. E alerta que

³ Período que coincidia aqui no Brasil com o processo de construção da dissertação de Sonia Nicolau.

⁴ Vol 2, no 2, 1988, PP 46-71.



a ciência deveria de alguma forma retomar, de uma forma nova e mais esclarecida, o senso comum (SANTOS, 2004, 9).

Enquanto aqui no Brasil, em particular nos sertões de Minas Gerais, Sonia Nicolau encontrava-se nesta mesma época na busca de uma linha de interpretação do conflito que tinha como base as ciências sociais, em Portugal Boaventura de Souza Santos chamava a atenção por onde andava as ciências, com o vertiginoso progresso científico dos últimos trinta anos. Segundo este autor, não se sabia o que esperar do futuro, se de uma sociedade de comunicação libertada das carências e inseguranças, ou dos perigos associados a uma passagem dos limites muito verossímeis de uma catástrofe ecológica que colocava em questão o risco do século XXI terminar antes de começar (2004 p. 14)

Vivemos num tempo atônito que ao debruçar-se sobre si próprio descobre que os seus pés são um cruzamento de sombras, sombras que vêm do passado que ora pensamos já não sermos, ora pensamos não termos ainda deixado de ser, sombras que vêm do futuro que ora pensamos já sermos, ora pensamos nunca virmos a ser. (SANTOS, 2004, 13)

Era este o contexto que tensionava as ciências sociais de então. E é de onde partimos, procurando compreender o arcabouço que se tinha então, com o que a partir de então veio sendo construído, onde novos aparatos emergiram na cena brasileira no intuito de compreender as comunidades locais e partir do olhar delas para si mesmas, reivindicando, do dizer de Pacheco, suas indianidades (2004).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Sonia Nicolau acompanhou o conflito de Cachoeirinha entre os anos de 1982 a 1984 visitando a comunidade, entrevistando lideranças e moradores locais, acompanhando ações por eles realizadas neste período em Belo Horizonte e Montes Claros, participando de atos públicos e reuniões. Paralelamente foi em busca de outras fontes, na imprensa, em cartórios, em centros de documentação. Em 1988 defendeu a dissertação.



O seu intuito foi o de formular linhas de interpretação do conflito, pois uma questão que a intrigava era a obstinação dos lavradores na manutenção de uma luta que, na época (1984), já durava 22 anos. Como perspectiva analítica ela recorre a diversos autores que analisam o tema, desde a economia política, antropologia, sociologia e até mesmo da reportagem jornalística. Mas, o intrigamento com a complexidade da realidade com que ela se deparou por mais de dois anos acompanhando o conflito, a leva a propor uma análise onde “a teoria fale por si própria no correr do texto, e que o debate sobre o próprio texto estabeleça, por fim, se isso é de fato possível, de que teoria se trata.” (SANTOS, 2008 p. 3).

A autora realiza uma incursão bem fundamentada com narrativas do processo de ocupação das terras da Mata da Jaíba, das transformações econômicas relacionadas com o surgimento das fazendas, do desenvolvimento da economia mercantil e dos resultados imediatos do Golpe Militar de 1964 que, ao contribuir com o avanço dos empreendimentos de caráter capitalista em toda a região, viabiliza as seguidas expropriações dos lavradores da região de Cachoeirinha. Embora o tema central da dissertação seja o conflito⁵, as estratégias de resistência local, os meandros jurídicos, institucionais e políticos que são acionados pelos posseiros e também pelos fazendeiros, chama à atenção a obstinação dos posseiros em permanecerem no lugar – “a gente tem de procurar as coisas onde perdeu” (SANTOS, 2008 p.76).

Esta obstinação é um dos principais focos de reflexão da autora em suas conclusões. Ela analisa que o foco da resistência não é o econômico, mas todo o universo simbólico que não se configura como valores capitalistas. São valores que estão relacionados com a identidade, com a religiosidade, com uma noção de justiça que é invocada em todos os momentos, em todos os lugares. Ela destaca a importância do povoado de Cachoeirinha, como Terra de Santo, ter sido também espaço de refúgio das famílias vitimadas pela violência da expropriação e que foi lugar privilegiado a alimentar a esperança de retomarem as *terras roubadas* pelos fazendeiros. E, apesar do discurso da igreja progressista que opõe ao princípio da propriedade o princípio da justiça (p.122), a autora percebe que tem muito valor para os lavradores os ritos

⁵ Conflito que teve início em 1964 com o registro de uma violência desmedida contra as pessoas do lugar que resultou em mortes de crianças e em diversos assassinatos dos trabalhadores.



associados com a tradicionalidade que permitiram o estabelecimento de laços mais fortes entre eles (p.121).

Outro aspecto que merece análise refere-se à justificativa pela “utilização farta de depoimentos dos próprios lavradores” (p.124) como um elemento fundamental que a autora utiliza para realçar a imagem dos lavradores por eles mesmos. Ela percebe, com as entrevistas atentas à história dos nativos, a recorrência com que vão buscar na memória suas afirmações de direito. Ao enfrentamento contra os grandes fazendeiros com suas escrituras de propriedade, os lavradores passaram a erguer sua própria história, pois é nela que estão inscritos os seus direitos. E ela afirma:

Assim, transmitida dia a dia pelos descendentes dos primeiros fundadores, a história desses que domaram a terra quando ali só havia “a lagoa da Jaíba e o céu” age como prova dos direitos sobre o território e alicerça a identidade social dos lavradores na sua luta pela reconquista de um mundo perdido. (SANTOS, 1998, p. 125)

A autora trabalha com a teoria do campesinato e uma das categorias que recorre é a de lavrador. Neste momento é possível compreender quando, no início da dissertação, Santos propõe uma análise onde “a teoria fale por si própria no correr do texto”. Embora trabalhasse com a teoria do campesinato, ela deve ter percebido alguma limitação do arcabouço teórico no decorrer da pesquisa. Por exemplo, ela utilizou como categoria principal a de lavradores e de posseiros, em algum momento ela cita a categoria de *nativos* (p. 17), mas que não é desenvolvida. Esta categoria, dos nativos, além de ser local, é a que dá para eles a historicidade, um mundus social que os organiza desde o passado, que sustenta a noção dos direitos à que eles recorrem, que articula com as religiosidades que se apresentam de maneira tão significativa em diversos relatos.

Talvez, naquele momento, não se tinha o arcabouço que temos hoje. Foi a partir da Constituição de 1988 que a ciência social passou a desenvolver novos aparatos interpretativos como a que foi desenvolvida por Pacheco de Oliveira, que estudou os agrupamentos humanos que emergiram na cena política brasileira reivindicando suas indianidades. Naquele momento, os modelos interpretativos que incorporavam a perspectiva étnica no interior do campesinato ainda estavam em estado embrionário.



Mesmo assim, ela sinaliza uma das dimensões que viria a ser destacada em Pacheco.

Sonia Nicolau afirma:

Sobre isso, é provável que a memória dos lavradores de Cachoeirinha sobre suas origens, sobre a vida do povoado antes da expropriação, sobre suas condições de vida e de trabalho, etc, tenha sofrido forte influência da sua luta atual pelas terras perdidas. (SANTOS, 1988, 124)

A reelaboração da cultura e da relação com o passado foi uma das dimensões apontadas por Pacheco quando o mesmo caracterizou as quatro dimensões nos processos de territorialização, a saber:

a) criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; b) a constituição de mecanismos políticos especializados; c) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e d) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998, citado por ARAÚJO, 2009, 109).

Embora naquele momento (década de 1980) não estivesse em discussão a identidade étnica na luta das comunidades locais⁶, a autora faz referência à luta pela terra como “luta dos lavradores pela retomada das terras de onde foram expulsos” (p.11). A história oral é utilizada pelos nativos como “prova de direitos sobre o território e que alicerça a identidade social na luta pela reconquista de um mundo perdido” (p.125). Ou seja, naqueles idos de 1980 a autora já apontava as lutas territoriais que iriam sustentar as demandas não apenas das comunidades negras como, também, como hoje já está colocado e acionando de aparatos institucionais, os direitos territoriais de uma gama crescente de comunidades tradicionais que emergem da invisibilidade social.

No livro “Um discurso sobre as ciências”, Boaventura de Souza Santos argumenta que a sociedade dos anos 1980 vivia um momento de quebra de paradigma, de perda de confiança nas bases epistemológicas que havia sustentado o desenvolvimento da ciência moderna e que outro paradigma emergia. Que vivia-se uma fase de transição e que, “tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e

⁶ Já bem colocada na pauta indígena e apenas com os primeiros passos nas comunidades que se afirmavam como remanescentes de quilombos.



de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples” (2004 p. 15).

Quando Sônia Nicolau passa a estudar o Conflito de Cachoeirinha, as referências teóricas que ela utiliza são referências das ciências sociais que emergiram tendo como base o paradigma das ciências modernas que, para Boaventura Santos, estava em crise. Sônia Nicolau deixa claro que mesmo acionando e reconhecendo as contribuições teóricas dos autores que ela cita no campo da economia política, da antropologia e da sociologia (p.3), ela provavelmente se deparou com questões complexas que foram suscitadas ao “resgatar a memória social dos camponeses” (p.3). Esta dificuldade de enquadramento pode ter sido a justificativa pela opção de propor que tanto a observação empírica quanto as hipóteses, mesmo trazendo a marca de uma teoria, que “essa teoria fale por si própria no decorrer do texto, e que o debate sobre o próprio texto estabeleça, por fim, se isso é de fato possível, de que teoria se trata” (p.3).

Sônia Nicolau, afirma não propor um estudo que desse conta da integridade da vida social dos lavradores de Cachoeirinha. Opta então por estudos de recortes (bem ao gosto da ciência moderna). Ao utilizar perguntas simples “quais as variáveis e circunstâncias que sustentaram “por vinte e dois anos a luta obstinada dos lavradores pela retomada da terra”?” (p. 2), aproxima das reflexões de Boaventura Souza Santos que estava dizendo, quase que ao mesmo tempo, sobre a capacidade de formular perguntas simples, neste contexto que era de transição.

Assim, na busca do entendimento da persistência de uma comunidade que teima em resistir, na época, por mais de vinte e dois anos⁷, Sônia Nicolau apoia-se no conhecimento local como uma totalidade que rege a vida dos comunitários de Cachoeirinha. Na conclusão fica explícita a força de um prenúncio que até os dias de hoje parece se confirmar quando, em meio às ambiguidades da representação que em muitos momentos é utilizada nas estratégias de suas lutas. Ela comenta até onde a comunidade se deixava representar pela organização sindical que entrou em cena apoiando a luta dos posseiros e também cumprindo um papel de mediação junto aos órgãos do estado.

⁷ Esta mesma comunidade continua até os dias de hoje, ou seja, cinquenta e três anos após, resistindo.



Qualquer negociação que não signifique a devolução das terras, lá aonde estavam localizadas as posses dos lavradores de Cachoeirinha, esbarrará na intransigência dos representados. Neste ponto preciso, a Fetaemg já não tem qualquer autonomia. Para negociar este assunto ela sabe que não recebeu delegação. (SANTOS, 1998, p.127) grifo da autora.

As promessas políticas, a ação do governo do estado e da união através do INCRA, a incidência institucional com propostas de remanejamento para outras áreas que gerou profundas cisões no interior dos posseiros mesmo com toda a luta encetada, apenas uma pequena parcela foi restituída, uma pequena parcela das famílias foram reassentadas na lógica de assentamentos rurais. Era este o contexto quando, naqueles idos de 1988, ela finaliza a dissertação afirmando:

A não ser que ocorra uma dissolução do sistema de valores ainda vigente entre os lavradores, as soluções até agora apresentadas pelo governo provavelmente cairão no vazio. O que elas pedem aos lavradores é excessivo: o seu suicídio cultural, a sua renúncia à própria identidade, o apagamento de sua memória centenária. No novo mundo que lhes oferecem, eles não se reconhecerão. Poderão trabalhar e comer, é certo, e talvez um ou outro prospere. Mas isso parece muito pouco para os lavradores de Cachoeirinha. Assim, só lhes resta continuar sonhando. E lutando. (SANTOS, 1988, 129)

-O prognóstico, assentado em outra epistemologia que emergia naquela década, parece estar se confirmando. Em janeiro de 2014 foi estampado na mídia nacional uma ação que envolveu filhos, filhas, netos e netas dos antigos posseiros de Cachoeirinha. Continuando encurralados na agora sede do município de Verdelândia, o antigo distrito de Cachoeirinha maquiado com este nome, a retomada do território tradicional continuava sendo motivos para se organizarem utilizando, agora, a categoria “quilombola”. Veja a notícia que foi postada o Estado de Minas em janeiro de 2014:

“Eles já chegaram atirando. Mandaram todo mundo deitar no chão e falaram que eram da polícia. Deram chutes, bateram e deram coronhadas. Estavam todos encapuzados”, revelou o integrante de uma comunidade quilombola atacada no domingo em Verdelândia, no Norte do estado, Renilson Diógenes Rodrigues Leite, de 34 anos. Exibindo os hematomas das agressões no rosto e na cabeça, ele conta que levou chutes e ferido a coronhadas de espingarda. Além dele, outros 14 integrantes de comunidades da região estiveram nessa quarta-feira em Belo Horizonte participando de uma reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) para tratar dois casos de violência recente na Região Norte do estado. Na primeira delas, em 9 de janeiro, um líder



quilombola foi vítima de uma tentativa de homicídio. Já no domingo, o grupo de Renilson, de 30 a 40 pessoas, foi alvo da fúria de jagunços. Segundo a Polícia Civil, está foragido o principal suspeito do segundo ataque, filho do dono da fazenda em disputa. ESTADO DE MINAS, postado em 23/01/2014⁸.

Parece que a opção dos antigos posseiros de Cachoeira, hoje configurados como Quilombolas Nativos de Arapuim não foi o do suicídio cultural, sua renúncia à identidade. Cinquenta e três anos após o primeiro despejo, após vivenciarem os dias mais violentos da ditadura militar, mesmo que na democracia respirada a violência dos fazendeiros persista e se mantenha acobertada pelos aparelhos de estado, eles mostram que querem continuar vivos.

4. CONCLUSÕES

Na busca do entendimento da persistência de uma comunidade que teima em resistir, na época, por mais de vinte e dois anos⁹, Sonia Nicolau apoia-se no conhecimento local como uma totalidade que rege a vida dos comunitários de Cachoeirinha. Onde fica explícita a força de um prenúncio que até os dias de hoje parece se confirmar quando, em meio às ambiguidades da representação que em muitos momentos é utilizada nas estratégias de suas lutas.

Sônia Nicolau deixa claro que mesmo acionando e reconhecendo as contribuições teóricas dos autores que ela cita no campo da economia política, da antropologia e da sociologia, ela provavelmente se deparou com questões complexas que foram suscitadas ao resgatar a memória social dos camponeses. A metodologia que a autora utilizou levantou questões que dialogavam com as que Boaventura Santos apontavam naquele momento de quebras de paradigmas. Uma dificuldade de enquadramento que a fez optar para que o debate sobre o texto mostrasse a que teoria poderia se referir.

⁸ Fonte: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/01/23/interna_gerais.490744/medo-de-novos-ataques-domina-comunidade-quilombola-em-verdelandia.shtml

⁹ Esta mesma comunidade continua até os dias de hoje, ou seja, cinquenta e três anos após, resistindo.



REFERÊNCIAS

ANAYA, F. “De Encurralados pelos Parques” a “Vazanteiros em Movimento”: As reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFMG Belo Horizonte, 2012

APPEL, Karl-Otto. La comunidad de comunicación como presupuesto transcendental de las Ciencias Sociales. Em La transformación de la Filosofía: El a priori de la comunidad de comunicación. Tomo II. Madrid: Tauros, 1985, PP. 209-249;

ARAÚJO, E. C. Nas margens do São Francisco: sócio-dinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas. (Dissertação de Mestrado, 252 folhas), Montes Claros, 2009.

COSTA, J. B. A. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos. (Dissertação de Mestrado, 210 fls). Universidade de Brasília: Brasília. 1998.

GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUZ DE OLIVEIRA, C. Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 175 fls). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

LUZ DE OLIVEIRA, SANTOS, B.G., D'ANGELIS FILHO, J.S., DAYRELL, C.A. Agricultura Familiar: importância econômica e novos caminhos para a sustentabilidade in/ Diálogos Sociais: Reflexões e Experiências para a Sustentabilidade do Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais / Cid Durta Wildhagen (Org.), Série, 1ª Edição. Realização SEDVAN/IDENE, Belo Horizonte: Editora IMGS, 2008.

MONÇÃO. Kátia Maria Gomes As Sementes da Luta - O Conflito Agrário de Cachoeirinha: Um estudo dos assentamentos e dos acampamentos do município de Verdelândia, Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2009

MOREIRA, Hugo Fonseca. Se for pra morrer de fome, eu prefiro morrer de tiro: o Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. (Dissertação de Mestrado, 139 fls). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. in A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciência sociais / compilado por Edgardo Lander 1ª Ed. –Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza Um discurso sobre as ciências / Boaventura de Souza Santos. – 2. Ed. – São Paulo : Cortez, 2004.



SANTOS, Sônia N. À procura da terra prometida - para uma reconstituição do conflito de Cachoeirinha, Dissertação (Mestrado) UFMG/ FAFICH, Belo Horizonte, 1985.

SILVA, René Marc da Costa. Por onde o povo anda... A construção da identidade quilombola dos negros de Rio das Rãs. Tese de Doutorado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas – História/UnB. 1998



A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELA EFETIVAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

MARTINS, Fernando José

*Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e
Fronteiras*

E-mail (Em Itálico)

ESPAÇAMENTO SIMPLES

222

JAQUEIRA, Manoela Marli

*Estudante de doutorado do Programa de Mestrado em Sociedade, Cultura e
Fronteiras*

manoelajaqueira@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho versa sobre o papel dos movimentos sociais na luta pela efetivação dos direitos humanos, para tanto se pretende estudar o histórico de lutas sociais para o nascimento dos direitos humanos, bem como a concepção atual destes direitos, para posteriormente refletir acerca da necessidade dos movimentos sociais articularem a luta pela implementação dos direitos humanos na sociedade. O tema do presente artigo surgiu da preparação da aula do estágio de docência, a qual foi trabalhada a dignidade da pessoa humana no direito civil e os movimentos sociais, pois estes são sujeitos ativos na luta pela implementação dos direitos fundamentais, ante o estudo para a realização do estágio de docência do Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteira, percebeu-se a necessidade de aprofundar o assunto, pois este se faz tão atual, pois se vive em uma sociedade onde diversos direitos inerente as pessoas humanas estão positivados, mas ao mesmo tempo esses direitos são retirados ou negados a determinados grupos de pessoas, assim acredita-se que os movimentos sociais, sejam um mecanismo importante para a luta pela efetivação dos direitos humanos, essa luta que é gradual, histórico-social para finalmente atingir a dignidade da pessoa humana de forma completa.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Movimentos Sociais, Efetivação.

ABSTRACT

This paper deals with the role of social movements in the struggle for realization of human rights, therefore intends to study the history of social struggles to the birth of human rights as well as the current understanding of these rights, to further reflect on the need of social movements articulate the struggle for implementation of human rights in society. The subject of this article appeared in lesson preparation of the teaching stage, which was crafted human dignity in civil law and social movements, as these are active subjects in the struggle for implementation of fundamental rights, before the study for completion of the Master of Teaching probation on Society, Culture and Frontier, we realized the need to deepen the subject, as this is done so today because we live in a society where various rights inherent in human persons are positivized but at the same time those rights are withdrawn or denied to certain groups of people, so it is believed that the social movements, are an important mechanism for the struggle for realization of human rights, this fight is gradual, historical and social to finally reach the dignity of human person completely.

Key-words: Human Rights, Social Movements, Effective.



INTRODUÇÃO

Os direitos humanos é tema cada vez mais abordado em discussões quando o assunto é organização da sociedade civil ou políticas públicas, principalmente pelo aumento do poder das redes sociais, ONGs e Movimentos Sociais que lutam pela efetivação dos direitos da pessoa humana. O presente trabalho pretende estudar o papel dos movimentos sociais na luta pela efetivação da dignidade da pessoa humana. O artigo é dividido em duas partes, primeiro pretende-se estudar a origem da dignidade da pessoa humana, a previsão legal desse direito nos atuais documentos internacionais e constitucional e em segundo, como os movimentos sociais podem auxiliar na luta para a efetivação dos direitos humanos.

223

O objetivo deste trabalho é estudar o papel dos movimentos sociais na garantia da dignidade da pessoa humana. O método empregado para o presente estudo é a revisão bibliográfica a partir de livros, documentos internacionais, legislação, tratado e artigos científicos.

1. HISTÓRICO DA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Os direitos humanos percorreram um longo caminho, passando por diversas transformações sociais, políticas, econômicas e religiosas, sendo importante o estudo do processo de lutas históricas para entender o atual estágio dos direitos humanos. Importante destacar a complexidade de estudar os direitos humanos, sendo necessário relacionar estes a história, pois os direitos humanos não surgem de forma repentina, eles são frutos de lutas sociais ao longo da história. Norberto Bobbio a respeito do histórico dos direitos humanos afirma:

Os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo



gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (BOBBIO, 1992, p.5)

Assim ante ao exposto, observa-se que os direitos humanos surgem a partir de lutas sociais gradativas ao longo da história, referentes a necessidade de assegurar ao ser humano uma vida digna, diante da análise do contexto histórico em que estes direitos nasceram, bem como compreender o processo de positivação dentro do ordenamento jurídico, aceitação da sociedade e a efetivação dos direitos humanos. (COMPARATO, 2003, p. 40).

Diante da compreensão de que os direitos humanos nascem da evolução histórica e social, até a consagração dos direitos que se tem nos dias de hoje, pois os direitos humanos acompanharam as lutas das sociedades e as transformações históricas acompanhando as necessidades de cada momento histórico e de cada luta pela efetivação da dignidade da pessoa humana.

A primeira manifestação que se tem notícia da limitação do poder político é do século X a.C, quando o reino de Israel, proclamou o Rei Davi, um delegado de Deus, responsável pela aplicação da lei divina, como um legislador, proclamando o que era justo ou injusto, diferente de outros monarcas de sua época que agiam como o próprio Deus. (COMPARATO, 2003, p. 40).

A Grécia Antiga colaborou para o reconhecimento dos direitos humanos ao colocar a pessoa humana no centro da filosofia, onde passou de uma teoria mitológica para uma teoria antropocentrista, desta forma tratou-se de proporcionar uma reflexão acerca da vida humana. Outra contribuição é a democracia, baseada na participação dos cidadãos nas decisões do governo e da legislação, possibilitando limitar o poder do governo. Ainda se pode citar o estoicismo que reconheceram os direitos humanos no que se refere a liberdade interior inalienável e que foi defendida também por Cícero, através da defesa do pensamento de cada pessoa. (MARTINS, 2003, p. 21).

Para os direitos humanos o cristianismo também teve importantes contribuições na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos, ao limitar o poder político com a distinção do que é



de César e o que é de Deus e a salvação por Cristo ser inerente a todos os povos, dando valores as pessoas independente de sua condição. (MIRANDA, 2003, p. 43).

Diante do exposto observa-se que a antiguidade foi importante para as bases dos direitos humanos, a pesar de ser um período onde acontecia muitas atrocidades, escravidão, diferenciação entre sexo, classe sociais, méritos, no entanto estas contribuições mesmo que pequenas frente aos direitos humanos dos dias atuais, não podem ser deixadas de serem analisadas, pois foram conquistas dos movimentos existentes no período, tanto movimentos de pensadores como movimentos religiosos.

Em análise ao período medieval, Ferreira Filho aponta como contribuição desta época a descentralização do poder por influencia do cristianismo e do sistema feudalista, ainda se tem a difusão de documentos escritos reconhecendo direitos de determinadas classes privilegiadas através de forais ou cartas de franquia. (FERREIRA FILHO, 1998,p. 11).

Neste período um documento de grande destaque para o estudo é a Magna Carta, um dos primeiros documentos escritos que remete aos direitos humanos, onde esta é outorgada pelo João Sem-Terra no século XII, haja vista as pressões dos barões devido o aumento de exações fiscais para financiamento de campanhas bélicas e pressões da igreja para que este se submetesse a autoridade papal. (COMPARATO, 2003, p. 71-72).

De acordo com Comparato a Magna Carta (2003, p.79) tem grande destaque no estudo dos direitos humanos, pois prevê direitos como a liberdade eclesial, a inexistencia de impostos sem anuência dos contribuintes, estabeleceu a propriedade privada, direito a livre locomoção e a desvinculação da lei e da jurisdição do monarca, ou seja a Magna Carta representa grandes avanços no que tange a dignidade da pessoa humana, bem como representar o primeiro documento escritos com força de lei, onde traz diretrizes ao que se refere a pessoa humana.

O professor Dalmo de Abreu Dallari (2000, p. 54) disserta sobre a contribuição de Santo Tomás de Aquino:

No final da Idade Média, no século XIII, aparece a grande figura de Santo Tomás de Aquino, que, tomando a vontade de Deus como fundamento dos direitos humanos, condenou as violências e discriminações, dizendo que o ser humano tem direitos naturais que devem ser sempre respeitados, chegando a afirmar o direito de rebelião dos que forem submetidos a condições indignas. (DALLARI, 2000, P. 54).



A pesar da contribuição de Santo Tomás de Aquino no que se refere ao desrespeito aos direitos naturais, e a Carta Magna no que se refere a propriedade, governo, legislação, estas não trataram de universalizar os direitos humanos, ou seja estes direitos eram reconhecidos para determinadas pessoas de determinadas classes, além disso eram diretrizes que tinham limitação territorial, ou seja não valia para toda comunidade do globo.

Após o período medieval, cabe contextualizar a mudança comportamental da sociedade, houve um grande desenvolvimento do comércio e indústria, onde passou a existir uma nova classe, que é a burguesia, houve o aparecimento do Estado Moderno, com a centralização do poder político e no que se refere ao pensamento, estes passam a ser explicados a luz da ciência, com a razão no centro das discussões, abandonando a visão religiosa. Outro contexto histórico importante que influenciou no surgimento dos direitos da pessoa humana, foi a Reforma Protestante de Lutero, que contribuiu para a interpretação pessoal da Bíblia Sagrada, e ainda a proclamação de liberdade religiosa na França (RUBIO, 1998, p. 73).

Na Inglaterra, tem-se o *Petition of Rights* (1628) que trata da necessidade de consentimento no que se refere a tributos, o julgamento pelos pares em relação a privação de liberdade e a proibição de prisões arbitrárias. Em 1679, foi criada a Lei de *habeas corpus* que protege a liberdade de locomoção e inspirou o ordenamento jurídico no mundo todo. (COMPARATO, 2003, p. 86).

Apesar das grandes contribuições deste período no que se refere a liberdade, ainda os direitos humanos não são tratados como matéria universal, ou seja não são atribuídos a qualquer pessoa, pois eram meras diretrizes que podiam ser revogadas pelo poder político a qualquer tempo.

As revoluções inglesa, americana e francesa trouxeram inegável contribuição aos direitos humanos, a Revolução Gloriosa, se refere a luta de direito aos ingleses e a limitação do poder do Rei, e esta é uma conquista dos ingleses que dá continuidade aos direitos atribuídos na Magna Carta. O Bill of Rights (1689), reconheceu os direitos do indivíduo quanto a liberdade, segurança, propriedade privada, a pesar de se tratarem direitos já previstos o Bill of Rights tentou resgatar estes para numa tentativa de que agora fossem respeitados e limitar o poder real,



deslocando para o Parlamento a competência de legislar e tributar, bem como pôs fim ao absolutismo. (COMPARATO, 2003, p. 90-91).

A pesar das contribuições acerca da separação de poderes e afirmação de direitos a liberdade reconhecidos, a legislação impôs a religião oficial aos ingleses, eliminando a liberdade destes de participarem de outras religiões, onde muitos ingleses neste período sofreram perseguição e acabaram por fugir para a colônia americana de acordo com o professor Rubio, estes fugitivos religiosos, foram para a colônia americana trazendo consigo ideais de direitos humanos que o governo não deveria intervir. (RUBIO, 1998, p. 82).

Aproveitando a mencionada colônia americana, cabe destacar que os colonos americanos estavam cansados das imposições da Inglaterra e em 1773, em Boston, um grupo de pessoas lançou ao mar caixas de chá em protestos aos impostos da Coroa Britânica e em 1776 é elaborada a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia, a qual reconhecia a todos os seres humanos a liberdade e independência, o qual de acordo com Comparato é o início do nascimento dos direitos humanos no curso da história. (COMPARATO, 2003, p. 49).

Em julho deste mesmo ano, é elaborada a Declaração de Independência dos Estados Unidos, a qual trazia a previsão de igualdade dos homens perante Deus, citando ainda o direito a vida, liberdade e a felicidade, estas diretrizes foram respostas aos abusos cometidos pela Coroa Britânica. No entanto foi somente em 1979 que surgiu a mais importante das declarações em relação aos direitos humanos, que é a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, onde marca a universalidade dos direitos inerentes a pessoa humana.

Desta forma, diante destas declarações, cabe ainda destacar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948) que se destaca pela internacionalização dos direitos humanos, e a previsão em um contexto internacional dos direitos fundamentais do homem, onde posteriormente se positivaram em diversos ordenamentos jurídicos internos. A partir desta Declaração os direitos humanos passaram a ser visto sob uma outra ótica, onde se observava a necessidade dos direitos humanos, resguardando a igualdade e liberdade individual nos ordenamentos jurídicos ao redor do globo, ou seja, os direitos humanos passaram a ser universal.

Importante destacar que apesar da Declaração Universal dos Direitos do Homem somente traçar diretrizes (que não tem força de lei) acerca dos direitos humanos, muitos países



adotaram seus fundamentos em suas constituições, garantindo a dignidade da pessoa humana em seus ordenamentos internos. O caminho para a universalização dos direitos humanos, foi extenso, e ainda há muito o que fazer, pois apesar dos avanços ainda nos deparamos com o desrespeito a dignidade da pessoa humana, pois apesar da positivação destes direitos nas Constituições Federais a luta que enfrenta-se hoje é pela devida efetivação e garantia desses direitos, e uma das formas de lutar pela efetiva aplicação dos direitos humanos é através dos movimentos sociais, movimentos estes que estiveram ligados a luta pelos direitos humanos desde a Grécia antiga, com os movimentos de pensadores, passando pelo período medieval com o movimento religioso, e em tempos modernos com a sociedade civil organizada.

2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA LUTA PELA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Ante ao entendimento que os direitos humanos são uma conquista histórico-social da humanidade, é necessário buscar fundamentos teóricos e práticos em relação a efetivação dos Direitos Humanos como obrigação da sociedade civil e da sociedade política, tendo em vista que o atual sistema reconhece alguns direitos humanos a fim de manobra para controle social, mas não com o objetivo de garantir integralmente a dignidade da pessoa humana, existindo a desigualdade, exploração e negação de direitos sociais em relação as camadas excluídas da sociedade, pois o simples fato desses direitos estarem positivados no ordenamento jurídico, não garante a efetivação deste.

A partir da concepção de que os direitos humanos são conquistas da luta de movimentos sociais, cabe destacar:

Os direitos civis e políticos foram conquistas do movimento social em luta contra o autoritarismo militar. A Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que completa 60 anos em dezembro, proclama princípios que a Constituição Cidadã incorporou notadamente aqueles que dizem respeito aos direitos sociais e econômicos. No entanto, tais direitos não são efetivados para a maioria da população brasileira. Mesmo que algumas medidas tenham



amenizado nossas desigualdades sociais, ela permanece presente e diminui a eficácia de nossos direitos civis e políticos. O reconhecimento pela legislação se mostra, portanto, insuficiente para alterar uma herança de mais de quatro séculos de injustiça. Como no processo de redemocratização, a justiça social deverá ser uma exigência da sociedade como um todo. Talvez como uma forma de alcançar a paz interna. (VIOLA, 2013, p.56).

De acordo com o prof. Viola a não efetivação dos direitos humanos remete este direito às ações de Movimentos Sociais, pois a não efetivação faz com que estes direitos sejam apenas aspirações políticas e sociais, onde as vítimas de opressões ficam na esperança de que algum dia estes direitos sejam implementados.

Diante deste cenário de negação de direito, ou de reconhecimento de apenas alguns direitos com a finalidade de controle social por parte do sistema capitalista, os movimentos sociais se mostram capazes de assumirem a defesas das minorias excluídas, tendo em vista seu caráter coletivo e universal. Acerca da responsabilidade dos movimentos sociais, em agirem em defesa dos direitos humanos Viola argumenta:

O acréscimo que a defesa dos Direitos Humanos traz para os movimentos sociais, além do seu caráter universal, é a ampliação do espaço político, para além do mais imediato e efêmero. Trata-se de produzir uma nova ética capaz de ampliar o significado da participação como o exercício de novas modalidades de cidadania.(VIOLA, 2015)

A economia de mercado faz com que se revele uma sociedade com gigantescas desigualdades sociais e de direitos, com uma crise ambiental, pois o capital é o centro das ações humanas. Diante desse quadro de desrespeito a direitos humanos surgem os movimentos sociais organizados capazes de influenciar novos valores e cultura política dentro de uma sociedade.

Os direitos humanos na atualidade, diferente do quadro político desenhado pós 2.^a Guerra Mundial, onde estes serviam de fundo ideológico para interesses políticos, a atual



realidade se depara com a falta de implementação de efetivas garantias de direitos fundamentais e uma vida digna para a maioria da população como disserta Altvalter:

... os processos de globalização – incluindo a dissolução da soberania política, de um lado, e a crise ecológica, de outro – prejudicaram as reivindicações voltadas para determinados direitos substanciais. A ordem democrática passou a enfrentar uma série de novos dilemas. (Altvalter, 1999, p. 116).

230

Estes d relevam as lutas travadas entre os movimentos sociais e o estado. Os movimentos sociais lutam pelos direitos fundamentais, e o Estado positiva-os através do reconhecimento, regulamentação e implementação ou não destes através de medidas eficazes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, observa-se que os movimentos sociais em luta pelos direitos humanos estão vinculados à lutas sociais e civil, que visam diversos direitos fundamentais e a ascensão de classes minoritárias, bem como a preservação do meio ambiente. Estes movimentos lutam por mudanças da realidade em que vivem, fazendo com que sua luta seja um meio de pressão política. Ainda neste contexto, pode-se concluir que os movimentos sociais são um mecanismo de expansão dos espaços democráticos, para lutar por uma postura do Estado a fim de implementar os direitos humanos já reconhecidos e positivados, mas não efetivados.

Hoje não apenas é necessário que os Direitos Humanos sejam reconhecidos pelo Estado, mas também dentro da própria sociedade, a exigência da proteção e garantia da dignidade da pessoa humana deve ser universal e incluir os diversos setores da sociedade. A efetividade dos direitos humanos deve ser um processo de luta constante, assim como foram o surgimentos destes direitos, que não são processos naturais mas sim de embates da sociedade com os



interesses de mercado a fim de garantir uma vida digna a população que tem seus direitos feridos. Ainda em se tratando de atualidade, o maior desafio dos direitos humanos não é mais o seu reconhecimento, mas sim a proteção e garantia de que estes direitos sejam efetivados na atual sociedade.

Os direitos humanos, além de estarem previstos nas Constituições devem ser implementados através de políticas públicas eficazes, e estas precisam ser cobradas pela sociedade civil organizada, através de movimentos sociais, buscando viabilizar a plena eficácia jurídica dos direitos humanos, que de fato este aconteçam na sociedade e não somente nas Constituições, assim os movimentos sociais são parte fundamental para a implementação dos direitos fundamentais, a medida que estes são a expressão das classes excluídas da sociedade e que buscam a efetivação dos direitos positivados na Constituição.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. *Os desafios da globalização e da crise ecológica para o discurso da democracia e dos direitos humanos*, in: HELLER, Agnes et. Al. *A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.

ARISTÓTELES. *A Política*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 3 ed. Coimbra: Almedina, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *A Luta pelos Direitos Humanos*. In: LOURENÇO, Maria Cecília França. *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1934-1999*. São Paulo: Universidade de São, 1999



FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Direitos Humanos Fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 1998.

FIORAVANTI, Maurizio. *Los Derechos Fundamentales*. 4 ed. Madrid: Trotta, 2003.

ISRAEL, Jean-Jacques. *Direito das Liberdades Fundamentais*. Barueri: Manole, 2005.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUBIO, Valle Labrada. *Introducción a la Teoría de los Derechos Humanos: Fundamento. Historia. Declaración Universal de 10 de diciembre de 1948*. Madrid: Civitas, 1998.

VIOLA. Solon Eduardo Annes. *Movimentos Sociais e Direitos*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/solonviola/movimento.html>. Acesso em 28 de agosto de 2015



POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA: CONTRADIÇÕES DA PARCERIA ENTRE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E ESTADO

NASCIMENTO, Cícera Maria

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação
Contemporânea – UFPE/CAA
E-mail: escolitora.lp@gmail.com*

CUNHA, Kátia Silva

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea –
UFPE/CAA
E-mail:kscunha@gmail.com*

222

RESUMO

Esse estudo integra a pesquisa que desenvolvemos no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA, que tem como objeto a política de leitura de literatura, materializada na Rede Municipal de Ensino de Caruaru/PE. Aqui apresentamos que, na busca de efetivação da política de leitura apontada pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o governo do município de Caruaru/PE, estabeleceu, entre 2007 e 2011, parceria com a ONG Bagulhadores do Mió e, passou a implementar ações de fortalecimento das Bibliotecas Escolares. Entretanto, conforme vertente teórica que desenvolve crítica à participação das ONGs na implementação das políticas públicas, essas, no contexto de luta dos movimentos sociais no neoliberalismo, assumem a função de garantia de direitos que deveria ser do Estado. Dessa forma, mediante levantamento dos cursos de formação, a partir de relatório entregue em 2010 pela ONG Bagulhadores do Mió ao município e nossa escuta de professoras(es) de bibliotecas, analisaremos as contradições que a materialização de ações para formação de leitoras(es) de literatura, em contexto escolar, apresentam ao serem implementadas a partir da parceria entre Governo Municipal e Organização Não Governamental.

Palavras-chave: Política pública de leitura. Movimentos sociais. Organização Não Governamental.

ABSTRACT

This study integrates research that developed the Master's Graduate in Contemporary Education Program - UFPE / CAA, whose object, reading literature policy embodied in the Municipal Network of Education Caruaru / PE. Here is that, in the search for effective reading policy appointed by the National Book and Reading Plan (PNLL), the government of the city of Caruaru / PE, established between 2007 and 2011, partnership with NGO Bagulhadores Mio and went to implement the School Libraries strengthening actions. However, as theoretical strand that develops critical to the participation of NGOs in the implementation of public policies, those in the context of the struggle of the social movements in neoliberalism, take the rights protection function that should be the rule. Thus, by raising training courses, from report submitted in 2010 by Bagulhadores Mio NGO to the municipality and listening teachers (es) libraries, analyze the contradictions that the materialization of actions to readers of training (s) literature, in schools, have to be implemented through a partnership between the Municipal Government and Non Governmental Organization.

Keywords: Public reading policy . Social movements. Non governmental organization.



INTRODUÇÃO

As políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas têm sido impulsionadas, no contexto da América Latina, pelo Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e no Caribe (CERLALC) que, no início da década de 1970, começa a implementar parceria com seus países membros visando o fortalecimento do mercado editorial. Tendo sua fundação financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o CERLALC representa a pretensão econômico-política da UNESCO de instituir nas regiões periféricas do capitalismo, centros de referência que deveriam criar as condições necessárias para a produção e circulação da mercadoria livro.

Na década de 1980 se intensificam as críticas dentro do próprio CERLALC, impulsionadas por críticas externas, no tocante a preponderância das políticas de incentivo econômico relacionadas ao livro, apontando-se para a necessidade do investimento social da leitura. Fruto dessas pressões, ganha corpo as ações de estímulo para que os países membros criem as suas políticas sociais para o livro, leitura e bibliotecas, tendo como marco simbólico a declaração de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura. Em 2007 publicou-se o Guia para o Desenho de Planos de Leitura, onde foram sistematizadas as experiências da Argentina, do Brasil, da Colômbia, de Cuba, do Equador, de El Salvador, da Espanha, do México e da Venezuela nas suas campanhas nacionais de criação de políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas (LÓPEZ; HOYOS, 2011). Atualmente vinte e um países são membros do CERLALC¹ e possuem seus planos para o desenvolvimento da política de acesso ao livro e à leitura.

No Brasil a emergência para a criação de políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas passa a ter visibilidade a partir das pressões da sociedade civil organizada (HÖFLING, 2011) e de organismos internacionais. Essa emergência foi evidenciada pela publicização da baixa capacidade de compreensão de textos escritos de significativa parcela da população brasileira, apontada pelos índices apresentados por avaliações nacionais ligadas a educação básica, como exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); a pesquisa do mercado livreiro Retratos da Leitura no Brasil e os índices de proficiência em

¹ O CERLALC tem como membros, além dos 19 países da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal. São: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.



leitura apresentados em diversas edições pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Na busca de efetivação da política de leitura apontada pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o governo do município de Caruaru/PE, estabeleceu, entre 2007 e 2011, parceria com a Organização Não Governamental (ONG), Bagulhadores do Mió e, passou a implementar ações de fortalecimento das Bibliotecas Escolares através do projeto denominado Escola Leitora.

No âmbito do Projeto Escola Leitora a Biblioteca Escolar (BE) é central, pois é das ações a partir dela articuladas, que se busca a sua ressignificação no contexto escolar (BAGULHADORES, 2010). Essas ações são direcionadas a partir dos eixos do projeto. O primeiro deles é a criação de espaços convidativos, compreendidos como possibilitadores da mediação entre o livro e o leitor(a). Por isso, esse deve dispor de ambientação, mobiliário e acervo que atenda às demandas do público atendido pela unidade de ensino. O segundo eixo é a organização e qualificação do acervo. Com esse objetivo foi produzido, pelas professoras(es) de bibliotecas, o Manual de Procedimentos Técnicos. No manual estão contidas as orientações para classificação e tombamento do acervo. O terceiro eixo é a vivência de atividades de leitura com todas as turmas. Esse eixo se desenvolve a partir do planejamento de um cronograma de mediações de leitura onde todas as turmas são contempladas. Nesse sentido, no dia e horário agendados, toda a turma junto com o professor(a) de sala de aula vai à biblioteca, onde será desenvolvida a mediação de leitura pela professora ou professor da biblioteca. O quarto eixo é a formação continuada das equipes de biblioteca. A formação é pensada e desenvolvida com o objetivo de contribuir com a formação de leitoras(es) de literatura, através do fortalecimento e da ressignificação das Bibliotecas Escolares (BAGULHADORES, 2010).

Considerando o quarto eixo, mediante o levantamento dos cursos de formação, apresentados em relatório entregue em 2010, pela ONG Bagulhadores do Mió ao município e a nossa escuta de professoras(es) de bibliotecas sobre a formação que visa o desenvolvimento das atividades na Biblioteca Escolar, analisaremos, à luz do referencial teórico aqui apresentado, as contradições que a materialização de ações para formação de leitoras(es) de literatura, em contexto escolar, apresentam ao serem implementadas a partir da parceria entre Governo Municipal e Organização Não Governamental.



1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em projeto de extensão coordenado pela professora Allene Lage UFPE/CAA entre agosto de 2006 a junho de 2007, objetivando identificar e caracterizar as principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru identificou-se mais de cinquenta organizações. Ao realizar a caracterização das organizações apontando as suas fragilidades, a falta de sustentabilidade financeira apareceu como principal problema. Outra fragilidade é a atuação sem articulação entre organizações e o deslocamento dos objetivos, especialmente no caso dos sindicatos, da formação política dos trabalhadores para a formação técnica. No entanto, apesar da vulnerabilidade na qual estão inseridas, Lage pensa que “a sociedade civil organizada de Caruaru, tem conseguido atuar em várias direções, com mais impacto ou menos impacto segundo seus recursos e capacidade de mobilização” (LAGE, 2013, p. 148). Ao listar as principais organizações da sociedade civil do município, nenhuma delas, aparece com denominação ONG. Nesse sentido, assinalamos que, a ONG Bagulhadores do Mió tem sede em Olinda/PE.

Conforme Acanda (2006), a definição para sociedade civil, também é problemática, considerando que, sendo aclamada como categoria da sociedade capaz de questionar e enfrentar a ordem social opressora vigente, no sistema capitalista é utilizada, dentre outras formas, contrária à luta pela emancipação humana, inclusive como base teórica para o neoliberalismo.

Nos dizeres de Gohn (2014) é salutar o destaque de quatro pontos fundamentais quando se pretende analisar os diferentes movimentos sociais em realidades concretas, como no caso do Brasil atual. Primeiro é a necessidade de qualificação de que tipo de ação coletiva está sendo chamada de movimento social; segundo, estar ciente das alterações nas relações dos diferentes sujeitos sociopolíticos; terceiro é a compreensão da alteração do papel do Estado em relação à sociedade civil e o quarto, se refere as grandes lacunas na produção acadêmica, sobre os movimentos sociais. A mesma autora, ao comentar as alterações das relações entre sociedade civil e o Estado no contexto que denomina de novas políticas sociais do Estado globalizado, demarca que a identidade política foi substituída por políticas de identidades e nesse contexto a relação entre os diferentes sujeitos sociopolíticos e o Estado é realizada de forma contraditória, pois, “captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas” (GOHN, 2014, p.13). A parceria do Estado com a sociedade civil,



de acordo com a autora, tem como pressuposto a instância de mediação que, predominantemente, desempenham as ONGs.

De acordo com Lage (2013), o voluntariado é uma das formas de atuação das ONGs, principalmente na área social, onde o Estado deixa de atuar pela ênfase na regulação que assume no neoliberalismo.

Ao conceituar seu entendimento sobre o que é movimento social Maria da Glória Gohn, escreve: “Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2014, p.14). Um dos pontos que caracteriza os movimentos sociais é que esses têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade.

2. POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA: CONTRADIÇÕES DA PARCERIA ENTRE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E ESTADO

A bibliografia sobre a implementação de políticas públicas apresenta uma vertente que desenvolve crítica contumaz à participação das ONGs na implementação das políticas públicas. Conforme esse posicionamento, as ONGs no contexto de luta dos movimentos sociais no neoliberalismo, especialmente na América Latina, assumem a função de garantia de direitos que seria de responsabilidade do Estado. Além disso, por se encontrarem na dependência dos recursos financeiros de grupos privados, não entram em confronto com a política neoliberal de esvaziamento e desresponsabilização do Estado de garantir os direitos à toda a população. Dessa forma, por elegerem suas linhas de ação conforme as linhas de financiamento, inclusive dos organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros, suas ações não possibilitam o enfrentamento político em relação às desigualdades sociais, nem garantem a sustentabilidade das ações que desenvolvem (MONTAÑO, 2014).

Para Dileno de Souza (2009), um dos desafios ao se buscar definir o que seja uma Organização Não Governamental, é a polissemia que o termo traz intrínseco, especialmente devido ao contexto que essas organizações surgem no Brasil. Na década de 1970 as ONGs formavam com os movimentos de base, resistência ao regime militar, mas a partir da década de



1990, com as relações entre o Estado e o mercado neoliberal que pressiona cada vez mais a sociedade civil para que a mesma assuma a execução das políticas sociais. Nesse contexto, as instituições com essa denominação se concentram nas parcerias para a implementação dessas políticas sociais. Dileno de Souza (2009), na tentativa de construção de uma das possíveis definições para ONG, nos apresenta que, “O significado da atuação de uma ONG, no Brasil, varia entre a prestação de serviços, a formação política de quadros e práticas de assessoria aos Movimentos Sociais, bem como a elaboração e análise de políticas públicas” (p. 115). Nessa perspectiva de análise, os grupos por elas atendidos não desenvolvem autonomia em relação ao trabalho que implementam, pois quando a ONG, também denominada em alguns estudos como o terceiro setor, deixa de atuar, também se vão as ações desenvolvidas.

Para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2014), a instauração de um marco legal para as ONGs é de fundamental importância tanto para o esclarecimento quanto para a identidade dessas instituições. Conforme a mesma associação, uma maior clareza da sociedade sobre as ações e atividades assumidas pelas organizações assim denominadas, é fundamental dada a forma generalista que o termo ONG é usado.

Desde já, é fundamental a clareza de que o conceito ONG é apenas político, ou seja, ele não existe formalmente e tem sido comumente usado de forma generalista. Existem apenas dois formatos jurídicos, que são associações e fundações. Estas podem ter qualificações diferentes enquanto pessoa jurídica e, dependendo da finalidade da organização, podem ser as de Organização Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organização da Sociedade Civil (OSCs) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (ABONG, 2014, p.05).

No sentido que Gohn (2014) apresenta as ONGs como sendo mediadoras de políticas de identidades que fragilizam a luta coletiva, o caso do Projeto Escola Leitora não se configura como política de identidade por apresentar como objetivo: “Re-significar e qualificar as Bibliotecas Escolares (BE) como Bibliotecas vivas.”. O relatório mencionado nesse artigo, destaca:

Como Ong, sempre tivemos o cuidado e a “responsabilidade de responsabilizar” ao poder público para que o Escola Leitora fosse uma realidade em toda a rede de educação municipal, construindo o Projeto sempre em parceria com a Secretaria de Educação (BAGULHADORES, 2010, p. 5).



Ainda ao decorrer do relatório apresenta-se que a elaboração da proposta teve como orientação as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura, as normas IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares, as experiências sistematizadas pelo Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e as orientações do Programa Prazer em Ler (BAGULHADORES, 2010).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Para formar o *corpus* para a análise das contradições da materialização da política de leitura via parceria entre Estado e ONG, realizamos um levantamento dos cursos oferecidos, em 2010 pela ONG Bagulhadores do Mió para as professoras(es) de bibliotecas. O levantamento se deu com base no relatório narrativo que a ONG entregou para a Secretaria de Educação do município de Caruaru-PE. Com esse levantamento de dados produzimos o mapa a seguir. Nele evidenciamos que, como resultado da parceria entre ONG e Governo Municipal, foram desenvolvidos cinco cursos com o objetivo de contribuir para a formação profissional das professoras(es) de bibliotecas. A carga horária foi de cento e vinte horas, sendo atendidas, aproximadamente, sessenta professoras(es) de bibliotecas. Esses cursos tiveram como temas:

Quadro 1 - Cursos de formação da parceria entre ONG e município de Caruaru através do Projeto Escola Leitora

CURSO	ANO	CH	PARTICIPANTES
LIBRAS	2010	40h	25
Leitura Expressiva	2010	12h	41
Literatura infantojuvenil	2010	12h	37
Políticas de formação de leitores(es) no Brasil	2010	16h	42
Qualificação e gestão de acervo	2010	40h	60

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório narrativo (BAGULHADORES, 2010).

Consideramos também, dados da nossa pesquisa para a dissertação, quando ouvimos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, treze professoras(es) de bibliotecas que atuam em Bibliotecas Escolares(BEs). Os critérios de escolha para o campo de pesquisa foram: escolas onde o projeto Escola Leitora foi implantado a partir o ano de 2008; BEs que funcionam todos os turnos em que há aula; BEs que possuem um espaço apropriado para acomodar usuárias(os) e acervos.

Optamos pela entrevista semi-estruturada, com os sujeitos da pesquisa, por acreditarmos que essa nos permite uma aproximação com o informante e por compartilharmos com o entendimento de Triviños:



Podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2012, p.146).

Para garantir o anonimato das nossas informantes, identificaremos suas falas considerando a ordem que as entrevistas foram realizadas. Dessa forma, ao “Professora de Biblioteca”, seguirá um número cardinal.

O recorte que realizamos para análise, foi direcionado para a questão dos cursos de formação, haja vista que, esse também foi o recorte que fizemos no relatório narrativo. O método de análise que empregamos foi da análise de discurso na perspectiva de Eni Orlandi (2013), onde para a autora: “O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo ao produto” (p. 22). O ato interpretativo dos sentidos sempre se dá em algum lugar sócio-histórico e que a escolha do que analisar é uma escolha política do pesquisador(a). Nesse sentido, não somente as escolhas da pesquisadora está repleta de decisões políticas, mas também o discurso dos sujeitos está permeado das condições de produção as quais ele se encontra. Dessa forma, o dito e o não-dito marcam o discurso. Discurso, que também compreende a memória. Assim, “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Idem, p. 31). Logo, o lugar histórico e social que se encontra no momento da fala.

Nessa perspectiva, os discursos dos sujeitos apontam para: a resistência causada pelo distanciamento entre as ações promovidas a partir da BE e as atividades vivenciadas nas salas de aula:

Ainda encontramos a resistência de alguns professores, né? Ainda se encontra a resistência de alguns professores. Porque eles é... Eles acham que, se o aluno vem praqui pra biblioteca pra ter um momento que seja é... por prazer consciente, né? Que é onde a gente faz isso e eles estão perdendo tempo de dá um conteúdo de projeto que eles precisam trabalhar em sala de aula, pra eles, pra alguns, né? (Professora de Biblioteca - 03).

A resistência do professor(a) de sala de aula, ao que o sujeito da pesquisa coloca como sendo o prazer consciente, proporcionado na biblioteca, indica está relacionado a demanda de



projetos que o profissional da educação precisa trabalhar em sala de aula. Projetos que, mesmo quando envolvendo leitura literária, a compreende de forma instrumentalizada. Para Terry Eagleton (2006), historicamente a leitura literária, marcada pelas relações ideológicas que a legitimam ou desqualificam, foi/é alvo de censura e silenciamento nos mais diversos espaços sociais. Na escola não é diferente, haja vista que, essa não é uma instituição independente das demais, além de acentuadamente ser chamada a acomodar os sujeitos em relação aos seus conflitos e não a criar situações que estimulem a transformação da sociedade. Ao fazermos essa observação não estamos a defender que a educação escolar seja a responsável pelos rumos tomados pela sociedade, mas dizendo que a mesma faz parte de um sistema e que em certa medida contribui para a manutenção ou questionamento do *status quo* (FRIGOTTO, 2010, p. 202). Além disso, o robustecimento da escola², com projetos das mais variadas intenções sobregarrega o profissional, responsabilizando-o pelo sucesso ou fracasso das ações.

Outra tensão que o discurso dos sujeitos apresentou está relacionada a indefinição da permanência de professoras(es) de bibliotecas na BE. Essa situação gera descontinuidade no processo de formação.

*Apesar dos entraves, apesar das melhorias que devem serem feitas, mas a gente ainda tem um espaço adequado. A gente sabe que tem escolas que tem uma salinha de leitura que a gente sabe que se entra uma pessoa e tem que sair a outra, que não cabe. É... realmente **manter um quadro de funcionários que atendesse esses espaços e que esses espaços estivessem aberto** (Professora de Biblioteca - 01).*

*Então, para quem está chegando é difícil. **Eu não tive muita dificuldade porque eu não trabalhava na biblioteca sozinha, eu tinha as minhas colegas para me ensinar, mas tem gente que chega numa biblioteca fechada, sozinha, não tem ninguém que repasse nada pra ela. Ela fica perdida.** (Professora de Biblioteca – 09).*

Indicativo da situação de descontinuidade assinalada pelos sujeitos acima citados é o quadro de professoras(es) que atuam nas BEs da Rede Municipal de Ensino de Caruaru. Em levantamento realizado no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Educação em outubro de 2015, constatamos que das noventa e oito professoras(es) de bibliotecas, setenta e sete são readaptadas.

² Identificamos aqui um dos indícios do que Eveline Algebaile (2009) denomina de robustecimento da escola pública. Especialmente no que concerne a responsabilização da escola pela formação de leitoras(es) que estejam aptos ao exercício da cidadania ao mesmo tempo em que a escola é chamada a atender diversas outras demandas, dentre elas os índices de desempenho, a segurança, a erradicação da marginalidade, dentre outras.



A lei complementar nº 035, de 22 de fevereiro de 2013, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração – PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru, e dá outras providências.”, ao apresentar as disposições sobre a readaptação no capítulo XIV, Art. 34. que:

Readaptação é o aproveitamento do servidor efetivo no quadro de pessoa do magistério público municipal em cargo de atribuições afins e responsabilidades compatíveis com a limitação que lhe tenha sido atribuída com base em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica competente (CARUARU, 2013, p.06).

231

Entretanto, mesmo que legislação apresente que o aproveitamento do servidor do magistério público municipal readaptado seja em conformidade com suas capacidades físicas e mentais e não preferencialmente em determinada função, observa-se que, preponderantemente, as professoras(es) de bibliotecas são readaptadas. Ainda nessa perspectiva o PCCDR dispõe como requisitos para ocupar o cargo que chama de bibliotecário:

Formação em nível superior, em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Licenciatura Plena na área de Educação, curso superior em Pedagogia com licenciatura plena e habilitação em pré-escola; ou curso superior em Pedagogia com formação para docência na Educação Infantil, ou ainda, Graduação em Licenciatura Plena, com habilitações específicas em área própria disciplina relacionada aos anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano); nos termos da legislação aplicável (CARUARU, 2013, p.08).

Na fala do sujeito da pesquisa quando o dito é: “manter um quadro de funcionários que atendesse esses espaços e que esses espaços estivessem abertos”, temos como o não-dito que, a formação continuada, enquanto espaço de fortalecimento profissional e político é vulnerabilizada devido a grande quantidade de professoras(es) readaptadas por problemas de saúde, quando pelas próprias limitações da situação a qual se encontram, compromete o atendimento à comunidade escolar pois, a BE fica fechada com frequência, mesmo com pessoa lá alocada.

Outra situação apontada nas falas é a do investimento na compra de acervo em detrimento do investimento em cursos de formação.

O PNBE, o PNLL é mais uma maneira de estimular a leitura. Então assim, a níveis de programas eles investem muito a nível de material, de oferecer



esses materiais. Mas aí cabe a nós enquanto recursos humanos... Não adianta ter só o recurso concreto, a gente também viabilizar o usuário a ter acesso. (...) Mas nós temos também que dá esse acesso. Não adiante se ter um material excelência, se não se tem o acesso (Professora de Biblioteca – 01).

No entanto, em diversos momentos também aparece no discurso o processo de formação iniciado com o Projeto Escola Leitora, o qual o município tem dado continuidade, assim como, a articulação política para a realização de dois fóruns em defesa do livro, da leitura e das bibliotecas³ que impulsionaram a instituição da lei municipal 10.082/2010 que “Estabelece a Política Municipal de Livro, sua difusão, estímulo à Leitura e às Bibliotecas Públicas” (CARUARU, 2010).

*Tenho participado de formações desde o princípio que entrei na biblioteca. Foi assim um processo encantador pra mim, uma inovação. **Que eu pensava que ao ser readaptada eu seria como um escanteio. Que na verdade depois que chegou o projeto Escola Leitora em Caruaru é, houve uma mudança na minha própria vida e na minha visão como educadora e professora em biblioteca, isso que me fez... Motivação para a minha vida e o meu trabalho (Professora de Biblioteca – 07).***

Analisamos que, das professoras(es) de bibliotecas, aquelas que participaram da formação desde o início do Projeto Escola Leitora, têm mais propriedade e motivação ao se referirem a questão da política de leitura materializada em contexto escolar.

Os sujeitos da pesquisa, compreendem que, tanto a formação quanto a legislação, fortalecem a defesa da Biblioteca Escolar, no contexto escolar.

*Tem a lei do livro. Isso é um apoio muito grande, não é? Até porque nos acoberta, no sentido político, não é? **Que muito, às vezes, assim, a gente encontra certas restrições, não é? Certas... Certo até preconceito, vamos dizer assim. Mas essa lei faz com que a gente se firme e defenda a questão da biblioteca, a questão do incentivo a leitura e seu funcionamento na escola (...)**É que pra maioria, ela talvez, não tenha tanta importância, não é? É... não tem assim, esse valor, que a gente sente quando está lá dentro, como funcionário da biblioteca, a gente sente. Porque assim, eu percebo assim, essa... essa questão da biblioteca funcionar no incentivo a leitura ajuda muito a criança a ter maturidade, ajuda o seu desenvolvimento não só cultural como também intelectual (Professora de Biblioteca – 11).*

³ O primeiro fórum aconteceu em outubro de 2009 e o segundo em de junho de 2011.



Compreendemos, a partir da análise do *corpus* construído que, a formação continuada das professoras(es) de bibliotecas, apesar das fragilidades latentes, é espaço de aprendizado não apenas técnico, mas político. Esse dado evidencia as relações de tensão desencadeadas na escola a partir do momento que a Biblioteca emerge do lugar de invisibilidade e passa “pertubar” a ordem do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o apresentado analisamos que, a parceria da ONG Bagulhadores do Mió com o Governo Municipal, no Projeto Escola Leitora, aponta como fragilidades o distanciamento entre as ações promovidas a partir da BE e as atividades vivenciadas nas salas de aula e a indefinição da permanência de professoras(es) de bibliotecas na BE. No entanto, destaca-se como linhas de resistência, diante das condições às quais as ONGs precisam se adequar, que no caso do referido projeto, o investimento em formação das professoras(es) de bibliotecas; a responsabilização do poder público na assunção de compromissos para a materialização das ações, podem ser percebidos como atitudes que destoam da preponderância de condições nas quais atuam as ONGs.

Outro destaque é que, as condições de trabalho precarizadas dos profissionais da educação, muitas vezes, motivam a resistência cotidiana. Resistência essa, compreendida enquanto negação à materialização da política de leitura literária, em contexto escolar, quando se evita o trabalho de parceria com a Biblioteca Escolar. No entanto, a resistência cotidiana, também aparece enquanto estratégia de luta pela garantia do direito da comunidade escolar acessar a Biblioteca. Considerando a resistência, enquanto recusa da instrumentalização da leitura literária e da própria BE, compreendemos que, a formação das professoras(es) de bibliotecas tem fortalecido a práxis dessas profissionais e, conseqüentemente, a política de leitura no município de Caruaru/PE.

REFERÊNCIAS

ABONG. (2014) *Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática*. Disponível em:



<http://www.abong.org.br/biblioteca.php?id=7722&it=7772>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

ACANDA, Jorge Luis. (2006) *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução: Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

ALGEBAILLE, Eveline. (2009) *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora.

BAGULHADORES. (2010) *Relatório narrativo: segundo semestre de 2010*. Projeto Escola Leitora.

BRASIL. (2006) *Plano Nacional do Livro e Leitura: diretrizes para a política nacional do livro e leitura*. Disponível em:

http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/directrices_brasil.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2014.

CARUARU. *Lei nº 5.082, de 15 de dezembro de 2010*. Estabelece a política municipal do livro, sua difusão e estímulo à leitura em Caruaru.

_____. *Lei complementar nº 035, de 22 de fevereiro de 2013*. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração – PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Caruaru. Ano II, Nº 65.

EAGLETON, Terry. (2006) *Teoria da literatura: uma introdução*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (2010) *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez.

GOHN, Maria da Glória. (2014) *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5.ed. São Paulo: Loyola.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. (2001) Estado e políticas (públicas) sociais. *Em: Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

LAGE, Allene. Projeto de extensão caracterização das principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru. (2013) *Em: LAGE, Allene. Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta*. Recife, Editora Universitária UFPE.

LÓPEZ, Álvaro Garzón; HOYOS, Bernardo Jaramillo. (2011) *CERLALC: uma história de livros e integração*. Tradução: Lina Lucía Oliveira da Silva. CERLALC-UNESCO. Disponível em: http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/03/40anos_Port.pdf. Acesso em: 22 de novembro de 2013.



MONTAÑO, Carlos. (2014) A ilusão da autorrepresentação da Sociedade Civil: as ONGs e seu papel social e político no quadro da hegemonia neoliberal. Em: MONTAÑO, Carlos (Org.). *O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. São Paulo: Cortez.

ORLANDI, Eni P. (2013) *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11.ed. Campinas, SP: Pontes.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. (2009) *Movimentos sociais, ONGs e educação: um estudo de caso*. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (2012) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.



O CICLOATIVISMO BRASILEIRO E O FORUM MUNDIAL DA BICICLETA

BARCELLOS, Fernando H. G.
Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ.
fernando.barcellos@globo.com

236

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as formas de ação e organização do Cicloativismo no Brasil. Busca-se resgatar suas visões e diretrizes, sua capacidade de representar uma diversidade de interesses, identidades e bandeiras de luta. O recorte temporal é demarcado por suas ações nos últimos 30 anos, período que o cicloativismo nasceu e cresceu no Brasil. Num primeiro momento, serão enfatizadas as formas de organização desses movimentos, legalizadas ou não, destacando suas relações com órgãos de planejamento urbano e as ações que ganharam destaque. Serão apresentadas redes internacionais de cooperação e aprendizagem. Destacam-se os diferentes grupos que se formaram nos últimos cinco anos, buscando apresentar conflitos e identidades na relação com poder público. Num segundo momento, serão apresentadas as formas de ação e bandeiras de luta dos Cicloativistas, assim como propostas apresentadas e sendas escolhidas. Serão enfatizadas culturas que se forjaram, em especial, as campanhas contra o carro e a violência no trânsito, o direito ao uso da cidade e de participação em seu planejamento.

Palavras-chave: cicloativismo, movimentos sociais, direito

INTRODUÇÃO

Em diferentes momentos históricos e contextos nacionais, o uso da bicicleta como meio de transporte, esporte e lazer tem sido terreno fértil para o levantamento de questões referentes ao planejamento urbano e os problemas socioambientais nas cidades. O assunto ganhou amplo espaço na internet, na mídia impressa, televisiva entre outras. Ganhou patrocínio de bancos e agências de fomento mundial. Pesquisas demonstram que a construção de ciclovias faz parte do discurso dos governantes, em diversas escalas. Diversos grupos e partidos políticos apresentam críticas e soluções aos problemas. O papel das universidades na capacitação em transportes não motorizados já foi objeto de análise do Ministério das Cidades, do BID e da ONU.

Múltiplas abordagens focam ora a inserção da bicicleta na agenda da “Sustentabilidade Ambiental”, no Plano Nacional de Mudança do Clima, na Política Nacional de Mobilidade Urbana, no Código de Trânsito Brasileiro, a construção de ciclovias, a segurança, acentuando-se as responsabilidades pessoais ou coletivas frente problemas enfrentados. Considerando as políticas de mobilidade urbana no Brasil, examinando as sucessivas alterações e reformas nas



políticas públicas e seus Planos, pesquisadores tem identificado temas relacionados a alocação dos investimentos públicos que foram objeto de atenção ao longo das últimas décadas (planejamento urbano, transporte, saúde, meio ambiente, prevenção acidentes, lazer). Pesquisas realizadas indicam a ênfase dada transporte motorizado, em especial o automóvel, a insatisfação da população com o transporte público, os problemas de saúde e custo financeiro dos engarrafamentos nas médias e grandes cidades, o uso de tecnologias e as lutas políticas na sociedade (Souza, 2000; Paiva Cardoso, 2009; Penãlosa, 2011). Embora variassem os temas estudados, os referenciais teóricos e procedimentos metodológicos, o uso da bicicleta como meio de transporte teve presença nos debates, ao longo dos últimos 30 anos, sobre planejamento urbano, transporte, saúde e mudança no clima.

Apesar do uso da bicicleta ser amplamente estudado e defendido por diversos setores, e nos últimos anos tenham surgido, no Brasil, centenas de grupos cicloativistas, legalizados ou não, percebe-se que são poucas as pesquisas sobre suas visões e valores sobre natureza, sociedade, clima, luta pela cidade, território e políticas públicas, embora estudos destaquem a importância de se estudar os movimentos sociais (GOHN, 2011; Xavier, 2011). Certamente essas ações dos Cicloativistas não acontecem sem conflitos e contradições. Pesquisas preliminares indicam que os Cicloativistas tiveram participação importante na formação organizações, debates, eventos e ações, rompendo paradigmas e influenciando políticas públicas e decisões da sociedade.

Desse quadro, tencionamos conhecer papel Cicloativistas por trás das ações do poder público, que nos últimos anos, passou investir mais em transporte por bicicleta. Procuramos enfatizar as interfaces entre o cicloativismo, suas vivências e o cenário mais geral, registrando indícios de resistência ao pensamento, práticas e valores hegemônicos ao uso do carro como meio de transporte. A preocupação central reside na tentativa de explorar as relações e implicações das ações dos Cicloativistas em ações de educação no trânsito, planejamento das ciclovias, ciclofaixas e ruas de lazer, identificando-se os apelos comportamentais, estruturais, políticos e econômicos para uso da bicicleta.

A primeira seção é dedicada ao surgimento do cicloativismo, suas formas de organização nas últimas décadas, suas relações e redes nacionais e internacionais. Destaca-se saberes e identidades que se formaram em conflitos, em especial, na luta pelo direito uso da cidade e seu planejamento, conquista da cidadania e promoção efetiva da saúde e bem estar, mostrando que as bandeiras de grupos de Cicloativistas são amplas e variadas, as vezes relacionadas e holísticas.



Num segundo momento, aprofundamos e focamos nas formas de ação e bandeiras de luta dos Cicloativistas, com o objetivo de descrever culturas, saberes e identidades formadas frente o planejamento urbano e os problemas socioambientais do meio urbano. Buscaremos caminhos descartados e sendas escolhidas, em especial, suas visões e diretrizes, sua capacidade de representar uma diversidade de interesses e identidades na luta pelo uso da bicicleta como transporte.

Formas de Organização do Cicloativismo e sua interação com Estado

Existem poucas pesquisas sobre o cicloativismo no Brasil, o que dificulta estudar sua interação com o Estado. Como veremos, o cicloativismo e o planejamento ciclovial começaram a ganhar corpo em meados dos anos 1970. Seu crescimento e sua expressão pelos estados brasileiros só ganhou força nos últimos anos, sendo uma das principais razões que acreditamos ser o motivo das poucas pesquisas.

As pesquisas sobre o cicloativismo no Brasil são variadas entre campos administração, engenharia, planejamento urbano, geografia e ciências sociais (Xavier, 2007 e 2011; Zandonade e Moretti, 2009; Chapadeiro, 2011; Dalpian, 2013; Raquel, 2011 e 2013; Silva, Cordeiro e Mello, 2013, Cesar, 2014). Nesses estudos o cicloativismo tangencia a inserção da bicicleta como meio de transporte e lazer, não sendo seu foco. Recentemente, vem crescendo publicações e estudos dos próprios cicloativistas, em parceria entre associações e ONGs, com coletâneas de artigos sobre mobilidade urbana e cicloativismo (Ludd, 2005; Santos e Malta, 2012; Brand, 2013; Soares, 2013 e 2015).

Há diversas lacunas a serem estudadas, começando pela gênese da palavra cicloativismo. Não há relatos precisos sobre o uso dessa palavra. Na língua inglesa, é conhecido como *Bicycle Advocacy*. Xavier (2007 e 2011) foi quem primeiro fez o esforço de resgatar a história do cicloativismo brasileiro nas últimas décadas. Para a autora é a atividade de militância política defendendo melhores condições para o uso da bicicleta, assumindo caráter reivindicatório ou contestatório junto a sociedade e o estado. No relato de Xavier e dos próprios cicloativistas, são considerados uma ampla gama de agentes como ativistas e integrantes de movimentos sociais da bicicleta: grupos e associações, coletivos em redes, agentes e técnicos de diferentes órgãos de governo; associações de Empresários; jornalistas; técnico profissional ou acadêmico; produtor e comerciante de bicicleta e de acessórios; sociedade civil; Ongs nacionais e internacionais.



Nos últimos anos, esses movimentos cresceram. Muitos se autodenominam organizações horizontais, sem lideranças. Usam a internet para se mobilizar. Fazem bicicletadas, pintam seus corpos e fecham ruas. Alguns de seus dirigentes formaram outros grupos de Cicloativistas, afirmando terem tido dificuldades de trabalhar com estrutura extremamente horizontal. Percebe-se que no decorrer do tempo, foram observadas diversas formas de organização entre Cicloativistas.

Parece-nos que o cicloativismo, enquanto categoria analítica, não se enquadra no modelo clássico dos movimentos sociais, que se forjou no materialismo, com preocupação focada na derrubada do poder prático do estado ou de classe. Entretanto, embora concordemos com boa parte dos estudos de Touraine (1985 e 1989), que tanto contribuíram para atualização do tema, no caso do cicloativismo nos afastamos de sua teoria dos novos movimentos sociais, pois por mais inovadoras que sejam categorias de classificação social, através de métodos, bandeiras e rupturas do tempo histórico, as ações dos Cicloativistas nos parece ser possível enquadrar em categorias já existentes, por ser variação de tema antigo e consolidado.

Pesquisa inicial indica que os Cicloativistas podem ser vistos como movimentos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularistas, amplamente observados na América Latina nas últimas duas décadas. No caso dos movimentos cicloativista, por exemplo, é seminal a relação entre luta cultural e estruturas da sociedade, com continuidades e rupturas nas formas de organização e ação, com dinâmicas de associação heterogêneas e globais. Vários foram os “papeis” assumidos nas últimas décadas. Nos anos 1970 e 80, com modernização e reformas do espaço urbano, os Cicloativistas surgem como técnicos do estado, atentos ao planejamento urbano, transporte e uso da bicicleta no campo e na cidade. O discurso oficial afirma a neutralidade política dos planos, valorizando a racionalização dos recursos e os interesses da população (Xavier, 2011).

No fim dos anos 1980, intensificando-se a organização e mobilização popular, surgem os “militantes sob duas rodas”, afirmando que pouca coisa havia sido feita pela melhor qualidade das vias urbanas. Surgem diversos grupos que defendem bicicleta como meio de lazer e esporte. No início de século, despontam também outros papéis atribuídos aos Cicloativistas, como a “Paz no Trânsito”, feminismo, ecologistas entre outros. No contexto dos Fóruns Sociais Mundiais, da globalização, da ênfase a tecnologia, da privatização dos espaços, Cicloativistas estão fóruns de “lutas sociais e alternativas democráticas”.

Durante a pesquisa, foi possível perceber coexistência de diversos papéis vividos ou esperados dos Cicloativistas. Mesmo sabendo que não poderemos abranger todo o universo do



cicloativismo no Brasil, que nos últimos anos cresceu e se espalhou pelo país, apresentam-se alguns agentes e instituições/entidades que têm representatividade no cenário da bicicleta em nível nacional e que se destacam.

No Rio de Janeiro, em 1984, houve a primeira Bicletada, pedalada que vinha pela Orla do Flamengo e ia até o Leblon, com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis na organização. O grupo que se destacou no cicloativismo no Brasil, já nos anos 1980, foi o Night Biker's Club do Brasil, de São Paulo, liderado por Renata Falzoni. Renata é até hoje aparece como importante expoente do Cicloativismo brasileiro. Em 1998, ela organizou uma pedalada de Paraty a Brasília, que foi chamada de “Campanha Bicicleta Brasil, Pedalar é um Direito” -a intenção era reivindicar o cumprimento do novo Código de Transito Brasileiro. Renata e vários Cicloativistas foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, Renata entregou ao Presidente uma bicicleta infantil, dizendo-lhe que o presente significava a atenção que era dada à bicicleta como meio de transporte no Brasil.¹

O movimento que mais influenciou adeptos no Brasil foi Bicletada, iniciativa em nível nacional da rede de atores/agentes da promoção ao uso da bicicleta. A Bicletada (www.bicletada.org) é a versão nacional do movimento conhecido mundialmente como Massa Crítica, que nasceu em 1992 na cidade norte-americana de São Francisco e hoje está presente em muitas cidades de todos os continentes (Carlsson, 2008). O movimento se declara sem líderes ou organização formal, e reúne ciclistas uma vez por mês para fazer uso dos seus direitos: pedalar em grupo pela cidade com o objetivo de (re)ocupação das ruas, conscientização e promoção ao uso da bicicleta como transporte. A Bicletada ocorre em muitas cidades brasileiras. Nas entrevistas com lideranças Cicloativistas, podemos perceber que parte deles começou participar ações do Massa Crítica.²

Pesquisas indicam que a Bicletada começou em 1992, na cidade de São Paulo (Liberato, 2006; Raquel, 2013). Provavelmente, foi de lá que surgiu sua expressão nacional. Entretanto, pesquisando os arquivos de email do centro de Mídia Independente, descobrimos indicação panfleto do Massa Critica Blumenau, feito dois anos antes, no ano de 2000. O grupo de e-mails foi criada em 1999. Não temos outros dados sobre esse período, o que demonstra a demanda por mais pesquisas. A Bicletada de São Paulo ganhou força dentro do Instituto de

¹ Em conversa informal com autor no Forum Mundial da Bicicleta, em Medellín, Renata contou que durante o caminho o grupo tinha que parar e ligar de telefones públicos para a Presidencia da Republica, porque ainda não tinham certeza se seriam recebidos.

² Entrevistas com Soares (2015), Guth (2015) e Araujo (2015).



Cultura e Ação Libertaria – ICAL, que tinha nesse momento sua ação focada na “antiglobalização”. O grupo Ciclistas Radicais organizava as atividades dentro do ICAL³.

Grupo importante foi a Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis – Viaciclo, que surgiu em 2001. Seus organizadores já participavam, desde os anos 70, de debates e atos sobre problemas de trânsito envolvendo a bicicleta. O 1º Encontro Nacional de Cicloativistas, foi uma iniciativa da Viaciclo – em parceria com o grupo CicloBrasil, programa de Extensão Universitária do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC (criado em 1997 como projeto Pedala Floripa), no âmbito do programa internacional Low Cost Mobility Initiatives (LOCOMOTIVES), coordenado pela ONG holandesa *Interface for Cycling Expertise* (Xavier, 2011).

Segunda Xavier (2007 e 2011) o cicloativismo cresceu com o Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta e fora dele, as organizações passaram a se articular, trocar e crescer. Veio o 2º Encontro em SP e a consolidação, movimentos fortes de várias regiões se unem para a criação da UCB - União de Ciclistas do Brasil. A Escola de Bicicletas foi quem organizou o 2º Encontro Nacional de Cicloativistas (ou 2ª reunião do Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta), ocorrido em 22 de julho de 2006, em São Paulo. No Fórum foi decidido que a criação da União de Ciclistas do Brasil (UCB) ocorreria no encontro do ano seguinte. E aconteceu a sua criação, no Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 2007, quando do 3º Encontro Nacional de Cicloativistas (ou 3ª reunião do Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta).

A história da União de Ciclistas do Brasil começa em janeiro 2005, quando o cicloativismo teria um espaço no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, um stand da Viaciclo - Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis, que foi viabilizado com o apoio da rede World Carfree Network. O único *stand* de cicloativismo no Fórum, e talvez em todos os Fóruns já acontecidos, se tornou o ponto de encontro dos ciclistas, que se conheceram, trocaram idéias e informações (Xavier, 2011).

Outros importantes segmentos do movimento são os grupos organizados de cicloturismo, que interage com o cicloativismo como atividade educadora e participativa na condição direta de preservação do meio ambiente. Fortalece a idéia das integrações dos meios intermodais, utilizando principalmente a bicicleta no transporte e como forma de turismo nas cidades. Essa cultura desperta por um lado a busca da segurança, onde indivíduos questionadores atuam isoladamente, ou em seu grupo de convívio, nas ações Cicloativistas. O cicloturismo tem

³ Ortellado, Pablo. Dez anos de Bicicletada: memórias da pré-história. In. <http://www.gpopai.org/ortellado/2012/06/dez-anos-de-bicicletada-memorias-da-pre-historia>. Acesso setembro de 2014.



representatividade nacional por meio do Clube de Cicloturismo do Brasília (Soares, 2003; Xavier, 2011).

Já o ciclismo de competição é a forma de utilização da bicicleta que mais aparece na mídia. A entidade nacional que congrega as entidades estaduais de ciclismo de competição é a Confederação Brasileira de Ciclismo. Em diversos estados tem importante atuação na luta pela inserção da bicicleta como meio de transporte e lazer. Em vários lugares do Brasil, esses foram os primeiros a participam politicamente para que o ciclista seja respeitado na via, como podemos observar em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói, Florianópolis, Brasília, Manaus entre outros⁴. Algumas Federações são bem atuantes, estando o Rio de Janeiro na organização de eventos mundiais como “Um dia sem carro”, que reuni na cidade 15.000 pessoas, no ano de 2012 (Santos e Malta, 2012). É importante destacar que este número é significativo, pois o *record* mundial de ciclistas em eventos foi de 40.000 participantes, na comemoração do Dia da Terra, na cidade de Budapeste, Hungria.

Xavier (2011) destaca que a contribuição da *Interface for Cycling Expertise* (I-CE, ONG holandesa) ao processo do cicloativismo brasileiro foi marcante. A autora afirma que “eles são responsáveis pela internacionalização da rede de atores/agentes”. A partir do início de 2003, a ViaCiclo e o grupo CicloBrasil da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, passavam a fazer parte do programa internacional *Locomotives - LowCostMobiilityInitiatives*(2003-2006), continuado pelo *BicyclePartnershipProgram- BPP* (2007-2010) coordenados pela I-CE, utilizando-se destes apoios para impulsionar a união dos cicloativistas em nível nacional. O apoio dos holandeses à incipiente organização do cicloativismo nacional foi fundamental para que se realizaram os Encontros Nacionais de Cicloativistas de 2005 a 2008. Depois do encontro em Florianópolis em 2005 e o de São Paulo, em 2006, vieram o IV Encontro, no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, com a criação da União de Ciclistas do Brasil (UCB). Em 2008 a União de Ciclistas do Brasil se reunia no evento Bicultura Brasil em Brasília. A partir de 2009 o Encontro da UCB passou a fazer o papel do que antes era o Encontro Nacional de Cicloativismo ou reunião do Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta.

Em 2009 e em 2010 o II e o III Encontro da União de Ciclistas do Brasil aconteceu em Sorocaba/SP, sendo que em 2010 o encontro se realizou junto com o segundo Bicultura Brasil.

⁴ Algumas destas cidades ciclofaixas foram pintadas para os treinos dos ciclistas esportivos, que teriam o direito de pedalar naquela área em determinados horários do dia. Muitos atropelamentos e acidentes fatais de ciclistas foram observados, gerando protestos e reuniões com poder público.



Vale destacar que essa cidade, alias, vem se destacando pelo programa de promoção e uso da bicicleta, tendo implementado 140km de ciclovias e ciclofaixas.

Nesse breve apanhado vale destacar ação de Cicloativistas no grupo Ciclo Brasil, de Santa Catarina. Outro grupo que se destaca é o CicloVida, da Universidade Federal do Paraná. Já a Associação Bike Brasil atua na promoção da bicicleta há mais de 20 anos, sendo mentores do projeto Ciclorede, mapa das rotas mais seguras para pedalar na capital paulista (Xavier, 2011; Raquel, 2013).

Centenas, talvez milhares de grupos tenham surgido pelo Brasil nos últimos anos, tornando impossível qualquer tentativa relacioná-los. Grande parte destes grupos se formaram em redes, com organização pela internet, sem legalização, sede e estatuto. Muitos fazem votações pela internet sobre as atividades. Só na cidade de Niterói foram computados mais de cinco grupos que atuam pelo uso da bicicleta, fazendo campanhas, pressionando o poder público entre outras atividades. O Mais expressivo é o Pedal Sonoro, que vem se unindo ao Massa Crítica.

Os cicloativistas se vêem envoltos em contradições entre objetivos e diretrizes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Os conflitos na esfera do poder judiciário são menos frequentes na agenda dos cicloativistas. Já o poder executivo e legislativo sempre fez parte da esfera de ação dos Cicloativistas, em especial na esfera Federal e estadual. Projetos de inserção da bicicleta apresentados pelos Cicloativistas estiveram presentes, primeiro, nessas esferas. No que se refere a violência no trânsito, as questões são encaminhadas para o executivo estadual. Atualmente, é crescente a atuação dos cicloativistas na esfera do legislativo e executivo municipal, com atuação nas diretrizes orçamentárias e nos Planos Diretores, alocação de verbas e projetos de ciclovias e ciclofaixas.

Os cicloativistas denunciam disputas internas existentes dentro da esfera do poder público, em especial aos conflitos de interesse no que tange aos objetivos e ações de políticas ambientais urbanas, de uso do solo, de transporte, lazer e direito a cidade. Os Cicloativistas reclamam que os órgãos públicos não estão integrados, pelo contrario, tem lógicas distintas e pontuais (Soares, 2013; Brand, 2013).

Na primeira década desse século, ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, presentes no Fórum Social Mundial e no Fórum Mundial da Bicicleta, que atuam através de redes de informação. Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade. No Brasil, uma significativa parte desses militantes tem chegado aos cursos



de pós-graduação e, mais recentemente, ocupam posições como professores e pesquisadores nas universidades, especialmente as novas, criadas nessa década na área de ciências humanas. Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes/ativistas/ pesquisadores. Muitas delas são parte das histórias que eles próprios vivenciaram.

Registre-se, entretanto, diferentes correntes ideológicas que sustentam os ideais dos ativistas, que vão das novas formas do anarquismo do século, às concepções de grupos articulados a partidos políticos de esquerda, passando pelas práticas de compromisso e responsabilidade social das organizações não governamentais (ONGs) e entidades de perfil mais assistencial, aos movimentos populares herdeiros do movimentalismo associativista dos anos 1970-1980 no Brasil.

Esse retorno do ator social nas ações coletivas que se propagaram na maioria dos países da América Latina, já observado por Touraine (1984), coloca uma radicalização do processo democrático e o ressurgimento de lutas sociais tidas décadas atrás como tradicionais, pois são propostas de gestão do Estado. Silva, Cordeiro e Mello (2013) destacam que no caso dos cicloativistas brasileiros, a retomada do movimento popular têm eclodido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. Em alguns casos, elegeram suas lideranças para cargos do executivo e legislativo, como podemos observar em alguns municípios brasileiros. Um aspecto importante a registrar é a ampliação das fronteiras dos movimentos, articulando-se com os movimentos ecologistas, que têm composição social multiforme e heterogênea.

É importante destacar que, apesar das diferenças existentes, eles unem à crítica sobre a criação de um consenso que viabilize ações conjuntas. À globalização econômica, os movimentos propõem outro tipo de globalização, alternativa, baseada no respeito às diferentes culturas locais. Com isso, contribuem para construir outra rede de globalização, a da solidariedade. Ela expressa-se não somente nos fóruns mundiais, mas sobretudo nas redes de defesa do direito cidade, igualdade, mobilidade por bicicleta, defesa do meio ambiente entre outros.

O Cicloativismo trabalha com suporte governamental por meio de políticas públicas, com resultados observados como contraditórios pelos Cicloativistas. De um lado, as demandas sociais são postas como direitos (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã. De outro, há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais. O controle social instaura-se, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja a



participação cidadã no estabelecimento das normativas. Nesse cenário de redes com apoio institucional, devem-se acrescentar as inúmeras ações atuando em fóruns, conselhos, câmaras, consórcios etc., em escala local, regional e nacional. A análise do novo cenário remete-nos ao tema da institucionalização das práticas e organizações populares, na própria sociedade civil ou por meio de políticas públicas, conferências nacionais co-patrocinadas por órgãos público-estatais, ou estruturas organizativas criadas no próprio corpo estatal, a exemplo dos conselhos.⁵

Na primeira década deste milênio, fortaleceram-se as ONGs e entidades do terceiro setor – que antes serviam apenas de apoio aos movimentos sociais populares. Estes últimos tiveram de alterar suas práticas, ser mais propositivos – participando dos projetos das ONGs. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, mobilidade humana etc. Esse cenário resulta em inúmeras ações cidadãs. Pesquisa preliminar indica a emergência de sujeitos plurais.

Numa breve conclusão, percebe-se que o cicloativismo brasileiro cresceu e se institucionalizado nas últimas décadas, com inserção no poder público, na imprensa e na sociedade em geral. O Brasil organizou as três versões do Fórum Mundial da Bicicleta, sendo que a quarta edição ocorrerá em Medellín, na Colômbia, em 2015. Na organização do Fórum estava movimentos sociais, universidade e Ongs, revelando que o cicloativismo no Brasil é multifacetado, reunindo pessoas e grupos de diferentes estratos e interesses.

O que foi possível observar é que, desde seu nascedouro, o cicloativismo dialogou com as estruturas do estado, criando redes de influência dentro de seus órgãos. Esta é uma forma de organização bastante presente, com tensões e constrangimentos inerentes as alianças, coalizões e dinâmicas entre sociedade civil e Estado. Mesmo as redes criadas, mais recentemente, têm foco nos processos político-administrativos, dando lugar ao pragmatismo na gestão urbana que tenta conciliar participação ampliada com gerenciamento efetivo das ações do poder público.

Essas oposições e complementaridades, nas formas de organização, têm reflexos importantes nas bandeiras de luta entre os Cicloativistas. Se por um lado há uma tendência em influenciar políticas públicas, fazer alianças com órgãos do estado, lutar pelo direito a cidade definido em lei, a explosão simplória, prática e política do cicloativismo esta nas suas formas de ação e bandeiras de luta, que desafia valores fundamentais de nossa sociedade.

⁵ Este debate vem permeando os Fóruns Cicloativistas no Brasil e na América Latina, conforme pode ser observado a partir de mesas e debates colocados nos Fóruns Mundiais da Bicicleta.



Essa foi à cultura que se forjou no Brasil ate a primeira década do século XXI. Críticas, muitas vezes irônicas e ácidas ao poder público e, ao mesmo tempo, cooperação e diálogo na formulação de propostas.

Formas de ação e de luta

Como vimos anteriormente, a cultura, os saberes e identidades presentes entre os Cicloativistas brasileiros têm intenso dialogo com o poder público. Além dessa característica marcante, de modo geral, pesquisas iniciais indicam que os próprios Cicloativistas surgem num mundo interdisciplinar, em que os novos movimentos sociais absorvem vários saberes, em função da facilidade de informações proporcionadas pela mídia e pela difusão da internet. Muitas das lideranças Cicloativistas circulam pelo Brasil e pelo Mundo, com troca de informações, redes de apoio, debates e congressos.

Foi nos anos 1970 que começou a crescer a participação de ciclistas nos órgãos de planejamento urbano, em especial na Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Essa pratica mesmo incipiente e desorganizada, começou com atuação de alguns técnicos-ciclistas que trabalhavam nos órgãos, e que tiveram experiências de pós-graduação na Europa. Nesse período, tiveram contato com a primeira reunião sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, retornando com a sensação “de que deveriam fazer coisas semelhantes no Brasil” (Xavier, 2011). Já em 1976, houve a publicação do primeiro manual de planejamento cicloviário no Brasil. Nos anos que se seguiram, mesmo com hegemonia do carro na sociedade, o GEIPOT teve diversos técnicos atuando na publicação de estudos e trabalhos denominados “Estudos de Transporte Cicloviários”. As publicações já davam o tom do debate que iria marcar o cicloativismo brasileiro, em quase sua unanimidade: critica a hegemonia dos carros e dos recursos públicos para esse modelo de transporte, colocando a bicicleta como uma alternativa viável ao modelo.⁶

Nas décadas de 1980 e 90, mesmo que de modo incipiente, essa bandeira ganhou força entre os Cicloativistas, em especial, os que tiveram de contato com o Movimento pela Reforma Urbana na Assembléia Nacional Constituinte, em 1988. Já o ciclismo esportivo aderiu e atuou com vigor na luta contra cultura dominante do carro, embora esta pauta não tenha sido generalizada e forte entre ciclismo esportivo. O direito a cidade, seu uso para esporte, lazer e a luta contra violência e os atropelamentos, no transito, foram as bandeiras que unificavam os

⁶ Depoimento de Aziz Ary para Gisele Xavier, 2009.



ciclistas nesse período. É difícil fazer separações e categorizações, pois o ciclismo esportivo e os cicloturistas (fazem passeios e viagens) começaram a se organizar para pedalar em São Paulo a noite, como forma de lazer. Em pouco tempo, começavam a “reivindicar ciclovias, ao invés apenas de pedalar”, afirma Lobo (2007). Esse ativista destaca que foi muito importante, a época, a consultoria prestada pelo ITC – Instituto de Tecnologia para o Cidadão, ONG, elucidando o tipo de aliança e prática de ação que marca o cicloativismo desde os anos 1980.

A bandeira da violência no trânsito, o direito a cidade pelos ciclistas e o fim dos atropelamentos constitui ainda, se não a principal, uma das principais bandeiras dos Cicloativistas nos dias de hoje. Cicloativistas denunciam que com o crescimento do número de ciclistas, ou talvez maior visibilidade na imprensa, os casos de atropelamento tem aumentado. As denúncias são encaminhadas para o poder público, imprensa, delegacias de polícia, redes sociais entre outros. Bicletadas são organizadas nos locais de atropelamento. Campanhas com fotos e depoimento das vítimas se espalham pelas redes (Silva, Cordeiro e Melo, 2013; Dalpian, 2013).

Ao mesmo tempo em que a pauta da violência no trânsito contra ciclistas se consolidava, o que se percebe é que vai ganhando força entre os Cicloativistas diferentes bandeiras e formas de luta. No início dos anos 1990, com a inauguração da ciclovia na orla das praias do município do Rio de Janeiro, em 1991, e posteriormente com a Eco-92 na cidade, a preocupação relacionada aos impactos do transporte no meio ambiente passou a ser mais diretamente discutido, integrando pautas (Sirkis, 2006; Presada, 2007). Nesse período, o uso da bicicleta como parte da agenda ambiental ganhou força e nunca mais saiu da pauta dos Cicloativistas. Entre os anos de 1992 e 1994, além de São Paulo, os passeios noturnos de bicicleta ganharam força no Rio de Janeiro, com até 3.000 mil ciclistas se encontrando para pedalar, fechando a orla e o aterro do Flamengo, importantes vias da cidade.

Nos anos que se passaram, as ciclovias surgem como principal bandeira dos Cicloativistas. A mobilização em diversos municípios brasileiros parece que deu certo, pois grande número de delegados incluiu o pedido de ciclovias e ciclofaixas nas reivindicações da 1ª Conferência das Cidades, em 2003 (Presada, 2007). Após a Conferência, o Ministério das Cidades chamou diversos agentes da sociedade para discutir o Programa Bicicleta Brasil, que teve seu lançamento em novembro de 2003. Segundo documento do Ministério das Cidades, o evento “Um dia sem carro foi o fator gerador da criação do Programa Mobilidade por Bicicleta” (Ministério das Cidades, 2007a, p13).



Essa breve passagem serve para ilustrar ações pouco conhecidas pela sociedade, que levaram 10 anos para serem atendidas pelo poder público, indicando continuidade dos Cicloativistas na luta pela inserção da bicicleta como meio transporte. Como podemos perceber, os Cicloativistas participam de reuniões com o Presidente da República, participam de eventos com órgãos públicos, organizavam atos de protesto.

Segundo Xaxier (2011) foi por meio do Programa Bicicleta Brasil que o Ministério das Cidades definiu a Política Nacional de Mobilidade por Bicicleta. De 2003 a 2005 foram realizadas seis reuniões entre Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB) e setores da sociedade civil, técnicos, Cicloativistas, setores da indústria bicicleta e pesquisadores. Além dessas reuniões, O Programa Bicicleta Brasil patrocinou o Bicultura Brasil 2008: bicicletas por um mundo melhor, conjunto de eventos organizados pela UCB em parceria com a ONG Rodas da Paz. A abertura teve a presença e a participação das Embaixadas da Holanda e da Alemanha, do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, e do secretário Nacional da Mobilidade Urbana. O Bicultura Brasil 2008 incluiu a Conferência internacional de Mobilidade e o II encontro da UCB, que abordou os seguintes temas: Políticas públicas e mobilidade por bicicleta; Educação, Cidadania, legislação e Fiscalização e; Promoção e incentivo para o uso da bicicleta.

Nos anos seguintes, a União dos Ciclistas Brasileiros (UCB) continuou tendo papel importante junto órgãos governamentais. Participou da formulação do texto base do projeto “Bicicleta Brasil: avanços e desafios”, do Ministério das Cidades, produzido a partir de oficinas realizadas em dezessete Estados do Brasil, uma conferência virtual e uma oficina ampliada em Brasília, em 2009. Foi a SEMOB que esteve a frente organização, compilando o resultado e o transformando em cinquenta e sete medidas ou ações programáticas. A União dos Ciclistas Brasileiros apresentou várias propostas, com destaque para “estimulo para que os municípios criem divisões ou departamentos voltados ações destinadas veículos não-motorizados, com ênfase a mobilidade de ciclistas e portadores de necessidades especiais”; Infra-estrutura cicloviária nos conjuntos habitacionais; Instituir o vale-transporte para trabalhadores que utilizem a bicicleta; pesquisar o estado da mobilidade por bicicleta no Brasil (Soares, 2013 e 2015; Xavier, 2011)

Nos últimos cinco anos, o cicloativismo cresceu muito em todo o Brasil. Os grupos se diversificaram, juntamente com suas pautas e métodos de organização e luta. Algumas bandeiras se consolidaram, entre elas as campanhas educativas e de conscientização dos ciclistas e motoristas. A pressão sobre o poder público continua forte, sendo uma das principais formas de



atuação dos Cicloativistas. A bandeira indo contra a cultura do carro ganhou força, ganhando reforço com campanhas contra sedentarismos, os engarrafamentos, o caos urbano, e a necessidade de transportes menos poluentes.

O tema da equidade e da cidadania vem ganhando força, seja porque Cicloativistas vem sendo objeto de preconceito de setores da sociedade, seja porque grande parte deles acredita que a bicicleta pode ser fator de promoção da igualdade e coesão social no uso do espaço público.

Conforme os anos se passaram, pesquisa preliminar indica que cada vez mais a pauta da integração com o transporte coletivo vem ganhando força, tanto no início quanto no final da viagem, em especial nas de pequenos e médios deslocamentos, seguindo modelo Holanda, Alemanha e Bélgica, que tanto influenciou os Cicloativistas brasileiros.

A infraestrutura para o uso da bicicleta tem aparecido como problema chave para os Cicloativistas brasileiros. Se em países com a França é normal as vias compartilhadas, no Brasil, o uso da bicicleta com segurança, através de ciclovias, ciclofaixas ou ruas de lazer se tornou ponto chave da grande parte dos grupos existentes no Brasil, mesmo os grupos criados mais recentes. Os Cicloativistas participam de debates acalorados nas redes sociais, com diferentes percepções sobre ciclovias e ciclofaixas. Pesquisa preliminar indica a existência de grupos e setores críticos às ciclofaixas, defendendo uma segregação mais efetiva do ciclista. Outros setores defendem sistemas integrados com ciclofaixas e ciclovias. Na pesquisa, o que foi possível perceber como consenso é que os Cicloativistas denunciam que o conjunto das políticas não são coordenadas, não se reforçam mutuamente. Nas redes sócias, o que se percebe é que todo ciclista virou agente do planejamento urbano, com críticas, elogios e sugestões. Esse tem sido o caráter das redes que se espalharam por todo o Brasil, influenciando culturalmente a sociedade e as ações do poder público.

Como vimos, os Cicloativistas se aliam ao poder público, trocam pesquisas, apresentam orientações. Pesquisas iniciais indicam que esses estudos servem em muitas campanhas apresentadas pelos Cicloativistas, que buscam atuar sempre com base em estudos. Alguns cicloativismo indicam que esse modo de operar ajuda na luta cultural contra a sociedade do automóvel. Outros destacam a necessidade de “campanhas pela bicicleta”, visto como símbolo de “resistência e opção ao desenvolvimento não sustentável”.

Recentemente, foram identificados casos de boicote econômico contra estabelecimentos comerciais, que não respeitam a ciclovia. Essa prática, difundida em alguns países da Europa e nos EUA, tem entusiasmadas defesas nas redes do Brasil, obtendo sucesso em diversas ações. Alguns grupos defendem programas de “créditos do ciclismo”, onde empresas e governos



poderiam comprar certificados de créditos de redução de carbono. É importante destacar que a política de crédito de carbono sofre fortes objeções entre grupos de Cicloativistas, entre eles alguns diretores da UCB.

Grande parte dos Cicloativistas brasileiros defende haver moderação de tráfego, com zonas de 30km/h em áreas residenciais. Debatem se as interseções e os semáforos das vias devem ser modificados de forma a dar prioridade e segurança aos ciclistas, havendo desvios para os ciclistas que queiram virar a direita. Acreditam que toda cidade deve ser provida de estacionamentos para bicicletas de todos os tipos, com especial atenção bicicletas de carga e paraciclos. A integração com o transporte público deve ser uma prioridade, havendo bicicletários e bicicletas públicas disponíveis.

O poder público deve disponibilizar amplo acesso sobre tudo que se refira a bicicleta, como mapas, alugueis, estacionamentos, festivais, serviços de internet com rotas, campanhas de conscientização permanentes. Alguns grupos agem de forma mais independente, outros acreditam que é papel do poder público estimular a participação popular por meio de pesquisas, conselhos, universidades.

A educação e o treinamento para o uso da bicicleta no trânsito devem fazer parte da educação formal das crianças. O ponto polêmico entre os Cicloativistas é a necessidade de realização de teste do conhecimento e de habilidades realizados pelo poder público.

Outro ponto de debate entre os Cicloativistas é se as leis devem ou não enquadrar, os motoristas de veículos motorizados, como responsáveis por sinistros que venham a ocorrer com ciclistas, especialmente crianças e idosos. Nas vias compartilhadas, defendem Cicloativistas, a preferência é dos ciclistas, com restrições a uso e estacionamento de carros. Deve-se reduzir o número de vagas de estacionamentos de carros em áreas centrais da cidade. Criar vagas exclusivas para ônibus e bicicletas.

Alguns grupos com influência nacional defendem que se deva taxar a compra, posse e uso do carro. Estimulam o uso misto do território, com áreas comerciais, de serviços e residenciais. Alguns grupos incentivam que as lideranças públicas andem de bicicleta, dando exemplo para a população. Diferentes grupos de Cicloativistas foram críticos e resistentes ao modelo de cidade global e dos megaeventos.

A luta municipalizada, que faz parte das bandeiras da UCB, ganha força nos grupos de Cicloativistas que surgiram. Os grupos lutam por verba nos municípios, pressionando o legislativo para o empenho de verbas para aumentar a ciclabilidade das cidades.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTP. Associação Nacional de Transportes Públicos. *Perfil da mobilidade do transporte e do trânsito 2009*. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana, 2009.
- ALCORTA, Arturo Condomí. *Relatório do 2º Encontro Nacional de Cicloativismo*, São Paulo: [s.e.], 2006, 5p.
- SOUZA, M. L. 2003. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- AZIZ ARY, José Carlos. *Surgimento e evolução do planejamento cicloviário no Brasil*. Fortaleza: [s.e.], 2009.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *1ª Conferência das Cidades*. Conselho das Cidades. _____ . Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Convite Seminário “Dia sem Carros”*, 2009a.
- _____. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Página de apresentação do Programa Bicicleta Brasil*, [s.d]-e..
- _____. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Página inicial da Secretaria, [s.d]-d.
- _____. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Projeto Bicicleta Brasil Avanços e Desafios - Texto Base*, 2009b.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. *Manual de planejamento cicloviário*, 2001b, 126p.
- CALRSSON, Chris. Nowtopia. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2014.
- CASTRO, Fábio. Especial bicicleta na cidade: atores sociais unem esforços para viabilizar mobilidade alternativa. *Agência Repórter Social*, 8 nov. 2005a.
- CHAPADEIRO, Fernando. Limites e possibilidades do planejamento cicloviário: um estudo sobre participação cidadã. Dissertação de Mestrado. UNB, 2011.
- DALPIAN, Paulo Roberto. A contra-hegemonia e a resistência ao consumo. Tese de Doutorado. UFRS, 2013.
- FALZONI, Renata. *Renata Falzoni*: site oficial, [s.d.].
- I-CE. Interface for Cycling Expertise. *Locomotives full steam ahead*. Cycling planning and promotion, v. 1, Utrecht, 2007.
- I-CE; GTZ-SUTP. Interface for Cycling Expertise; Sustainable Urban Transport Project from Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. *Cycling-inclusive Policy Development: A Handbook*, The Netherlands, 2009.



- LOBO, Fernando José (Zé). *Fernando José Lobo: entrevista e Depoimento*, fev. 2007.
- MIRANDA, Antonio. Se eu tivesse que ensinar a projetar ciclovias. Série Cadernos Técnicos da ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. *Transporte Ciclovitário*, São Paulo, v. 7, p. 68 -110, set. 2007b.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O USO DABICICLETA. *Anais velocity*. Alemanha, 2007.
- PAIVA, Reginaldo Assis de. Integração da bicicleta com outros modos de transporte. Sessão Temática 4 - bicicleta e qualidade de vida. In: SEMINÁRIO "ABICICLETA E A PRESADA, Bill. Cicloativismo: a expansão da bicicleta. Transporte Ciclovitário. Cadernos Técnicos da ANTP, 2007.
- PIVA, André T. Fórum social mundial à pedal. *Revista BikeAction*, n. 55, p. 40-43, 2005b.
- _____. Militância sob duas rodas: a bicicleta como símbolo de respeito. *Revista BikeAction*, n. 51, p. 46-49, 2005a.
- PRESADA, Bill. Cicloativismo: a expansão da bicicleta. Transporte Ciclovitário. Série *Cadernos Técnicos da ANTP*, v. 7, p. 132-137, 2007.
- RAQUEL, Roberta. O papel do cicloativismo na construção de políticas públicas. In anais ENAPEGS. Belém, 2013.
- SANTOS e MALTA. O Rio pedala. Rio de Janeiro. Amplifica, 2012.
- SGARIONNI, Mariana. Os pioneiros: vá de bicicleta. *Revista Vida Simples*, ed. 5, p. 42-9, set. 2008.
- SILVA, CORDEIRO E MELLO, Cedrick. Cicloativismo, disputas políticas e a ditadura do automóvel. In. Anais SBS. Salvador, 2013.
- SIRKIS, Alfredo. Construindo as ciclovias cariocas. In: *Ciclovias cariocas*. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2006.
- Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006, 188p.
- SOARES, André Geraldo. *A natureza, a cultura e eu: ambientalismo e transformação social*. Santa Catarina: Ed. da Univali, 2003, 163p.
- _____. *Circuitos de cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros*. Florianópolis: UDESC/IOESC, 2010a.
- Touraine, Alain. *Social Movements, revolution and democracy*. Buffalo, State University of New York Press, 1985.
- _____. *Os novos conflitos sociais*. In, Lua Nova – Revista de Cultura e política. São Paulo, 1989.



UCB. União de Ciclistas do Brasil. *Propostas enviadas para o projeto Bicicleta Brasil: avanços e desafios*, out. 2010.

XAVIER, G. N. O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política nacional de mobilidade urbana. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2011.



POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA: CONTRADIÇÕES DA PARCERIA ENTRE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E ESTADO

NASCIMENTO, Cícera Maria

*Estudante de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação
Contemporânea – UFPE/CAA
E-mail: escoleitora.lp@gmail.com*

CUNHA, Kátia Silva

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea –
UFPE/CAA
E-mail: kscunha@gmail.com*

233

RESUMO

Esse estudo integra a pesquisa que desenvolvemos no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea – UFPE/CAA, que tem como objeto a política de leitura de literatura, materializada na Rede Municipal de Ensino de Caruaru/PE. Aqui apresentamos que, na busca de efetivação da política de leitura apontada pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o governo do município de Caruaru/PE, estabeleceu, entre 2007 e 2011, parceria com a ONG Bagulhadores do Mió e, passou a implementar ações de fortalecimento das Bibliotecas Escolares. Entretanto, conforme vertente teórica que desenvolve crítica à participação das ONGs na implementação das políticas públicas, essas, no contexto de luta dos movimentos sociais no neoliberalismo, assumem a função de garantia de direitos que deveria ser do Estado. Dessa forma, mediante levantamento dos cursos de formação, a partir de relatório entregue em 2010 pela ONG Bagulhadores do Mió ao município e nossa escuta de professoras(es) de bibliotecas, analisaremos as contradições que a materialização de ações para formação de leitoras(es) de literatura, em contexto escolar, apresentam ao serem implementadas a partir da parceria entre Governo Municipal e Organização Não Governamental.

Palavras-chave: Política pública de leitura. Movimentos sociais. Organização Não Governamental.

ABSTRACT

This study integrates research that developed the Master's Graduate in Contemporary Education Program - UFPE / CAA, whose object, reading literature policy embodied in the Municipal Network of Education Caruaru / PE. Here is that, in the search for effective reading policy appointed by the National Book and Reading Plan (PNLL), the government of the city of Caruaru / PE, established between 2007 and 2011, partnership with NGO Bagulhadores Mio and went to implement the School Libraries strengthening actions. However, as theoretical strand that develops critical to the participation of NGOs in the implementation of public policies, those in the context of the struggle of the social movements in neoliberalism, take the rights protection function that should be the rule. Thus, by raising training courses, from report submitted in 2010 by Bagulhadores Mio NGO to the municipality and listening teachers (es) libraries, analyze the contradictions that the materialization of actions to readers of training (s) literature, in schools, have to be implemented through a partnership between the Municipal Government and Non Governmental Organization.

Keywords: Public reading policy . Social movements. Non governmental organization.



INTRODUÇÃO

As políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas têm sido impulsionadas, no contexto da América Latina, pelo Centro Regional para o Fomento da Leitura na América Latina e no Caribe (CERLALC) que, no início da década de 1970, começa a implementar parceria com seus países membros visando o fortalecimento do mercado editorial. Tendo sua fundação financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o CERLALC representa a pretensão econômico-política da UNESCO de instituir nas regiões periféricas do capitalismo, centros de referência que deveriam criar as condições necessárias para a produção e circulação da mercadoria livro.

Na década de 1980 se intensificam as críticas dentro do próprio CERLALC, impulsionadas por críticas externas, no tocante a preponderância das políticas de incentivo econômico relacionadas ao livro, apontando-se para a necessidade do investimento social da leitura. Fruto dessas pressões, ganha corpo as ações de estímulo para que os países membros criem as suas políticas sociais para o livro, leitura e bibliotecas, tendo como marco simbólico a declaração de 2005 como o Ano Ibero-americano da Leitura. Em 2007 publicou-se o Guia para o Desenho de Planos de Leitura, onde foram sistematizadas as experiências da Argentina, do Brasil, da Colômbia, de Cuba, do Equador, de El Salvador, da Espanha, do México e da Venezuela nas suas campanhas nacionais de criação de políticas para o livro, a leitura e as bibliotecas (LÓPEZ; HOYOS, 2011). Atualmente vinte e um países são membros do CERLALC¹ e possuem seus planos para o desenvolvimento da política de acesso ao livro e à leitura.

No Brasil a emergência para a criação de políticas públicas para o livro, a leitura e as bibliotecas passa a ter visibilidade a partir das pressões da sociedade civil organizada (HÖFLING, 2011) e de organismos internacionais. Essa emergência foi evidenciada pela publicização da baixa capacidade de compreensão de textos escritos de significativa parcela da população brasileira, apontada pelos índices apresentados por avaliações nacionais ligadas a educação básica, como exemplo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb); a pesquisa do mercado livreiro Retratos da Leitura no Brasil e os índices de proficiência em

¹ O CERLALC tem como membros, além dos 19 países da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal. São: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.



leitura apresentados em diversas edições pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA).

Na busca de efetivação da política de leitura apontada pelo Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), o governo do município de Caruaru/PE, estabeleceu, entre 2007 e 2011, parceria com a Organização Não Governamental (ONG), Bagulhadores do Mió e, passou a implementar ações de fortalecimento das Bibliotecas Escolares através do projeto denominado Escola Leitora.

No âmbito do Projeto Escola Leitora a Biblioteca Escolar (BE) é central, pois é das ações a partir dela articuladas, que se busca a sua ressignificação no contexto escolar (BAGULHADORES, 2010). Essas ações são direcionadas a partir dos eixos do projeto. O primeiro deles é a criação de espaços convidativos, compreendidos como possibilitadores da mediação entre o livro e o leitor(a). Por isso, esse deve dispor de ambientação, mobiliário e acervo que atenda às demandas do público atendido pela unidade de ensino. O segundo eixo é a organização e qualificação do acervo. Com esse objetivo foi produzido, pelas professoras(es) de bibliotecas, o Manual de Procedimentos Técnicos. No manual estão contidas as orientações para classificação e tombamento do acervo. O terceiro eixo é a vivência de atividades de leitura com todas as turmas. Esse eixo se desenvolve a partir do planejamento de um cronograma de mediações de leitura onde todas as turmas são contempladas. Nesse sentido, no dia e horário agendados, toda a turma junto com o professor(a) de sala de aula vai à biblioteca, onde será desenvolvida a mediação de leitura pela professora ou professor da biblioteca. O quarto eixo é a formação continuada das equipes de biblioteca. A formação é pensada e desenvolvida com o objetivo de contribuir com a formação de leitoras(es) de literatura, através do fortalecimento e da ressignificação das Bibliotecas Escolares (BAGULHADORES, 2010).

Considerando o quarto eixo, mediante o levantamento dos cursos de formação, apresentados em relatório entregue em 2010, pela ONG Bagulhadores do Mió ao município e a nossa escuta de professoras(es) de bibliotecas sobre a formação que visa o desenvolvimento das atividades na Biblioteca Escolar, analisaremos, à luz do referencial teórico aqui apresentado, as contradições que a materialização de ações para formação de leitoras(es) de literatura, em contexto escolar, apresentam ao serem implementadas a partir da parceria entre Governo Municipal e Organização Não Governamental.



1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Em projeto de extensão coordenado pela professora Allene Lage UFPE/CAA entre agosto de 2006 a junho de 2007, objetivando identificar e caracterizar as principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru identificou-se mais de cinquenta organizações. Ao realizar a caracterização das organizações apontando as suas fragilidades, a falta de sustentabilidade financeira apareceu como principal problema. Outra fragilidade é a atuação sem articulação entre organizações e o deslocamento dos objetivos, especialmente no caso dos sindicatos, da formação política dos trabalhadores para a formação técnica. No entanto, apesar da vulnerabilidade na qual estão inseridas, Lage pensa que “a sociedade civil organizada de Caruaru, tem conseguido atuar em várias direções, com mais impacto ou menos impacto segundo seus recursos e capacidade de mobilização” (LAGE, 2013, p. 148). Ao listar as principais organizações da sociedade civil do município, nenhuma delas, aparece com denominação ONG. Nesse sentido, assinalamos que, a ONG Bagulhadores do Mió tem sede em Olinda/PE.

Conforme Acanda (2006), a definição para sociedade civil, também é problemática, considerando que, sendo aclamada como categoria da sociedade capaz de questionar e enfrentar a ordem social opressora vigente, no sistema capitalista é utilizada, dentre outras formas, contrária à luta pela emancipação humana, inclusive como base teórica para o neoliberalismo.

Nos dizeres de Gohn (2014) é salutar o destaque de quatro pontos fundamentais quando se pretende analisar os diferentes movimentos sociais em realidades concretas, como no caso do Brasil atual. Primeiro é a necessidade de qualificação de que tipo de ação coletiva está sendo chamada de movimento social; segundo, estar ciente das alterações nas relações dos diferentes sujeitos sociopolíticos; terceiro é a compreensão da alteração do papel do Estado em relação à sociedade civil e o quarto, se refere as grandes lacunas na produção acadêmica, sobre os movimentos sociais. A mesma autora, ao comentar as alterações das relações entre sociedade civil e o Estado no contexto que denomina de novas políticas sociais do Estado globalizado, demarca que a identidade política foi substituída por políticas de identidades e nesse contexto a relação entre os diferentes sujeitos sociopolíticos e o Estado é realizada de forma contraditória, pois, “captura-se o sujeito político e cultural da sociedade civil, antes organizado em movimentos e ações coletivas de protestos, agora parcialmente mobilizados por políticas sociais institucionalizadas” (GOHN, 2014, p.13). A parceria do Estado com a sociedade civil,



de acordo com a autora, tem como pressuposto a instância de mediação que, predominantemente, desempenham as ONGs.

De acordo com Lage (2013), o voluntariado é uma das formas de atuação das ONGs, principalmente na área social, onde o Estado deixa de atuar pela ênfase na regulação que assume no neoliberalismo.

Ao conceituar seu entendimento sobre o que é movimento social Maria da Glória Gohn, escreve: “Um movimento social é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2014, p.14). Um dos pontos que caracteriza os movimentos sociais é que esses têm nos direitos a fonte de inspiração para a construção de sua identidade.

2. POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA NO CONTEXTO DA AMÉRICA LATINA: CONTRADIÇÕES DA PARCERIA ENTRE ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E ESTADO

A bibliografia sobre a implementação de políticas públicas apresenta uma vertente que desenvolve crítica contumaz à participação das ONGs na implementação das políticas públicas. Conforme esse posicionamento, as ONGs no contexto de luta dos movimentos sociais no neoliberalismo, especialmente na América Latina, assumem a função de garantia de direitos que seria de responsabilidade do Estado. Além disso, por se encontrarem na dependência dos recursos financeiros de grupos privados, não entram em confronto com a política neoliberal de esvaziamento e desresponsabilização do Estado de garantir os direitos à toda a população. Dessa forma, por elegerem suas linhas de ação conforme as linhas de financiamento, inclusive dos organismos multilaterais, tais como o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dentre outros, suas ações não possibilitam o enfrentamento político em relação às desigualdades sociais, nem garantem a sustentabilidade das ações que desenvolvem (MONTAÑO, 2014).

Para Dileno de Souza (2009), um dos desafios ao se buscar definir o que seja uma Organização Não Governamental, é a polissemia que o termo traz intrínseco, especialmente devido ao contexto que essas organizações surgem no Brasil. Na década de 1970 as ONGs formavam com os movimentos de base, resistência ao regime militar, mas a partir da década de



1990, com as relações entre o Estado e o mercado neoliberal que pressiona cada vez mais a sociedade civil para que a mesma assuma a execução das políticas sociais. Nesse contexto, as instituições com essa denominação se concentram nas parcerias para a implementação dessas políticas sociais. Dileno de Souza (2009), na tentativa de construção de uma das possíveis definições para ONG, nos apresenta que, “O significado da atuação de uma ONG, no Brasil, varia entre a prestação de serviços, a formação política de quadros e práticas de assessoria aos Movimentos Sociais, bem como a elaboração e análise de políticas públicas” (p. 115). Nessa perspectiva de análise, os grupos por elas atendidos não desenvolvem autonomia em relação ao trabalho que implementam, pois quando a ONG, também denominada em alguns estudos como o terceiro setor, deixa de atuar, também se vão as ações desenvolvidas.

Para a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2014), a instauração de um marco legal para as ONGs é de fundamental importância tanto para o esclarecimento quanto para a identidade dessas instituições. Conforme a mesma associação, uma maior clareza da sociedade sobre as ações e atividades assumidas pelas organizações assim denominadas, é fundamental dada a forma generalista que o termo ONG é usado.

Desde já, é fundamental a clareza de que o conceito ONG é apenas político, ou seja, ele não existe formalmente e tem sido comumente usado de forma generalista. Existem apenas dois formatos jurídicos, que são associações e fundações. Estas podem ter qualificações diferentes enquanto pessoa jurídica e, dependendo da finalidade da organização, podem ser as de Organização Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organização da Sociedade Civil (OSCs) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (ABONG, 2014, p.05).

No sentido que Gohn (2014) apresenta as ONGs como sendo mediadoras de políticas de identidades que fragilizam a luta coletiva, o caso do Projeto Escola Leitora não se configura como política de identidade por apresentar como objetivo: “Re-significar e qualificar as Bibliotecas Escolares (BE) como Bibliotecas vivas,”. O relatório mencionado nesse artigo, destaca:

Como Ong, sempre tivemos o cuidado e a “responsabilidade de responsabilizar” ao poder público para que o Escola Leitora fosse uma realidade em toda a rede de educação municipal, construindo o Projeto sempre em parceria com a Secretaria de Educação (BAGULHADORES, 2010, p. 5).



Ainda ao decorrer do relatório apresenta-se que a elaboração da proposta teve como orientação as diretrizes do Plano Nacional do Livro e Leitura, as normas IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares, as experiências sistematizadas pelo Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER) e as orientações do Programa Prazer em Ler (BAGULHADORES, 2010).

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Para formar o *corpus* para a análise das contradições da materialização da política de leitura via parceria entre Estado e ONG, realizamos um levantamento dos cursos oferecidos, em 2010 pela ONG Bagulhadores do Mió para as professoras(es) de bibliotecas. O levantamento se deu com base no relatório narrativo que a ONG entregou para a Secretaria de Educação do município de Caruaru-PE. Com esse levantamento de dados produzimos o mapa a seguir. Nele evidenciamos que, como resultado da parceria entre ONG e Governo Municipal, foram desenvolvidos cinco cursos com o objetivo de contribuir para a formação profissional das professoras(es) de bibliotecas. A carga horária foi de cento e vinte horas, sendo atendidas, aproximadamente, sessenta professoras(es) de bibliotecas. Esses cursos tiveram como temas:

Quadro 1 - Cursos de formação da parceria entre ONG e município de Caruaru através do Projeto Escola Leitora

CURSO	ANO	CH	PARTICIPANTES
LIBRAS	2010	40h	25
Leitura Expressiva	2010	12h	41
Literatura infantojuvenil	2010	12h	37
Políticas de formação de leitores(es) no Brasil	2010	16h	42
Qualificação e gestão de acervo	2010	40h	60

Fonte: Elaboração própria a partir do relatório narrativo (BAGULHADORES, 2010).

Consideramos também, dados da nossa pesquisa para a dissertação, quando ouvimos, por meio de entrevistas semi-estruturadas, treze professoras(es) de bibliotecas que atuam em Bibliotecas Escolares(BEs). Os critérios de escolha para o campo de pesquisa foram: escolas onde o projeto Escola Leitora foi implantado a partir o ano de 2008; BEs que funcionam todos os turnos em que há aula; BEs que possuem um espaço apropriado para acomodar usuárias(os) e acervos.

Optamos pela entrevista semi-estruturada, com os sujeitos da pesquisa, por acreditarmos que essa nos permite uma aproximação com o informante e por compartilharmos com o entendimento de Triviños:



Podemos entender por *entrevista semi-estruturada*, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2012, p.146).

Para garantir o anonimato das nossas informantes, identificaremos suas falas considerando a ordem que as entrevistas foram realizadas. Dessa forma, ao “Professora de Biblioteca”, seguirá um número cardinal.

O recorte que realizamos para análise, foi direcionado para a questão dos cursos de formação, haja vista que, esse também foi o recorte que fizemos no relatório narrativo. O método de análise que empregamos foi da análise de discurso na perspectiva de Eni Orlandi (2013), onde para a autora: “O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo e o objetivo, o processo ao produto” (p. 22). O ato interpretativo dos sentidos sempre se dá em algum lugar sócio-histórico e que a escolha do que analisar é uma escolha política do pesquisador(a). Nesse sentido, não somente as escolhas da pesquisadora está repleta de decisões políticas, mas também o discurso dos sujeitos está permeado das condições de produção as quais ele se encontra. Dessa forma, o dito e o não-dito marcam o discurso. Discurso, que também compreende a memória. Assim, “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada” (Idem, p. 31). Logo, o lugar histórico e social que se encontra no momento da fala.

Nessa perspectiva, os discursos dos sujeitos apontam para: a resistência causada pelo distanciamento entre as ações promovidas a partir da BE e as atividades vivenciadas nas salas de aula:

Ainda encontramos a resistência de alguns professores, né? Ainda se encontra a resistência de alguns professores. Porque eles é... Eles acham que, se o aluno vem praqui pra biblioteca pra ter um momento que seja é... por prazer consciente, né? Que é onde a gente faz isso e eles estão perdendo tempo de dá um conteúdo de projeto que eles precisam trabalhar em sala de aula, pra eles, pra alguns, né? (Professora de Biblioteca - 03).

A resistência do professor(a) de sala de aula, ao que o sujeito da pesquisa coloca como sendo o prazer consciente, proporcionado na biblioteca, indica está relacionado a demanda de



projetos que o profissional da educação precisa trabalhar em sala de aula. Projetos que, mesmo quando envolvendo leitura literária, a compreende de forma instrumentalizada. Para Terry Eagleton (2006), historicamente a leitura literária, marcada pelas relações ideológicas que a legitimam ou desqualificam, foi/é alvo de censura e silenciamento nos mais diversos espaços sociais. Na escola não é diferente, haja vista que, essa não é uma instituição independente das demais, além de acentuadamente ser chamada a acomodar os sujeitos em relação aos seus conflitos e não a criar situações que estimulem a transformação da sociedade. Ao fazermos essa observação não estamos a defender que a educação escolar seja a responsável pelos rumos tomados pela sociedade, mas dizendo que a mesma faz parte de um sistema e que em certa medida contribui para a manutenção ou questionamento do *status quo* (FRIGOTTO, 2010, p. 202). Além disso, o robustecimento da escola², com projetos das mais variadas intenções sobregarrega o profissional, responsabilizando-o pelo sucesso ou fracasso das ações.

Outra tensão que o discurso dos sujeitos apresentou está relacionada a indefinição da permanência de professoras(es) de bibliotecas na BE. Essa situação gera descontinuidade no processo de formação.

Apesar dos entraves, apesar das melhorias que devem ser feitas, mas a gente ainda tem um espaço adequado. A gente sabe que tem escolas que tem uma salinha de leitura que a gente sabe que se entra uma pessoa e tem que sair a outra, que não cabe. É... realmente manter um quadro de funcionários que atendesse esses espaços e que esses espaços estivessem aberto (Professora de Biblioteca - 01).

Então, para quem está chegando é difícil. Eu não tive muita dificuldade porque eu não trabalhava na biblioteca sozinha, eu tinha as minhas colegas para me ensinar, mas tem gente que chega numa biblioteca fechada, sozinha, não tem ninguém que repasse nada pra ela. Ela fica perdida. (Professora de Biblioteca – 09).

Indicativo da situação de descontinuidade assinalada pelos sujeitos acima citados é o quadro de professoras(es) que atuam nas BEs da Rede Municipal de Ensino de Caruaru. Em levantamento realizado no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Educação em outubro de 2015, constatamos que das noventa e oito professoras(es) de bibliotecas, setenta e sete são readaptadas.

² Identificamos aqui um dos indícios do que Eveline Algebaile (2009) denomina de robustecimento da escola pública. Especialmente no que concerne a responsabilização da escola pela formação de leitoras(es) que estejam aptos ao exercício da cidadania ao mesmo tempo em que a escola é chamada a atender diversas outras demandas, dentre elas os índices de desempenho, a segurança, a erradicação da marginalidade, dentre outras.



A lei complementar nº 035, de 22 de fevereiro de 2013, que “Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração – PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru, e dá outras providências.”, ao apresentar as disposições sobre a readaptação no capítulo XIV, Art. 34. que:

Readaptação é o aproveitamento do servidor efetivo no quadro de pessoa do magistério público municipal em cargo de atribuições afins e responsabilidades compatíveis com a limitação que lhe tenha sido atribuída com base em sua capacidade física e mental, verificada em inspeção médica competente (CARUARU, 2013, p.06).

242

Entretanto, mesmo que legislação apresente que o aproveitamento do servidor do magistério público municipal readaptado seja em conformidade com suas capacidades físicas e mentais e não preferencialmente em determinada função, observa-se que, preponderantemente, as professoras(es) de bibliotecas são readaptadas. Ainda nessa perspectiva o PCCDR dispõe como requisitos para ocupar o cargo que chama de bibliotecário:

Formação em nível superior, em curso de Licenciatura Plena em Pedagogia ou Licenciatura Plena na área de Educação, curso superior em Pedagogia com licenciatura plena e habilitação em pré-escola; ou curso superior em Pedagogia com formação para docência na Educação Infantil, ou ainda, Graduação em Licenciatura Plena, com habilitações específicas em área própria disciplina relacionada aos anos finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano); nos termos da legislação aplicável (CARUARU, 2013, p.08).

Na fala do sujeito da pesquisa quando o dito é: “manter um quadro de funcionários que atendesse esses espaços e que esses espaços estivessem abertos”, temos como o não-dito que, a formação continuada, enquanto espaço de fortalecimento profissional e político é vulnerabilizada devido a grande quantidade de professoras(es) readaptadas por problemas de saúde, quando pelas próprias limitações da situação a qual se encontram, compromete o atendimento à comunidade escolar pois, a BE fica fechada com frequência, mesmo com pessoa lá alocada.

Outra situação apontada nas falas é a do investimento na compra de acervo em detrimento do investimento em cursos de formação.

O PNBE, o PNLL é mais uma maneira de estimular a leitura. Então assim, a níveis de programas eles investem muito a nível de material, de oferecer



esses materiais. Mas aí cabe a nós enquanto recursos humanos... Não adianta ter só o recurso concreto, a gente também viabilizar o usuário a ter acesso. (...) Mas nós temos também que dá esse acesso. Não adiante se ter um material excelência, se não se tem o acesso (Professora de Biblioteca – 01).

No entanto, em diversos momentos também aparece no discurso o processo de formação iniciado com o Projeto Escola Leitora, o qual o município tem dado continuidade, assim como, a articulação política para a realização de dois fóruns em defesa do livro, da leitura e das bibliotecas³ que impulsionaram a instituição da lei municipal 10.082/2010 que “Estabelece a Política Municipal de Livro, sua difusão, estímulo à Leitura e às Bibliotecas Públicas” (CARUARU, 2010).

*Tenho participado de formações desde o princípio que entrei na biblioteca. Foi assim um processo encantador pra mim, uma inovação. **Que eu pensava que ao ser readaptada eu seria como um escanteio. Que na verdade depois que chegou o projeto Escola Leitora em Caruaru é, houve uma mudança na minha própria vida e na minha visão como educadora e professora em biblioteca, isso que me fez... Motivação para a minha vida e o meu trabalho (Professora de Biblioteca – 07).***

Analisamos que, das professoras(es) de bibliotecas, aquelas que participaram da formação desde o início do Projeto Escola Leitora, têm mais propriedade e motivação ao se referirem a questão da política de leitura materializada em contexto escolar.

Os sujeitos da pesquisa, compreendem que, tanto a formação quanto a legislação, fortalecem a defesa da Biblioteca Escolar, no contexto escolar.

*Tem a lei do livro. Isso é um apoio muito grande, não é? Até porque nos acoberta, no sentido político, não é? **Que muito, às vezes, assim, a gente encontra certas restrições, não é? Certas... Certo até preconceito, vamos dizer assim. Mas essa lei faz com que a gente se firme e defenda a questão da biblioteca, a questão do incentivo a leitura e seu funcionamento na escola (...)**É que pra maioria, ela talvez, não tenha tanta importância, não é? É... não tem assim, esse valor, que a gente sente quando está lá dentro, como funcionário da biblioteca, a gente sente. Porque assim, eu percebo assim, essa... essa questão da biblioteca funcionar no incentivo a leitura ajuda muito a criança a ter maturidade, ajuda o seu desenvolvimento não só cultural como também intelectual (Professora de Biblioteca – 11).*

³ O primeiro fórum aconteceu em outubro de 2009 e o segundo em de junho de 2011.



Compreendemos, a partir da análise do *corpus* construído que, a formação continuada das professoras(es) de bibliotecas, apesar das fragilidades latentes, é espaço de aprendizado não apenas técnico, mas político. Esse dado evidencia as relações de tensão desencadeadas na escola a partir do momento que a Biblioteca emerge do lugar de invisibilidade e passa “pertubar” a ordem do contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o apresentado analisamos que, a parceria da ONG Bagulhadores do Mió com o Governo Municipal, no Projeto Escola Leitora, aponta como fragilidades o distanciamento entre as ações promovidas a partir da BE e as atividades vivenciadas nas salas de aula e a indefinição da permanência de professoras(es) de bibliotecas na BE. No entanto, destaca-se como linhas de resistência, diante das condições às quais as ONGs precisam se adequar, que no caso do referido projeto, o investimento em formação das professoras(es) de bibliotecas; a responsabilização do poder público na assunção de compromissos para a materialização das ações, podem ser percebidos como atitudes que destoam da preponderância de condições nas quais atuam as ONGs.

Outro destaque é que, as condições de trabalho precarizadas dos profissionais da educação, muitas vezes, motivam a resistência cotidiana. Resistência essa, compreendida enquanto negação à materialização da política de leitura literária, em contexto escolar, quando se evita o trabalho de parceria com a Biblioteca Escolar. No entanto, a resistência cotidiana, também aparece enquanto estratégia de luta pela garantia do direito da comunidade escolar acessar a Biblioteca. Considerando a resistência, enquanto recusa da instrumentalização da leitura literária e da própria BE, compreendemos que, a formação das professoras(es) de bibliotecas tem fortalecido a práxis dessas profissionais e, conseqüentemente, a política de leitura no município de Caruaru/PE.

REFERÊNCIAS

ABONG. (2014) *Um novo marco legal para as ONGs no Brasil: fortalecendo a cidadania e a participação democrática*. Disponível em:



<http://www.abong.org.br/biblioteca.php?id=7722&it=7772>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

ACANDA, Jorge Luis. (2006) *Sociedade civil e hegemonia*. Tradução: Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

ALGEBAILLE, Eveline. (2009) *Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos*. Rio de Janeiro: Lamparina Editora.

BAGULHADORES. (2010) *Relatório narrativo: segundo semestre de 2010*. Projeto Escola Leitora.

BRASIL. (2006) *Plano Nacional do Livro e Leitura: diretrizes para a política nacional do livro e leitura*. Disponível em:

http://www.cerlalc.org/redplanes/secciones/biblioteca/directrices_brasil.pdf. Acesso em: 25 de maio de 2014.

CARUARU. *Lei nº 5.082, de 15 de dezembro de 2010*. Estabelece a política municipal do livro, sua difusão e estímulo à leitura em Caruaru.

_____. *Lei complementar nº 035, de 22 de fevereiro de 2013*. Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração – PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru, e dá outras providências. Diário Oficial do Município de Caruaru. Ano II, Nº 65.

EAGLETON, Terry. (2006) *Teoria da literatura: uma introdução*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (2010) *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 9. ed. São Paulo: Cortez.

GOHN, Maria da Glória. (2014) *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5.ed. São Paulo: Loyola.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. (2001) Estado e políticas (públicas) sociais. *Em: Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5539.pdf>. Acesso em: 22 de setembro de 2013.

LAGE, Allene. Projeto de extensão caracterização das principais organizações da sociedade civil do município de Caruaru. (2013) *Em: LAGE, Allene. Educação e movimentos sociais: caminhos para uma pedagogia de luta*. Recife, Editora Universitária UFPE.

LÓPEZ, Álvaro Garzón; HOYOS, Bernardo Jaramillo. (2011) *CERLALC: uma história de livros e integração*. Tradução: Lina Lucía Oliveira da Silva. CERLALC-UNESCO. Disponível em: http://cerlalc.org/wp-content/uploads/2013/03/40anos_Port.pdf. Acesso em: 22 de novembro de 2013.



MONTAÑO, Carlos. (2014) *A ilusão da autorrepresentação da Sociedade Civil: as ONGs e seu papel social e político no quadro da hegemonia neoliberal. Em: MONTAÑO, Carlos (Org.). O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. São Paulo: Cortez.

ORLANDI, Eni P. (2013) *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 11.ed. Campinas, SP: Pontes.

SOUZA, Dileno Dustan Lucas de. (2009) *Movimentos sociais, ONGs e educação: um estudo de caso*. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. (2012) *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.



MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA AMÉRICA LATINA: ENFRENTAMENTOS E ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS ÀS IMPOSIÇÕES NEOLIBERAIS

FARIAS, Maisa dos Santos.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea –
UFPE/CAA
faramaia@gmail.com*

LAGE, Allene Carvalho.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea-
UFPE/CAA
allanelage@yahoo.com*

254

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a Educação na América Latina, com foco nas reformas educacionais de feição neoliberal desenvolvidas a partir da década de 1990 nos países latino-americanos. Buscamos identificar que alternativas estão sendo gestadas à imposição dessas políticas educacionais, especificamente a partir dos movimentos sociais do campo na Argentina (MOCASE Via- Campesina), no Brasil (MST) e no México (Movimento Zapatista). Esses movimentos vêm desenvolvendo experiências educacionais que tem como base a formação humana integral. Nessa direção, essa formação humana integral, vislumbra que os sujeitos formados a partir dessa perspectiva possam construir novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, rompendo com a lógica de uma educação que atenda apenas aos interesses econômicos.

Palavras-chave: Educação na América Latina. Movimentos Sociais do Campo. Neoliberalismo

ABSTRACT

This article presents a discussion on the education in the latin america, with focus in the education form reforms neoliberal developed from the decade of 1990 in the latin-american countries. We look to identify which alternatives are gestadas to the imposition of these education policies, specifically from the social movements of the field in Argentina (MOCASE – Via Campesina), in Brazil (MST) and in Mexico (Movimiento Zapatista). These movements are developing education experiences that the integral human formation takes as a base. In this direction, this integral human formation, it glimpses that the subjects formed from this perspective could build new social, economical, political and cultural relations, breaking with the logic of an education that pays attention only to the economical interests.

Key-words: Education in the Latin America. Social movements of the Field. Neoliberalismo

INTRODUÇÃO

A desigualdade de acesso e de socialização do conhecimento, numa perspectiva de formação humana integral é, há muito evidenciada e discutida por políticos, intelectuais e movimentos sociais, inclusive pauta de direitos de muitas lutas sociais. Porém, no decorrer da



história dos países latino-americanos, apresenta-se como um quadro pouco modificado. Muitos pesquisadores e movimentos sociais, afirmam que o agravamento da problemática educacional na América Latina está alicerçado no papel intervencionista dos organismos internacionais nas políticas educacionais desses países, especialmente a partir da década de 1990, que marca o início das reformas educacionais de cariz neoliberal.

Assim, nesse artigo, apresentamos parte da nossa pesquisa sobre a educação na América Latina, buscando discorrer sobre as experiências educacionais que vêm sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo na Argentina, no Brasil e no México. Compreendemos que essas experiências vêm se configurando enquanto resistência às imposições neoliberais no campo da educação. A construção dessa compreensão tem como aporte o processo de investigação que foi desenvolvido a partir da escolha do Método do Caso Alargado, que tem como expoente Boaventura de Sousa Santos. O método escolhido possibilitou, a partir da identificação dos elementos estruturantes de cada caso, uma análise comparativa das aproximações e distanciamentos dos mesmos. Nossa pesquisa é de natureza bibliográfica, assim, utilizamos como técnica a análise documental.

Esse artigo está subdividido em quatro pontos, no primeiro buscamos apresentar o contexto da implementação das reformas educacionais na década de 1990. No segundo, apresentamos como os movimentos sociais do campo na Argentina, no Brasil e no México têm reagido as imposições das políticas educacionais neoliberais. No terceiro apresentamos os resultados sobre a análise dessas reformas educacionais e a reação desses movimentos sociais do campo a essas políticas. Finalizamos com nossas considerações finais sobre a ação desses movimentos.

1. AS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990 NA AMÉRICA LATINA

A década de 1990 na América Latina é assinalada por uma série de reformas dos Estados, que conseqüentemente foram estendidas ao setor educacional. A experiência dessas reformas produziu posteriormente um considerável conjunto de pesquisas sobre o que representou e ainda representa essas reformas para os sistemas educacionais dos países latino-americanos. Muitos economistas e historiadores, afirmam que, as reformas educacionais desencadeadas a partir da década de 1990 na América Latina estão inseridas na reorganização do sistema capitalista, intitulado de neoliberalismo. Conforme Perry Anderson (1995), o neoliberalismo nasce logo após a segunda guerra mundial num claro processo de reação teórica



e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Mas suas ideias efetivamente só chegam a ganhar força e terreno com o acontecimento da grande crise do modelo capitalista em 1973, que combinou baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação.

Conforme Berthoud (2000), a partir dos anos de 1980, o mercado passa a ser difundido ideologicamente como o único dispositivo capaz de promover o desenvolvimento. “Vê-se o mercado como uma força inevitável, e com isso torna-se cada vez mais difícil limitar sua expansão” (BERTHOUD, 2000, p. 144).

O final da década de 1980 é assinalado por um cenário de crise da economia latino-americana, onde a dívida externa colocou em risco a estratégia de crescimento dependente de importações. A crise financeira que a partir dessa década atingiu vários países no mundo desencadeou a noção de que o Estado estava em crise, sendo portanto, necessário reformulá-lo. A política de reajuste necessitava de taxas de crescimento elevadas. Assim, buscou-se um caminho efetivamente terapêutico para os problemas enfrentados pelos países latino-americanos.

Nesse cenário, os princípios do neoliberalismo são consensualmente reafirmados através de reuniões entre os dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Tesouro dos EUA, com a participação de políticos e economistas latino-americanos. Desse momento em diante o ideário neoliberal se consolida baseado no Consenso de Washington (PIRES, 2012a).

Ao longo da década de 1990, as diretrizes do Consenso de Washington foram aplicadas em todos os países latino-americanos, exceto Cuba. Tais ideias que, na prática, significaram o restabelecimento do “pacto colonial”, foram aplaudidas por grande parte da elite da região. (...) É importante ressaltar que as premissas do “Consenso” perpassaram grande parte da década de 1990 como dogmas incontestáveis. Todos os meios onde se poderia realizar um debate sério sobre outras ideias foram bloqueados pelos “fundamentalistas do mercado”. Mesmo a Academia, o suposto *locus* adequado para reflexões mais aprofundadas, esteve submetida à onda neoliberal (PIRES, 2012a, p. 383-384).

Batista (1994), ao refletir sobre a inadequação do Consenso de Washington para a América Latina, destaca a uniformidade de sua avaliação e prescrições, desconsiderando as diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estivessem enfrentando concretamente esses países. O autor resume da seguinte maneira, o que representou o Consenso de Washington para a América Latina:



Fica-se, de tudo isso, com a impressão amarga de que a América Latina possa haver se convertido, com a anuência das suas elites, em um laboratório onde a burocracia internacional baseada em Washington - integrada por economistas descompromissados com a realidade política, econômica e social da região - busca pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração (BATISTA, 1994, p. 26).

As diretrizes para essas reformas dos Estados se dividiam em áreas distintas, englobando reformas tributárias e cambiais, privatizações, desregulamentações, abertura comercial, racionalização dos gastos públicos entre outras. De forma geral, nos diz Pires (2012b), a fixação das políticas neoliberais na América Latina conseguiu, por um determinado momento, apresentar cenários de estabilidade, mas os processos de privatização e o atrelamento das moedas locais ao dólar deram origem a uma série de distorções econômicas e deixaram essas economias a mercê dos severos movimentos da economia mundial. O autor pontua também que, para a grande maioria dos países da América Latina as privatizações se caracterizam por “processos viciados e fraudulentos, primeiramente, subestimando o valor dos ativos públicos e, depois, cortando investimentos e elevando tarifas e preços a níveis asfixiantes”, tudo isso em nome de uma maior “eficiência marginal do capital” (PIRES, 2012b, p. 405).

Podemos observar que essas reformas se moldaram de forma mais estrutural a partir da década de 1990, impulsionadas pela economia neoliberal que apregoava que a crise pela qual passavam esses países tinha uma ligação direta com a forma de organização do Estado. Essa década é marcada por reuniões mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com financiamento e assessoria do Banco Mundial (BM).

Algumas dessas reuniões que já vinham ocorrendo desde o final da década de 1980, tiveram como resultado a consolidação de orientações em documentos políticos. Temos como exemplo a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien – Tailândia em 1990, que aprova o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Este Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem deriva da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, da qual participaram representantes de governos, organismos internacionais e bilaterais de desenvolvimento, e organizações não-governamentais. Fundamentado no



conhecimento coletivo e no compromisso dos participantes, o Plano de Ação foi concebido como uma referência e um guia para governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONGs), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos (UNICEF-DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Outro documento que também estabelece orientações para essas reformas e reafirma o encontro de Jomtien é a Declaração de Nova Delhi realizada em 1993 na Índia. As orientações desses documentos deixam evidente a necessidade da implantação das reformas estruturais para a educação mediante auxílio de instituições financeiras, assim como, o reconhecimento dos compromissos assumidos por esses países (UNESCO, Declaração de Nova Delhi, 1993).

As orientações desses documentos baseadas nas políticas neoliberais atingiram a área educacional principalmente a partir de mecanismos voltados a racionalização dos gastos públicos, difundindo-se a ideia de que os problemas educacionais, especialmente a falta de qualidade, estariam ligados a má administração. De acordo com Ciavatta Franco (1992), essas ingerências externas comprometem a soberania dos países latino-americanos, assim também como o desenvolvimento econômico e social, pois são afetados,

[...] pelas pressões dos países avançados e por compromissos que têm como resultante situações assimétricas de grande desenvolvimento econômico e bem-estar para as populações dos países ricos e instabilidade política e empobrecimento das populações dos países latino-americanos (FRANCO, 1992, p. 219).

Nessa direção, Bueno (2004), diz que a implantação de modelos, via organismos internacionais, é realizada de forma descontextualizada e a partir de uma visão econômica-empresarial, sempre no intuito de proteção ao setor econômico.

O Banco Mundial não tem, digamos, uma personalidade acadêmica. Ele representa um conjunto de forças e ideias oriundas dos países centrais que têm, como principal escopo, a defesa de seus interesses. Nesse sentido, faz a intermediação de tendências e receitas embutidas, em última instância, em projetos de financiamento. Nesse quadro, a pressão para que se adote um determinado modelo de gestão vem imbricado num pacote completo de reformas sugeridas, dentre as quais a reforma educacional (BUENO, 2004, p. 447).

É importante destacar que apesar dos encontros internacionais frisarem a necessidade dessas reformas, as políticas de reformas educacionais já se fazem presente na América Latina desde a década de 1960¹, como o programa Aliança para o Progresso que vigorou entre 1961 e

¹ Ver: Braslavsky e Cosse, 2006.



1970 e apresentava como objetivo, integrar os países da América nos aspectos político, social e cultural. Os governantes dos países da América Latina foram convocados a criarem planos de desenvolvimento nacional, aos quais teriam auxílio dos EUA. Na década de 1980 pode ser observado outro ciclo de reformas, também a partir de orientações dos organismos internacionais, indicando aos países que colocassem como objetivo principal de suas políticas a expansão da educação básica.

A educação tornou-se alvo de discussões políticas na medida em que as condições para o processo de modernização social, presenciadas na América Latina, a partir dos anos 50, exigiam uma demanda por recursos humanos com qualificação educacional provida por instituições escolares. A urbanização, o crescimento dos setores médios, a consolidação de um proletariado e os processos de mobilidade social configuravam uma nova estrutura, motivando a crença no desenvolvimento social e na mobilidade individual mediante a educação (MATOS, 2008, p. 361).

A respeito do que foi discutido na Conferência de Jomtien (1990) e as diretrizes para a reforma educacional da década de 1990, Cabral Neto; Duarte e Castro (2005), destacam a contribuição para a construção dessas diretrizes do PROMEDLAC² que constituía-se como um projeto para o campo educacional na América Latina, tendo a orientação da CEPAL³. Na década de 1990, a ação do PROMEDLAC, foi redimensionada pela CEPAL, através de um conjunto de documentos por ela elaborados. Os autores destacam entre os documentos elaborados, o *“Transformación productiva com equidad”* o qual almejava o alcance do progresso técnico para os países da América Latina. Para tanto priorizava a centralidade da educação. A centralidade da educação foi difundida como ideia por meio do documento intitulado *“Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade – CEPAL/UNESCO (1995)* e pelo documento do Banco Mundial *Prioridades y Estratégias para la Educación (1995)”* (CABRAL NETO; DUARTE; CASTRO, p. 13, 2005).

Assim, de acordo Krawczyk & Vieira (2010), a implantação dessas reformas educacionais representou na última década do século XX, a inferência externa dos organismos internacionais, sob forma de “recomendações”, em quase todos os países da América Latina e

² *Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe*. Reuniões: México (1984), Bogotá (1987), Guatemala (1980), Quito (1991), Santiago (1993), Kingston (1996) e Bolívia (2001). (CABRAL NETO; DUARTE; CASTRO, 2005).

³ *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*.



do Caribe, por meio da concessão de empréstimos, principalmente pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Tais recomendações pretendiam tornar a política educacional compatível com as medidas de minimização das responsabilidades dos Estados nacionais e dos recursos públicos aplicados nas áreas sociais. Nesta perspectiva, a organização e gestão do sistema educacional e da escola foram dimensões privilegiadas nas reformas do setor na América Latina durante a década de 1990 (KRAWCZYK & VIEIRA, 2010, p.10).

Observamos que, a ideia de desenvolvimento apresentada pelos países, convencionalmente chamados de desenvolvidos e, que se impôs como modelo a ser implantado em vários países que apresentassem, no mínimo, uma estrutura produtiva de organização industrial, pressupõe um alinhamento com as necessidades do mercado, fixando um lugar específico para esses países em desenvolvimento. Lugar, que coloca esses países em etapas inferiores da produção industrial, ficando para os países desenvolvidos as etapas mais avançadas do processo produtivo e o monopólio da tecnologia (ESTEVA, 2000).

2. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E ALTERNATIVAS À IMPOSIÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO MÉXICO

A América Latina é berço de uma série de movimentos sociais no decorrer de sua história. As causas da afloração desses movimentos são múltiplas, o que não se pode restringir apenas às questões estruturais. Mas, podemos observar que muitos dos movimentos que surgiram a partir da década de 1990, (re)nascem concomitantemente com o fim das ditaduras na América Latina e com o acirramento das políticas neoliberais nos países latino-americanos. Dentre eles, destacamos os movimentos sociais do campo que emergiram na Argentina, no Brasil e no México, que foram responsáveis pelo enfrentamento e construção de alternativas às imposições neoliberais no âmbito da educação.

A questão agrária na América Latina está intrinsecamente ligada as consequências do processo de colonização dessas terras que se constituíram em elemento de disputa no decorrer dos séculos, visto que, a propagada promessa de reforma agrária não se concretizou. Dentre os problemas gerados pela não efetivação da reforma agrária, entendida aqui na perspectiva da indivisibilidade dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, portanto não se restringe a



posse da terra, apresenta-se também à problemática educacional. Essa problemática tem como uma de suas características, a significativa defasagem da educação no meio rural em relação à educação no meio urbano.

Os sujeitos do campo, a partir das suas representações coletivas, denunciam as desigualdades educacionais entre o rural e o urbano. Assumem essa posição, no intuito de defesa de um novo projeto de sociedade. Projeto esse, onde os dois espaços geográficos ofereçam condições de vida digna para toda a população, pois entendem que esses espaços se complementam, e portanto, sofrem consequências múltiplas de fatos que atinjam qualquer um deles. Desse modo, os sujeitos coletivos dos movimentos sociais do campo redimensionam a questão agrária, ao enxergarem no processo educacional, mais uma frente de luta.

A conquista desses novos territórios é o início de uma longa jornada de luta e mobilização, pois os movimentos sociais não limitam suas atuações na posse da terra, mas sim em outras frentes de luta, como por exemplo, o acesso a educação e a escola (NOGUEIRA, GONÇALVES e MITIDIERO JÚNIOR, 2013, p. 13).

A precariedade do direito à educação no espaço rural é fortemente evidenciada na história dos países latino-americanos, tendo como marcas, políticas compensatórias implementadas através de programas e projetos emergenciais. Essa carência educacional no espaço rural é prontamente verificada nos censos nacionais disponibilizados pelos institutos de pesquisa da Argentina, do Brasil e o do México, assim como, por instituições internacionais que pesquisam a situação educacional nesses países. Podemos constatar essa realidade no Brasil, em dados estatísticos, quando em 2007 o Inep⁴ publica o relatório, Panorama da Educação do Campo, revelando que no ano de 2004 a média de anos de estudos da população brasileira com 15 anos ou mais de idade, na área urbana era de 7,3 anos, enquanto na área rural era de 4,0 anos.

No México, segundo dados do SITEAL, por área geográfica⁵, no ano de 2010 a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, na área urbana foi de 3,7%, na área rural essa taxa sobe para 13,5%, o que representa três vezes mais que na área urbana.

Na Argentina, de acordo com dados do INDEC - *Censo de Población, Hogares y Viviendas*, para a população na faixa etária de 15 a 64 anos de idade, o percentual de pessoas que não sabiam ler e escrever no ano de 2010, era na área urbana, de 1,34% enquanto na área rural era de 2,83%. Apesar dos números favoráveis do ponto de vista do percentual, fica

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

⁵ Nomenclatura utilizada pelo SITEAL para identificar área urbana e rural.



perceptível a desigualdade por situação de domicílio, pois o percentual da área rural equivale a mais que o dobro da urbana.

No Brasil de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios, a população de 15 anos ou mais de idade, apresenta taxa de analfabetismo 7,3% na área urbana, na área rural a taxa foi de 23,2%, ou seja, mais que o triplo em relação à população urbana. Ao verificarmos na CEPALSTAT⁶ a média de anos de estudo da população de 25 a 59 anos de idade, por área geográfica no Brasil para o ano de 2010, observamos que na área urbana a média de anos de estudo dessa população era de 8,7 anos de estudo, na área rural era de 4,7 anos de estudo. O nível da escolaridade nessa faixa etária apresenta-se muito baixo para a área urbana, que deveria ter no mínimo 12 anos de estudo, ou seja, o Ensino Médio completo. Mas essa realidade agrava-se muito mais, em relação à população rural nessa mesma faixa etária, que já deveria ter concluído o Ensino Médio, apresentando metade dos anos de estudo necessários para a conclusão do Ensino Fundamental que é de 9 anos de estudo obrigatório.

Quando observada essa mesma população e mesma faixa etária no México, também por área geográfica no ano de 2010, temos o seguinte resultado: na área urbana a média de anos de estudo dessa população era de 10,1 anos, na área rural a média de anos de estudo era de 6,7 anos. A mesma análise sobre os dados do Brasil pode ser aplicada a essa realidade, sendo que o México apresenta melhores resultados em relação aos dados do Brasil, para as duas áreas geográficas. Destacamos que não foram encontrados na CEPALSTAT em relação à Argentina, dados sobre a população rural nessa faixa etária, o mesmo fato ocorrido na busca efetuada no INDEC.

Ribeiro (2012), ressalta que a escola destinada aos sujeitos do campo nunca tentou adequar a realidade desses sujeitos às características da vida dos camponeses ou dos seus filhos, como também não conseguiu cumprir a função de escolarização.

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais (RIBEIRO, 2012, p. 293).

Assim, constata-se que a herança latifundiária, fortalecida por um discurso de modernização da produção agrícola, negou aos povos do campo, uma educação ampla, no seu

⁶ *Bases de Datos y Publicacions Estadísticas da CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe.*



sentido social. Ao discutir sobre essa herança, Fávero (2006) relata que, dentro da lógica capitalista, no que poderia se nomear como início do processo de modernização da agricultura, que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1940, é perceptível a influência norte americana sobre a educação no espaço rural. O autor destaca como evidências os acordos celebrados em função do Ponto IV da Doutrina Truman⁷. Sendo no Brasil, os seguintes:

Convênio para a produção de gêneros alimentícios (1942, renovado em 1944), acordo sobre educação rural, assinado entre o Ministério da Agricultura e a *Interamerican Foundation* (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, 1945); criação da ABCAR⁸, expandindo experiências realizadas em Minas Gerais (a partir de 1948) e no Nordeste (a partir de 1945), sob os auspícios da *American International Association*, dos irmãos Rockefeller) (FÁVERO, 2006, p. 31).

Nessa direção, Ribeiro (2013) diz que é preciso compreender a educação destinada à população rural a partir da relação com a economia, sendo este um aspecto prioritário para o Estado que historicamente determinou a sua função. Assim, “a escola oferecida às populações rurais não pode ser compreendida em separado das políticas públicas para a produção agropecuária, atualmente o agronegócio” (RIBEIRO, 2013, p.125).

Portanto, nesse percurso educacional, enquanto a conquista e o acesso à educação nos espaços urbanos vai se constituindo mais rapidamente no decorrer histórico, no espaço rural acontece de forma muito lenta e precária, vislumbrando-se de diferencial, no máximo campanhas de alfabetização orientadas por um discurso de colocar o país na direção do desenvolvimento.

Em vista disso, as conquistas que a partir da década de 1990 vão se configurando para a educação no espaço rural, têm como elementos impulsionadores, a luta histórica dos movimentos sociais do campo. Essas conquistas vêm se revelando no caso da Argentina através do *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE – Via Campesina); no caso do Brasil através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); no caso do México através do *Movimiento Zapatista*. Nos últimos trinta anos, esses movimentos sociais do campo vivenciaram avanços e recuos em relação ao enfrentamento das políticas neoliberais. A

⁷ Nome pelo qual ficou conhecida a política externa adotada pelo Governo [Truman](#) em relação aos países do bloco capitalista. A adoção desta política visava conter a expansão do socialismo não pertencente à zona sob influência da União Soviética. Esta política teve seu início formal quando em 12 de Março de 1947 o presidente norte-americano [Truman](#) pronunciou um discurso em que assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo (MIA - Dicionário Político. www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/doutrina_truman.htm).

⁸ ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.



peculiaridade de cada ação se pauta no cenário que se configura nacionalmente, onde esses sujeitos coletivos buscam nessas ações o fortalecimento da disputa por um projeto educacional emancipatório.

O sentido da educação para os movimentos sociais do campo, que a percebem como um instrumento fundamental para o fortalecimento de suas lutas, instrumentalizando os sujeitos não só do ponto de vista intelectual, como também técnico e político, para que dialoguem com os saberes oriundos de suas práticas no movimento de luta pelos direitos. Constroem assim sua forma de ação, a partir das necessidades da conjuntura, se fortalecendo no fazer coletivo e criando pontos de resistência.

Portanto, é esse cenário que faz com o que a luta dos movimentos sociais se amplie, ao entenderem que democratização da terra não é apenas a sua posse, compreendendo a importância fundamental do direito a uma educação que forme para a humanização das relações entre os sujeitos e conseqüentemente para a conquista de outros direitos. Esses movimentos sociais do campo, ao reconhecerem a necessidade dos sujeitos conhecerem a história de dominação, exploração e negação de direitos ao qual foram(são) submetidos, procuram em conhecimentos outros a superação dessa condição. Restituem através do conhecimento histórico e da realidade vivida, essa consciência, se percebem enquanto seres de resistência. O que de acordo com Saforcada (2011), a autonomia construída pelos movimentos sociais, não é uma condição dada, mas sim uma qualidade que se constrói mediante um processo de disputa política.

Tanto el movimiento zapatista como el MST constituyen experiencias que nos permiten considerar nuevas maneras de pensar la educación y la autonomía escolar, como construcción colectiva del movimiento mismo en un proceso de producción social que encarna como identidad en los sujetos que se forman (SAFORCADA, 2011, p. 64).

Assim sendo, se faz necessário a compreensão do momento educacional vivenciado pelos movimentos sociais do campo nos países latino-americanos para melhor compreendermos a atuação desses sujeitos no combate ao avanço do capitalismo em seus territórios, que se dá também através das políticas educacionais de cunho neoliberal.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS



Podemos observar a partir da leitura do referencial teórico sobre as políticas educacionais implementadas a partir da década de 1990 na América Latina, que o objetivo da política de reforma estrutural destinada aos países latino-americanos, visava adequar as economias nacionais às conveniências do comércio internacional, onde as linhas de empréstimos do FMI e do BM foram utilizadas para a implementação dessas reformas.

Observa-se também que essas reformas acontecem concomitantemente aos momentos de crise financeira, onde as mesmas funcionam como forma de contenção social, frente às promessas não cumpridas pela modernidade, propagada enquanto modelo padrão de desenvolvimento civilizatório.

Verificamos que as intervenções dessas instituições se caracterizam por exigências às nações, onde são implementadas políticas de cunho universalista que favorecem o enriquecimento do centro do capitalismo, desconsiderando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais dos países periféricos. Impondo-se a essas nações todo o “sacrifício” necessário a essa almejada fase de desenvolvimento. Nesse sentido, representam a manutenção de relações que reproduzem novos tipos de colonização, visto que, esses países perpetuam seu papel de fonte de locupletamento das nações desenvolvidas.

Em resposta a massificação das políticas neoliberais, especificamente as políticas educacionais, que tem como foco a educação voltada exclusivamente ao fortalecimento de relações que alimentam a divisão internacional do trabalho, abri-se, a partir das experiências educacionais que vem sendo desenvolvidas nos movimentos sociais do campo na Argentina, no Brasil e no México, um horizonte mais popular para a educação no nosso continente.

Os movimentos sociais entendem que a prática pedagógica precisa ser focada na formação humana, considerando as especificidades dos grupos sociais, fortalecendo a sua cultura e os seus processos identitários, tomando a forma de uma educação crítica, onde a consciência política da mudança da realidade opressora passe a ser o primeiro passo no processo de humanização das relações entre os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O pensamento neoliberal, respaldado na ideia de globalização, que está evidenciado nas políticas educacionais implementadas via organismos internacionais, apresenta-se como modelo único para o desenvolvimento dos países latino-americanos, onde a formação dos sujeitos é pautada no entendimento de que a meta é ser uma sociedade capitalista desenvolvida, fazendo-se necessário investir no capital humano.

Diante deste contexto, o fazer dos movimentos sociais pode ser compreendido a partir do dinamismo das lutas, especificamente no que se refere ao espaço de autoconstituição dos sujeitos, mostrando assim a dimensão nitidamente política do conceito de sociedade civil ao articular a ação dos sujeitos objetivando a socialização do poder. Os movimentos sociais do campo sinalizam para a construção de identidades coletivas em um complexo espaço público não-estatal ao mesmo tempo em que superam as concepções das relações econômicas hegemônicas.

A nossa pesquisa nos levou a compreender que os sujeitos dos lugares subalternos na América Latina, particularmente os dos movimentos sociais do campo da Argentina, do Brasil e do México, que foram objeto do nosso estudo, compreendem que suas vidas são repletas de situações irracionais, onde o conhecimento sistematizado (escolar) que teoricamente seria um dos elementos necessários para a superação das condições sociais marginais, se apresenta desconectado da realidade vivida por eles. É por este motivo que incluem deliberadamente a educação na pauta da agenda política, na perspectiva de construir alternativas de uma educação transformadora, que os levem a conquista de novas cidadanias.

Em face disso lutam por uma educação com sentido, onde as situações reais sejam o alicerce para outra compreensão da vida, onde as experiências cotidianas, nas históricas e diversas atividades culturais, econômicas, sociais, políticas, possam ser pensadas em seu conjunto, objetivando a superação das lógicas hegemônicas pelas lógicas das lutas populares.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. (1995) Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; PABLO, Gentili. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BATISTA, Paulo Nogueira. (1994) *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Disponível em: <
http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/no_g94-cons-washn.pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.



BERTHOUD, Gérald. Mercado. (2000) In: WOLFGANG SANCHS (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Sussana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASLAVSKY, Cecilia; COSSE, Gustavo. (2006) Las actuales reformas educativas en América Latina: cuatro actores, tres lógicas y ocho tensiones. *REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*. [En línea]. Madrid: RINACE. vol. 4, n. 2ª ed, p. 1-26. <<http://www.rinace.net/vol4num2e.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BUENO, Maria Sylvia Simões. (2004) O Banco Mundial e modelos de gestão educativa para a América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 445-466, maio/ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22513.pdf>> Acesso em: 14 set. 2013.

CABRAL NETO, Antônio; DUARTE, Alda Maria; CASTRO, Araújo. (2005) Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. O público e o privado - *Revista do PPG em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará/UECE*, nº 5 – Janeiro/Junho. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=316>> Acesso em: 11 dez. 2014.

CEPALSTAT – Estadísticas e Indicadores Sociales. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp> Acesso em: 3 set. 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. (2000) In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

FÁVERO, Osmar. (2006) *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1991-1966)*. Campinas: São Paulo, Autores Associados.

FRANCO, Maria Ciavatta. (1992) Estudos comparados em educação: uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro. In: FRANCO, Maria Ciavatta (Org.). *Estudos comparados e educação na América Latina*. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br

INDEC: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. www.indec.gov.ar

INEGI: Instituto Nacional de Estadística y Geografía. www.inegi.org.mx

KRAWCZYK, Nora Rut.; VIEIRA, Vera Lúcia. (2010) Reforma educacional na América Latina nos anos 90. Uma perspectiva histórico-sociológica. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*. 10/ relec/ Ano 1 nº 1/ ISSN 1853-3744/ Artículos. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/relec/revistas/1/art1.pdf>> Acesso em: 15 out. 2014.

MATOS, E. A. (2008) O Programa "Aliança Para o Progresso": O Discurso Civilizador na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná – Brasil. In: *SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR*, 11, Buenos Aires. Anais. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. p. 359-367. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais11/artigos/38%20-%20Matos.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2015.

NOGUEIRA, Alexandre P. F.; GONÇALVES, Claudio U.; MITIDIERO JÚNIOR, Marco A. (2013) *Movimentos sociais e a questão agrária na América latina: contribuições teóricas*. Reencontro de Saberes Territoriais Latinoamericanos, Perú.



PIRES, Marcos Cordeiro. (2012a) A nova ordem mundial e o Consenso de Washington: introdução das políticas neoliberais na América Latina. In: MENDONÇA, Maria Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.) *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE Editora.

PIRES, Marcos Cordeiro. (2012b) A título de conclusão: as perspectivas da América Latina no limiar do século XXI. In: MENDONÇA, Maria Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.) *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE Editora.

RIBEIRO, Marlene. (2013) Desafios postos à Educação do Campo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.º 50(especial), p.150-171, maio. ISSN: 1676-258. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/5478> > Acesso em: 3 fev. 2014.

RIBEIRO, Marlene. (2012) Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. *Educação em Revista* | Belo Horizonte | v.28 | n.01 | p.459-490 | mar. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a20v28n1.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2014.

SAFORCADA, Fernanda. (2011) Imposiciones de política y movimientos de resistencia: los sentidos de la autonomía en el campo educativo. In: GENTILI, Pablo et all (Org.). *Política, Movimientos Sociales y Derecho a la Educación*. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.

SITEAL: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina. (2011) *PERFIL DOS PAÍSES* – Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/perfiles_paises> Acesso em: 14 ago. 2014.

UNESCO. (1993) *Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos Nova Dehli, 6 de dezembro*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2015.

UNICEF.(1990) *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos*. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia – 5 a 9 de março. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em: 21 fev. 2015.



O CICLOATIVISMO BRASILEIRO E O FORUM MUNDIAL DA BICICLETA

BARCELLOS, Fernando H. G.
Mestre em Ciências Sociais pela UFRJ.
fernando.barcellos@globo.com

247

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar as formas de ação e organização do Cicloativismo no Brasil. Busca-se resgatar suas visões e diretrizes, sua capacidade de representar uma diversidade de interesses, identidades e bandeiras de luta. O recorte temporal é demarcado por suas ações nos últimos 30 anos, período que o cicloativismo nasceu e cresceu no Brasil. Num primeiro momento, serão enfatizadas as formas de organização desses movimentos, legalizadas ou não, destacando suas relações com órgãos de planejamento urbano e as ações que ganharam destaque. Serão apresentadas redes internacionais de cooperação e aprendizagem. Destacam-se os diferentes grupos que se formaram nos últimos cinco anos, buscando apresentar conflitos e identidades na relação com poder público. Num segundo momento, serão apresentadas as formas de ação e bandeiras de luta dos Cicloativistas, assim como propostas apresentadas e sendas escolhidas. Serão enfatizadas culturas que se forjaram, em especial, as campanhas contra o carro e a violência no trânsito, o direito ao uso da cidade e de participação em seu planejamento.

Palavras-chave: cicloativismo, movimentos sociais, direito

INTRODUÇÃO

Em diferentes momentos históricos e contextos nacionais, o uso da bicicleta como meio de transporte, esporte e lazer tem sido terreno fértil para o levantamento de questões referentes ao planejamento urbano e os problemas socioambientais nas cidades. O assunto ganhou amplo espaço na internet, na mídia impressa, televisiva entre outras. Ganhou patrocínio de bancos e agências de fomento mundial. Pesquisas demonstram que a construção de ciclovias faz parte do discurso dos governantes, em diversas escalas. Diversos grupos e partidos políticos apresentam críticas e soluções aos problemas. O papel das universidades na capacitação em transportes não motorizados já foi objeto de análise do Ministério das Cidades, do BID e da ONU.

Múltiplas abordagens focam ora a inserção da bicicleta na agenda da “Sustentabilidade Ambiental”, no Plano Nacional de Mudança do Clima, na Política Nacional de Mobilidade Urbana, no Código de Trânsito Brasileiro, a construção de ciclovias, a segurança, acentuando-se as responsabilidades pessoais ou coletivas frente problemas enfrentados. Considerando as políticas de mobilidade urbana no Brasil, examinando as sucessivas alterações e reformas nas



políticas públicas e seus Planos, pesquisadores tem identificado temas relacionados a alocação dos investimentos públicos que foram objeto de atenção ao longo das últimas décadas (planejamento urbano, transporte, saúde, meio ambiente, prevenção acidentes, lazer). Pesquisas realizadas indicam a ênfase dada transporte motorizado, em especial o automóvel, a insatisfação da população com o transporte público, os problemas de saúde e custo financeiro dos engarrafamentos nas médias e grandes cidades, o uso de tecnologias e as lutas políticas na sociedade (Souza, 2000; Paiva Cardoso, 2009; Penãlosa, 2011). Embora variassem os temas estudados, os referenciais teóricos e procedimentos metodológicos, o uso da bicicleta como meio de transporte teve presença nos debates, ao longo dos últimos 30 anos, sobre planejamento urbano, transporte, saúde e mudança no clima.

Apesar do uso da bicicleta ser amplamente estudado e defendido por diversos setores, e nos últimos anos tenham surgido, no Brasil, centenas de grupos cicloativistas, legalizados ou não, percebe-se que são poucas as pesquisas sobre suas visões e valores sobre natureza, sociedade, clima, luta pela cidade, território e políticas públicas, embora estudos destaquem a importância de se estudar os movimentos sociais (GOHN, 2011; Xavier, 2011). Certamente essas ações dos Cicloativistas não acontecem sem conflitos e contradições. Pesquisas preliminares indicam que os Cicloativistas tiveram participação importante na formação organizações, debates, eventos e ações, rompendo paradigmas e influenciando políticas públicas e decisões da sociedade.

Desse quadro, tencionamos conhecer papel Cicloativistas por trás das ações do poder público, que nos últimos anos, passou investir mais em transporte por bicicleta. Procuramos enfatizar as interfaces entre o cicloativismo, suas vivências e o cenário mais geral, registrando indícios de resistência ao pensamento, práticas e valores hegemônicos ao uso do carro como meio de transporte. A preocupação central reside na tentativa de explorar as relações e implicações das ações dos Cicloativistas em ações de educação no trânsito, planejamento das ciclovias, ciclofaixas e ruas de lazer, identificando-se os apelos comportamentais, estruturais, políticos e econômicos para uso da bicicleta.

A primeira seção é dedicada ao surgimento do cicloativismo, suas formas de organização nas últimas décadas, suas relações e redes nacionais e internacionais. Destaca-se saberes e identidades que se formaram em conflitos, em especial, na luta pelo direito uso da cidade e seu planejamento, conquista da cidadania e promoção efetiva da saúde e bem estar, mostrando que as bandeiras de grupos de Cicloativistas são amplas e variadas, as vezes relacionadas e holísticas.



Num segundo momento, aprofundamos e focamos nas formas de ação e bandeiras de luta dos Cicloativistas, com o objetivo de descrever culturas, saberes e identidades formadas frente o planejamento urbano e os problemas socioambientais do meio urbano. Buscaremos caminhos descartados e sendas escolhidas, em especial, suas visões e diretrizes, sua capacidade de representar uma diversidade de interesses e identidades na luta pelo uso da bicicleta como transporte.

Formas de Organização do Cicloativismo e sua interação com Estado

Existem poucas pesquisas sobre o cicloativismo no Brasil, o que dificulta estudar sua interação com o Estado. Como veremos, o cicloativismo e o planejamento cicloviário começaram a ganhar corpo em meados dos anos 1970. Seu crescimento e sua expressão pelos estados brasileiros só ganhou força nos últimos anos, sendo uma das principais razões que acreditamos ser o motivo das poucas pesquisas.

As pesquisas sobre o cicloativismo no Brasil são variadas entre campos administração, engenharia, planejamento urbano, geografia e ciências sociais (Xavier, 2007 e 2011; Zandonade e Moretti, 2009; Chapadeiro, 2011; Dalpian, 2013; Raquel, 2011 e 2013; Silva, Cordeiro e Mello, 2013, Cesar, 2014). Nesses estudos o cicloativismo tangencia a inserção da bicicleta como meio de transporte e lazer, não sendo seu foco. Recentemente, vem crescendo publicações e estudos dos próprios cicloativistas, em parceria entre associações e ONGs, com coletâneas de artigos sobre mobilidade urbana e cicloativismo (Ludd, 2005; Santos e Malta, 2012; Brand, 2013; Soares, 2013 e 2015).

Há diversas lacunas a serem estudadas, começando pela gênese da palavra cicloativismo. Não há relatos precisos sobre o uso dessa palavra. Na língua inglesa, é conhecido como *Bicycle Advocacy*. Xavier (2007 e 2011) foi quem primeiro fez o esforço de resgatar a história do cicloativismo brasileiro nas últimas décadas. Para a autora é a atividade de militância política defendendo melhores condições para o uso da bicicleta, assumindo caráter reivindicatório ou contestatório junto a sociedade e o estado. No relato de Xavier e dos próprios cicloativistas, são considerados uma ampla gama de agentes como ativistas e integrantes de movimentos sociais da bicicleta: grupos e associações, coletivos em redes, agentes e técnicos de diferentes órgãos de governo; associações de Empresários; jornalistas; técnico profissional ou acadêmico; produtor e comerciante de bicicleta e de acessórios; sociedade civil; Ongs nacionais e internacionais.



Nos últimos anos, esses movimentos cresceram. Muitos se autodenominam organizações horizontais, sem lideranças. Usam a internet para se mobilizar. Fazem bicicletadas, pintam seus corpos e fecham ruas. Alguns de seus dirigentes formaram outros grupos de Cicloativistas, afirmando terem tido dificuldades de trabalhar com estrutura extremamente horizontal. Percebe-se que no decorrer do tempo, foram observadas diversas formas de organização entre Cicloativistas.

Parece-nos que o cicloativismo, enquanto categoria analítica, não se enquadra no modelo clássico dos movimentos sociais, que se forjou no materialismo, com preocupação focada na derrubada do poder prático do estado ou de classe. Entretanto, embora concordemos com boa parte dos estudos de Touraine (1985 e 1989), que tanto contribuíram para atualização do tema, no caso do cicloativismo nos afastamos de sua teoria dos novos movimentos sociais, pois por mais inovadoras que sejam categorias de classificação social, através de métodos, bandeiras e rupturas do tempo histórico, as ações dos Cicloativistas nos parece ser possível enquadrar em categorias já existentes, por ser variação de tema antigo e consolidado.

Pesquisa inicial indica que os Cicloativistas podem ser vistos como movimentos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularistas, amplamente observados na América Latina nas últimas duas décadas. No caso dos movimentos cicloativista, por exemplo, é seminal a relação entre luta cultural e estruturas da sociedade, com continuidades e rupturas nas formas de organização e ação, com dinâmicas de associação heterogêneas e globais. Vários foram os “papeis” assumidos nas últimas décadas. Nos anos 1970 e 80, com modernização e reformas do espaço urbano, os Cicloativistas surgem como técnicos do estado, atentos ao planejamento urbano, transporte e uso da bicicleta no campo e na cidade. O discurso oficial afirma a neutralidade política dos planos, valorizando a racionalização dos recursos e os interesses da população (Xavier, 2011).

No fim dos anos 1980, intensificando-se a organização e mobilização popular, surgem os “militantes sob duas rodas”, afirmando que pouca coisa havia sido feita pela melhor qualidade das vias urbanas. Surgem diversos grupos que defendem bicicleta como meio de lazer e esporte. No início de século, despontam também outros papéis atribuídos aos Cicloativistas, como a “Paz no Trânsito”, feminismo, ecologistas entre outros. No contexto dos Fóruns Sociais Mundiais, da globalização, da ênfase a tecnologia, da privatização dos espaços, Cicloativistas estão fóruns de “lutas sociais e alternativas democráticas”.

Durante a pesquisa, foi possível perceber coexistência de diversos papéis vividos ou esperados dos Cicloativistas. Mesmo sabendo que não poderemos abranger todo o universo do



cicloativismo no Brasil, que nos últimos anos cresceu e se espalhou pelo país, apresentam-se alguns agentes e instituições/entidades que têm representatividade no cenário da bicicleta em nível nacional e que se destacam.

No Rio de Janeiro, em 1984, houve a primeira Bicletada, pedalada que vinha pela Orla do Flamengo e ia até o Leblon, com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis na organização. O grupo que se destacou no cicloativismo no Brasil, já nos anos 1980, foi o Night Biker's Club do Brasil, de São Paulo, liderado por Renata Falzoni. Renata é até hoje aparece como importante expoente do Cicloativismo brasileiro. Em 1998, ela organizou uma pedalada de Paraty a Brasília, que foi chamada de “Campanha Bicicleta Brasil, Pedalar é um Direito” -a intenção era reivindicar o cumprimento do novo Código de Transito Brasileiro. Renata e vários Cicloativistas foram recebidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na ocasião, Renata entregou ao Presidente uma bicicleta infantil, dizendo-lhe que o presente significava a atenção que era dada à bicicleta como meio de transporte no Brasil.¹

O movimento que mais influenciou adeptos no Brasil foi Bicletada, iniciativa em nível nacional da rede de atores/agentes da promoção ao uso da bicicleta. A Bicletada (www.bicletada.org) é a versão nacional do movimento conhecido mundialmente como Massa Crítica, que nasceu em 1992 na cidade norte-americana de São Francisco e hoje está presente em muitas cidades de todos os continentes (Carlsson, 2008). O movimento se declara sem líderes ou organização formal, e reúne ciclistas uma vez por mês para fazer uso dos seus direitos: pedalar em grupo pela cidade com o objetivo de (re)ocupação das ruas, conscientização e promoção ao uso da bicicleta como transporte. A Bicletada ocorre em muitas cidades brasileiras. Nas entrevistas com lideranças Cicloativistas, podemos perceber que parte deles começou participar ações do Massa Crítica.²

Pesquisas indicam que a Bicletada começou em 1992, na cidade de São Paulo (Liberato, 2006; Raquel, 2013). Provavelmente, foi de lá que surgiu sua expressão nacional. Entretanto, pesquisando os arquivos de email do centro de Mídia Independente, descobrimos indicação panfleto do Massa Critica Blumenau, feito dois anos antes, no ano de 2000. O grupo de e-mails foi criada em 1999. Não temos outros dados sobre esse período, o que demonstra a demanda por mais pesquisas. A Bicletada de São Paulo ganhou força dentro do Instituto de

¹ Em conversa informal com autor no Forum Mundial da Bicicleta, em Medellín, Renata contou que durante o caminho o grupo tinha que parar e ligar de telefones públicos para a Presidencia da Republica, porque ainda não tinham certeza se seriam recebidos.

² Entrevistas com Soares (2015), Guth (2015) e Araujo (2015).



Cultura e Ação Libertaria – ICAL, que tinha nesse momento sua ação focada na “antiglobalização”. O grupo Ciclistas Radicais organizava as atividades dentro do ICAL³.

Grupo importante foi a Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis – Viaciclo, que surgiu em 2001. Seus organizadores já participavam, desde os anos 70, de debates e atos sobre problemas de trânsito envolvendo a bicicleta. O 1º Encontro Nacional de Cicloativistas, foi uma iniciativa da Viaciclo – em parceria com o grupo CicloBrasil, programa de Extensão Universitária do Centro de Ciências da Saúde e do Esporte – CEFID da Universidade do Estado de Santa Catarina UDESC (criado em 1997 como projeto Pedala Floripa), no âmbito do programa internacional Low Cost Mobility Initiatives (LOCOMOTIVES), coordenado pela ONG holandesa *Interface for Cycling Expertise* (Xavier, 2011).

Segunda Xavier (2007 e 2011) o cicloativismo cresceu com o Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta e fora dele, as organizações passaram a se articular, trocar e crescer. Veio o 2º Encontro em SP e a consolidação, movimentos fortes de várias regiões se unem para a criação da UCB - União de Ciclistas do Brasil. A Escola de Bicicletas foi quem organizou o 2º Encontro Nacional de Cicloativistas (ou 2ª reunião do Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta), ocorrido em 22 de julho de 2006, em São Paulo. No Fórum foi decidido que a criação da União de Ciclistas do Brasil (UCB) ocorreria no encontro do ano seguinte. E aconteceu a sua criação, no Rio de Janeiro, em 24 de novembro de 2007, quando do 3º Encontro Nacional de Cicloativistas (ou 3ª reunião do Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta).

A história da União de Ciclistas do Brasil começa em janeiro 2005, quando o cicloativismo teria um espaço no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, um stand da Viaciclo - Associação dos Ciclousuários da Grande Florianópolis, que foi viabilizado com o apoio da rede World Carfree Network. O único *stand* de cicloativismo no Fórum, e talvez em todos os Fóruns já acontecidos, se tornou o ponto de encontro dos ciclistas, que se conheceram, trocaram idéias e informações (Xavier, 2011).

Outros importantes segmentos do movimento são os grupos organizados de cicloturismo, que interage com o cicloativismo como atividade educadora e participativa na condição direta de preservação do meio ambiente. Fortalece a idéia das integrações dos meios intermodais, utilizando principalmente a bicicleta no transporte e como forma de turismo nas cidades. Essa cultura desperta por um lado a busca da segurança, onde indivíduos questionadores atuam isoladamente, ou em seu grupo de convívio, nas ações Cicloativistas. O cicloturismo tem

³ Ortellado, Pablo. Dez anos de Bicicletada: memórias da pré-história. In. <http://www.gpopai.org/ortellado/2012/06/dez-anos-de-bicicletada-memorias-da-pre-historia>. Acesso setembro de 2014.



representatividade nacional por meio do Clube de Cicloturismo do Brasília (Soares, 2003; Xavier, 2011).

Já o ciclismo de competição é a forma de utilização da bicicleta que mais aparece na mídia. A entidade nacional que congrega as entidades estaduais de ciclismo de competição é a Confederação Brasileira de Ciclismo. Em diversos estados tem importante atuação na luta pela inserção da bicicleta como meio de transporte e lazer. Em vários lugares do Brasil, esses foram os primeiros a participarem politicamente para que o ciclista seja respeitado na via, como podemos observar em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói, Florianópolis, Brasília, Manaus entre outros⁴. Algumas Federações são bem atuantes, estando o Rio de Janeiro na organização de eventos mundiais como “Um dia sem carro”, que reuniu na cidade 15.000 pessoas, no ano de 2012 (Santos e Malta, 2012). É importante destacar que este número é significativo, pois o *record* mundial de ciclistas em eventos foi de 40.000 participantes, na comemoração do Dia da Terra, na cidade de Budapeste, Hungria.

Xavier (2011) destaca que a contribuição da *Interface for Cycling Expertise* (I-CE, ONG holandesa) ao processo do cicloativismo brasileiro foi marcante. A autora afirma que “eles são responsáveis pela internacionalização da rede de atores/agentes”. A partir do início de 2003, a ViaCiclo e o grupo CicloBrasil da UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina, passavam a fazer parte do programa internacional *Locomotives - LowCostMobiilityInitiatives*(2003-2006), continuado pelo *BicyclePartnershipProgram- BPP* (2007-2010) coordenados pela I-CE, utilizando-se destes apoios para impulsionar a união dos cicloativistas em nível nacional. O apoio dos holandeses à incipiente organização do cicloativismo nacional foi fundamental para que se realizaram os Encontros Nacionais de Cicloativistas de 2005 a 2008. Depois do encontro em Florianópolis em 2005 e o de São Paulo, em 2006, vieram o IV Encontro, no Rio de Janeiro, em novembro de 2007, com a criação da União de Ciclistas do Brasil (UCB). Em 2008 a União de Ciclistas do Brasil se reunia no evento Bicultura Brasil em Brasília. A partir de 2009 o Encontro da UCB passou a fazer o papel do que antes era o Encontro Nacional de Cicloativismo ou reunião do Fórum Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta.

Em 2009 e em 2010 o II e o III Encontro da União de Ciclistas do Brasil aconteceu em Sorocaba/SP, sendo que em 2010 o encontro se realizou junto com o segundo Bicultura Brasil.

⁴ Algumas destas cidades ciclofaixas foram pintadas para os treinos dos ciclistas esportivos, que teriam o direito de pedalar naquela área em determinados horários do dia. Muitos atropelamentos e acidentes fatais de ciclistas foram observados, gerando protestos e reuniões com poder público.



Vale destacar que essa cidade, alias, vem se destacando pelo programa de promoção e uso da bicicleta, tendo implementado 140km de ciclovias e ciclofaixas.

Nesse breve apanhado vale destacar ação de Cicloativistas no grupo Ciclo Brasil, de Santa Catarina. Outro grupo que se destaca é o CicloVida, da Universidade Federal do Paraná. Já a Associação Bike Brasil atua na promoção da bicicleta há mais de 20 anos, sendo mentores do projeto Ciclorede, mapa das rotas mais seguras para pedalar na capital paulista (Xavier, 2011; Raquel, 2013).

Centenas, talvez milhares de grupos tenham surgido pelo Brasil nos últimos anos, tornando impossível qualquer tentativa relacioná-los. Grande parte destes grupos se formaram em redes, com organização pela internet, sem legalização, sede e estatuto. Muitos fazem votações pela internet sobre as atividades. Só na cidade de Niterói foram computados mais de cinco grupos que atuam pelo uso da bicicleta, fazendo campanhas, pressionando o poder público entre outras atividades. O Mais expressivo é o Pedal Sonoro, que vem se unindo ao Massa Crítica.

Os cicloativistas se vêem envoltos em contradições entre objetivos e diretrizes dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Os conflitos na esfera do poder judiciário são menos frequentes na agenda dos cicloativistas. Já o poder executivo e legislativo sempre fez parte da esfera de ação dos Cicloativistas, em especial na esfera Federal e estadual. Projetos de inserção da bicicleta apresentados pelos Cicloativistas estiveram presentes, primeiro, nessas esferas. No que se refere a violência no trânsito, as questões são encaminhadas para o executivo estadual. Atualmente, é crescente a atuação dos cicloativistas na esfera do legislativo e executivo municipal, com atuação nas diretrizes orçamentárias e nos Planos Diretores, alocação de verbas e projetos de ciclovias e ciclofaixas.

Os cicloativistas denunciam disputas internas existentes dentro da esfera do poder público, em especial aos conflitos de interesse no que tange aos objetivos e ações de políticas ambientais urbanas, de uso do solo, de transporte, lazer e direito a cidade. Os Cicloativistas reclamam que os órgãos públicos não estão integrados, pelo contrario, tem lógicas distintas e pontuais (Soares, 2013; Brand, 2013).

Na primeira década desse século, ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, presentes no Fórum Social Mundial e no Fórum Mundial da Bicicleta, que atuam através de redes de informação. Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade. No Brasil, uma significativa parte desses militantes tem chegado aos cursos



de pós-graduação e, mais recentemente, ocupam posições como professores e pesquisadores nas universidades, especialmente as novas, criadas nessa década na área de ciências humanas. Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes/ativistas/ pesquisadores. Muitas delas são parte das histórias que eles próprios vivenciaram.

Registre-se, entretanto, diferentes correntes ideológicas que sustentam os ideais dos ativistas, que vão das novas formas do anarquismo do século, às concepções de grupos articulados a partidos políticos de esquerda, passando pelas práticas de compromisso e responsabilidade social das organizações não governamentais (ONGs) e entidades de perfil mais assistencial, aos movimentos populares herdeiros do movimentalismo associativista dos anos 1970-1980 no Brasil.

Esse retorno do ator social nas ações coletivas que se propagaram na maioria dos países da América Latina, já observado por Touraine (1984), coloca uma radicalização do processo democrático e o ressurgimento de lutas sociais tidas décadas atrás como tradicionais, pois são propostas de gestão do Estado. Silva, Cordeiro e Mello (2013) destacam que no caso dos cicloativistas brasileiros, a retomada do movimento popular têm eclodido na cena pública como agentes de novos conflitos e renovação das lutas sociais coletivas. Em alguns casos, elegeram suas lideranças para cargos do executivo e legislativo, como podemos observar em alguns municípios brasileiros. Um aspecto importante a registrar é a ampliação das fronteiras dos movimentos, articulando-se com os movimentos ecologistas, que têm composição social multiforme e heterogênea.

É importante destacar que, apesar das diferenças existentes, eles unem à crítica sobre a criação de um consenso que viabilize ações conjuntas. À globalização econômica, os movimentos propõem outro tipo de globalização, alternativa, baseada no respeito às diferentes culturas locais. Com isso, contribuem para construir outra rede de globalização, a da solidariedade. Ela expressa-se não somente nos fóruns mundiais, mas sobretudo nas redes de defesa do direito cidade, igualdade, mobilidade por bicicleta, defesa do meio ambiente entre outros.

O Cicloativismo trabalha com suporte governamental por meio de políticas públicas, com resultados observados como contraditórios pelos Cicloativistas. De um lado, as demandas sociais são postas como direitos (ainda que limitados), abrindo espaço à participação cidadã. De outro, há perdas, principalmente de autonomia dos movimentos e o estabelecimento de estruturas de controle social de cima para baixo, nas políticas governamentais para os movimentos sociais. O controle social instaura-se, mas com sentido dado pelas políticas públicas, ainda que haja a



participação cidadã no estabelecimento das normativas. Nesse cenário de redes com apoio institucional, devem-se acrescentar as inúmeras ações atuando em fóruns, conselhos, câmaras, consórcios etc., em escala local, regional e nacional. A análise do novo cenário remete-nos ao tema da institucionalização das práticas e organizações populares, na própria sociedade civil ou por meio de políticas públicas, conferências nacionais co-patrocinadas por órgãos público-estatais, ou estruturas organizativas criadas no próprio corpo estatal, a exemplo dos conselhos.⁵

Na primeira década deste milênio, fortaleceram-se as ONGs e entidades do terceiro setor – que antes serviam apenas de apoio aos movimentos sociais populares. Estes últimos tiveram de alterar suas práticas, ser mais propositivos – participando dos projetos das ONGs. O terceiro setor passou a atuar com populações tidas como vulneráveis, focalizadas, grupos pequenos, atuando por meio de projetos, com prazos determinados. Novos conceitos foram criados para dar suporte às novas ações, tais como responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, mobilidade humana etc. Esse cenário resulta em inúmeras ações cidadãs. Pesquisa preliminar indica a emergência de sujeitos plurais.

Numa breve conclusão, percebe-se que o cicloativismo brasileiro cresceu e se institucionalizado nas últimas décadas, com inserção no poder público, na imprensa e na sociedade em geral. O Brasil organizou as três versões do Fórum Mundial da Bicicleta, sendo que a quarta edição ocorrerá em Medellín, na Colômbia, em 2015. Na organização do Fórum estava movimentos sociais, universidade e Ongs, revelando que o cicloativismo no Brasil é multifacetado, reunindo pessoas e grupos de diferentes estratos e interesses.

O que foi possível observar é que, desde seu nascedouro, o cicloativismo dialogou com as estruturas do estado, criando redes de influência dentro de seus órgãos. Esta é uma forma de organização bastante presente, com tensões e constrangimentos inerentes as alianças, coalizões e dinâmicas entre sociedade civil e Estado. Mesmo as redes criadas, mais recentemente, têm foco nos processos político-administrativos, dando lugar ao pragmatismo na gestão urbana que tenta conciliar participação ampliada com gerenciamento efetivo das ações do poder público.

Essas oposições e complementaridades, nas formas de organização, têm reflexos importantes nas bandeiras de luta entre os Cicloativistas. Se por um lado há uma tendência em influenciar políticas públicas, fazer alianças com órgãos do estado, lutar pelo direito a cidade definido em lei, a explosão simplória, prática e política do cicloativismo esta nas suas formas de ação e bandeiras de luta, que desafia valores fundamentais de nossa sociedade.

⁵ Este debate vem permeando os Fóruns Cicloativistas no Brasil e na América Latina, conforme pode ser observado a partir de mesas e debates colocados nos Fóruns Mundiais da Bicicleta.



Essa foi à cultura que se forjou no Brasil ate a primeira década do século XXI. Críticas, muitas vezes irônicas e ácidas ao poder público e, ao mesmo tempo, cooperação e diálogo na formulação de propostas.

Formas de ação e de luta

Como vimos anteriormente, a cultura, os saberes e identidades presentes entre os Cicloativistas brasileiros têm intenso dialogo com o poder público. Além dessa característica marcante, de modo geral, pesquisas iniciais indicam que os próprios Cicloativistas surgem num mundo interdisciplinar, em que os novos movimentos sociais absorvem vários saberes, em função da facilidade de informações proporcionadas pela mídia e pela difusão da internet. Muitas das lideranças Cicloativistas circulam pelo Brasil e pelo Mundo, com troca de informações, redes de apoio, debates e congressos.

Foi nos anos 1970 que começou a crescer a participação de ciclistas nos órgãos de planejamento urbano, em especial na Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT). Essa pratica mesmo incipiente e desorganizada, começou com atuação de alguns técnicos-ciclistas que trabalhavam nos órgãos, e que tiveram experiências de pós-graduação na Europa. Nesse período, tiveram contato com a primeira reunião sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, em 1972, retornando com a sensação “de que deveriam fazer coisas semelhantes no Brasil” (Xavier, 2011). Já em 1976, houve a publicação do primeiro manual de planejamento cicloviário no Brasil. Nos anos que se seguiram, mesmo com hegemonia do carro na sociedade, o GEIPOT teve diversos técnicos atuando na publicação de estudos e trabalhos denominados “Estudos de Transporte Cicloviários”. As publicações já davam o tom do debate que iria marcar o cicloativismo brasileiro, em quase sua unanimidade: critica a hegemonia dos carros e dos recursos públicos para esse modelo de transporte, colocando a bicicleta como uma alternativa viável ao modelo.⁶

Nas décadas de 1980 e 90, mesmo que de modo incipiente, essa bandeira ganhou força entre os Cicloativistas, em especial, os que tiveram de contato com o Movimento pela Reforma Urbana na Assembléia Nacional Constituinte, em 1988. Já o ciclismo esportivo aderiu e atuou com vigor na luta contra cultura dominante do carro, embora esta pauta não tenha sido generalizada e forte entre ciclismo esportivo. O direito a cidade, seu uso para esporte, lazer e a luta contra violência e os atropelamentos, no transito, foram as bandeiras que unificavam os

⁶ Depoimento de Aziz Ary para Gisele Xavier, 2009.



ciclistas nesse período. É difícil fazer separações e categorizações, pois o ciclismo esportivo e os cicloturistas (fazem passeios e viagens) começaram a se organizar para pedalar em São Paulo a noite, como forma de lazer. Em pouco tempo, começavam a “reivindicar ciclovias, ao invés apenas de pedalar”, afirma Lobo (2007). Esse ativista destaca que foi muito importante, a época, a consultoria prestada pelo ITC – Instituto de Tecnologia para o Cidadão, ONG, elucidando o tipo de aliança e prática de ação que marca o cicloativismo desde os anos 1980.

A bandeira da violência no trânsito, o direito a cidade pelos ciclistas e o fim dos atropelamentos constitui ainda, se não a principal, uma das principais bandeiras dos Cicloativistas nos dias de hoje. Cicloativistas denunciam que com o crescimento do número de ciclistas, ou talvez maior visibilidade na imprensa, os casos de atropelamento tem aumentado. As denúncias são encaminhadas para o poder público, imprensa, delegacias de polícia, redes sociais entre outros. Bicletadas são organizadas nos locais de atropelamento. Campanhas com fotos e depoimento das vítimas se espalham pelas redes (Silva, Cordeiro e Melo, 2013; Dalpian, 2013).

Ao mesmo tempo em que a pauta da violência no trânsito contra ciclistas se consolidava, o que se percebe é que vai ganhando força entre os Cicloativistas diferentes bandeiras e formas de luta. No início dos anos 1990, com a inauguração da ciclovia na orla das praias do município do Rio de Janeiro, em 1991, e posteriormente com a Eco-92 na cidade, a preocupação relacionada aos impactos do transporte no meio ambiente passou a ser mais diretamente discutido, integrando pautas (Sirkis, 2006; Presada, 2007). Nesse período, o uso da bicicleta como parte da agenda ambiental ganhou força e nunca mais saiu da pauta dos Cicloativistas. Entre os anos de 1992 e 1994, além de São Paulo, os passeios noturnos de bicicleta ganharam força no Rio de Janeiro, com até 3.000 mil ciclistas se encontrando para pedalar, fechando a orla e o aterro do Flamengo, importantes vias da cidade.

Nos anos que se passaram, as ciclovias surgem como principal bandeira dos Cicloativistas. A mobilização em diversos municípios brasileiros parece que deu certo, pois grande número de delegados incluiu o pedido de ciclovias e ciclofaixas nas reivindicações da 1ª Conferência das Cidades, em 2003 (Presada, 2007). Após a Conferência, o Ministério das Cidades chamou diversos agentes da sociedade para discutir o Programa Bicicleta Brasil, que teve seu lançamento em novembro de 2003. Segundo documento do Ministério das Cidades, o evento “Um dia sem carro foi o fator gerador da criação do Programa Mobilidade por Bicicleta” (Ministério das Cidades, 2007a, p13).



Essa breve passagem serve para ilustrar ações pouco conhecidas pela sociedade, que levaram 10 anos para serem atendidas pelo poder público, indicando continuidade dos Cicloativistas na luta pela inserção da bicicleta como meio transporte. Como podemos perceber, os Cicloativistas participam de reuniões com o Presidente da República, participam de eventos com órgãos públicos, organizavam atos de protesto.

Segundo Xaxier (2011) foi por meio do Programa Bicicleta Brasil que o Ministério das Cidades definiu a Política Nacional de Mobilidade por Bicicleta. De 2003 a 2005 foram realizadas seis reuniões entre Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB) e setores da sociedade civil, técnicos, Cicloativistas, setores da indústria bicicleta e pesquisadores. Além dessas reuniões, O Programa Bicicleta Brasil patrocinou o Bicicultura Brasil 2008: bicicletas por um mundo melhor, conjunto de eventos organizados pela UCB em parceria com a ONG Rodas da Paz. A abertura teve a presença e a participação das Embaixadas da Holanda e da Alemanha, do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, e do secretário Nacional da Mobilidade Urbana. O Bicicultura Brasil 2008 incluiu a Conferência internacional de Mobilidade e o II encontro da UCB, que abordou os seguintes temas: Políticas públicas e mobilidade por bicicleta; Educação, Cidadania, legislação e Fiscalização e; Promoção e incentivo para o uso da bicicleta.

Nos anos seguintes, a União dos Ciclistas Brasileiros (UCB) continuou tendo papel importante junto órgãos governamentais. Participou da formulação do texto base do projeto “Bicicleta Brasil: avanços e desafios”, do Ministério das Cidades, produzido a partir de oficinas realizadas em dezessete Estados do Brasil, uma conferência virtual e uma oficina ampliada em Brasília, em 2009. Foi a SEMOB que esteve a frente organização, compilando o resultado e o transformando em cinquenta e sete medidas ou ações programáticas. A União dos Ciclistas Brasileiros apresentou várias propostas, com destaque para “estimulo para que os municípios criem divisões ou departamentos voltados ações destinadas veículos não-motorizados, com ênfase a mobilidade de ciclistas e portadores de necessidades especiais”; Infra-estrutura cicloviária nos conjuntos habitacionais; Instituir o vale-transporte para trabalhadores que utilizem a bicicleta; pesquisar o estado da mobilidade por bicicleta no Brasil (Soares, 2013 e 2015; Xavier, 2011)

Nos últimos cinco anos, o cicloativismo cresceu muito em todo o Brasil. Os grupos se diversificaram, juntamente com suas pautas e métodos de organização e luta. Algumas bandeiras se consolidaram, entre elas as campanhas educativas e de conscientização dos ciclistas e motoristas. A pressão sobre o poder público continua forte, sendo uma das principais formas de



atuação dos Cicloativistas. A bandeira indo contra a cultura do carro ganhou força, ganhando reforço com campanhas contra sedentarismos, os engarrafamentos, o caos urbano, e a necessidade de transportes menos poluentes.

O tema da equidade e da cidadania vem ganhando força, seja porque Cicloativistas vem sendo objeto de preconceito de setores da sociedade, seja porque grande parte deles acredita que a bicicleta pode ser fator de promoção da igualdade e coesão social no uso do espaço público.

Conforme os anos se passaram, pesquisa preliminar indica que cada vez mais a pauta da integração com o transporte coletivo vem ganhando força, tanto no início quanto no final da viagem, em especial nas de pequenos e médios deslocamentos, seguindo modelo Holanda, Alemanha e Bélgica, que tanto influenciou os Cicloativistas brasileiros.

A infraestrutura para o uso da bicicleta tem aparecido como problema chave para os Cicloativistas brasileiros. Se em países com a França é normal as vias compartilhadas, no Brasil, o uso da bicicleta com segurança, através de ciclovias, ciclofaixas ou ruas de lazer se tornou ponto chave da grande parte dos grupos existentes no Brasil, mesmo os grupos criados mais recentes. Os Cicloativistas participam de debates acalorados nas redes sociais, com diferentes percepções sobre ciclovias e ciclofaixas. Pesquisa preliminar indica a existência de grupos e setores críticos às ciclofaixas, defendendo uma segregação mais efetiva do ciclista. Outros setores defendem sistemas integrados com ciclofaixas e ciclovias. Na pesquisa, o que foi possível perceber como consenso é que os Cicloativistas denunciam que o conjunto das políticas não são coordenadas, não se reforçam mutuamente. Nas redes sócias, o que se percebe é que todo ciclista virou agente do planejamento urbano, com críticas, elogios e sugestões. Esse tem sido o caráter das redes que se espalharam por todo o Brasil, influenciando culturalmente a sociedade e as ações do poder público.

Como vimos, os Cicloativistas se aliam ao poder público, trocam pesquisas, apresentam orientações. Pesquisas iniciais indicam que esses estudos servem em muitas campanhas apresentadas pelos Cicloativistas, que buscam atuar sempre com base em estudos. Alguns cicloativismo indicam que esse modo de operar ajuda na luta cultural contra a sociedade do automóvel. Outros destacam a necessidade de “campanhas pela bicicleta”, visto como símbolo de “resistência e opção ao desenvolvimento não sustentável”.

Recentemente, foram identificados casos de boicote econômico contra estabelecimentos comerciais, que não respeitam a ciclovia. Essa prática, difundida em alguns países da Europa e nos EUA, tem entusiasmadas defesas nas redes do Brasil, obtendo sucesso em diversas ações. Alguns grupos defendem programas de “créditos do ciclismo”, onde empresas e governos



poderiam comprar certificados de créditos de redução de carbono. É importante destacar que a política de crédito de carbono sofre fortes objeções entre grupos de Cicloativistas, entre eles alguns diretores da UCB.

Grande parte dos Cicloativistas brasileiros defende haver moderação de tráfego, com zonas de 30km/h em áreas residenciais. Debatem se as interseções e os semáforos das vias devem ser modificados de forma a dar prioridade e segurança aos ciclistas, havendo desvios para os ciclistas que queiram virar a direita. Acreditam que toda cidade deve ser provida de estacionamentos para bicicletas de todos os tipos, com especial atenção bicicletas de carga e paraciclos. A integração com o transporte público deve ser uma prioridade, havendo bicicletários e bicicletas públicas disponíveis.

O poder público deve disponibilizar amplo acesso sobre tudo que se refira a bicicleta, como mapas, alugueis, estacionamentos, festivais, serviços de internet com rotas, campanhas de conscientização permanentes. Alguns grupos agem de forma mais independente, outros acreditam que é papel do poder público estimular a participação popular por meio de pesquisas, conselhos, universidades.

A educação e o treinamento para o uso da bicicleta no trânsito devem fazer parte da educação formal das crianças. O ponto polêmico entre os Cicloativistas é a necessidade de realização de teste do conhecimento e de habilidades realizados pelo poder público.

Outro ponto de debate entre os Cicloativistas é se as leis devem ou não enquadrar, os motoristas de veículos motorizados, como responsáveis por sinistros que venham a ocorrer com ciclistas, especialmente crianças e idosos. Nas vias compartilhadas, defendem Cicloativistas, a preferência é dos ciclistas, com restrições a uso e estacionamento de carros. Deve-se reduzir o número de vagas de estacionamentos de carros em áreas centrais da cidade. Criar vagas exclusivas para ônibus e bicicletas.

Alguns grupos com influência nacional defendem que se deva taxar a compra, posse e uso do carro. Estimulam o uso misto do território, com áreas comerciais, de serviços e residenciais. Alguns grupos incentivam que as lideranças públicas andem de bicicleta, dando exemplo para a população. Diferentes grupos de Cicloativistas foram críticos e resistentes ao modelo de cidade global e dos megaeventos.

A luta municipalizada, que faz parte das bandeiras da UCB, ganha força nos grupos de Cicloativistas que surgiram. Os grupos lutam por verba nos municípios, pressionando o legislativo para o empenho de verbas para aumentar a ciclabilidade das cidades.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTP. Associação Nacional de Transportes Públicos. *Perfil da mobilidade do transporte e do trânsito 2009*. Sistema de Informações da Mobilidade Urbana, 2009.
- ALCORTA, Arturo Condomí. *Relatório do 2º Encontro Nacional de Cicloativismo*, São Paulo: [s.e.], 2006, 5p.
- SOUZA, M. L. 2003. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- AZIZ ARY, José Carlos. *Surgimento e evolução do planejamento cicloviário no Brasil*. Fortaleza: [s.e.], 2009.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *1ª Conferência das Cidades*. Conselho das Cidades. _____ . Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Convite Seminário “Dia sem Carros”*, 2009a.
- _____. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Página de apresentação do Programa Bicicleta Brasil*, [s.d]-e..
- _____. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Página inicial da Secretaria, [s.d]-d.
- _____. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. *Projeto Bicicleta Brasil Avanços e Desafios - Texto Base*, 2009b.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes. *Manual de planejamento cicloviário*, 2001b, 126p.
- CALRSSON, Chris. Nowtopia. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2014.
- CASTRO, Fábio. Especial bicicleta na cidade: atores sociais unem esforços para viabilizar mobilidade alternativa. *Agência Repórter Social*, 8 nov. 2005a.
- CHAPADEIRO, Fernando. Limites e possibilidades do planejamento cicloviário: um estudo sobre participação cidadã. Dissertação de Mestrado. UNB, 2011.
- DALPIAN, Paulo Roberto. A contra-hegemonia e a resistência ao consumo. Tese de Doutorado. UFRS, 2013.
- FALZONI, Renata. *Renata Falzoni*: site oficial, [s.d.].
- I-CE. Interface for Cycling Expertise. *Locomotives full steam ahead*. Cycling planning and promotion, v. 1, Utrecht, 2007.
- I-CE; GTZ-SUTP. Interface for Cycling Expertise; Sustainable Urban Transport Project from Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit. *Cycling-inclusive Policy Development: A Handbook*, The Netherlands, 2009.



- LOBO, Fernando José (Zé). *Fernando José Lobo: entrevista e Depoimento*, fev. 2007.
- MIRANDA, Antonio. Se eu tivesse que ensinar a projetar ciclovias. Série Cadernos Técnicos da ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. *Transporte Ciclovário*, São Paulo, v. 7, p. 68 -110, set. 2007b.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE O USO DA BICICLETA. *Anais velocity*. Alemanha, 2007.
- PAIVA, Reginaldo Assis de. Integração da bicicleta com outros modos de transporte. Sessão Temática 4 - bicicleta e qualidade de vida. In: SEMINÁRIO "A BICICLETA E A PRESADA, Bill. Cicloativismo: a expansão da bicicleta. Transporte Ciclovário. Cadernos Técnicos da ANTP, 2007.
- PIVA, André T. Fórum social mundial à pedal. *Revista BikeAction*, n. 55, p. 40-43, 2005b.
- _____. Militância sob duas rodas: a bicicleta como símbolo de respeito. *Revista BikeAction*, n. 51, p. 46-49, 2005a.
- PRESADA, Bill. Cicloativismo: a expansão da bicicleta. Transporte Ciclovário. Série *Cadernos Técnicos da ANTP*, v. 7, p. 132-137, 2007.
- RAQUEL, Roberta. O papel do cicloativismo na construção de políticas públicas. In anais ENAPEGS. Belém, 2013.
- SANTOS e MALTA. O Rio pedala. Rio de Janeiro. Amplifica, 2012.
- SGARIONNI, Mariana. Os pioneiros: vá de bicicleta. *Revista Vida Simples*, ed. 5, p. 42-9, set. 2008.
- SILVA, CORDEIRO E MELLO, Cedrick. Cicloativismo, disputas políticas e a ditadura do automóvel. In. Anais SBS. Salvador, 2013.
- SIRKIS, Alfredo. Construindo as ciclovias cariocas. In: *Ciclovias cariocas*. PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2006.
- Janeiro: Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, 2006, 188p.
- SOARES, André Geraldo. *A natureza, a cultura e eu: ambientalismo e transformação social*. Santa Catarina: Ed. da Univali, 2003, 163p.
- _____. *Circuitos de cicloturismo: manual de incentivo e orientação para os municípios brasileiros*. Florianópolis: UDESC/IOESC, 2010a.
- Touraine, Alain. *Social Movements, revolution and democracy*. Buffalo, State University of New York Press, 1985.
- _____. *Os novos conflitos sociais*. In, Lua Nova – Revista de Cultura e política. São Paulo, 1989.



UCB. União de Ciclistas do Brasil. *Propostas enviadas para o projeto Bicicleta Brasil: avanços e desafios*, out. 2010.

XAVIER, G. N. O desenvolvimento e a inserção da bicicleta na política nacional de mobilidade urbana. Tese de Doutorado. Florianópolis, 2011.



MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO NA AMÉRICA LATINA: ENFRENTAMENTOS E ALTERNATIVAS EDUCACIONAIS ÀS IMPOSIÇÕES NEOLIBERAIS

FARIAS, Maisa dos Santos.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea –
UFPE/CAA
faramaia@gmail.com*

LAGE, Allene Carvalho.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea-
UFPE/CAA
allanelage@yahoo.com*

265

RESUMO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a Educação na América Latina, com foco nas reformas educacionais de feição neoliberal desenvolvidas a partir da década de 1990 nos países latino-americanos. Buscamos identificar que alternativas estão sendo gestadas à imposição dessas políticas educacionais, especificamente a partir dos movimentos sociais do campo na Argentina (MOCASE Via- Campesina), no Brasil (MST) e no México (Movimento Zapatista). Esses movimentos vêm desenvolvendo experiências educacionais que tem como base a formação humana integral. Nessa direção, essa formação humana integral, vislumbra que os sujeitos formados a partir dessa perspectiva possam construir novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, rompendo com a lógica de uma educação que atenda apenas aos interesses econômicos.

Palavras-chave: Educação na América Latina. Movimentos Sociais do Campo. Neoliberalismo

ABSTRACT

This article presents a discussion on the education in the latin america, with focus in the education form reforms neoliberal developed from the decade of 1990 in the latin-american countries. We look to identify which alternatives are gestadas to the imposition of these education policies, specifically from the social movements of the field in Argentina (MOCASE – Via Campesina), in Brazil (MST) and in Mexico (Movimiento Zapatista). These movements are developing education experiences that the integral human formation takes as a base. In this direction, this integral human formation, it glimpses that the subjects formed from this perspective could build new social, economical, political and cultural relations, breaking with the logic of an education that pays attention only to the economical interests.

Key-words: Education in the Latin America. Social movements of the Field. Neoliberalismo

INTRODUÇÃO

A desigualdade de acesso e de socialização do conhecimento, numa perspectiva de formação humana integral é, há muito evidenciada e discutida por políticos, intelectuais e movimentos sociais, inclusive pauta de direitos de muitas lutas sociais. Porém, no decorrer da



história dos países latino-americanos, apresenta-se como um quadro pouco modificado. Muitos pesquisadores e movimentos sociais, afirmam que o agravamento da problemática educacional na América Latina está alicerçado no papel intervencionista dos organismos internacionais nas políticas educacionais desses países, especialmente a partir da década de 1990, que marca o início das reformas educacionais de cariz neoliberal.

Assim, nesse artigo, apresentamos parte da nossa pesquisa sobre a educação na América Latina, buscando discorrer sobre as experiências educacionais que vêm sendo desenvolvidas pelos movimentos sociais do campo na Argentina, no Brasil e no México. Compreendemos que essas experiências vêm se configurando enquanto resistência às imposições neoliberais no campo da educação. A construção dessa compreensão tem como aporte o processo de investigação que foi desenvolvido a partir da escolha do Método do Caso Alargado, que tem como expoente Boaventura de Sousa Santos. O método escolhido possibilitou, a partir da identificação dos elementos estruturantes de cada caso, uma análise comparativa das aproximações e distanciamentos dos mesmos. Nossa pesquisa é de natureza bibliográfica, assim, utilizamos como técnica a análise documental.

Esse artigo está subdividido em quatro pontos, no primeiro buscamos apresentar o contexto da implementação das reformas educacionais na década de 1990. No segundo, apresentamos como os movimentos sociais do campo na Argentina, no Brasil e no México têm reagido as imposições das políticas educacionais neoliberais. No terceiro apresentamos os resultados sobre a análise dessas reformas educacionais e a reação desses movimentos sociais do campo a essas políticas. Finalizamos com nossas considerações finais sobre a ação desses movimentos.

1. AS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990 NA AMÉRICA LATINA

A década de 1990 na América Latina é assinalada por uma série de reformas dos Estados, que conseqüentemente foram estendidas ao setor educacional. A experiência dessas reformas produziu posteriormente um considerável conjunto de pesquisas sobre o que representou e ainda representa essas reformas para os sistemas educacionais dos países latino-americanos. Muitos economistas e historiadores, afirmam que, as reformas educacionais desencadeadas a partir da década de 1990 na América Latina estão inseridas na reorganização do sistema capitalista, intitulado de neoliberalismo. Conforme Perry Anderson (1995), o neoliberalismo nasce logo após a segunda guerra mundial num claro processo de reação teórica



e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Mas suas ideias efetivamente só chegam a ganhar força e terreno com o acontecimento da grande crise do modelo capitalista em 1973, que combinou baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação.

Conforme Berthoud (2000), a partir dos anos de 1980, o mercado passa a ser difundido ideologicamente como o único dispositivo capaz de promover o desenvolvimento. “Vê-se o mercado como uma força inevitável, e com isso torna-se cada vez mais difícil limitar sua expansão” (BERTHOUD, 2000, p. 144).

O final da década de 1980 é assinalado por um cenário de crise da economia latino-americana, onde a dívida externa colocou em risco a estratégia de crescimento dependente de importações. A crise financeira que a partir dessa década atingiu vários países no mundo desencadeou a noção de que o Estado estava em crise, sendo portanto, necessário reformulá-lo. A política de reajuste necessitava de taxas de crescimento elevadas. Assim, buscou-se um caminho efetivamente terapêutico para os problemas enfrentados pelos países latino-americanos.

Nesse cenário, os princípios do neoliberalismo são consensualmente reafirmados através de reuniões entre os dirigentes do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Tesouro dos EUA, com a participação de políticos e economistas latino-americanos. Desse momento em diante o ideário neoliberal se consolida baseado no Consenso de Washington (PIRES, 2012a).

Ao longo da década de 1990, as diretrizes do Consenso de Washington foram aplicadas em todos os países latino-americanos, exceto Cuba. Tais ideias que, na prática, significaram o restabelecimento do “pacto colonial”, foram aplaudidas por grande parte da elite da região. (...) É importante ressaltar que as premissas do “Consenso” perpassaram grande parte da década de 1990 como dogmas incontestáveis. Todos os meios onde se poderia realizar um debate sério sobre outras ideias foram bloqueados pelos “fundamentalistas do mercado”. Mesmo a Academia, o suposto *locus* adequado para reflexões mais aprofundadas, esteve submetida à onda neoliberal (PIRES, 2012a, p. 383-384).

Batista (1994), ao refletir sobre a inadequação do Consenso de Washington para a América Latina, destaca a uniformidade de sua avaliação e prescrições, desconsiderando as diferenças de tamanho, de estágio de desenvolvimento ou dos problemas que estivessem enfrentando concretamente esses países. O autor resume da seguinte maneira, o que representou o Consenso de Washington para a América Latina:



Fica-se, de tudo isso, com a impressão amarga de que a América Latina possa haver se convertido, com a anuência das suas elites, em um laboratório onde a burocracia internacional baseada em Washington - integrada por economistas descompromissados com a realidade política, econômica e social da região - busca pôr em prática, em nome de uma pretensa modernidade, teorias e doutrinas temerárias para as quais não há eco nos próprios países desenvolvidos onde alegadamente procura inspiração (BATISTA, 1994, p. 26).

As diretrizes para essas reformas dos Estados se dividiam em áreas distintas, englobando reformas tributárias e cambiais, privatizações, desregulamentações, abertura comercial, racionalização dos gastos públicos entre outras. De forma geral, nos diz Pires (2012b), a fixação das políticas neoliberais na América Latina conseguiu, por um determinado momento, apresentar cenários de estabilidade, mas os processos de privatização e o atrelamento das moedas locais ao dólar deram origem a uma série de distorções econômicas e deixaram essas economias a mercê dos severos movimentos da economia mundial. O autor pontua também que, para a grande maioria dos países da América Latina as privatizações se caracterizam por “processos viciados e fraudulentos, primeiramente, subestimando o valor dos ativos públicos e, depois, cortando investimentos e elevando tarifas e preços a níveis asfixiantes”, tudo isso em nome de uma maior “eficiência marginal do capital” (PIRES, 2012b, p. 405).

Podemos observar que essas reformas se moldaram de forma mais estrutural a partir da década de 1990, impulsionadas pela economia neoliberal que apregoava que a crise pela qual passavam esses países tinha uma ligação direta com a forma de organização do Estado. Essa década é marcada por reuniões mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com financiamento e assessoria do Banco Mundial (BM).

Algumas dessas reuniões que já vinham ocorrendo desde o final da década de 1980, tiveram como resultado a consolidação de orientações em documentos políticos. Temos como exemplo a “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” realizada em Jomtien – Tailândia em 1990, que aprova o plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.

Este Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem deriva da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, da qual participaram representantes de governos, organismos internacionais e bilaterais de desenvolvimento, e organizações não-governamentais. Fundamentado no



conhecimento coletivo e no compromisso dos participantes, o Plano de Ação foi concebido como uma referência e um guia para governos, organismos internacionais, instituições de cooperação bilateral, organizações não-governamentais (ONGs), e todos aqueles comprometidos com a meta da educação para todos (UNICEF-DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990).

Outro documento que também estabelece orientações para essas reformas e reafirma o encontro de Jomtien é a Declaração de Nova Delhi realizada em 1993 na Índia. As orientações desses documentos deixam evidente a necessidade da implantação das reformas estruturais para a educação mediante auxílio de instituições financeiras, assim como, o reconhecimento dos compromissos assumidos por esses países (UNESCO, Declaração de Nova Delhi, 1993).

As orientações desses documentos baseadas nas políticas neoliberais atingiram a área educacional principalmente a partir de mecanismos voltados a racionalização dos gastos públicos, difundindo-se a ideia de que os problemas educacionais, especialmente a falta de qualidade, estariam ligados a má administração. De acordo com Ciavatta Franco (1992), essas ingerências externas comprometem a soberania dos países latino-americanos, assim também como o desenvolvimento econômico e social, pois são afetados,

[...] pelas pressões dos países avançados e por compromissos que têm como resultante situações assimétricas de grande desenvolvimento econômico e bem-estar para as populações dos países ricos e instabilidade política e empobrecimento das populações dos países latino-americanos (FRANCO, 1992, p. 219).

Nessa direção, Bueno (2004), diz que a implantação de modelos, via organismos internacionais, é realizada de forma descontextualizada e a partir de uma visão econômica-empresarial, sempre no intuito de proteção ao setor econômico.

O Banco Mundial não tem, digamos, uma personalidade acadêmica. Ele representa um conjunto de forças e ideias oriundas dos países centrais que têm, como principal escopo, a defesa de seus interesses. Nesse sentido, faz a intermediação de tendências e receitas embutidas, em última instância, em projetos de financiamento. Nesse quadro, a pressão para que se adote um determinado modelo de gestão vem imbricado num pacote completo de reformas sugeridas, dentre as quais a reforma educacional (BUENO, 2004, p. 447).

É importante destacar que apesar dos encontros internacionais frisarem a necessidade dessas reformas, as políticas de reformas educacionais já se fazem presente na América Latina desde a década de 1960¹, como o programa Aliança para o Progresso que vigorou entre 1961 e

¹ Ver: Braslavsky e Cosse, 2006.



1970 e apresentava como objetivo, integrar os países da América nos aspectos político, social e cultural. Os governantes dos países da América Latina foram convocados a criarem planos de desenvolvimento nacional, aos quais teriam auxílio dos EUA. Na década de 1980 pode ser observado outro ciclo de reformas, também a partir de orientações dos organismos internacionais, indicando aos países que colocassem como objetivo principal de suas políticas a expansão da educação básica.

A educação tornou-se alvo de discussões políticas na medida em que as condições para o processo de modernização social, presenciadas na América Latina, a partir dos anos 50, exigiam uma demanda por recursos humanos com qualificação educacional provida por instituições escolares. A urbanização, o crescimento dos setores médios, a consolidação de um proletariado e os processos de mobilidade social configuravam uma nova estrutura, motivando a crença no desenvolvimento social e na mobilidade individual mediante a educação (MATOS, 2008, p. 361).

A respeito do que foi discutido na Conferência de Jomtien (1990) e as diretrizes para a reforma educacional da década de 1990, Cabral Neto; Duarte e Castro (2005), destacam a contribuição para a construção dessas diretrizes do PROMEDLAC² que constituía-se como um projeto para o campo educacional na América Latina, tendo a orientação da CEPAL³. Na década de 1990, a ação do PROMEDLAC, foi redimensionada pela CEPAL, através de um conjunto de documentos por ela elaborados. Os autores destacam entre os documentos elaborados, o “*Transformación productiva com equidad*” o qual almejava o alcance do progresso técnico para os países da América Latina. Para tanto priorizava a centralidade da educação. A centralidade da educação foi difundida como ideia por meio do documento intitulado “*Educación e conocimiento: eixo da transformação produtiva com equidade – CEPAL/UNESCO (1995)*” e pelo documento do Banco Mundial *Prioridades y Estratégias para la Educación (1995)*” (CABRAL NETO; DUARTE; CASTRO, p. 13, 2005).

Assim, de acordo Krawczyk & Vieira (2010), a implantação dessas reformas educacionais representou na última década do século XX, a inferência externa dos organismos internacionais, sob forma de “recomendações”, em quase todos os países da América Latina e

² *Proyecto Principal de Educación para América Latina y el Caribe*. Reuniões: México (1984), Bogotá (1987), Guatemala (1980), Quito (1991), Santiago (1993), Kingston (1996) e Bolívia (2001). (CABRAL NETO; DUARTE; CASTRO, 2005).

³ *Comisión Económica para América Latina y el Caribe*.



do Caribe, por meio da concessão de empréstimos, principalmente pelo Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Tais recomendações pretendiam tornar a política educacional compatível com as medidas de minimização das responsabilidades dos Estados nacionais e dos recursos públicos aplicados nas áreas sociais. Nesta perspectiva, a organização e gestão do sistema educacional e da escola foram dimensões privilegiadas nas reformas do setor na América Latina durante a década de 1990 (KRAWCZYK & VIEIRA, 2010, p.10).

Observamos que, a ideia de desenvolvimento apresentada pelos países, convencionalmente chamados de desenvolvidos e, que se impôs como modelo a ser implantado em vários países que apresentassem, no mínimo, uma estrutura produtiva de organização industrial, pressupõe um alinhamento com as necessidades do mercado, fixando um lugar específico para esses países em desenvolvimento. Lugar, que coloca esses países em etapas inferiores da produção industrial, ficando para os países desenvolvidos as etapas mais avançadas do processo produtivo e o monopólio da tecnologia (ESTEVA, 2000).

2. MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO: ENFRENTAMENTOS E ALTERNATIVAS À IMPOSIÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NEOLIBERAIS NA ARGENTINA, NO BRASIL E NO MÉXICO

A América Latina é berço de uma série de movimentos sociais no decorrer de sua história. As causas da afloração desses movimentos são múltiplas, o que não se pode restringir apenas às questões estruturais. Mas, podemos observar que muitos dos movimentos que surgiram a partir da década de 1990, (re)nascem concomitantemente com o fim das ditaduras na América Latina e com o acirramento das políticas neoliberais nos países latino-americanos. Dentre eles, destacamos os movimentos sociais do campo que emergiram na Argentina, no Brasil e no México, que foram responsáveis pelo enfrentamento e construção de alternativas às imposições neoliberais no âmbito da educação.

A questão agrária na América Latina está intrinsecamente ligada as consequências do processo de colonização dessas terras que se constituíram em elemento de disputa no decorrer dos séculos, visto que, a propagada promessa de reforma agrária não se concretizou. Dentre os problemas gerados pela não efetivação da reforma agrária, entendida aqui na perspectiva da indivisibilidade dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, portanto não se restringe a



posse da terra, apresenta-se também à problemática educacional. Essa problemática tem como uma de suas características, a significativa defasagem da educação no meio rural em relação à educação no meio urbano.

Os sujeitos do campo, a partir das suas representações coletivas, denunciam as desigualdades educacionais entre o rural e o urbano. Assumem essa posição, no intuito de defesa de um novo projeto de sociedade. Projeto esse, onde os dois espaços geográficos ofereçam condições de vida digna para toda a população, pois entendem que esses espaços se complementam, e portanto, sofrem consequências múltiplas de fatos que atinjam qualquer um deles. Desse modo, os sujeitos coletivos dos movimentos sociais do campo redimensionam a questão agrária, ao enxergarem no processo educacional, mais uma frente de luta.

A conquista desses novos territórios é o início de uma longa jornada de luta e mobilização, pois os movimentos sociais não limitam suas atuações na posse da terra, mas sim em outras frentes de luta, como por exemplo, o acesso a educação e a escola (NOGUEIRA, GONÇALVES e MITIDIERO JÚNIOR, 2013, p. 13).

A precariedade do direito à educação no espaço rural é fortemente evidenciada na história dos países latino-americanos, tendo como marcas, políticas compensatórias implementadas através de programas e projetos emergenciais. Essa carência educacional no espaço rural é prontamente verificada nos censos nacionais disponibilizados pelos institutos de pesquisa da Argentina, do Brasil e o do México, assim como, por instituições internacionais que pesquisam a situação educacional nesses países. Podemos constatar essa realidade no Brasil, em dados estatísticos, quando em 2007 o Inep⁴ publica o relatório, Panorama da Educação do Campo, revelando que no ano de 2004 a média de anos de estudos da população brasileira com 15 anos ou mais de idade, na área urbana era de 7,3 anos, enquanto na área rural era de 4,0 anos.

No México, segundo dados do SITEAL, por área geográfica⁵, no ano de 2010 a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, na área urbana foi de 3,7%, na área rural essa taxa sobe para 13,5%, o que representa três vezes mais que na área urbana.

Na Argentina, de acordo com dados do INDEC - *Censo de Población, Hogares y Viviendas*, para a população na faixa etária de 15 a 64 anos de idade, o percentual de pessoas que não sabiam ler e escrever no ano de 2010, era na área urbana, de 1,34% enquanto na área rural era de 2,83%. Apesar dos números favoráveis do ponto de vista do percentual, fica

⁴ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

⁵ Nomenclatura utilizada pelo SITEAL para identificar área urbana e rural.



perceptível a desigualdade por situação de domicílio, pois o percentual da área rural equivale a mais que o dobro da urbana.

No Brasil de acordo com os dados do Censo Demográfico 2010 – Características da população e dos domicílios, a população de 15 anos ou mais de idade, apresenta taxa de analfabetismo 7,3% na área urbana, na área rural a taxa foi de 23,2%, ou seja, mais que o triplo em relação à população urbana. Ao verificarmos na CEPALSTAT⁶ a média de anos de estudo da população de 25 a 59 anos de idade, por área geográfica no Brasil para o ano de 2010, observamos que na área urbana a média de anos de estudo dessa população era de 8,7 anos de estudo, na área rural era de 4,7 anos de estudo. O nível da escolaridade nessa faixa etária apresenta-se muito baixo para a área urbana, que deveria ter no mínimo 12 anos de estudo, ou seja, o Ensino Médio completo. Mas essa realidade agrava-se muito mais, em relação à população rural nessa mesma faixa etária, que já deveria ter concluído o Ensino Médio, apresentando metade dos anos de estudo necessários para a conclusão do Ensino Fundamental que é de 9 anos de estudo obrigatório.

Quando observada essa mesma população e mesma faixa etária no México, também por área geográfica no ano de 2010, temos o seguinte resultado: na área urbana a média de anos de estudo dessa população era de 10,1 anos, na área rural a média de anos de estudo era de 6,7 anos. A mesma análise sobre os dados do Brasil pode ser aplicada a essa realidade, sendo que o México apresenta melhores resultados em relação aos dados do Brasil, para as duas áreas geográficas. Destacamos que não foram encontrados na CEPALSTAT em relação à Argentina, dados sobre a população rural nessa faixa etária, o mesmo fato ocorrido na busca efetuada no INDEC.

Ribeiro (2012), ressalta que a escola destinada aos sujeitos do campo nunca tentou adequar a realidade desses sujeitos às características da vida dos camponeses ou dos seus filhos, como também não conseguiu cumprir a função de escolarização.

Destinada a oferecer conhecimentos elementares de leitura, escrita e operações matemáticas simples, mesmo a escola rural multisseriada não tem cumprido esta função, o que explica as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização nas áreas rurais (RIBEIRO, 2012, p. 293).

Assim, constata-se que a herança latifundiária, fortalecida por um discurso de modernização da produção agrícola, negou aos povos do campo, uma educação ampla, no seu



sentido social. Ao discutir sobre essa herança, Fávero (2006) relata que, dentro da lógica capitalista, no que poderia se nomear como início do processo de modernização da agricultura, que ocorreu a partir da segunda metade da década de 1940, é perceptível a influência norte americana sobre a educação no espaço rural. O autor destaca como evidências os acordos celebrados em função do Ponto IV da Doutrina Truman⁷. Sendo no Brasil, os seguintes:

Convênio para a produção de gêneros alimentícios (1942, renovado em 1944), acordo sobre educação rural, assinado entre o Ministério da Agricultura e a *Interamerican Foundation* (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais, 1945); criação da ABCAR⁸, expandindo experiências realizadas em Minas Gerais (a partir de 1948) e no Nordeste (a partir de 1945), sob os auspícios da *American International Association*, dos irmãos Rockefeller) (FÁVERO, 2006, p. 31).

Nessa direção, Ribeiro (2013) diz que é preciso compreender a educação destinada à população rural a partir da relação com a economia, sendo este um aspecto prioritário para o Estado que historicamente determinou a sua função. Assim, “a escola oferecida às populações rurais não pode ser compreendida em separado das políticas públicas para a produção agropecuária, atualmente o agronegócio” (RIBEIRO, 2013, p.125).

Portanto, nesse percurso educacional, enquanto a conquista e o acesso à educação nos espaços urbanos vai se constituindo mais rapidamente no decorrer histórico, no espaço rural acontece de forma muito lenta e precária, vislumbrando-se de diferencial, no máximo campanhas de alfabetização orientadas por um discurso de colocar o país na direção do desenvolvimento.

Em vista disso, as conquistas que a partir da década de 1990 vão se configurando para a educação no espaço rural, têm como elementos impulsionadores, a luta histórica dos movimentos sociais do campo. Essas conquistas vêm se revelando no caso da Argentina através do *Movimiento Campesino de Santiago del Estero* (MOCASE – Via Campesina); no caso do Brasil através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); no caso do México através do *Movimiento Zapatista*. Nos últimos trinta anos, esses movimentos sociais do campo

⁶ *Bases de Datos y Publicacions Estadísticas da CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe.*

⁷ Nome pelo qual ficou conhecida a política externa adotada pelo Governo [Truman](#) em relação aos países do bloco capitalista. A adoção desta política visava conter a expansão do socialismo não pertencente à zona sob influência da União Soviética. Esta política teve seu início formal quando em 12 de Março de 1947 o presidente norte-americano [Truman](#) pronunciou um discurso em que assumiu o compromisso de defender o mundo capitalista contra o comunismo (MIA - Dicionário Político. www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/d/doutrina_truman.htm).

⁸ ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.



vivenciaram avanços e recuos em relação ao enfrentamento das políticas neoliberais. A peculiaridade de cada ação se pauta no cenário que se configura nacionalmente, onde esses sujeitos coletivos buscam nessas ações o fortalecimento da disputa por um projeto educacional emancipatório.

O sentido da educação para os movimentos sociais do campo, que a percebem como um instrumento fundamental para o fortalecimento de suas lutas, instrumentalizando os sujeitos não só do ponto de vista intelectual, como também técnico e político, para que dialoguem com os saberes oriundos de suas práticas no movimento de luta pelos direitos. Constroem assim sua forma de ação, a partir das necessidades da conjuntura, se fortalecendo no fazer coletivo e criando pontos de resistência.

Portanto, é esse cenário que faz com o que a luta dos movimentos sociais se amplie, ao entenderem que democratização da terra não é apenas a sua posse, compreendendo a importância fundamental do direito a uma educação que forme para a humanização das relações entre os sujeitos e conseqüentemente para a conquista de outros direitos. Esses movimentos sociais do campo, ao reconhecerem a necessidade dos sujeitos conhecerem a história de dominação, exploração e negação de direitos ao qual foram(são) submetidos, procuram em conhecimentos outros a superação dessa condição. Restituem através do conhecimento histórico e da realidade vivida, essa consciência, se percebem enquanto seres de resistência. O que de acordo com Saforcada (2011), a autonomia construída pelos movimentos sociais, não é uma condição dada, mas sim uma qualidade que se constrói mediante um processo de disputa política.

Tanto el movimiento zapatista como el MST constituyen experiencias que nos permiten considerar nuevas maneras de pensar la educación y la autonomía escolar, como construcción colectiva del movimiento mismo en un proceso de producción social que encarna como identidad en los sujetos que se forman (SAFORCADA, 2011, p. 64).

Assim sendo, se faz necessário a compreensão do momento educacional vivenciado pelos movimentos sociais do campo nos países latino-americanos para melhor compreendermos a atuação desses sujeitos no combate ao avanço do capitalismo em seus territórios, que se dá também através das políticas educacionais de cunho neoliberal.



3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Podemos observar a partir da leitura do referencial teórico sobre as políticas educacionais implementadas a partir da década de 1990 na América Latina, que o objetivo da política de reforma estrutural destinada aos países latino-americanos, visava adequar as economias nacionais às conveniências do comércio internacional, onde as linhas de empréstimos do FMI e do BM foram utilizadas para a implementação dessas reformas.

Observa-se também que essas reformas acontecem concomitantemente aos momentos de crise financeira, onde as mesmas funcionam como forma de contenção social, frente às promessas não cumpridas pela modernidade, propagada enquanto modelo padrão de desenvolvimento civilizatório.

Verificamos que as intervenções dessas instituições se caracterizam por exigências às nações, onde são implementadas políticas de cunho universalista que favorecem o enriquecimento do centro do capitalismo, desconsiderando os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais dos países periféricos. Impondo-se a essas nações todo o “sacrifício” necessário a essa almejada fase de desenvolvimento. Nesse sentido, representam a manutenção de relações que reproduzem novos tipos de colonização, visto que, esses países perpetuam seu papel de fonte de locupletamento das nações desenvolvidas.

Em resposta a massificação das políticas neoliberais, especificamente as políticas educacionais, que tem como foco a educação voltada exclusivamente ao fortalecimento de relações que alimentam a divisão internacional do trabalho, abri-se, a partir das experiências educacionais que vem sendo desenvolvidas nos movimentos sociais do campo na Argentina, no Brasil e no México, um horizonte mais popular para a educação no nosso continente.

Os movimentos sociais entendem que a prática pedagógica precisa ser focada na formação humana, considerando as especificidades dos grupos sociais, fortalecendo a sua cultura e os seus processos identitários, tomando a forma de uma educação crítica, onde a consciência política da mudança da realidade opressora passe a ser o primeiro passo no processo de humanização das relações entre os sujeitos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento neoliberal, respaldado na ideia de globalização, que está evidenciado nas políticas educacionais implementadas via organismos internacionais, apresenta-se como modelo único para o desenvolvimento dos países latino-americanos, onde a formação dos sujeitos é pautada no entendimento de que a meta é ser uma sociedade capitalista desenvolvida, fazendo-se necessário investir no capital humano.

Diante deste contexto, o fazer dos movimentos sociais pode ser compreendido a partir do dinamismo das lutas, especificamente no que se refere ao espaço de autoconstituição dos sujeitos, mostrando assim a dimensão nitidamente política do conceito de sociedade civil ao articular a ação dos sujeitos objetivando a socialização do poder. Os movimentos sociais do campo sinalizam para a construção de identidades coletivas em um complexo espaço público não-estatal ao mesmo tempo em que superam as concepções das relações econômicas hegemônicas.

A nossa pesquisa nos levou a compreender que os sujeitos dos lugares subalternos na América Latina, particularmente os dos movimentos sociais do campo da Argentina, do Brasil e do México, que foram objeto do nosso estudo, compreendem que suas vidas são repletas de situações irracionais, onde o conhecimento sistematizado (escolar) que teoricamente seria um dos elementos necessários para a superação das condições sociais marginais, se apresenta desconectado da realidade vivida por eles. É por este motivo que incluem deliberadamente a educação na pauta da agenda política, na perspectiva de construir alternativas de uma educação transformadora, que os levem a conquista de novas cidadanias.

Em face disso lutam por uma educação com sentido, onde as situações reais sejam o alicerce para outra compreensão da vida, onde as experiências cotidianas, nas históricas e diversas atividades culturais, econômicas, sociais, políticas, possam ser pensadas em seu conjunto, objetivando a superação das lógicas hegemônicas pelas lógicas das lutas populares.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. (1995) Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; PABLO, Gentili. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

BATISTA, Paulo Nogueira. (1994) *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Disponível em: <
http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/no_g94-cons-washn.pdf> Acesso em: 20 jan. 2015.



BERTHOUD, Gérald. Mercado. (2000) In: WOLFGANG SANCHS (editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução Vera Lúcia M. Joscelyne, Sussana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. – Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASLAVSKY, Cecilia; COSSE, Gustavo. (2006) Las actuales reformas educativas en América Latina: cuatro actores, tres lógicas y ocho tensiones. *REICE - Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*. [En línea]. Madrid: RINACE. vol. 4, n. 2ª ed, p. 1-26. <<http://www.rinace.net/vol4num2e.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

BUENO, Maria Sylvia Simões. (2004) O Banco Mundial e modelos de gestão educativa para a América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 122, p. 445-466, maio/ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n122/22513.pdf>> Acesso em: 14 set. 2013.

CABRAL NETO, Antônio; DUARTE, Alda Maria; CASTRO, Araújo. (2005) Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. O público e o privado - *Revista do PPG em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará/UECE*, nº 5 – Janeiro/Junho. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=316>> Acesso em: 11 dez. 2014.

CEPALSTAT – Estadísticas e Indicadores Sociales. Disponível em: <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp> Acesso em: 3 set. 2014.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. (2000) In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradutores: Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

FÁVERO, Osmar. (2006) *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1991-1966)*. Campinas: São Paulo, Autores Associados.

FRANCO, Maria Ciavatta. (1992) Estudos comparados em educação: uma discussão teórico-metodológica a partir da questão do outro. In: FRANCO, Maria Ciavatta (Org.). *Estudos comparados e educação na América Latina*. São Paulo: Livros do Tatu: Cortez.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br

INDEC: Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. www.indec.gov.ar

INEGI: Instituto Nacional de Estadística y Geografía. www.inegi.org.mx

KRAWCZYK, Nora Rut.; VIEIRA, Vera Lúcia. (2010) Reforma educacional na América Latina nos anos 90. Uma perspectiva histórico-sociológica. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*. 10/ relec/ Ano 1 nº 1/ ISSN 1853-3744/ Artículos. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/relec/revistas/1/art1.pdf>> Acesso em: 15 out. 2014.

MATOS, E. A. (2008) O Programa "Aliança Para o Progresso": O Discurso Civilizador na Imprensa e a Educação Profissional no Paraná – Brasil. In: *SIMPOSIO INTERNACIONAL PROCESO CIVILIZADOR*, 11, Buenos Aires. Anais. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. p. 359-367. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupoestudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais11/artigos/38%20-%20Matos.pdf>> Acesso em: 11 abr. 2015.

NOGUEIRA, Alexandre P. F.; GONÇALVES, Claudio U.; MITIDIERO JÚNIOR, Marco A. (2013) *Movimentos sociais e a questão agrária na América latina: contribuições teóricas*. Reencontro de Saberes Territoriais Latinoamericanos, Perú.



- PIRES, Marcos Cordeiro. (2012a) A nova ordem mundial e o Consenso de Washington: introdução das políticas neoliberais na América Latina. In: MENDONÇA, Maria Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.) *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE Editora.
- PIRES, Marcos Cordeiro. (2012b) A título de conclusão: as perspectivas da América Latina no limiar do século XXI. In: MENDONÇA, Maria Gusmão de; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.) *Formação econômica da América Latina*. São Paulo: LCTE Editora.
- RIBEIRO, Marlene. (2013) Desafios postos à Educação do Campo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n^o 50(especial), p.150-171, maio. ISSN: 1676-258. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/histedbr/article/view/5478>> Acesso em: 3 fev. 2014.
- RIBEIRO, Marlene. (2012) Educação do campo: embate entre Movimento Camponês e Estado. *Educação em Revista | Belo Horizonte | v.28 | n.01 | p.459-490 | mar*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n1/a20v28n1.pdf>> Acesso em: 7 mar. 2014.
- SAFORCADA, Fernanda. (2011) Imposiciones de política y movimientos de resistencia: los sentidos de la autonomía en el campo educativo. In: GENTILI, Pablo et all (Org.). *Política, Movimientos Sociales y Derecho a la Educación*. 1^a ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO.
- SITEAL: Sistema de Información de Tendencias Educativas en América Latina. (2011) *PERFIL DOS PAÍSES* – Disponível em: <http://www.siteal.iipe-oei.org/perfiles_paises> Acesso em: 14 ago. 2014.
- UNESCO. (1993) *Declaração de Nova Delhi sobre Educação para Todos Nova Dehli, 6 de dezembro*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139393por.pdf>> Acesso em: 25 fev. 2015.
- UNICEF.(1990) *Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos*. Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem. (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos Jomtien, Tailândia – 5 a 9 de março. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm> Acesso em: 21 fev. 2015.